



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -
DOUTORADO**

PABLO MELQUISEDEQUE SOUZA E SILVA

CAMPESINATO E AGROECOLOGIA EM REDE: a dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano.

**João Pessoa – PB
2019**

PABLO MELQUISEDEQUE SOUZA E SILVA

CAMPESINATO E AGROECOLOGIA EM *REDE*: A dinâmica do movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no Nordeste e no Agreste Paraibano.

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba – PPGG/UFPB como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração Território, trabalho e ambiente, sob a orientação do Prof. Ivan Targino Moreira

João Pessoa – PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Pablo Melquisedeque Souza e.
CAMPELINATO E AGROECOLOGIA EM REDE: A dinâmica do
movimento agroecológico no Brasil e sua manifestação no
Nordeste e no Agreste Paraibano. / Pablo Melquisedeque
Souza e Silva. - João Pessoa, 2019.
325 f. : il.

Orientação: Ivan Targino Moreira.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Campesinato. 2. Agroecologia. 3. Redes
agroecológicas. 4. Território de esperança. I. Moreira,
Ivan Targino. II. Título.

UFPB/CCEN

“Campesinato e Agroecologia em Rede: A Dinâmica do Movimento Agroecológico no Brasil e sua Manifestação no Agreste Paraibano”

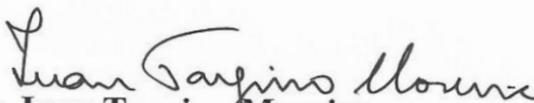
por

Pablo Melquisedeque Souza e Silva

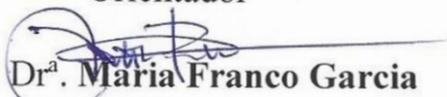
Tese apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

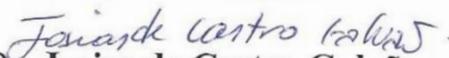
Aprovada por:



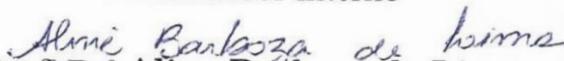
Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**
Orientador



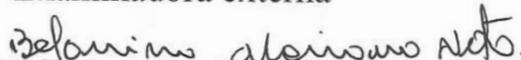
Prof.^a Dr.^a **Maria Franco Garcia**
Examinadora interna



Prof. Dr. **Josias de Castro Galvão**
Examinador interno



Prof.^a Dr.^a **Aline Barboza de Lima**
Examinadora externa



Prof. Dr. **Belarmino Mariano Neto**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Doutorado em Geografia**

Abril/2019

Dedico este trabalho aos que fizeram esta pesquisa acontecer...

AGRADECIMENTOS

No início dessa jornada, pensei que seria a etapa mais individual de todas as minhas fases acadêmicas. Entretanto, mais uma vez, percebi que, apesar da individualidade que um trabalho como esse exige, esse trabalho é fruto de uma colaboração coletiva. Várias pessoas colaboraram direta e indiretamente para que pudéssemos concretizar essa pesquisa, que não é só *minha*, mas é *nossa pesquisa*.

Por isso agradeço...

Ao Deus, trino, a Este seja dado Honra, Glória e Louvor. Pude e posso sentir o Seu agir em minha vida com certeza Ele se fez presente em todas as fases desse trabalho. Sou grato a ti Senhor.

Aos meus pais, meus professores e mestres, Edson da Costa e Silva e Maria das Neves Souza e Silva, um muito obrigado é pouco aos que briosamente batalharam e cuja história de vida é honrosa. A trajetória de vida e luta de cada um de vez me inspira e me faz prosseguir. Essa tese é fruto do trabalho de vocês. Obrigado

A Juliana Nascimento, minha esposa, que foi uma auxiliadora durante a pesquisa, participou de trabalhos de campo, fez entrevistas, fez transcrições, ajudou a formatar e teve que aturar meus aperreios. Obrigado pela dedicação, cuidado e carinho para comigo. Seu apoio foi muito importante, um suporte, durante esta pesquisa. Muito obrigado, meu amor (Esse agradecimento se estende à sua mãe, D. Lúcia - *in memoriam* - e família).

Ao meu orientador, Ivan Targino, homem que reúne a seriedade e um humor peculiar. Ivan vai desde a dureza de um sereno e responsável orientador às singelas gargalhadas de um bom amigo. Obrigado por sua orientação e por sua amizade. Recebi orientação não só para dissertação, e agora tese, mas orientação para a vida. Não posso deixar de agradecer à Emília Moreira, mulher que em seu caráter materno, nutre aos que estão junto dela. Nutre com seus conhecimentos tanto na vida acadêmica, como a partir do seu exemplo de vida. Tenho o prazer de tê-la como orientadora e amiga. Obrigado por acreditar em mim, pelos esporros e ensinamentos. Meus orientadores, meu MUITO OBRIGADO.

Aos professores que avaliaram e/ou indicaram caminhos para a pesquisa. Maria Franco, minha professora no primeiro período da graduação, que avaliou esta pesquisa e tem me ensinado durante a carreira acadêmica. Josias Castro, que mesmo com pouco contato, pelos corredores da UFPB sempre se mostrou solícito. Aline Barboza, que tive a oportunidade de conhecer ainda na graduação e agora pode colaborar com essa pesquisa. Belarmino, que tem colaborado comigo desde a dissertação. À secretária do PPGG, Sônia, sempre solícita, ajudando e fazendo os encaminhamentos, obrigado.

Aos amigos do grupo de orientandos do professor Ivan. Romulo, Ana Paula, Alysson, Francisco e Nayana (*in memoriam*). Sou grato pela colaboração durante os debates e compartilhamento das dúvidas, dos anseios, das dificuldades e das alegrias. Aos membros do GETEC (Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato), em especial a colaboração de Diego e Nielson, em vários momentos da pesquisa, e ao Zé Carlos que colaborou com a elaboração dos mapas dessa pesquisa. Também sou grato ao Thiago Araújo, Thiago Lima, Luanna, Cleityane e aos demais que de alguma forma colaboraram na trajetória dessa tese.

Aos entrevistados/colaboradores dessa pesquisa, que foram prestativos e atenciosos comigo nesta pesquisa. Ao Polo da Borborema, em especial, Roselita. Aos STRs, A coordenação da AS-PTA, em especial, Marcelo, Cleibson, Luciano, Emanuel e

ao Paulo Petersen. Aos camponeses que me receberam de portas abertas e com sabedoria impar cujos ensinamentos ficaram marcados, em especial, seu Joaquim, Seu Louro, Maria Izabel (Santa), entre outros.

Aos irmãos/amigos da Igreja do Nazareno em Mangabeira e do Betel Brasileiro em Tibau do Sul. Aos que escutaram muito: hoje não posso porque estou trabalhando na minha tese, muito obrigado pelas orações, força, apoio e torcida nesta empreitada. Aos que compõe a comunidade escolar da Escola Estadual Professor José Mamede.

Enfim, agradeço aos que leem este trabalho.

MUITO OBRIGADO!!!

*O sabiá do sertão faz coisa que me comove
Passa três meses cantando e sem cantar passa nove
Como que tá despertado pra só cantar quando chove*

*Pra viver no semiárido tem que ter coragem e firmeza
Que a seca é um fenômeno que vem com toda certeza
E devemos respeitar o poder da natureza*

(Luiz Souza – Camponês – Solânea/PB – Sítio Salgado dos Souza)

*...Sabendo que a tribulação produz perseverança,
E a perseverança a experiência, e a experiência a esperança;
E a esperança não desaponta, porquanto o amor de Deus está derramado em nossos
corações...*

Romanos 5: 3-5

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal analisar a constituição de redes agroecológicas e a relação destas com o campesinato brasileiro, em diferentes escalas, além de estudar sua fundamental relevância para a construção do conhecimento agroecológico como instrumento de luta, persistência e resistência na formação de territórios de esperança. Para a sua realização foram feitos, além de levantamento de dados secundários e de estudos bibliográficos relacionados com os temas basilares dessa pesquisa, vários trabalhos de campo. Os trabalhos de campo foram realizados em áreas de ações agroecológicas: em sítios, eventos que promoveram à agroecologia, manifestações, nas sedes das entidades selecionadas e em eventos nacionais, regionais e locais relacionados com a agroecologia. Dessa forma, procuramos estudar as principais redes nacionais que compõe o movimento agroecológico no Brasil, a partir da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). E, tendo em vista o reflexo dessa integração em redes, escolhemos analisar a atuação do Polo da Borborema e seus parceiros, no Agreste Paraibano, principalmente a configuração da Rede de Banco Sementes Comunitárias (BSCs) do Polo da Borborema. A trajetória dessa pesquisa permitiu compreender que a atuação em *rede* do movimento agroecológico no Brasil é ferramenta fundamental para o fortalecimento, em diferentes escalas, do campesinato brasileiro. Dessa forma, a agroecologia é instrumento de luta e de fomento de estratégias alternativas para a resistência do campesinato e a *rede*, em torno dela, auxilia na integração de sujeitos e organizações, colaborando com a construção do movimento, da ciência e da prática social agroecológica. Assim como compreendemos que as ações da ANA e da ABA-agroecologia foram, e ainda são, relevantes para a construção do movimento agroecológico brasileiro, acreditamos que a atuação do Polo da Borborema, em especial as ações da Rede de Banco de Sementes Comunitárias, é exemplo concreto da dinâmica de tantas experiências agroecológicas no Brasil. Logo, as articulações e o compartilhamento de técnicas e experiências que valorizam os saberes tradicionais se apresentam como alternativa ao modelo hegemônico, modernizante e degradador: o agronegócio. E a construção do conhecimento e da racionalidade agroecológica, articulado em rede, mostra-se como uma alternativa que fortalece o campesinato ante o capital e contribui para a formação de territórios frutos de rupturas, gerado com base na utopia e na esperança: o Território de Esperança (MOREIRA e TARGINO, 2007).

Palavras-chave: Campesinato; Agroecologia; Redes agroecológicas; Território de esperança.

ABSTRACT

This research has as main focus the analysis of the constitution of agroecological networks and their relation with Brazilian peasantry, in different scales, besides studying its fundamental relevance for the construction of agroecological knowledge as an instrument of struggle, persistence and resistance in the formation of territories of hope. In addition to the collection of secondary data and bibliographic studies related to the basic themes of this research, several field studies were carried out. Fieldwork was carried out in areas of agroecological actions: on sites, events that promoted agroecology, demonstrations at the headquarters of selected entities and at national, regional and local events related to agroecology. In this way, we seek to study the main national networks that make up the agroecological movement in Brazil, based on the Articulação Nacional de Agroecologia(ANA) (National Articulation of Agroecology). And, in view of the reflection of this integration in networks, we chose to analyze the performance of the Polo da Borborema and its partners in Agreste Paraibano, mainly the configuration of the Borborema Pole Bank Network of Community Seeds (BSCs). The trajectory of this research made it possible to understand that the network action of the agroecological movement in Brazil is a fundamental tool for strengthening, at different scales, the Brazilian peasantry. In this way, agroecology is an instrument of struggle and promotion of alternative strategies for peasantry resistance, and the network, around it, helps in the integration of subjects and organizations, collaborating with the construction of the movement, science and agroecological social practice. As we understand that the actions of ANA and ABA-agroecology were, and still are, relevant for the construction of the Brazilian agroecological movement, we believe that the Borborema's Pole action, in particular the actions of the Community Seed Bank Network, is example of the dynamics of so many agro-ecological experiences in Brazil. Therefore, the articulations and sharing of techniques and experiences that value traditional knowledge are presented as an alternative to the hegemonic, modernizing and degrading model: agribusiness. And the construction of agroecological knowledge and rationality, articulated in a network, shows itself as an alternative that strengthens the peasantry before capital and contributes to the formation of territories that are the fruit of rupture, generated on the basis of utopia and hope: the Territory of Esperança (MOREIRA and TARGINO, 2007).

Keywords: Peasantry; Agroecology; Agroecological networks; Territory of hope.

RESUMEN

Esta investigación tiene como su principal objetivo es analizar la formación de redes agroecológicas y su relación con el campesinado brasileño, a diferentes escalas, así como estudiar su importancia fundamental para la construcción del conocimiento agroecológico como un instrumento de lucha, la persistencia y la resistencia a la formación de los territorios la esperanza. Para su realización se realizaron, además de levantamiento de datos secundarios y de estudios bibliográficos relacionados con los temas básicos de esta investigación, varios trabajos de campo. Los trabajos de campo se realizaron en áreas de acciones agroecológicas: en sitios, eventos que promovieron a la agroecología, manifestaciones, en las sedes de las entidades seleccionadas y en eventos nacionales, regionales y locales relacionados con la agroecología. De esta forma, buscamos estudiar las principales redes nacionales que componen el movimiento agroecológico en Brasil, a partir de la Articulación Nacional de Agroecología (ANA). Y, dado el reflejo de esta integración en las redes, optamos por analizar el rendimiento del Polo Borborema y sus socios en el Agreste Paraibano, especialmente las semillas de configuración de red Community Bank (BSC) Polo Borborema. La trayectoria de esa investigación permitió comprender que la actuación en red del movimiento agroecológico en Brasil es una herramienta fundamental para el fortalecimiento, en diferentes escalas, del campesinado brasileño. Por lo tanto, la agroecología es un instrumento de lucha y el desarrollo de estrategias alternativas para la resistencia campesina y la red a su alrededor, que ayuda en la integración de los individuos y las organizaciones que colaboran con la construcción del movimiento, la ciencia y la práctica social agroecológica. Por lo que entendemos que las acciones de la ANA y la ABA-agroecología eran, y siguen siendo, correspondiente a la construcción del movimiento agroecológico brasileña, creemos que el rendimiento del Polo Borborema, en particular, las acciones de la Semilla Comunidad Red de Bancos, es ejemplo concreto de la dinámica de tantas experiencias agroecológicas en Brasil. Por lo tanto, las articulaciones y el intercambio de técnicas y experiencias que valoran los saberes tradicionales se presentan como alternativa al modelo hegemónico, modernizante y degradador: el agronegocio. Y la construcción del conocimiento y la racionalidad agroecológica, articulado en red, se muestra como una alternativa que fortalece el campesinado contra el capital y contribuye a la formación de ruptura territorios fruta, generada en base a la utopía y la esperanza: el Territorio Esperanza (MOREIRA y TARGINO, 2007).

Palabras-clave: Campesinado; Agroecología; Redes agroecológicas; Territorio de esperanza.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Parceria ANA e ABA no site “agroecologia em rede”.....	31
Figura 2 -	Mapeamento da agroecologia no Brasil.....	32
Figura 3 -	Rede de Bancos de Sementes do Polo da Borborema – 2017.....	35
Figura 4 -	Distribuição das dissertações e teses em Geografia (ANPEGE).....	81
Figura 5 -	Experiências agroecológicas sistematizadas e registradas no “Agroecologia em Rede” (ANA/ABA).....	113
Figura 6 -	Redes, grupos e instituições (ANA/ABA), registrados no “Agroecologia em Rede”.....	115
Figura 7 -	Localização dos NEAs e R-NEAs ao Edital 81/2013.....	116
Figura 8 -	Organograma Marcha das Margaridas 2011.....	130
Figura 9 -	Síntese do Processo de elaboração da PNAPO.....	132
Figura 10 -	Representação gráfica da CNAPO.....	134
Figura 11 -	Representação gráfica da CIAPO.....	134
Figura 12 -	Organograma da PNAPO.....	135
Figura 13 -	Origem e tipologia dos participantes do II ENA.....	153
Figura 14 -	Origem dos participantes do III ENA.....	163
Figura 15 -	Localização das caravanas agroecológicas.....	165
Figura 16 -	Atividade cultural do III ENA.....	167
Figura 17 -	Feira de saberes e sabores.....	167
Figura 18 -	Plenária da juventude no III ENA.....	167
Figura 19 -	Plenária das mulheres no III ENA.....	167
Figura 20 -	Ato público do III ENA.....	167
Figura 21 -	Ato público no III ENA.....	167
Figura 22 -	Painel facilitador descritivo da sessão simultânea da Chapada do Apodi-RN	168
Figura 23 -	Usinas Hidrelétricas em operação, licenciadas e planejadas para a bacia Tocantis-Araguaia.....	170
Figura 24 -	Fluxo de pessoas na feira de saberes e sabores do IV ENA.....	178
Figura 25 -	Mística de abertura do IV ENA.....	179
Figura 26 -	Mística de abertura do IV ENA.....	179
Figura 27 -	Feira da Agrobiodiversidade IV ENA.....	179
Figura 28 -	Plenária das mulheres no IV ENA.....	179
Figura 29 -	Plenária da Juventude no IV ENA.....	180
Figura 30 -	Ato público no IV ENA.....	180
Figura 31 -	Banquete popular agroecológico 1.....	180
Figura 32 -	Banquete popular agroecológico 2.....	180
Figura 33 -	Banquete popular agroecológico 3.....	181
Figura 34 -	Banquete popular agroecológico 4.....	181
Figura 35 -	Apresentação de trabalhos no IX CBA.....	186

Figura 36 -	Área para exposição dos trabalhos e estandes parceiros do IX CBA.....	186
Figura 37 -	Debate sobre Racismo Religioso na Geodesica – VII ENGA.....	188
Figura 38 -	Área da geodésica do VII ENGA durante o IX CBA.....	188
Figura 39 -	Lanchonete <i>Bob's</i> , na Praça de alimentação do Hangar (Centro de convenções), durante o IX CBA.....	189
Figura 40 -	Tapiri de Saberes no X CBA.....	190
Figura 41 -	Tapiri de Saberes 2, no X CBA.....	190
Figura 42 -	Facilitação gráfica da Feira de sementes (X CBA).....	191
Figura 43 -	Feira de troca de sementes no X CBA.....	191
Figura 44 -	Feira de troca de sementes 2, no X CBA.....	191
Figura 45 -	Ato público no X CBA.....	193
Figura 46 -	Ato público 2 no X CBA.....	193
Figura 47 -	Fora Temer.....	195
Figura 48 -	Ato público e encerramento do IV Encontro de Agricultores experimentadores.....	196
Figura 49 -	Seminário A agroecologia no mundo e a Encíclica Ecológica.....	197
Figura 50 -	Escala de atuação das redes agroecológicas, do local ao nacional a partir do Polo da Borborema.....	206
Figura 51 -	Recorte para conjunto de redes agroecológicas.....	207
Figura 52 -	Cerca viva.....	211
Figura 53 -	Barragem subterrânea.....	211
Figura 54 -	Calha para escoar água para a Cisterna de placa.....	212
Figura 55 -	Cisterna de placa.....	212
Figura 56 -	Cisterna Calçadão parte 1.....	212
Figura 57 -	Cisterna Calçadão parte 2	212
Figura 58 -	Panoramica do Tanque de pedra da comunidade Benefício em Esperança-PB.....	212
Figura 59 -	Tanque de pedra 1	212
Figura 60 -	Tanque de pedra 2	212
Figura 61 -	Uso de garrafa Pet para umedecer o solo	213
Figura 62 -	Canteiro econômico.....	213
Figura 63 -	Fogão ecológico	213
Figura 64 -	Plantas ornamentais e medicinais.....	213
Figura 65 -	Plantas ornamentais e medicinais 2.....	213
Figura 66 -	Banco de sementes.....	214
Figura 67 -	Banco de sementes 2.....	214
Figura 68 -	Biodigestor	214
Figura 69 -	Síntese do Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, Pesquisa e Ensino, no III ENA.....	222
Figura 70 -	Distribuição das cisternas do PIMC e P1+2, na região do Polo da Borborema.....	224

Figura 71 -	Localização das áreas de armazenamento de forragens, do Polo da Borborema.....	227
Figura 72 -	Feiras agroecológicas da Ecoborborema	230
Figura 73 -	Pintura-retrato de Margarida Maria Alves	236
Figura 74 -	Pintura-retrato da Irmã Dorothy Stang	236
Figura 75 -	Campanha pelo fim da cultura do estupro	237
Figura 76 -	Mística sobre a luta das mulheres	237
Figura 77 -	Apresentação teatral	237
Figura 78 -	Repentista versando sobre as mulheres.....	238
Figura 79 -	Feira Agroecológica durante Marcha	238
Figura 80 -	Cantando música oficial da marcha	238
Figura 81 -	Depoimentos contra violência	238
Figura 82 -	Saída da Marcha	238
Figura 83 -	Caminhada na cidade	238
Figura 84 -	Dinâmica de funcionamento de um Banco de Sementes Comunitário.....	242
Figura 85 -	Banco de sementes contruído a partir do programa Sementes do Semiárido.	247
Figura 86 -	Placa e equimantos que indicam apoio do programa ecoforte aos BSCs.....	247
Figura 87 -	Plenária final da 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão, 2017.....	250
Figura 88 -	Plenária final da 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão, 2017.....	250
Figura 89 -	Governador Ricardo Coutinho na 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão	250
Figura 90 -	Campanha <i>Não Planto Transgênicos para Não Apagar a Minha História...</i>	258
Figura 91 -	Armazenamento em garrafa <i>pet</i>	269
Figura 92 -	Armazenamento em Bombonas	269
Figura 93 -	Armazenamento em Cabaça	269
Figura 94 -	Amostra de projetos	269
Figura 95 -	Armazenamento em silo de zinco.....	269
Figura 96 -	Comissões e redes do Polo da Borborema.....	283

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Nº de publicações em agroecologia por área de conhecimento (1978-2006).....	75
Gráfico 2 -	Número de publicações nos anais do ENGA – <i>geografia, sobre agroecologia entre 2004 e 2014</i>	76
Gráfico 3 -	Número de Teses e dissertações, por ano, na pós-graduação em Geografia no Brasil.....	79
Gráfico 4 -	Status de execução das 125 iniciativas do PLANAPO 2013-2015.....	138
Gráfico 5 -	Evolução do Investimento do Plano Safra entre 2002 e 2016.....	141
Gráfico 6 -	Diferença de recursos no Pronaf.....	142
Gráfico 7 -	Região de origem e sexo dos participantes do II ENA.....	151
Gráfico 8 -	Diversidade das sementes da paixão estocadas. Rede de Bancos Comunitários de Sementes do Polo da Borborema.....	255

Gráfico 9 -	Estoque de sementes em 2016 e capacidade de estoque da Rede de Bancos Comunitários de Sementes no Território da Borborema, estado da Paraíba.....	256
Gráfico 10 -	Origem das variedades de milho contaminado por transgênicos analisadas durante as atividades no Território da Borborema (2016-2017), Paraíba.....	259
Gráfico 11 -	Origem das variedades de milho livre da contaminação de proteínas transgênicas analisadas durante as atividades no Território da Borborema (2016-2017), Paraíba.....	260
Gráfico 12 -	Forma de aquisição da propriedade.....	263
Gráfico 13 -	Tempo que vive na propriedade.....	264
Gráfico 14 -	Fontes de renda.....	265
Gráfico 15 -	Assistência Técnica prestada aos Guardiões de sementes entrevistados....	266
Gráfico 16 -	Grau de importância das organizações que atuam junto aos guardiões de sementes.....	267
Gráfico 17 -	Doação, troca, recepção e venda de sementes em 2017.....	270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Principais conceitos de redes no campo das humanidades.....	59
Quadro 2 -	Redes e movimentos que compõe a ANA – 2017.....	105
Quadro 3 -	Principais iniciativas com enfoque agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1989-2002).....	125
Quadro 4 -	Principais leis e decretos relacionados ao enfoque agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas (2003-2011).....	127
Quadro 5 -	Eixos e objetivos do PLANAPO.....	136
Quadro 6 -	14 principais iniciativas do I PLANAPO.....	138
Quadro 7 -	Linha do tempo dos principais encontros e congressos com a temática da agroecologia citados em nossa pesquisa -1979 a 2018.....	146
Quadro 8 -	Tipologia dos participantes do II ENA.....	152
Quadro 9 -	Tipologia das instituições participantes do II ENA.....	154
Quadro 10 -	Síntese das sessões simultâneas, da região Norte, no III ENA.....	169
Quadro 11 -	Síntese das sessões simultâneas da região Nordeste, no III ENA.....	171
Quadro 12 -	Síntese das sessões simultâneas das regiões Centro-Oeste e Sudeste, no III ENA.....	172
Quadro 13 -	Síntese das sessões simultâneas da região Sul, no III ENA.....	174
Quadro 14 -	Abrangência da atuação da Rede Ater-NE, em 2007.....	205
Quadro 15 -	Número de sistematização de experiências de <i>O candeeiro</i> , por estado.....	210
Quadro 16 -	As temáticas das experiências da ASA, em <i>O candeeiro</i>	211
Quadro 17 -	Diagnósticos realizados no Polo Sindical da Borborema.....	217
Quadro 18 -	Feiras da Rede Ecoborborema, número de famílias e área de produção.....	231
Quadro 19 -	Edições das Marchas das Mulheres do Polo da Borborema entre 2010 e 2018.....	234
Quadro 20 -	Monitoramento dos BSC da ASA-Paraíba - Resumo dos dados coletados até abril de 2014.....	249

Quadro 21 - Princípios relacionados às sementes.....	252
Quadro 22 - Princípios relacionados à gestão do trabalho em torno das sementes.....	253
Quadro 23 - Síntese dos números da rede de BSCs do Polo da Borborema, em 2016.....	255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temática das experiências (ANA/ABA).....	114
--	-----

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 - Metodologia de preparação e realização do III ENA.....	164
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba
ASA – Articulação do Semiárido
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DGEOC – Departamento de Geociência
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG - PB – Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba
FRS – Fundo Rotativo Solidário
GAPA – Gestão de Água para Produção de Alimentos
GETEC – Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG – Organização Não-Governamental
ONGIFA – Organização Não Governamental de Integração da Família
PIMC – Programa um Milhão de Cisternas

PA – Projeto de Assentamento

PAM – Produção Agrícola Municipal

PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades

PPGCAG – Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINGA – Simpósio Nacional de Geografia Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhados Rurais

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

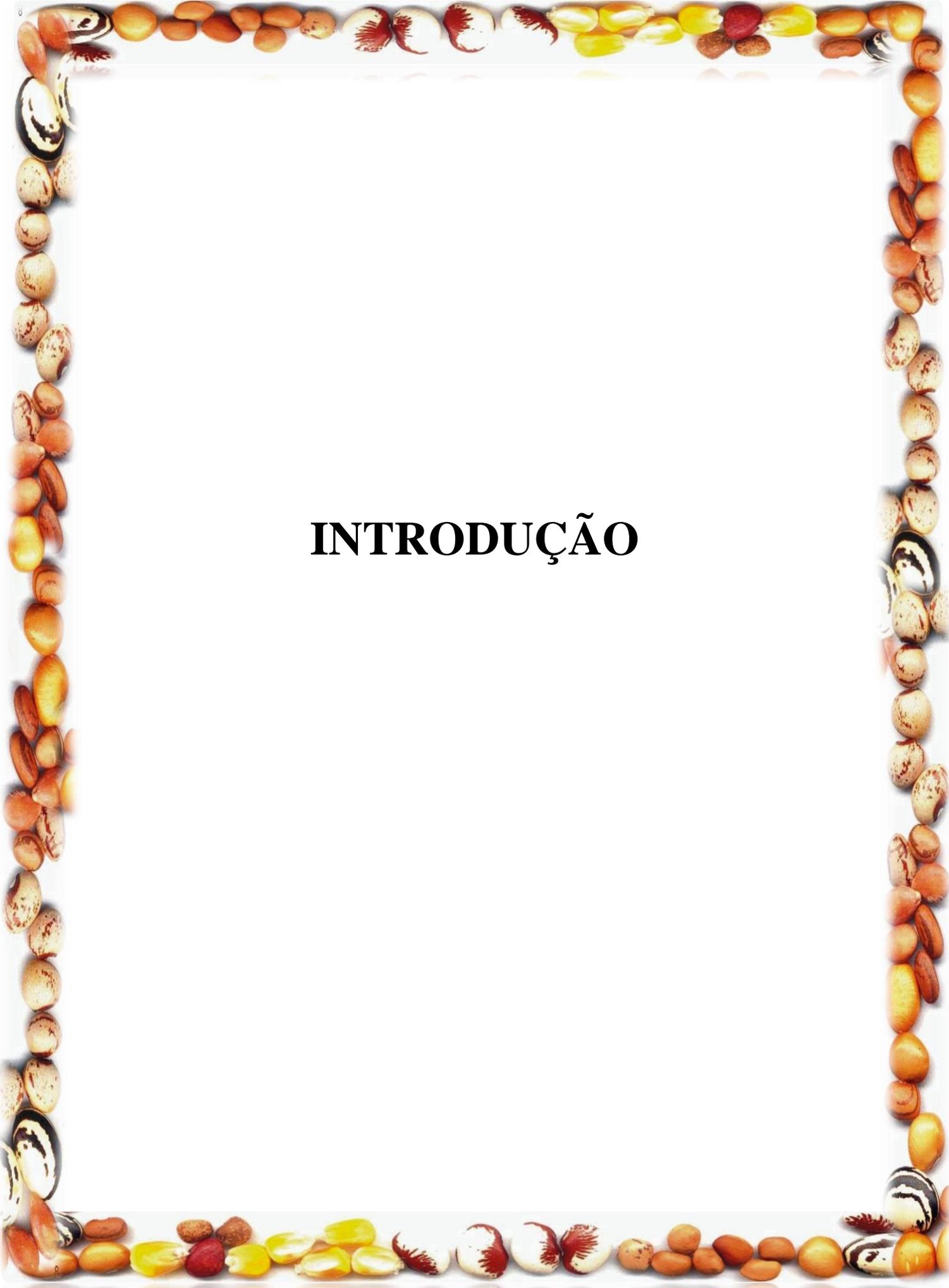
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	21
1	CAMPESINATO E AGROECOLOGIA EM REDE: movimento, ciência e prática.....	36
1.1.	Para compreender a permanência campesinato	37
1.1.1	Agroecologia como instrumento para campesinato.....	46
1.2	Os nós entre a agroecologia e a geografia: território, escala e rede.....	50
1.2.1	Território e Rede: uma compreensão necessária.....	50
1.3	Diversidade agroecológica: as percepções sobre a agroecologia.....	66
1.3.1	A Agroecologia na Geografia: uma análise sobre os eventos e a pós-graduação em geografia no Brasil.....	74
2	OS CAMINHOS DA REDE AGROECOLÓGICA NO BRASIL.....	83
2.1	Trajetória do movimento agroecológico no Brasil e a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia.....	87
2.2.	A efetivação da Articulação Nacional de Agroecologia.....	102
2.3.	Surgimento e atuação da Associação Brasileira de Agroecologia.....	110
2.4	A sistematização das experiências agroecológicas e o banco de dados “ <i>Agroecologia em rede</i> ”	112
2.5	REGA – Rede de Grupo de Agroecologia.....	117
2.6	Políticas públicas e agroecologia.....	123
3	DEBATENDO AGROECOLOGIA: OS ENAs, CBAs, seminários e outros.....	144
3.1.	Desafios e realidades da Agroecologia a partir dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs).....	147
3.2.	Os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs).....	184
3.3	IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras experimentadores...	194
3.4	Seminário Internacional: A Agroecologia no mundo e a Encíclica ecológica.....	197
4	TECENDO REDES, CONSTRINDO TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: o exemplo da rede de banco de sementes e do Polo da Borborema.....	200
4.1	Um relato sobre as redes agroecológicas no Nordeste.....	201
4.1.1	A sistematização das experiências: O Candeeiro.....	208
4.2.	A ação do Polo da Borborema e da AS-PTA no Agreste Paraibano.....	215
4.2.1.	A relevância da Marcha Pela Vida das Mulheres e da Agroecologia.....	233
4.3.	A Rede de Banco de Sementes Comunitária da Paraíba e do Polo da Borborema.....	240
4.3.1	Panorama da Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema.....	253

4.3.1.1.	Perfil dos guardiões de sementes entrevistado.....	262
4.4.	Rede, território e agroecologia: Aspectos para construção de território de Esperança.....	272
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
	REFERÊNCIAS	286
	APÊNDICES	300
	ANEXOS	319



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, a agricultura brasileira passou por profundas transformações no padrão tecnológico, responsáveis por modificações significativas nas relações sociais tanto do campo como da cidade. Esse processo foi chamado por Silva (1985) de “modernização conservadora”, uma vez que se pautava em mudanças na base técnica da produção sem alterar o sistema de apropriação da terra.

Para justificar a referida modernização agrícola, apregoava-se que a organização da agricultura, baseada numa estrutura ainda herdada do período colonial, apresentava-se como um *obstáculo* ao processo de formação de um capitalismo industrial no país, fazendo-se necessário, portanto, modificá-la (SILVA, 1985).

Os defensores desse argumento acreditavam que o desenvolvimento do capitalismo industrial em países subdesenvolvidos seria a melhor forma de superar os baixos padrões de vida neles vigentes e obter resultados semelhantes aos países considerados desenvolvidos. Desta forma, a modernização agrícola seria fundamental para a superação do *obstáculo* constituído pela “agricultura arcaica” praticada nesses países.

Baseadas nesses pressupostos, foram criadas, no Brasil, a partir da década de 1960, políticas públicas voltadas à disseminação de “pacotes tecnológicos”, inclusive com legislação específica que institucionaliza o crédito fundiário pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, visando à introdução de tecnologias agroquímicas e mecânicas, bem como novas práticas produtivas na agropecuária.

Esses pacotes tecnológicos foram implantados “através do crédito subsidiado, associado com recursos públicos para a pesquisa e preparação de profissionais especializados no âmbito do ensino técnico e universitário” (SAUER e TUBINO, 2007, p. 134) e da oferta de assistência técnica, usando grandes somas de recursos financeiros a juros baixos, para capitalizar os grandes proprietários, possibilitando importantes investimentos em máquinas e insumos (fertilizantes, inseticidas, sementes etc.). Desta forma, foi implantada no Brasil a modernização agrícola, que para alguns é chamada de “modernização conservadora”, como já foi mencionado, e para outros é denominada como “revolução verde”.

Esse modelo de desenvolvimento agropecuário foi responsável pelo aumento da produção e da produtividade, principalmente dos produtos voltados para a exportação; pela articulação da agricultura com a indústria à jusante e à montante do processo

produtivo (SILVA, 1985); e, pela implantação de processos e técnicas modernas no setor primário da economia. Contudo, como efeito dialético, tais transformações contribuíram para acentuar a concentração fundiária, aumentar a desigualdade de renda no setor agrário, agravando as condições de vida da população rural e promovendo a expulsão de “um grande efetivo de trabalhadores do campo promovendo o aumento da migração para as grandes cidades e para vilarejos rurais, ‘favelizando’ tanto a cidade como o campo” (SOUZA e SILVA, FREIRE e TARGINO, 2012, p.2). Além disso, as relações sociais de produção no campo foram profundamente impactadas, na medida em que ocorreu a expansão do assalariamento em detrimento das relações de trabalho camponesas.

De igual modo, devemos notar os impactos sociais e ambientais causados pela modernização da agricultura. Tais impactos trouxeram à cena política os sujeitos sociais mais prejudicados: pequenos proprietários de terra, trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores sem-terra, indígenas e quilombolas, ou seja, os camponeses.

De acordo com Moreira (2003, p. 3), “a modernização tecnológica da agricultura brasileira levada a efeito a partir de 1964 pelos governos militares foi marcada basicamente por três grandes eixos (a mecanização, a quimificação e a engenharia biogenética). Ela se deu com a conivência do Estado e de empresários, sem um controle social adequado por parte da sociedade civil organizada”.

Estudos como do ABRASCO (2015), Bombardi (2017), Londres (2011), Rigotto (2011) demonstram as implicações perversas desse processo, tais como a contaminação e degradação dos solos e mananciais por metais pesados e outros elementos químicos nocivos ao ambiente; a devastação de amplas áreas de vegetação nativa; além, obviamente, de problemas sociais graves, a exemplo da expulsão de camponeses sem terra do campo, da incorporação de novas terras pelos latifúndios, da proliferação de conflitos de terra e da ampliação do agronegócio sobre o campesinato.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o debate sobre a agricultura brasileira se deu a partir de duas correntes de interesses. De um lado, uma corrente converge para a defesa da modernização técnica agrícola, justificando que esta teria sido responsável pelo aumento da produção e pelo avanço qualitativo dos padrões produtivos que possibilitou ao país superar a questão do atraso e marasmo agrícola. De outro lado, tendo como suporte os efeitos socioambientais danosos da modernização, a outra corrente aponta para a busca de um projeto que sirva de alternativa para um desenvolvimento rural que

respeite o ambiente, preserve a natureza, onde também se valorize as tradições e o conhecimento local (SILVA, 2013).

O processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980, proporcionou aos movimentos sociais, sindicatos e ONGs a possibilidade de repensar e refletir um modelo de enfrentamento alternativo ao dominante. Durante essa década, ocorreram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), a articulação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA, atual AS-PTA) a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e outros. Na ciência, um marco fundamental para o estudo da agroecologia no Brasil foi a tradução e publicação do livro de Miguel Altieri, em 1989, *Agroecologia: as bases científicas para uma agricultura alternativa* (SCHIMITT, 2009).

É nesse momento que surge, no Brasil, o que hoje se denomina de agroecologia, isto é, um conjunto de técnicas e conceitos, que agrega o conhecimento tecnológico e o saber popular sobre os ecossistemas, visando com isto um desenvolvimento rural pautado em um modelo de agricultura socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável que, diferente da agricultura convencional, não se pauta na utilização de insumos e venenos para ampliar a produção e o lucro (SILVA, 2013).

Só em 2002 ocorreu o I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), desde então ocorrem sistematicamente encontros e congressos sobre agroecologia no Brasil, organizados pela ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e pela ABA (Associação Brasileira de Agroecologia). Ambas estão atualmente interligadas e, mesmo distintas, atuam em parceria.

Em 2003, foi criada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil. Já nos anos seguintes são lançados os decretos e normativas que regulamentam a produção agroecológica e orgânica no Brasil. Em 2006, foi lançado pela Embrapa o *Marco Referencial em Agroecologia*. Esta publicação insere na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária tem diretrizes que possibilitam a pesquisa e a institucionalização da agroecologia. Segundo a Embrapa (2006), o Marco Referencial em Agroecologia,

É parte da concretização de uma estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica na Embrapa, incluindo reuniões com públicos interno e externo, capacitação de pessoal e **formação de rede de projetos, fortalecendo assim as ações que já vinham sendo realizadas e garantindo maior interação com órgãos públicos, terceiro setor e movimentos sociais atuantes em Agroecologia**, buscando contemplar a abordagem de transição agroecológica na oferta de tecnologias, produtos e serviços ao diversos grupos de

interesse nos diferentes biomas brasileiros (EMBRAPA, 2006, p. 12, *Grifo nosso*).

Já em agosto de 2012, pelo decreto federal 7.794, foi instituído pela presidente Dilma Rousseff a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). E, como estratégia da PNAPO, em 2013 foi lançado o I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Todavia, entre 2013 e 2015 esteve vigente o primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e em 2016 entrou em vigor o segundo PLANAPO que deveria se estender até 2019.

O surgimento de políticas, planos de fomento à Agroecologia não é fruto da benevolência estatal, porém, faz parte de um contexto histórico de enfrentamentos trazidos à tona por movimentos sociais e sindicais, ONGs, intelectuais e outros que militam em prol não só da agroecologia, mas de várias pautas que cercam a agroecologia. O Censo Agropecuário de 2006 traz, pela primeira vez, dados que apresentam a relevância do progresso da agroecologia no Brasil.

Contraditoriamente aos avanços da agroecologia, o Brasil é considerado um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, o agronegócio se expandiu e tem maior volume de recursos investidos do que os empregados para a chamada agricultura familiar e aos projetos de agroecologia.

Mesmo com a força política e econômica do agronegócio brasileiro, o que justifica o fortalecimento do conjunto de sujeitos e organizações que trabalham em torno de alternativas ao modelo da revolução verde? Certamente, a configuração e organização de articulações e redes que propõem a agroecologia mobilizam e constroem a alternativa camponesa.

Compreendemos que rede é um conjunto de nós interconectados (CASTELLS, 1999). Sendo que a rede que estudamos é o conjunto de sujeitos, organizações e movimentos sociais interconectados por uma proposta em comum, a agroecologia. Apesar da diferença de dimensões e usos da agroecologia, ela é capaz de integrar uma diversidade de sujeitos e tipos de organizações com origens e objetivos diferentes, que assumiram um discurso comum.

Portanto, buscamos compreender a atuação das redes e organizações que possuem a agroecologia e o campesinato como bandeira de ação. E, entender os resultados concretos e o contínuo processo de transformação camponesa a partir da trajetória e consolidação da agroecologia no campo brasileiro.

O interesse por essa pesquisa foi aguçado durante a arguição da banca de dissertação, defendida junto ao PPGG em agosto de 2013. Fomos instigados a dar prosseguimento aos debates levantados na pesquisa. Por esta razão, nos motivamos a aprofundar as discussões e ampliar a escala de observação. A referida dissertação foi desenvolvida por nós junto aos temas pesquisados pelo Grupo de Estudo sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC) do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, com o tema “*Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea*”.

Ao investigar as condições do campesinato no município de Solânea-PB, constatamos a atuação de entidades da sociedade civil organizada, ONG's e movimentos sociais como ASA, AS-PTA, Polo da Borborema e ONGIFA, que corroboram para a efetivação de uma alternativa agroecológica para o campesinato. Essa constatação nos motivou a procurar compreender a espacialização e o alcance da ação das redes agroecológicas no Brasil.

Analisar a agroecologia em escala nacional, regional e local foi desafiador, tendo em vista as proporções continentais do nosso país, contudo a formação de um banco de dados e a troca de informações via internet foram fundamentais para o andamento desta pesquisa. Trata-se de usar a “rede” para entender a própria rede agroecológica.

Sobre a temática proposta, na geografia, há pesquisas regionais e locais, não encontramos nenhum trabalho que se proponha a analisar as redes agroecológicas no Brasil, sua influência e seu uso no campesinato e a formação de territórios de esperança.

A hipótese central da pesquisa é que a atuação em *rede* do movimento agroecológico no Brasil é ferramenta fundamental para o fortalecimento, em diferentes escalas, do campesinato brasileiro. Assim, a agroecologia é instrumento de luta e de fomento de estratégias alternativas para resistência do campesinato e a *rede*, em torno dela, auxilia na integração de sujeitos e organizações, colaborando com a construção do movimento, da ciência e da prática social agroecológica.

Assim como compreendemos que as ações da ANA e da ABA-agroecologia foram, e ainda são, relevantes para a construção do movimento agroecológico brasileiro, acreditamos que a atuação do Polo da Borborema é exemplo concreto da dinâmica de tantas experiências agroecológicas no Brasil. Dessa forma, as articulações e compartilhamento de técnicas e experiências que valorizam os saberes tradicionais se apresentam como alternativa ao modelo hegemônico, modernizante e degradador: o agronegócio. E a construção do conhecimento e da racionalidade agroecológica,

articulado em rede, mostra-se como uma alternativa que fortalece o campesinato ante o capital e contribui para a formação de territórios frutos de ruptura, gerado com base na utopia e na esperança: o Território de Esperança (MOREIRA e TARGINO, 2007).

O desenvolvimento desta pesquisa é relevante para a Geografia Agrária no Brasil, uma vez que a mesma nos permitiu a compreensão ampliada da agroecologia e do campesinato em diferentes escalas, a partir das ações das *redes*, do *Estado* e principalmente dos *camponeses*. Outra relevante contribuição desta pesquisa é debater o conceito de *rede*, tradicionalmente debatido na Geografia Urbana.

Diante do exposto, surgiram algumas questões que nos levaram a propor este trabalho. A questão central foi: Qual o papel e a relevância da agroecologia, em suas variadas dimensões, para a configuração territorial do campesinato brasileiro? Também fizeram parte de nossos questionamentos que instigaram nossa pesquisas as seguintes perguntas: Como surgiram os debates iniciais para a formação/consolidação das redes agroecológicas no Brasil? Qual a relevância da atuação em *rede* dos diversos movimentos sociais, ONGs, pesquisadores e instituições para o campesinato e a agroecologia no Brasil? Qual é o papel do Estado e de agentes externos na mediação agronegócio X campesinato? É possível *mapear* o movimento agroecológico no país? Como a agroecologia foi e está sendo estudada pelos geógrafos brasileiros? Quais são as principais frentes de luta do movimento agroecológico? E, qual o papel do Polo da Borborema na dinâmica da agroecologia no agreste paraibano?

O objetivo central de nossa pesquisa é analisar a constituição de redes agroecológicas e a relação destas com o campesinato brasileiro, em diferentes escalas, além de sua fundamental relevância para a construção do conhecimento agroecológico como instrumento de luta, persistência e resistência na formação de Territórios de Esperança.

A fim de tentar alcançar o objetivo desta pesquisa e responder os questionamentos, procuramos:

- a) Aprofundar a discussão teórica sobre os conceitos basilares que fundamentam a pesquisa, tais como: território, rede, campesinato, agroecologia, território de esperança. Além de estudar a relação entre geografia e agroecologia;
- b) Compreender o histórico, a atuação e o papel das Redes e Articulações que se baseiam na agroecologia destacando a ação da ANA (Associação Nacional de Agroecologia), da ABA – Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia) e investigar a relevância das redes agroecológicas na propositura

de políticas públicas, principalmente do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2015 / 2016-2019), além de seus posicionamentos frente à conjuntura política nacional;

- c) Analisar os debates e interlocuções entre os sujeitos da agroecologia durante os encontros e congressos nacionais e regionais que reúnem as redes de movimentos agroecológicos e expor seus avanços, desafios e conflitos;
- d) Identificar e caracterizar a atuação do Polo da Borborema e seus parceiros, desde o processo de experimentação ao de troca das experiências no campesinato, sobretudo a experiência da Rede de Banco de Sementes Comunitárias e sua relação com a agroecologia no Brasil, enfatizando suas contribuições para a formação de Território(s) de Esperança;

Investigamos, inicialmente, a ANA e a ABA. Ao estudar a diversidade das ações e das organizações, resolvemos aprofundar a análise das redes agroecológicas no Nordeste brasileiro. Verificamos, assim, que a Articulação do Semiárido é a maior parceira e articuladora da agroecologia nessa região. Decidimos, também, investigar a atuação da Rede ATER-NE (Rede de Assistência Técnica Rural do Nordeste) e a Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (RENDA), os Núcleos de Agroecologia são fomentados principalmente pelas chamadas e editais CNPq/MDS que contemplam diversos grupos de estudos, pesquisa e extensão que atuam com a temática da agroecologia e instigam a formação desses núcleos.

Na Paraíba, verificamos a atuação do Polo da Borborema, assessorada pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, que interage de diferentes formas com as organizações supracitadas. Dentre as ações do Polo da Borborema, destacaremos a Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs). Dessa forma, faremos um panorama da rede de movimentos da agroecologia no Brasil e focaremos nas ações locais do Polo da Borborema, em especial, os BSCs. Ou seja, nossa análise parte da escala nacional para a local.

Nosso trabalho está organizado em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No capítulo 1, procuramos apresentar a agroecologia enquanto ciência, movimento e prática. Por isso, trazemos uma reflexão sobre os conceitos de campesinato e agroecologia, discutindo o papel do campesinato no desenvolvimento capitalista em diferentes correntes teóricas clássicas e em alguns autores contemporâneos, e a agroecologia como um modelo alternativo ante a modernização da

agricultura. Estabelecemos a relação entre geografia e agroecologia, refletindo sobre rede, escala e território. Analisamos também os trabalhos de dissertação e tese, em geografia, que versam sobre a agroecologia, no período de 1998 a 2016 e, da mesma forma, os artigos publicados nos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG), Encontro Nacionais de Geografia Agrária (ENGA) e Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGA), entre 2008 e 2016.

No capítulo 2, descrevemos os caminhos da rede agroecológica no Brasil, desde os primeiros debates e encontros sobre a agricultura alternativa até a atual articulação e participação das redes agroecológicas, movimentos sociais, ONGs, assessoria técnica rural e outros na formulação de propostas como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Destacamos o papel e o histórico da Articulação Nacional de Agroecologia e a Associação Brasileira de Agroecologia. Dito isso, debateremos a principal política pública voltada para o fomento da agroecologia, o PNAPO e as ações do PLANAPO.

No capítulo 3, analisaremos a efetividade dos debates realizados nos Encontros Nacionais de Agroecologia e nos Congressos Brasileiros de Agroecologia, do Encontro Nacional de Agricultores Experimentadores da ASA e outros eventos. Estes encontros foram observados a partir de trabalho de campo, dos anais dos encontros e congressos, bem como suas respectivas cartas políticas. Essa percepção é fundamental para a compreensão do discurso, dos avanços e dos desafios do movimento agroecológico brasileiro. São momentos de autoavaliação e de traçar as estratégias para o campo agroecológico.

No capítulo 4, destacaremos a configuração da rede agroecológica no Nordeste a partir da relação entre a ANA, a ABA, a ASA e da rede Ater-NE. Abordaremos os desafios e as pautas da agroecologia no Nordeste. Apontaremos a sistematização das experiências agroecológicas no Nordeste, notando a atuação das redes e organizações governamentais e não governamentais, da assistência técnica rural, dos núcleos de agroecologia, procurando identificar o seu papel no fortalecimento da agroecologia no Nordeste e sua importância para a agricultura e o papel da agroecologia nas estratégias de ação camponesa. Descreveremos as tecnologias alternativas através, principalmente, de boletins informativos *Candeieiro*, assim como apresentaremos a trajetória e as ações do Polo da Borborema e AS-PTA, com destaque para a Rede de Banco de Sementes. E, a partir disso, dialogaremos com o conceito de Território de Esperança (MOREIRA e TARGINO, 2007), pois enxergamos nas ações agroecológicas a consolidação do

caminho para a construção de um Território de Esperança.

Por fim, tecemos algumas considerações acerca dos vários processos tratados nesse trabalho, compreendendo como fundamental o *modus operandi* das articulações e das *redes* em prol da agroecologia e do campesinato no Brasil, formando as redes campesinas.

Para tanto, vários procedimentos metodológicos e várias técnicas de pesquisa serão necessárias para realizar este trabalho, tais como:

a) Levantamento bibliográfico: A sua realização se deu com base em uma pesquisa bibliográfica em torno da temática, buscando suporte não só na Geografia como também na Economia, na Agronomia, na Sociologia e em outras ciências, em autores que enfocassem:

I) Território, com base em Santos (1980; 1994); Saquet (2007; 2010); Moraes (1990); Souza (1995); Costa (1997); Oliveira (1999); Moreira e Targino (1997; 2007); Raffestin (1980); Silva, Fernandes e Valenciano (2003) e outros;

II) Campesinato, tendo como suporte autores como Guzmán e Molina (2005); Bottomore (2001); Paulino e Almeida (2010); Bombardi (2001); Chayanov (1981); Oliveira (1997); Martins (1995) e outros;

III) referente à agroecologia. tomamos como base Guzmán e Molina (2005), Moreira (2003), Altieri (2004), Guzmán (2001), Petersen e Silveira (2007), Mariano Neto (2006), Caporal e Costabeber (2004), Palerm (1980); Carvalho (2009); e outros;

IV) sobre Rede, buscamos suporte em: Santos (2001, 2002); Raffestin (1993); Castells (2003); Corrêa (1989, 2001); Dias (2000); Braga (2010); Haesbaert (2000); Scherer-Warren (2005); Randolph (1994); Coelho Neto (2011) e outros.

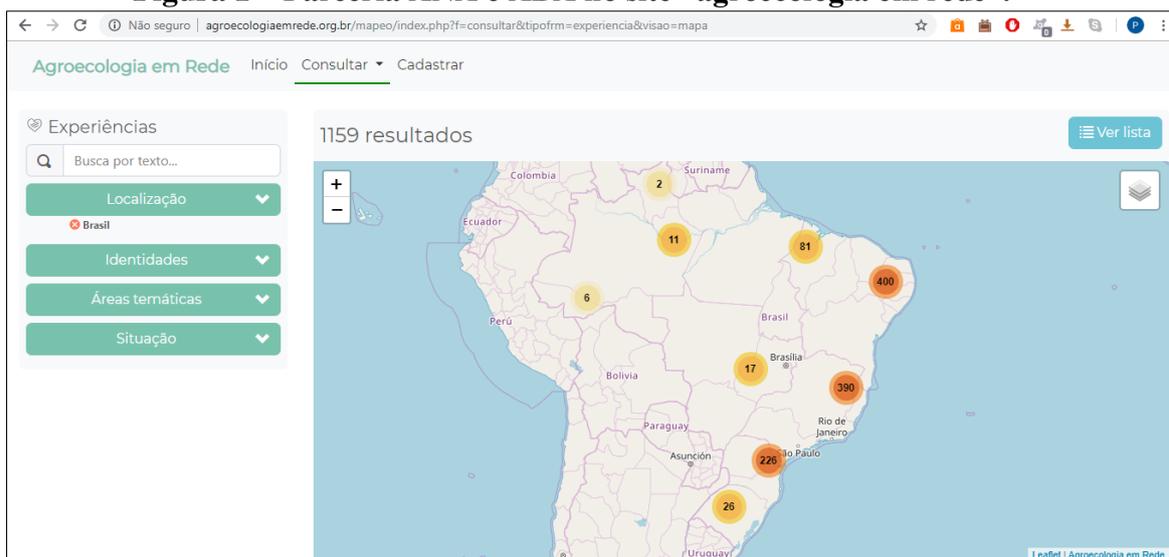
Este levantamento foi realizado junto às bibliotecas central e setoriais da Universidade Federal da Paraíba, bem como através da internet nas páginas de revistas, anais de congressos e dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia e ciências afins que publicam artigos, monografias, dissertações e teses referentes ao tema da nossa pesquisa.

Realizamos um levantamento bibliográfico das dissertações e teses em geografia que abordam a agroecologia em todos os *sites* dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil. As leituras e fichamentos das obras e dos textos selecionados auxiliaram na ampliação do conhecimento sobre questões conceituais e teóricas básicas, que envolvem o estudo versando sobre território e território de esperança; redes; escala;

camponês e campesinato; paradigma agroecológico, questão agrária e convivência com o semiárido.

b) Levantamento documental e dos dados quantitativos: O levantamento documental foi feito junto a ANA, a ABA - Agroecologia, SOCLA, a AS-PTA, no banco de dados da ASA-Brasil a partir do acervo dos boletins informativos tais como: *o candeeiro*¹ classificados por temática das experiências assistidas pelos parceiros da ASA, no site lançado em 2006, atualizado em 2018, o *Agroecologia em Rede*² (Figura 1), no site *mapadaagroecologia.org*³, lançado no CBA 2017 (Figura 2), dentre outros.

Figura 1 – Parceria ANA e ABA no site “agroecologia em rede”.



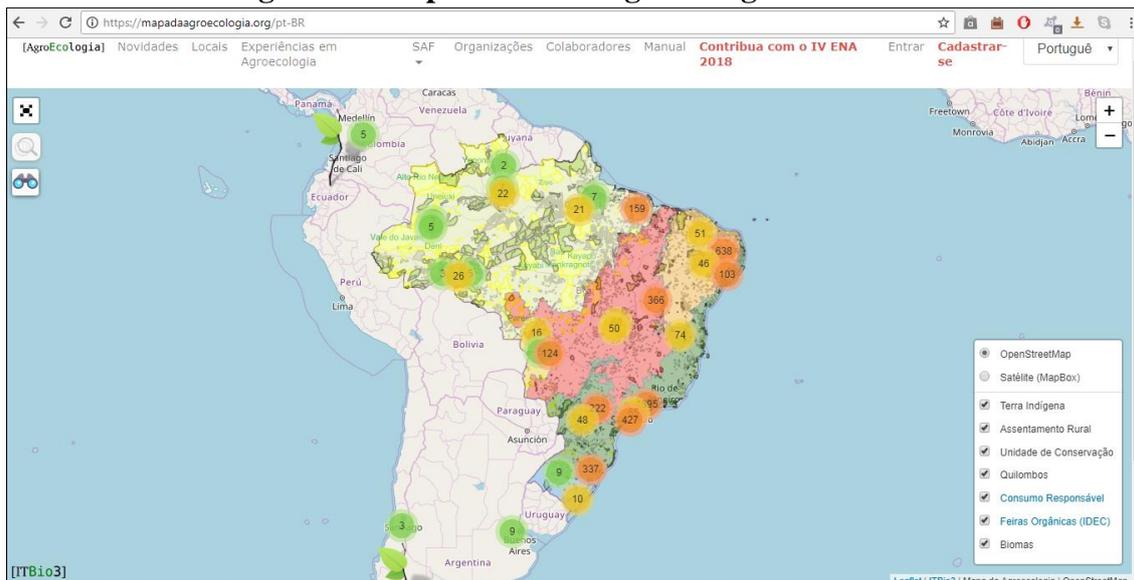
Fonte: <http://www.agroecologiaemrede.org.br> Acesso em 14/01/2019:

¹ http://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro?artigo_id=9342

² <http://www.agroecologiaemrede.org.br/>

³ <https://mapadaagroecologia.org/>

Figura 2 – Mapeamento da agroecologia no Brasil



Fonte: <https://mapadaagroecologia.org/pt-BR> Acesso em: 14/01/2019

Buscamos documentos em órgãos oficiais (ministérios e secretarias), sobretudo em leis, regimentos e planos que colaborem, ou não, com as ações agroecológicas no país. Parte dos documentos dos órgãos oficiais levantados está relacionada com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Os documentos estão servindo como referência para identificar posicionamentos, estratégias e formas de ação empreendidas pelos integrantes das redes e dos órgãos oficiais.

A partir dos dados quantitativos e da pesquisa documental, foram revisitados os bancos de dados das entidades supracitadas para uma reavaliação/renovação dos dados e elaboração de mapas temáticos representando as redes agroecológicas e a tipologia das ações executadas por elas e pelos camponeses.

c) Trabalho de campo: Os trabalhos de campo foram realizados em áreas de ações agroecológicas: em sítios, eventos que promoveram à agroecologia, manifestações, nas sedes das entidades selecionadas e em eventos nacionais, regionais e locais relacionados com a agroecologia.

Para descrever melhor os processos do nosso trabalho de campo, precisamos debater a questão da escala de análise, pois estudamos diversos sujeitos e instituições em várias escalas de atuação. Logo, no primeiro capítulo abordamos a compreensão de escala, tendo em vista que, em nossa pesquisa, estabelecemos diálogo com camponeses em seus sítios e com coordenadores da ANA, com atuação nacional.

Ou seja, verificamos diferentes níveis de atuação e de análise. No capítulo 1, apontamos e justificamos o nosso estudo em diferentes escalas, tendo em vista que a

escala em nosso trabalho não possui o objetivo de elaboração dos mapas. Usaremos a escala para verificar os motivos que fortalecem os movimentos agroecológicos, ainda que haja enfrentamentos ao agronegócio. E, para refletir sobre as *ações* dos sujeitos envolvidos com a agroecologia seja através da proposição de políticas públicas, de técnica ou da produção agroecológica. Assim, analisaremos a especificidade da prática dos Bancos de Sementes Comunitários.

Em nossa pesquisa, as participações em eventos relativos à agroecologia foram parte de nossos trabalhos de campo, pois, nos eventos, foram expressos os posicionamentos científicos e políticos dos vários sujeitos da pesquisa. Observamos, tanto no âmbito nacional como local, encontros, congressos, seminários, marchas, protestos e reuniões das entidades estudadas. Todos os eventos foram registrados através de fotos, vídeos e gravações de áudios.

Participamos e investigamos o III e IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) organizados pela ANA em Juazeiro-BA (2014) e Belo Horizonte-MG (2018); o IX e X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) organizado pela ABA-Agroecologia em Belém-PA (2015) e em Brasília-DF (2017); e o IV Encontro Nacional de agricultores e agricultoras experimentadores do semiárido organizado pela ASA-Brasil, realizado em Junho de 2016, em Aracaju-SE, além das plenárias e seminários do encontro, visitamos a experiência do biodigestor de um sítio na cidade de Poço Redondo-SE.

Observamos o seminário internacional “A agroecologia no mundo e a Encíclica ecológica”, realizado pela AS-PTA e *Agricultures networks*, em setembro de 2015, em Campina Grande.

Além destes, registramos o encontro preparatório da delegação paraibana para o III e IV ENA, em que foi realizado um panorama da atualidade das lutas e desafios da agroecologia na Paraíba; quatro Marchas Pela Luta das Mulheres e da Agroecologia, organizadas pela AS-PTA, Polo da Borborema e seus parceiros nas cidades de Lagoa Seca-PB, Areial-PB, Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça-PB (respectivamente entre os anos de 2015 e 2018); Inauguração do Banco Sementes Mãe do Polo da Borborema, em Lagoa Seca e da VII Festa Estadual das Sementes da Paixão (2017), em Boqueirão-PB.

Com a finalidade de colher mais informações acerca da história e da configuração atual do movimento agroecológico no Brasil completamos nossa pesquisa

com uma visita à sede da AS-PTA em Esperança-PB e no Centro Sabiá em Recife-PE, onde realizamos quatro entrevistas semiestruturadas (Apêndice 1)⁴.

A primeira com Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá e representante da ASA na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). A segunda com um dos coordenadores da AS-PTA na Paraíba, Marcelo Galassi. A terceira com Roselita Albuquerque, agricultora, assentada da Reforma Agrária e coordenadora do Polo da Borborema. E a quarta com Emanuel Dias, técnico da AS-PTA e coordenador da Rede de Banco de Sementes Comunitárias do Polo da Borborema.

Realizamos uma entrevista via *Skype* com o agrônomo Paulo Petersen, que faz parte da coordenação da AS-PTA e do núcleo executivo da ANA, já presidiu e hoje é vice-presidente da ABA, sendo representante dessas organizações na CNAPO. Ele teve papel importante nos eventos que participamos e têm diversas publicações sobre o percurso histórico do movimento agroecológico no Brasil, possuindo papel relevante na articulação da agroecologia no Brasil.

Na investigação sobre a Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs) do Polo da Borborema, além de participar de duas reuniões da Comissão de Sementes do Polo da Borborema, visitamos 27 BSCs e entrevistamos 27 guardiões de sementes, em 9 dos 12 municípios onde atua o Polo da Borborema e que tem BSCs. Esta amostra de entrevistas representa 42% dos BSCs em 75% dos municípios.

Através do roteiro de entrevista (Apêndice 2)⁵ investigamos a história de vida, a produção, a organização familiar, as redes de relacionamento, a compreensão sobre a agroecologia e as redes envolvidas nos processos agroecológicos, o manejo e a relevância das sementes crioulas (Sementes da Paixão), a história, a organização e os desafios dos BSCs e dos guardiões de sementes visitados.

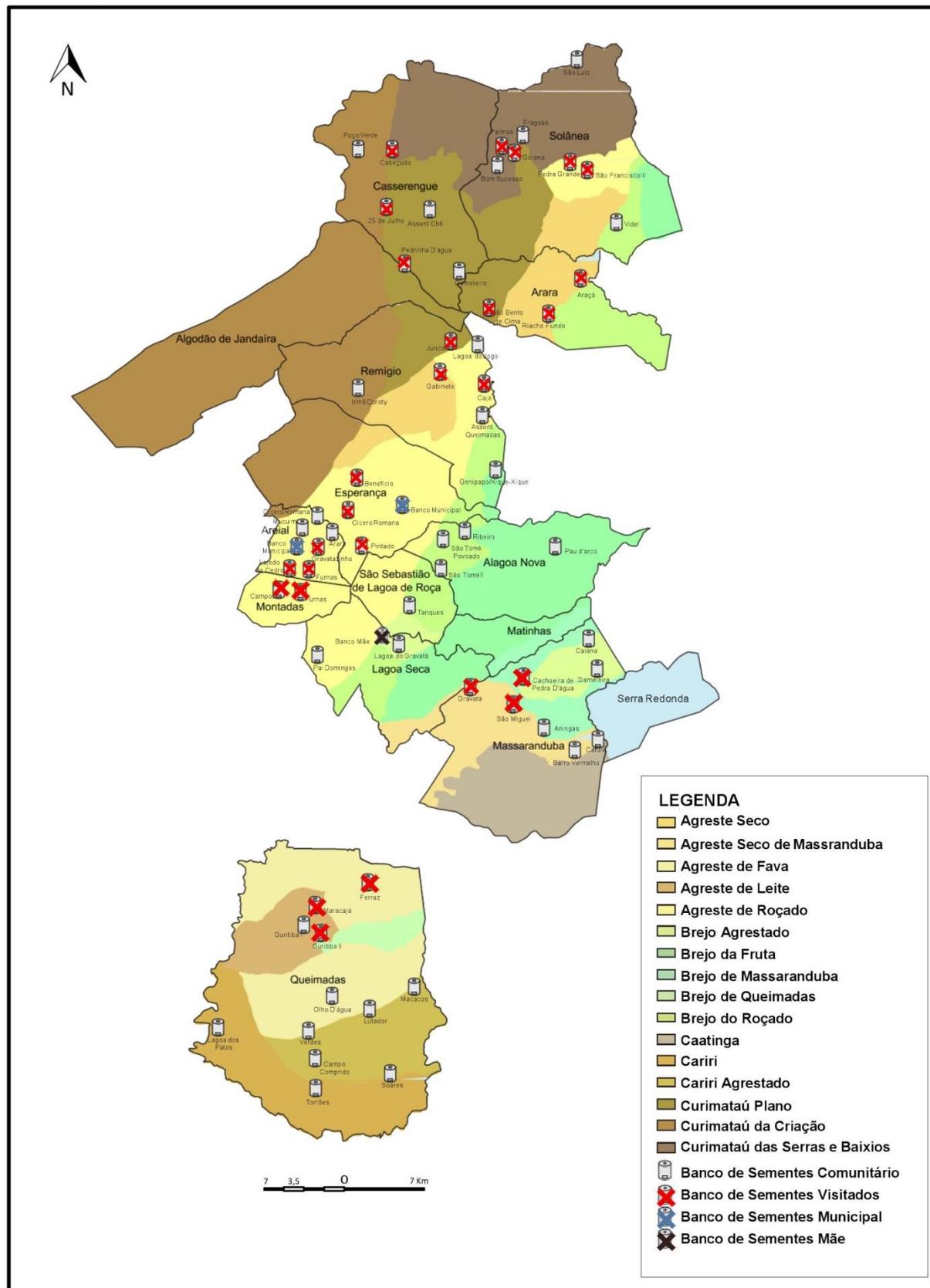
Os dados obtidos durante a pesquisa foram organizados e sistematizados para que possamos compreender os meandros do campesinato e o uso da ferramenta agroecológica na construção de territórios de esperança.

A Figura 3 descreve a localização e distribuição da Rede de BSCs do Polo da Borborema, assinala os BSCs visitados e aponta a existência do Banco de Sementes Mãe do Polo da Borborema e os Banco de Sementes Municipais de Esperança e Areial.

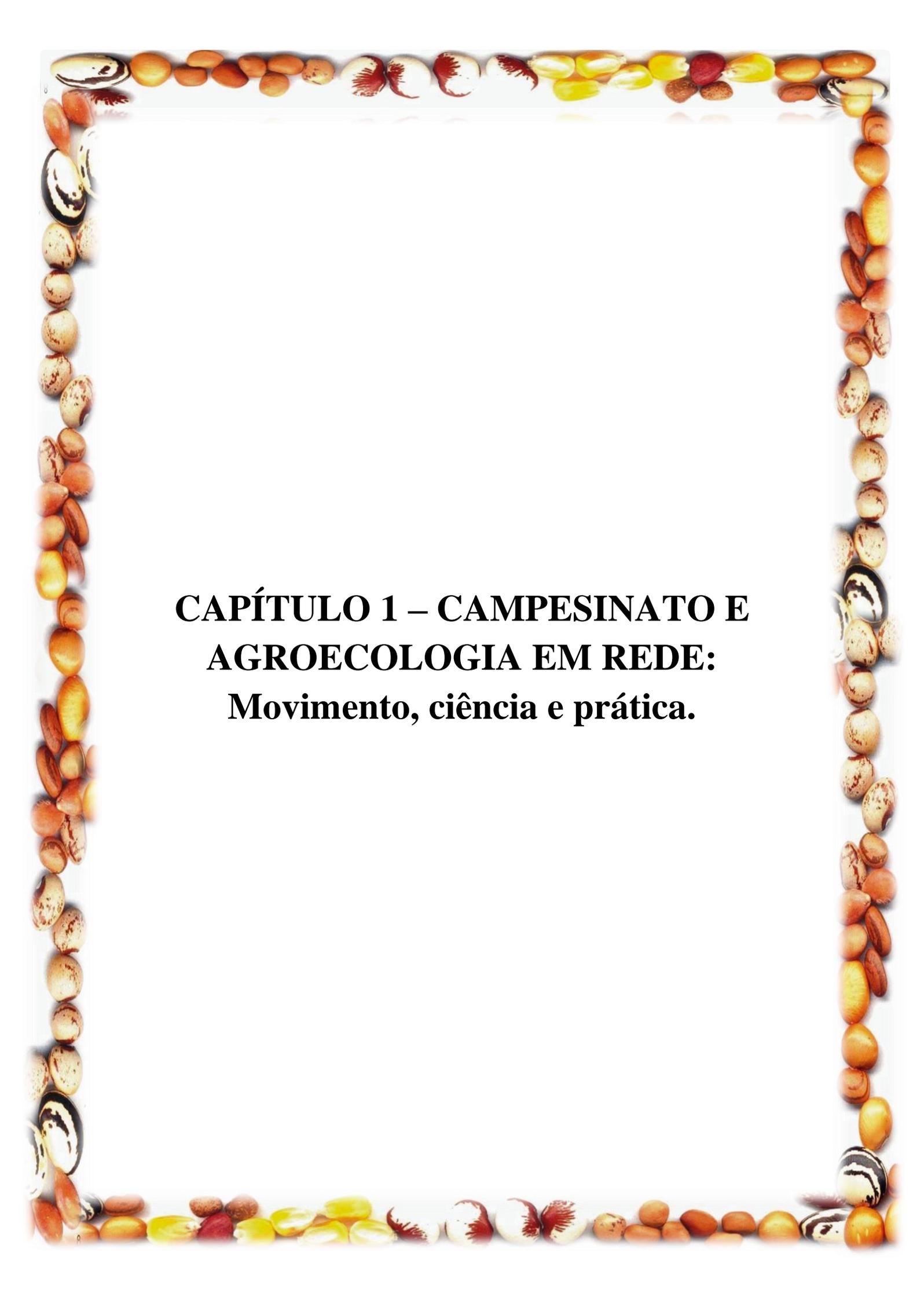
⁴ O roteiro de entrevista possui perguntas comuns a todos e perguntas específicas, de acordo com a função e cargo do entrevistado.

⁵ Roteiro de entrevista aplicado nos BSCs juntos aos guardiões de sementes.

Figura 3 – Rede de Bancos de Sementes do Polo da Borborema - 2017



Fonte: ASA, AS-PTA, Polo da Borborema.
Adaptação: SILVA, P. M. S



**CAPÍTULO 1 – CAMPESINATO E
AGROECOLOGIA EM REDE:
Movimento, ciência e prática.**

CAPÍTULO 1 – CAMPESINATO E AGROECOLOGIA EM REDE: movimento, ciência e prática

Neste capítulo, pretendemos expor os principais conceitos e temas que serão norteadores da nossa pesquisa. Parte dos elementos conceituais aqui apresentados compõe uma construção teórica de revisão e reavaliação de nossos estudos anteriores⁶. No primeiro momento, apontamos o conceito de campesinato segundo os clássicos, a partir de distintas percepções do seu destino. No segundo momento, indicamos o *elo* entre campesinato e agroecologia. No terceiro momento, analisamos a ação em rede como ferramenta de luta no território, e em distintas escalas. E, por fim, apontamos a agroecologia enquanto ciência e estabelecemos um estudo sobre a produção da pós-graduação da geografia brasileira sobre diversos temas da agroecologia.

1.1 PARA COMPREENDER A PERMANÊNCIA CAMPESINATO

A compreensão do conceito de campesinato é relevante, pois há diferentes correntes de pensamentos sobre os caminhos, as características e o destino do campesinato ante o desenvolvimento capitalista. Abordamos, sucintamente, o entendimento sobre o campesinato para os narodnistas, os anarquistas agrários, os marxistas ortodoxos e heterodoxos.

Segundo afirmam Guzmán e Molina (2005), é no decorrer dos séculos XVIII e XIX onde se tem a gênese do pensamento social agrário. Para eles, o narodnismo russo ou populismo russo foram correntes de pensamento pioneiras dentro dos estudos sobre o campesinato.

Segundo Bottomore (2001):

Os narodniks e populistas russos argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar (BOTTOMORE, 2001, p. 42).

⁶ O principal trabalho anterior é a nossa dissertação de mestrado, defendida junto ao PPGG/UFPB intitulada “*Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea-PB*”(2013)

Os teóricos narodinistas (Aleksandr Herzen e Nicolai Tchernichevski)⁷ apresentavam-se contrários à ideia da extinção do campesinato difundida e defendida pelos marxistas ortodoxos, pois enxergavam os camponeses como a única classe que poderia alavancar a revolução social saltando a etapa do capitalismo para alcançar o socialismo, evitando a desintegração do campesinato a partir do fortalecimento das formas de ações solidárias e coletivas dos camponeses.

E, é baseado na ação solidária entre os camponeses aliados ao conhecimento de técnicos e intelectuais que surge o chamado DRP (Diagnóstico Rural Participativo) (GUZMÁN e MOLINA, 2005), método bastante usado nos diagnósticos produzidos pelas organizações que atuam com os princípios agroecológicos⁸.

Teodor Shanin (2017)⁹, ao analisar o narodnismo russo, descreve-o como tradição revolucionária. Ele também afirma que os populistas russos acreditavam que seria possível “superar o estágio” capitalista que vivenciava a Europa ocidental. Segundo ele, para os narodnistas:

O desenvolvimento desigual tornava a Rússia uma nação proletária entre as demais, em desvantagem frente às nações burguesas do Ocidente (...). Por outro lado, possibilitava, e realmente necessitava, saltos revolucionários, por meio dos quais *atrasos* relativos poderiam se converter em vantagem revolucionária (SHANIN, 2017, p. 36).

Shanin (2017) complementa que:

Uma linha fortemente moralista e subjetiva dominava a “Weltanschauung” (visão do mundo) populista, inclusive nos textos de Tchernichevski (...). O impacto das ideias foi assumido e acentuando – para os populistas, um determinante de peso no desenvolvimento desigual das sociedades e a capacidade de algumas delas de “saltar” o estágio capitalista. (SHANIN, 2017, p. 37).

Deste modo, os narodnistas russos, por compreenderem que o campesinato possuía elementos socialistas, como o coletivismo e a ética camponesa, que poderiam

⁷ “O populismo russo era a principal tradição revolucionária autóctone da Rússia. Sua especial mistura de ativismo político e análise social começou com A. Herzen e criou uma longa linha de nomes muito conhecidos e respeitados nos círculos socialistas europeus, por exemplo, P. Lavrov, amigo pessoal e aliado de Marx. Esse populismo alcançou sua maior potência revolucionária com os textos de N. Tchernichevski, e sua expressão política mais dramática, na época de Marx, no *Narodnaya Volya*, ou seja, o Partido Vontade do Povo” (SHANIN, 2017, p. 34)

⁸ Nos capítulos 2 e 4 descreveremos a relevância dos diagnósticos rurais participativos durante as ações e no processo de surgimento e avanço das organizações que atuam com a agroecologia, bem como o uso dessa forma de diagnóstico na atualidade.

⁹ A publicação de Shanin (2017) é a versão brasileira, publicada pela editora Expressão Popular, do livro *Late Marx and the Russian Road: Marx and the Peripheries of Capitalism. London. 1984.*

ser potencializados, assim enxergavam que a Rússia tinha a oportunidade de tomar outro caminho para o socialismo, impedindo a proletarização e a desorganização social das comunidades rurais provocadas pelo capitalismo, instituindo uma “ponte” direta entre o campesinato e o socialismo (PAULINO e ALMEIDA, 2010). Esse seria *o poder do atraso*, a possibilidade de “saltar” a etapa capitalista.

Podemos definir o narodnismo russo como uma práxis política e intelectual que organizava estratégias de luta contra o capitalismo marcado pelas seguintes características:

1. Os sistemas de organização gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante as falsas fórmulas de participação democrática;
2. Sistemas de legalidades assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos;
3. Nas forças de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrária à natureza do capitalismo russo;
4. Era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade;
5. Os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 22-23).

A corrente chamada de anarquismo agrário tem como figuras-chave para o seu desenvolvimento Bakunin e Kropotkin. Segundo eles, na Rússia da segunda metade do século XIX, havia possibilidades claras para que ocorresse uma revolução social. Bakunin, em sua teoria, indicava o campesinato como agente revolucionário. Ele percebia essa possibilidade tendo em vista a conjuntura das massas populares camponesas, pela condição extrema de miséria e dominação social em que viviam. Já o geógrafo Kropotkin apontava o *apoio mútuo* como uma das características fundamentais do campesinato, que dá a ele um caráter revolucionário e resistente à penetração do capitalismo.

Guzmán e Molina (2005) apontam as ideias do anarquismo agrário sobre o campesinato como uma classe revolucionária, segundo eles:

- 1) o *apoio mútuo* constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potenciar frente a elementos inibidores;
- 2) a estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui,

certamente, um “atraso” que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao “reter este a energia da natureza popular”; 3) a condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente em que “trabalhar com as mãos lhes condiciona moralmente” fazendo-os odiar os “exploradores do trabalho”, de forma tal que: 4) só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns “interesses dos trabalhadores urbanos”, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade “de interesses da classe trabalhadora”, é possível desatar a autêntica “rebeldia natural” existente na estrutura social do campesinato (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 36)

Kropotkin, em seu livro *Apoio mútuo*, debate diferentes maneiras históricas de organização social campesina e critica políticas de extinção das comunidades rurais russas. Ele também aponta que o recém elaborado liberalismo econômico não deve ser comparado com a *evolução biótica das espécies*¹⁰. Ele compreende que relações sociais da humanidade não podem ser regidas pela concorrência do mercado e nem pelas falsas leis que tentam justificar a exploração do trabalho.

Sobre a naturalização do fim do campesinato, Kropotkin afirma que:

As teorias correntes dos economistas burgueses e de alguns socialistas afirmam que a comuna morreu na Europa Ocidental de morte natural, já que se encontrou que a posse comunal da terra era incompatível com as exigências contemporâneas do cultivo da terra. Mas a verdade é que em nenhuma parte desapareceu a comuna aldeana por própria vontade, ao invés, em todas as partes, as classes dirigentes precisam de vários séculos de medidas estatais persistentes para desarraigar a comuna e confiscar as terras comunais. [...] para abreviar, o que se dizia a respeito da morte natural das comunas aldeanas, em virtude das leis econômicas, constitui uma brincadeira tão pesada como se falássemos da morte natural dos soldados caídos no campo de batalha (KROPOTKIN, 2006, p. 106-108).

Corroborando com o pensamento de Kropotkin, o geógrafo francês de teoria anarquista, Élisée Reclus também fez considerações sobre o campesinato. Ele afirmou que o latifúndio é responsável pela pobreza em todas as partes do mundo, defendeu que

¹⁰ Durante sua estadia na Sibéria, Kropotkin pôde contrastar as teorias darwinianas com a realidade observada e, nessa comparação, pode dar-se conta de que, em vez da esperada luta cruel pelos meios de subsistência, dentro de cada espécie animal, predominava a luta individual ou associada contra algumas condições naturais desfavoráveis. Estas primeiras ideias foram maturando com o conhecimento do pensamento desenvolvido nesta linha por outros autores, em concreto, Kessler, professor da Universidade de São Petesburgo, que via a evolução das espécies como o resultado da ação de duas leis, a luta mútua e a ajuda mútua, destacando o papel desta sobre aquela. Assim que quando Huxley publicou sua tese da luta encarniçada nas espécies animais, Kropotkin, estimando-a como uma representação inexata do mundo animal, rebateu-a mediante o artigo “A ajuda mútua entre os animais”, publicado pela revista Nineteenth Century nos meses de setembro e novembro de 1890 (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 36).

a consistência do desenvolvimento camponês não estava estagnada, mas passava por um processo de evolução e aprendizagem e que a produção camponesa coletiva construía gradativa e dialeticamente seu lugar no capitalismo (SOUZA, 2012).

Para Reclus (1985):

é preciso não esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. [...] *na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. [...], mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para elas sem que tenham realizado experiências duráveis* (RECLUS, 1985, p. 89-90. *Grifo nosso*).

Outra corrente do pensamento que analisa o campesinato é o marxismo ortodoxo. Karl Kautsky e Vladimir Ilich Ulianov (Lenin) foram os principais formuladores da ortodoxia marxista ao analisar o contexto histórico das transformações produzidas na agricultura durante o desenvolvimento do capitalismo. Os autores ortodoxos da leitura de Karl Marx prezaram por uma interpretação mais dogmática dos primeiros escritos de Marx e Engels.

Kautsky e Lenin enxergavam a desintegração do campesinato, tendo em vista o avanço do capital sobre o campo. Ambos possuem afirmações acerca da dissolução e proletarização do campesinato, atestam a superioridade técnica da grande propriedade agrícola se comparada à pequena produção camponesa. Assim, apontam o fim do campesinato como uma necessidade para se alcançar a etapa capitalista de desenvolvimento da sociedade e as bases de uma revolução socialista.

Guzmán e Molina (2005) definem que o esquema teórico do marxismo ortodoxo enxerga a evolução da estrutura agrária no processo histórico a partir de cinco características, sendo elas:

1. Evolução unilinear: as transformações que se operam na agricultura respondem às mudanças que se produzem na sociedade global. Essas mudanças estão determinadas pelo crescimento das forças produtivas e a configuração do processo como resultado, gerando polarização social na quais se produz em um processo

acumulativo de formas de exploração social...; **2. Sequência histórica:** tais formas de exploração se inserem em fases históricas de evolução das sociedades em que a reprodução das relações econômicas e sociais responde à lógica de funcionamento do desenvolvimento das forças produtivas...; **3. Dissolução do campesinato:** a aparição do capitalismo, como modo de produção anterior ao socialista, determina a dissolução do campesinato...; **4. Superioridade da grande empresa agrícola:** as grandes possibilidades de adaptação da grande exploração ao funcionamento da agricultura capitalista, como um ramo da indústria, dotam o latifúndio de uma potencial superioridade técnica que, por meio das vantagens das economias de escala, permitiriam o crescimento da sua composição orgânica do capital, avançando assim para a socialização da produção agrária; **5. Contraposição entre a grande e a pequena exploração:** (...) a dinâmica do capitalismo gera uma confrontação entre o campesinato e o latifúndio, que tem como desenlace a proletarianização do campesinato e a polarização social no campo. (GUZMÁN E MOLINA, 2005, p. 49-51).

Kautsky, em sua obra, *A questão Agrária* (1986 [1899]), apresenta dados que apontam para a superioridade produtivista do grande estabelecimento em relação ao pequeno. Sobre esta obra Shanin (2005) aponta que:

Ela foi (e ainda é) rica em conteúdo e em *insight* quanto à problemática camponesa. Aceitou a possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia. Apontou para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura alemã. E salientou que a referida falta de concentração da propriedade fundiária não significava necessariamente o fracasso do capitalismo em ali se estabelecer. O principal motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. (SHANIN, 2005, p. 7)

Nas palavras de Kautsky:

Quanto mais este processo avança, mais se desenvolve a indústria doméstica a que, primitivamente, o camponês se dedicava, e mais aumenta a necessidade de dinheiro não só para comprar coisas que não são indispensáveis, ou que são até supérfluas, mas também para comprar coisas necessárias. Já não pode continuar a explorar a sua terra nem prover ao seu sustento sem dinheiro (KAUTSKY, 1986, p. 26).

Para Kautsky, as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo em um período de intensificação das relações campo-cidade se davam por meio do processo de industrialização crescente (GIRARD, 2008). Ele aponta que a mudança do

feudalismo para o capitalismo trouxe avanços necessários, destacando o fim da escravidão e o aumento da produtividade.

Já sobre Lenin, Shanin (2005) afirma que:

Em suas primeiras obras, Lênin era ainda, em muitos aspectos, um “kautskiano”, mas com ênfase claramente diferente. Para ele, eram a dinâmica intercambial de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista. A ênfase passa da produção para as relações mercantis (SHANIN, 2005, p. 7).

Ao contrário dos narodistas, Lenin previa a rápida inserção da agricultura aos moldes capitalistas da indústria. Analisando a realidade da agricultura na Rússia, ele apontou que o capitalismo estaria, no fim do século XIX, num caminho sem volta, ao promover um intenso enquadramento das atividades agrícolas ao padrão industrial de produção.

O capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de “rompimento” capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoadas; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. [...] o capitalismo destruiu o espírito estreito e provinciano; substituiu as pequenas divisões medievais dos agricultores por apenas uma grande divisão, que incide sobre o conjunto da nação (LÊNIN, 1982, p. 204-205).

Em suma, a questão agrária para a ortodoxia marxista entende que a penetração e o desenvolvimento estrutural do capitalismo no campo teriam a capacidade de fazer com que o “campesinato se converta em *resíduo anacrônico* condenado inelutavelmente a desaparecer ante o inexorável desenvolvimento das forças produtivas.” (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p.52)

Outra corrente de pensamento, com a qual concordamos, avalia e ressalta a permanência do campesinato. Dentre as correntes que debatem o campesinato e analisam sua relação com o capitalismo, destaca-se o marxismo heterodoxo, que tem como um dos principais nomes Rosa Luxemburgo. Ela elaborou a teoria dos “espaços

vazios do capitalismo”¹¹, assim buscando explicar a recriação das relações não capitalistas, dentre elas o campesinato.

No livro *A acumulação primitiva do capital*, Rosa Luxemburgo busca explicar que a formação social capitalista historicamente se desenvolve por meio de relações sociais não capitalistas, pois “para existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não capitalistas de produção” (LUXEMBURGO, 1985, p.253).

Segundo Rosa Luxemburgo:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Sem esses modos, a acumulação do capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Em síntese, para Rosa Luxemburgo (1985), o desenvolvimento do capitalismo no campo não significa essencialmente o fim do campesinato, tendo em vista que neste processo o papel do camponês é o de um trabalhador para o capital, por ser ele o responsável pela reprodução da mais-valia capitalista. Por isso, para o capital se desenvolver, faz-se necessária a dissolução e a recriação do campesinato para completar o seu ciclo produtivo (CORREIA, 2011).

A lógica camponesa que por sua vez é distinta da capitalista, ou seja, enquanto a acumulação capitalista pode ser representada pela fórmula: D-M-D’ no campesinato essa lógica é descrita de modo diferente: M-D-M. Portanto Chayanov (1974;1981) e Wolf (1970) apontavam que o trabalho camponês está centrado nas necessidades da família.

Vemos en el esquema que la fuerza de trabajo y el capital aportados por la familia campesina combinan los factores de producción (fuerza de trabajo, tierra, equipos, etc.). Como resultado del proceso de

¹¹ É possível atribuir a Rosa Luxemburgo o estabelecimento de um marco teórico sobre os “espaços vazios do capitalismo”, segundo o qual, em toda sociedade, se produz a coexistência de regimes de produção diferentes assim como um forte intercâmbio entre eles. Nesse sentido, o campesinato, como estrutura social não capitalista, possui mecanismos de funcionamento que marcaram fortes peculiaridades em seu intercâmbio com a forma de exploração dominante nessa determinada sociedade (GUSMÁN e MOLINA, 2005, p. 48-49).

producción éstos producen ingreso bruto. Parte de este ingreso bruto se destina a la recuperación del capital adelantado a su nivel original, y parte para aumentar la reproducción si la familia está ampliando su actividad económica. Todo el resto queda disponible para satisfacer las necesidades normales de la familia o, dicho de otro modo, para reproducir la fuerza de trabajo. (CHAYANOV, 1974, p.231-232).

Ou seja, há uma lógica de produção baseada na força de trabalho familiar, visando satisfazer as necessidades da família. Shanin reforça o objetivo tanto da produção capitalista, como da produção camponesa.

O objetivo da produção capitalista é a acumulação, ao passo que o da economia camponesa é a sobrevivência, portanto fica claro que, no campesinato, como a produtividade crescente não é o objetivo maior, não há sentido em trabalhar mais... Gradativamente, Chayanov foi chegando a uma segunda explicação para a especificidade da economia camponesa: o fato de esse tipo de economia estar baseado no trabalho familiar, um sistema diferente do trabalho assalariado. Desse modo, a estratégia da administração da economia familiar difere da estratégia utilizada pelas empresas capitalistas (SHANIN, s.d., *apud* BOMBARDI, 2004, p.53-54).

Consideramos o campesinato como uma classe social inserida na formação social capitalista. Ele se configura como um dos elementos centrais da discussão que trazemos nesta pesquisa. Para entender o campesinato brasileiro com base nesse pressuposto, é importante e indispensável compreender o processo de desenvolvimento do capital no campo.

Oliveira (1997) e Martins (1995), estudiosos da questão agrária brasileira, apontaram importantes reflexões sobre o desenvolvimento do capital no campo que os levaram ao entendimento de que este se dá de forma desigual, contraditória e combinada. Para Oliveira (1997):

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

O desenvolvimento desigual e contraditório do capital resulta em seu desenvolvimento não apenas a partir de relações sociais de produção capitalistas, mas também é necessária a articulação com relações sociais de produção não capitalistas.

Desta forma, as relações de produção camponesas coexistem com as relações de produção notadamente capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo (OLIVEIRA, 1997, p. 18).

Baseado nesses argumentos, podemos compreender que o campesinato não só persiste, como se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo ocorre justamente pela necessidade que o capital tem de se articular com formas não capitalistas de produção para seu desenvolvimento.

1.1.1 – Agroecologia como instrumento para campesinato

O conceito de campesinato se cruza com o entendimento da agroecologia a partir de Angel Palerm, que dedicou seus últimos trabalhos à análise do papel do campesinato no capitalismo em seu livro *Antropologia e Marxismo* (2008), contribuindo com pressupostos epistemológicos para a agroecologia. Segundo Palerm (2008),

Bajo semejante complejo de condiciones histórico-estructurales y coyunturales, resulta cada vez más aventurado predecir el fin del campesinado y cada vez más difícil concebir un futuro capitalista para la agricultura. El porvenir de la organización de la producción agrícola parece depender de una nueva tecnología centrada en el manejo inteligente del suelo y de la materia viva por medio del trabajo humano, utilizando poco capital, poca tierra y poca energía inanimada. Este modelo antagónico de la empresa capitalista tiene ya su protoforma en el sistema campesino. (PALERM, 2008, p.291-292).

Caporal e Costabeber (2000) compreendem que a relação entre os estudos do campesinato e a agroecologia surgem da recuperação da corrente do "populismo agrário russo", o narodnismo, que pelo fato de acrescer as questões de sustentabilidade e ecologia passou a ser denominada, na década de 1980, de neo-narodnismo ecológico.

Neste sentido, a partir dos anos oitenta, começaria a se conformar a Agroecologia como perspectiva teórica alternativa. Sustentados no "neo-narodnismo ecológico" ou "neo-populismo ecológico", seus autores recuperam, a partir de uma análise científica, a necessidade de conservação da biodiversidade ecológica e cultural, assim como o enfoque sistêmico para a abordagem dos aspectos relativos ao fluxo de energia e de materiais nos sistemas econômicos. Assim, o neo-

populismo ecológico, ainda que faça uma crítica radical à ciência e tecnologias modernas, não nega a ciência, mas propugna por uma "modernidade alternativa", afastando-se da ideia de progresso a qualquer custo e do entusiasmo cego com respeito às tecnologias ditas modernas (CAPORAL e COSTABEBER, 2000, p. 25).

O campesinato, de fato, apresenta as condições necessárias para ser um modelo antagônico, alternativo, à empresa capitalista. “Ora, se o camponês contrasta com a racionalidade capitalista, é preciso não perder de vista que sua ‘perversão’ subsiste e reproduz-se através de um processo de integração” (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p. 136).

Logo, tendo em vista a multiplicidade das formas de apropriação da natureza e dos saberes para obter maior proveito, a família camponesa elaborou uma racionalidade caracterizada pela diversidade histórica, étnica e territorial: a racionalidade camponesa:

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família (VIA CAMPESINA, 2004, p.120).

A racionalidade ecológica, a partir do manejo inteligente dos recursos naturais, é também uma fuga à indústria dos agrotóxicos que não só é uma agressão ao ambiente, mas também à saúde dos agricultores e consumidores, assim como à economia camponesa.

A agricultura camponesa se organiza e se reinventa também com base na racionalidade ecológica. Esse era, inclusive, o alicerce de sua constituição até poucas décadas atrás, diferenciando-se das formas de manejo e organização que têm na racionalidade econômica seu eixo principal e que no campo tem na agricultura capitalista sua forma de manifestação (CAMARGO, 2007 p. 164).

A “modernização camponesa” é concebida como renovada relação antrópica com a natureza na concepção e na prática agroecológica, onde se busca a coevolução (CARVALHO, 2012), no mesmo sentido que afirmam Guzmán e Molina (2005):

O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculado aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico

de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos ‘graus de camponesidade’ (...) o campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução que configurou um modo de uso dos recursos naturais ou uma forma de manejo dos mesmos de natureza socioambiental (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 78 e 81).

A agroecologia faz uma aproximação com a natureza dos agroecossistemas¹² em busca de uma agricultura que não seja degradadora, visto que busca minimizar os agravos das práticas agrícolas ao ambiente. Ao mesmo tempo, auxilia a busca por autonomia por parte do camponês, pois o livra da dependência de insumos externos (como os agrotóxicos), assim como revaloriza, reconhece e dá a devida relevância aos saberes culturais locais, resgatando, portanto, o sentido da relação sociedade-natureza (SILVA, 2013).

Compreendemos que a agroecologia, conceitualmente, apresenta-se com um sistema agrícola diversificado, onde o engajamento social para seu manejo é um princípio basilar das práticas agroecológicas que estejam voltadas para o atendimento das necessidades sociais e ambientais de modo estável e equilibrado (MARIANO NETO, 2006).

Guzmán corrobora com esse entendimento, pois segundo ele, “o manejo ecológico de recursos naturais, incorporado a uma ação social coletiva de **caráter participativo**, permite projetar métodos de desenvolvimento sustentável”. (GUZMÁN, 1997, p. 29, *grifo nosso*).

Assim, a agroecologia é “uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2004, p.23).

Desta forma, um dos elementos centrais para a compreensão do papel da agroecologia é entender a dimensão local como portadora de um potencial endógeno, e que a articulação do conhecimento socialmente construído pelos camponeses e a produção científica possibilita a adoção de sistemas de agricultura alternativos ao

¹² De acordo com Altieri (1989), o agroecossistema é uma unidade fundamental de estudo, no qual “os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 11).

modelo dominante, fortalece a biodiversidade ecológica e potencializa o caráter social e cultural da agricultura camponesa (GUZMÁN, 2001).

Para Guzmán e Molina (2005):

O conceito de potencial endógeno em Agroecologia faz referência, não só ao nível de conhecimento local que possui um indivíduo sobre seus agroecossistemas, senão ao grau de compromisso que possui com a identidade vinculada a dito conhecimento e às comunidades locais que o compartilham. (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 78 e 81).

Ou seja, existe uma articulação entre os sujeitos, suas histórias e experiências vivenciadas vinculadas ao agroecossistema em que estão inseridos. Entender e aplicar esse potencial endógeno é relevante para as estratégias de resistência camponesa, principalmente quando articulada com organizações camponesas.

Entendemos que a agroecologia se apresenta como um sistema agrícola diversificado, que atende as necessidades sociais e ambientais locais. Ela parte do conhecimento local e representa a resistência local. A agroecologia não representa o êxito de uma pessoa só ou até mesmo de uma comunidade local, mas, apresenta um projeto participativo.

A agroecologia, além de ser uma forma diferenciada de produzir, carrega ciência e um patrimônio sociocultural. Porque são práticas e experiências concretas transmitidas, estudadas e compartilhadas. Assim, elementarmente, ela é uma forma de resistência, tanto sua forma produtiva (técnica agrícola) como também sua reprodução.

O estudo agroecológico utiliza os saberes locais e populares atrelados e interseccionados com conhecimentos científicos. Consequentemente, valoriza o trabalho do agricultor e todos os conhecimentos que são transmitidos e carregados por gerações na construção e manejo dos recursos naturais.

Sendo assim, para a realização de uma pesquisa agroecológica coerente deve haver a compreensão de que tal agricultura está num contexto social e econômico e está inserida num agroecossistema. Portanto, este contexto deve ser observado para a compreensão do processo de transição agroecológica. Assim, a agroecologia apresenta-se como o modelo alternativo (científico/produtivo), frente ao modelo do capital, para a consolidação, recriação e reprodução do campesinato. Não que a agroecologia seja responsável por recriar o campesinato, mas ela é uma ferramenta para o avanço e fortalecimento do campesino.

1.2 OS NÓS ENTRE A AGROECOLOGIA E A GEOGRAFIA: *território, escala e rede.*

Nas ciências, geralmente, os conceitos e categorias podem ser polissêmicos. Ou seja, apresentam vários significados. Nessa pesquisa, precisamos lançar mão de conceitos polissêmicos, dentre os quais destacamos três: *território, escala e rede.*

Esses três conceitos são ao mesmo tempo categorias de análises. Eles são basilares para a compreensão do nosso objeto de estudo e a articulação desses é fundamental para apresentar uma abordagem geográfica do nosso problema, lembrando que os mesmos também são adotados pelo movimento agroecológico no Brasil.

Por entender a relevância e complexidade do conceito *rede* para a nossa pesquisa, iremos aprofundar o debate e estabelecer o diálogo de diferentes autores como Santos (1996); Raffestin (1993); Castells (2003); Corrêa (1989, 2001); Dias (2000); Braga (2010); Haesbaert (2000); Scherer-Warren (2005); Randolph (1994); Coelho Neto (2011), e outros.

Buscamos compreender a articulação entre território e rede. “O diálogo entre os conceitos de rede e de território não é produto de nossa inventividade, sendo possível atestar a existência de numerosos trabalhos que investiram esforços nesta direção” (COELHO NETO, 2013, p.25). Deste modo, iremos aprofundar a reflexão sobre a relação entre território e rede.

Deste modo, estabelecer o elo entre o entendimento de que as ações *multiescalares* e em rede, do campesinato brasileiro, a partir da agroecologia são fundamentais para a elaboração de estratégias de luta e resistência camponesas no território e pelo território. Assim, para a elucidação de nossa tese, apontamos nosso entendimento sobre cada uma dessas categorias de análise.

1.2.1. *Território e Rede: uma compreensão necessária*

O debate em torno do território é bastante antigo e até hoje não há um consenso com relação a sua definição, contudo teceremos algumas notas sobre este debate, buscando aplicá-lo na geografia agrária.

Gootman (1973, *apud* SAQUET, 2010), esclarece que o conceito de território já era debatido desde o século XV, quando sua análise era relacionada a questões políticas,

como a expansão dos territórios dos Estados a partir da dominação de alguns povos por aqueles que possuíam soberania territorial:

como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza (...)O território que inicialmente tinha como funções principais a garantia do abrigo e das oportunidades passa agora a ser visto como receptáculo de investimentos econômicos sendo experimentado para além de *habitat* do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente no decorrer dos sécs. XVII e XVIII (SAQUET, 2010, p. 27-28).

Em meados do século XVIII, a geografia surge ligada aos interesses burgueses. Friedrich Ratzel foi um dos geógrafos pioneiros a trabalhar o conceito de território, considerando-o como algo indispensável à existência do Estado. Em sua concepção, o Estado não pode jamais ser pensado separadamente de seu território.

O fato de estes dois organismos (sociedade e Estado) estarem ligados ao seu solo é a consequência natural da ligação evidente que une a criatura humana à Terra. É certo, porém, que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado que na da sociedade; isso deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. Não é fácil demonstrar a existência de uma lei que regule o incremento progressivo do território com o crescimento da família ou da sociedade, como é possível no que se refere ao Estado. Mas, em compensação, a sociedade está enraizada com muito mais profundidade no seu território e o modifica com menos facilidade (RATZEL, 1990, p. 73).

Porém, este conceito era entendido por Ratzel, tanto como ambiente e solo, e também um substrato natural da habitação do homem, assim como do Estado-Nação. Ou seja,

Para Ratzel, o território é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais, fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob o domínio do Estado) (SAQUET, 2010, p. 31)

Ratzel avança no entendimento de que a expansão do território traria o desenvolvimento da força e da solidez do Estado e da abordagem de que o homem está ligado ao solo. De igual modo, para ele, as perdas territoriais representariam o princípio da decadência de uma Nação. Entretanto, sua proposta metodológica tinha um caráter

institucional e burguês que claramente justificava e favorecia os interesses do Estado alemão.

Ao ampliar os horizontes da abordagem geográfica sobre o território para além da ideia de espaço político-administrativo, a categoria do território passa a ter um debate profícuo. Na abordagem de Raffestin (1980), o território passa a existir com a apropriação do espaço pelo homem. Segundo ele, o espaço é anterior ao território, contudo o território passa a ser apropriado pelo homem, seja de forma concreta ou abstrata, quando através da apropriação e/ou do trabalho o homem passa a planejar, sobrepor, intervir sobre este espaço. Assim, revela relações de poder. Este espaço, na compreensão de Raffestin, passa a ser concebido como território.

Para Souza (2000) “o território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”, portanto este poder seria propriedade de um grupo, e não de um único indivíduo e existindo apenas enquanto este grupo se mantiver unido.

Em relação ao poder, Arendt afirma que:

O ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’ estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, ‘o seu poder’ também desaparece (ARENDR, 1985, p.24).

Na concepção de Souza (2000), *o poder* é, primeiramente, a característica fundamental que define o território, e o que definirá o seu perfil é, antes de tudo, a sua *dimensão política*, porém, apesar disso, deixa claro que fatores como a *cultura* (simbolismos, identidades, significados etc.) e a *economia* também exercem influência sobre ele, já que também exercem certo poder sobre a sociedade, mas não na mesma proporção.

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do

interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...) mas o verdadeiro *Leitmotiv*¹³ é os seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este *leitmotiv* traz embutido, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* (SOUZA, 2000, p 78-79)

Fernandes (2005) adota o mesmo raciocínio, ao afirmar que o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Segundo ele, espaço e território são indissociáveis.

Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico [...] São as relações sociais que transformam espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território intermitente. Da mesma forma que o território e o espaço são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 27-28).

Haesbaert (1997) sistematizou as abordagens conceituais, sobre território, mais utilizadas em três vertentes consideradas por ele como básicas: a jurídico-política, a culturalista e a econômica.

A perspectiva jurídico-política é normalmente a mais difundida. Focaliza o território “a partir de sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira” (HAESBAERT, 1997, p. 33).

A vertente cultural do território está relacionada à importância simbólica da terra para os que nela vivem, ou seja, a noção de identidade, de pertencimento, a necessidade e a relação de uma pessoa ou grupo para com a terra. O território é entendido neste caso, “como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (HAESBAERT, 1997, p. 39).

Já na percepção econômica compreende a “desterritorialização em sua perspectiva material, concreta, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997 p.40).

¹³*Leitmotiv* - palavra alemã. *Leitmotiv* que significa "motivo condutor". *Substantivo masculino*1. [Música] Motivo musical condutor ou característico, tema repetido .frequentemente numa partitura, associado a uma .ideia, a uma personagem (ex.: *Wagner usou muitas vezes o leitmotiv*).2. Frase, fórmula que surge com frequência numa obra literária, num discurso, etc. Disponível no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/leitmotiv> (acesso em 02/08/2016).

Saquet (2010), aparentemente, sintetiza as definições de Haesbaert, ao afirmar que: “O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (E-P-C)¹⁴, historicamente determinadas” (2010, p. 127).

Para Dematteis (1970), o território é compreendido como uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...), relações *horizontais* (entre pessoas, produção, circulação...) e *verticais* (climas, tipos de culturas, distribuição do habitat...), isto é, significa uma complexa combinação particular de certas *relações territoriais* (*horizontais e verticais*) (SAQUET, 2010, p. 57). Segundo Giuseppe Dematteis,

A materialidade do território exprime-se nas relações intersubjetivas derivadas, em última instância, da necessidade de produzir e de viver que ligando os sujeitos humanos à materialidade do ambiente, provoca interações entre si, como membros de uma sociedade. O território, assim, resulta como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território (DEMATTEIS, 2010, p.8)

Já para Oliveira (1999), com o qual concordamos, o território é:

Um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica do território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Deste modo, Oliveira (1999) compreende que o território é construído a partir de um processo dialético, fundamentado em contradições e que ocorrem concomitantemente. Ou seja, “o processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

Constatamos, em nossa pesquisa de campo e também na revisão bibliográfica, além das entrevistas com lideranças e técnicos do movimento agroecológico no Brasil, que o território é abordado corriqueiramente nos depoimentos, nos livros e na metodologia dos eventos da agroecologia. Mesmo não havendo uma determinação teórica para a compreensão do que é o território.

¹⁴ Econômico-Político-Cultural (E-P-C)

O território aparece como delimitação do Estado quando abordam a temática do programa de desenvolvimento rural, com a subdivisão dos chamados territórios de cidadania. Em outro momento, ele assume uma dimensão simbólica da origem do indivíduo.

Alexandre Cesar, coordenador do Centro de desenvolvimento agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)¹⁵, membro da ANA, ABA e representante da ASA, na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), aponta como o território é abordado e interpretado pelas organizações em que ele atua.

A gente hoje vive numa discussão conceitual sobre o que é isso (território). Quando nós da ANA e da ASA, a gente fala do território, não estamos falando do “*Território de cidadania*”, do território rural que o governo tem uma política. Nós estamos falando do território de uma determinada área geográfica de atuação, de identidade. Quando falo do território do sertão do Pajeú, aquela região que pega Serra Talhada, Sertânia, São José do Egito, que é a região onde nasci e me criei. A gente chama aquilo ali de Sertão do Pajeú. Claro que com o acúmulo da política a gente vai trazendo também a dimensão do território, do ponto de vista de entender isso aqui como uma área que tem uma identidade em torno do baixo Pajeú, do alto Pajeú, do médio Pajeú. (...) Claro que muitas vezes você tem uma coincidência. Existe o território da cidadania do Pajeú, mas antes existia nossa identidade de Sertão do Pajeú (Depoimento de Alexandre Cesar, coordenador do Centro Sabiá, 2015).

Marcelo Galassi, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, membro da coordenação da ASA/PB, descreve seu entendimento do conceito de território. Segundo ele, o uso do conceito território pelos movimentos agroecológicos pode ter uma influência da política de desenvolvimento territorial.

A gente do movimento agroecológico passou a incorporar essa ideia de território, não necessariamente o território do MDA, o território de cidadania, mas, esse conceito de território como um espaço onde a gente tem disputa de poder, de projeto, tem políticas públicas incidindo no espaço. É um território de identidade. Quando a gente fala “território do polo”, é onde o polo está articulado (depoimento de Marcelo, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, em 2016).

¹⁵ O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) é uma organização não governamental com sede no Recife, Pernambuco, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia. Desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal, também conhecida como Agrofloresta ou Sistemas Agroflorestais. Juridicamente é uma associação civil de direito privado sem finalidade econômica, de natureza técnico-ecológica e educacional. (Disponível em: <http://www.centrosabia.org.br/> Acesso em 25/04/2015)

Assim o território é lido como substrato espacial onde as divergências de interesses, sobretudo econômico, se manifestam. Dessa forma o território, segundo os depoimentos colhidos, é compreendido como “espaço em disputa de projeto”, “onde as coisas estão realmente acontecendo”. Alexandre Cesar informa que,

Quando nós da ANA fazemos esse tipo de discussão é um ponto que temos reforçado dentro da CNAPO. Que de reforçar a ideia da agroecologia se constituindo no território. Numa dimensão onde as coisas estão realmente acontecendo. Com os sindicatos, com as associações, com os agricultores experimentadores, com as redes de agricultores que acontecem nesse território (depoimento de Alexandre Cesar, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

Marcelo Galassi acrescenta que o uso do entendimento de território tem feito parte da metodologia adotada pela ASA.

A ASA, no III Encontro Paraibano de Agroecologia (EPA), já trabalhou essa abordagem de olhar para cada território e tentar identificar como é que o agronegócio se expressava, quais eram as expressões do agronegócio e a expressão da agroecologia, da agricultura familiar. Com esse enfoque, comprar, fazer estudo de caso comparativo. Essa ideia de território como espaço em disputa de projeto, de modelo está muito forte na ASA hoje. (depoimento de Marcelo, um dos coordenadores da AS-PTA, na Paraíba, em 2016).

O território, apesar de seus múltiplos entendimentos e dimensões, remete às contradições, às disputas, aos embates de modelos e projetos na construção de uma sociedade. Percebemos que a agroecologia, enquanto modelo produtivo, como ciência e como construção sociocultural de uma diversidade de sujeitos, estabelece trincheiras na disputa por ações no território, seja com o agronegócio, seja com mineradoras ou com qualquer agente da formação social capitalista.

Tal como o território, o conceito de Rede também é antigo, polissêmico e por isso utilizado para diversas representações. Seja na Química, na Tecnologia da Informação, na Geografia ou em outras ciências ou técnicas, a rede apresenta um “caráter de articulação e interdependência dos elementos” (BRAGA, 2010, p. 28).

Sobretudo com a efetivação do denominado período técnico-científico-informacional (Santos, 1994), o termo rede está presente no cotidiano de muitas pessoas, principalmente pelo intenso uso da internet.

A rede está presente como principal fonte de comunicação, seja através da televisão, do rádio, do jornal impresso ou redes sociais via internet. Porém, a rede

também está presente no consumo representada nas redes de supermercados, concessionárias de veículos, de farmácias, de postos de combustíveis, de shoppings centers, de alimentação, entre outros.

Assim, com a rede está presente na circulação de pessoas e mercadorias através das redes de transportes coletivos, nos transportes por aplicativos (*Uber, 99, easytaxi, cabify* etc), nas redes de transporte para mobilidade urbana e circulação da produção industrial, agrícola e mineral do país.

Ou seja, a amplitude e propagação alcançada pelos diversos tipos de redes estão presentes no cotidiano, de grande parte, da sociedade mundial. Desde a era pré-capitalista ao período atual da globalização da economia, assistimos à expansão e intensificação dos diversos tipos de fluxos e circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações. Isso possibilitou o entendimento de que a sociedade contemporânea, espacialmente, está configurada como um “espaço de fluxos”¹⁶ e nos permitiu considerar que estamos numa “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999).

O significado de rede ou teia, em latim deriva da palavra *rete*, na etimologia, se refere a uma rede de pesca, de captura. Por isso, alguns autores destacam o papel da rede como estratégia de ação (SILVEIRA, 2013). “A rede oferece à inteligência um extraordinário meio de ação estratégica: a ligação. A rede é, pois, comparável ao *filet*¹⁷ do pescador: diante das presas ágeis, quase inatingíveis, o *filet* envolve seu campo de ação, fechando sua armadilha até capturá-las” (MARCON e MOINET, 2001, p. 20).

Corroborando com essa ideia, Souza (2013) analisa que “uma rede de pesca é um conjunto integrado e estruturado de fios, eles se entrelaçam, formando um nó, o que dá estabilidade à rede (sem nós, nem sequer haveria rede)” (p. 166). Outros autores descrevem que “associações entre rede e o organismo (humano) atravessa toda história das representações de rede. Tanto o corpo como sua totalidade – como organizador de fluxos ou de tecidos – quanto um marte dele, notadamente o cérebro” (DIAS, 2007, p. 14).

Sobre os propósitos do conceito de rede, Dias (2007) afirma que:

¹⁶ “Proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos. *O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos.* Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade”. (Castells, 1999, p. 436)

¹⁷ Filet significa rede, em francês.

Representações geométricas do território se multiplicam graças à triangulação do espaço em rede. Engenheiros cartógrafos, frequentemente militares, empregam o termo rede no sentido moderno de rede de comunicação, e representam o território como um plano de linhas imaginárias ordenadas em rede, para matematizá-lo e construir o mapa. Essas formalizações de ordem reticular com base numa visão geométrica e matemática do espaço foram prelúdio necessário à formação do conceito de rede que se torna logo operacional, como artefato fabricado peças engenheiros para cobrir o território.

Souza (2013) observa que historicamente o entendimento sobre rede parte das mesmas palavras, e analisa a rede em plano abstrato.

Abstratamente, um conjunto estruturado de ligações ou de fluxos, em que os “fios” entre os nós são chamados de *arcos* e os “nós” são, muito simplesmente, chamados também de nós, com tudo isso compondo uma trama integrada, uma rede (SOUZA, 2013, p. 167).

Vários campos do conhecimento têm se utilizado de rede como instrumento para realizar uma interpretação de fenômenos distintos. Além da geografia, a sociologia, matemática, estatística, logística, e outros saberes se apropriam do termo rede para, de acordo com a utilidade do termo no seu campo de conhecimento, ampliar e expandir o entendimento desse termo tão abrangente.

As redes foram acionadas para explicar o funcionamento do cérebro e da circulação sanguínea no corpo humano, a articulação das infraestruturas de circulação no território, a dinâmica das bacias hidrográficas, as relações funcionais entre as cidades, os grandes sistemas técnicos de energia, transportes e comunicação, a operação mundializada das redes financeiras, os circuitos espaciais de produção flexível das grandes corporações, a articulação dos movimentos sociais na sociedade globalizada, ou seja, uma quase inumerável manifestação de fenômenos técnicos, sociais, políticos, econômicos, naturais e espaciais. (NETO, 2011, p.5)

Santos (1996) reflete sobre a utilização da palavra rede, principalmente enfatizando o caráter polissêmico do termo. Ele alertou para a possibilidade de equívocos e confusões no uso da palavra rede tendo em vista a popularidade que a palavra alcançou. Dessa forma, ele também aponta para a necessidade de rigor epistemológico para a adoção da rede como conceito importante num estudo. Assim, é necessário compreender as distintas concepções quanto ao conceito de rede.

Segundo Santos (1996), as definições de rede podem ser agrupadas em duas percepções: uma que considera apenas os aspectos materiais e a outra que percebe as feições sociais da rede. Sendo os aspectos materiais das redes

Toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, que se inscreve sobre o território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação (CURIEN, 1988 apud SANTOS 1996, p. 208-209)

Quanto às feições sociais da rede, Santos (1996) aponta que a “rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração” (SANTOS, 1996, p.209)

Coelho Neto (2011) destaca a proliferação dos conceitos de rede e aponta como as redes são adjetivadas e conceituadas no campo das humanidades (ver Quadro 1). Ele indica que redes geográficas, técnicas, urbanas, regional, políticas, sociais, estratégicas, solidárias e organizacionais são algumas adjetivações e conceituações mais recorrentes, principalmente, na geografia e na sociologia.

Quadro 1 - Principais conceitos de redes no campo das humanidades

Redes geográficas	(CORRÊA, 2001)
Redes técnicas	(DIAS, 1995; SANTOS, 1996)
Redes urbanas	(CORRÊA, 1989, 2001, 2004)
Rede regional	(HASESBAERT, 1997)
Redes políticas	(LIMA 2005)
Redes sociais	(SCHERER-WARREN, 1993, 2007)
Redes estratégicas e redes solidárias	(RANDOLPH, 1994)
Redes submersas	(ZIBCHI, 1997)
Redes organizacionais	(VALE, 2007).

Fonte: Coelho Neto (2011), Souza (2013).

Na geografia, o estudo sobre rede não é novo. No Brasil, Pierre Monbeig (1984) estudou o papel da rede de ferrovias na formação e na unidade da frente pioneira do café em São Paulo (DIAS, 2000; SOUZA 2013)¹⁸, em seu livro *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Roberto Lobato Correa é um dos geógrafos brasileiros que contribuiu com a reflexão sobre redes, com destaque para as redes urbanas. Ele também tratou do que foi denominado de rede geográfica. “Por redes geográficas entendemos um ‘conjunto de

¹⁸ Ele chega a dizer que “Até hoje é mais exato falar em regiões ferroviárias que regiões geográficas ou econômicas da franja pioneira” (MONBEIG, 1984. Apud. SOUZA, 2013, p. 168).

localizações geográficas interconectadas’ entre si ‘por um certo número de ligações’” (CORREA, 2001, p. 107)

Para a compreensão das redes geográficas Souza (2013) aponta que:

As ligações, no caso, podem se referir a fluxos de vários tipos – de bens materiais, passageiros, de informação, de energia... –, que articulam e ligam entre si diferentes pontos do espaço geográfico, utilizando-se de “vias” e “canais” tangíveis (redes elétricas, de abastecimento de água, ..., hidrovias, ferrovias) ou mesmo fluxos dependentes de fixos, mas não de vias tangíveis (como os fluxos de informação que se servem da telefonia móvel) (SOUZA, 2013, p. 167-168).

Ainda que o termo rede possua uma diversidade de apropriação conceitual e metodológica, genericamente, a rede remete a “conexões entre nós”, “elos entre pontos” ou “um conjunto de ‘pontos’ entrelaçados”. Podendo, estes *pontos* e *nós*, remeter a pessoas, organizações, países, indústrias, empresas etc. Enquanto as conexões, elos e entrelaçados são os vínculos, as relações, que unem ou integram os pontos. Ou seja, “rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos” (CASTELLS, 2007, p. 566).

A adjetivação da rede, caracterizando-a como rede social, para o senso comum remete aos diversos sites e aplicativos que objetivam troca e compartilhamento de mensagens, fotos, vídeos e dados pessoais e empresariais na internet. De fato, essas redes conectam pessoas, não só entre si, mas entre as empresas e ao grande mercado em volta dos usuários. Todavia, para a interpretação de processos sociais distintos, o conceito de redes sociais tem sido utilizado em diversas áreas do conhecimento.

Como, por exemplo, no campo da ciência da saúde, ocorrem estudos sobre as redes de apoio para o enfrentamento de doenças crônicas; na antropologia, estudos que buscam compreender a constituição dos laços sociais estabelecidos a partir das redes de parentesco e vizinhança; já na sociologia, há estudos sobre as ações coletivas e nas estratégias de operação dos movimentos sociais (COELHO NETO, 2011).

Ao descrever o conceito de rede social, a socióloga Scherer-Warren (1993;1994; 2007) aponta dois paradigmas das redes sociais. O primeiro é fundamentado em cálculos e sistemas matemáticos. Historicamente, os estudos sobre rede social

destacavam a análise da estrutura e sistemas sociais, baseados na teoria dos grafos¹⁹ e na sociometria²⁰, ambos envolvendo sistemas matemáticos.

Enquanto segundo paradigma, que possui caráter ideográfico²¹ e apoiado em métodos tradicionais da etnografia²², com estudos de caso e análise histórica, está baseado em estudos sobre ações coletivas e de movimentos sociais, com o objetivo de “entender a dinâmica das redes e seus significados na mudança social” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 35).

Segundo Scherer-Warren (2006), as redes sociais podem ser compreendidas como “comunidades de sentido, isto é, um conjunto de pessoas relacionadas e interligadas efetivamente por valores, afetos, interesses ou objetivos comuns” (p.1).

Com o objetivo de contrapor o ramo que estuda o fenômeno rede somente pela ótica técnica, Dias (2007) reforça o caráter social das redes. Para ela, os diversos sujeitos sociais (indivíduos, grupos, instituições, organizações e outros), em muitos momentos organizam-se em rede, desenvolvendo estratégias políticas, econômicas, sociais e territoriais.

Para Loiola e Moura (1997), redes de movimentos, redes sociais e redes de solidariedade são termos que estão ligados aos estudos relativos aos movimentos sociais. Assim, para elas a concepção de rede representa “[...] articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos etc.), visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências e à formulação de projetos e política” (p. 56).

Por sua vez, os movimentos sociais fazem uso da estratégia de organização em rede para ampliar sua comunicação interna e externa, no caso com o restante da sociedade. Assim, tornando possível uma articulação entre diversos grupos sociais.

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais referem-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede).

¹⁹ Os primeiros passos da teoria das redes encontram-se principalmente nos trabalhos do matemático Ëuler que criou o primeiro teorema da *teoria dos grafos*. **Um grafo é uma representação de um conjunto de nós conectados por arestas que, em conjunto, formam uma rede.** Em cima dessa nova ideia, vários estudiosos dedicaram-se ao trabalho de compreender quais eram as propriedades dos vários tipos de grafos e como se dava o processo de sua construção, ou seja, como seus nós se agrupavam. (Recuero, 2004). (Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-redes-sociais-na-internet.html#note1>. Acesso em: 10/11/2018).

²⁰ Desenvolvimento da teoria dos grafos para análise das redes sociais; representação das relações sociais em matrizes, o que possibilita a análise matemática dos dados. O foco principal é a análise quantitativa e de escopo substantivo. Teve mais proeminência nos Estados Unidos (SILVEIRA, 2013, p.89-90).

²¹ Que representa as ideias por meio de imagens ou símbolos

²² Estudo que descreve diversas etnias, com suas características antropológicas, sociais etc.

Subjacente a essa ideia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24).

Desta forma, as redes de movimentos sociais corroboram para maior participação e integração dos sujeitos da rede. Essa organização, em rede, dentro de uma democracia possibilita maior força política, corroborando para encaminhamento de políticas públicas voltadas ao interesse dessa rede. Além disso, os temas e ações comuns aos integrantes das redes fortalecem a atuação, não só coletiva, mas individual dos sujeitos.

Sobre movimentos sociais, Scherer-Warren (1993) cita a síntese de Diani (1992) que compreende “um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum” (p.13).

Trata-se de buscar significados dos movimentos sociais num mundo que se apresenta cada vez mais com interdependente, intercomunicativo, no qual surge um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos e outros (SCHERER-WARREN, 1993, p. 10).

Em nossa pesquisa, a organização em redes é entendida como estratégia fundamental de atuação coletiva e individual dos sujeitos nela organizados. Assim, a rede é uma forma de organização que possibilita cooperação política e produtiva, nas quais os indivíduos formam organizações articuladas. Como, por exemplo, os sindicatos, as associações, as cooperativas, as ONGs e outros grupos que estão organizados com objetivos distintos, porém, conectados a alguns objetivos em comum. Concordamos com Scherer-Warren (2006), quando afirma que a ideia de rede:

Pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações acima mencionadas, significando [...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Um exemplo desta ideia de rede é a Via Campesina e a relevância que a mesma representa, pois ela é um importante elo capaz de integrar distintas redes de movimentos sociais do campo em vários continentes do mundo, com proposituras que divergem do agronegócio:

A campanha das sementes é um exemplo emblemático sobre produção e qualidade de vida, mobilizando os movimentos como o MST, o das mulheres e dos jovens, traduzindo suas questões específicas para novos significados — um mundo mais igualitário, mais saudável e mais justo. (SCHERER - WARREN, 2008, p. 508, 509)

Entretanto, estamos analisando o desenvolvimento da organização de redes em distintas escalas. Ou seja, desde a organização em rede na vizinhança, nos sindicatos e associações locais, assim como nas articulações, organizações e fóruns no âmbito nacional que são capazes de mobilizar ações nacionais e regionais como estratégia produtiva e política. As ações locais estão ligadas às organizações estaduais e regionais que, por sua vez, estão em consonância com as estratégias nacionais.

As estratégias de ação em rede possuem a capacidade de fortalecer os sujeitos e potencializar sua atuação, possibilitando viabilizar seu trabalho individual e coletivo. As organizações que estudamos, e estão articuladas em rede, integram outras redes e colaboram com o surgimento de novas redes, assim expandem a capacidade de atuação dessas redes, nas distintas escalas de atuação.

As redes são capazes de conectar espaços em escala mundial, nacional e local (BRAGA, 2010). Scherer-Warren (1993) afirma que “em termos de redes de movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo” (p.10). Ou seja, para a compreensão das conexões dos movimentos em rede, é necessário analisar o conjunto de ações dessas redes, nas variadas escalas.

O nosso estudo analisa a organização camponesa em rede. Dialogamos com camponeses em seus sítios de poucos hectares, assim como também conversamos com técnicos, com professores e com coordenadores do Polo da Borborema, da ASA-PB, da ANA com atuação em todo Brasil. Ou seja, analisamos o discurso e a prática de distintos sujeitos, com atuações de diferentes alcances, diferentes escalas. E, embora pareça trivial, cabe diferenciar *escala cartográfica* e *escala geográfica*.

A *escala cartográfica* “consiste, simplesmente, na relação matemática que existe entre as dimensões de um objeto qualquer no mundo real e as dimensões do desenho que representa o mesmo objeto em um mapa (ou carta, ou planta)” (SOUZA, 2013, p.179 e 180). Já a escala geográfica pode ser distinta em escala de *fenômeno*, escala de *análise* e escala de *ação*.

A *escala do fenômeno* está relacionada à abrangência das características de um fenômeno físico ou social. Sobre *escala do fenômeno* Souza (2013) analisa que,

Em se tratando de fenômenos sociais, faz-se necessário acrescentar algumas sutilezas: podemos estar nos referindo à abrangência de processos referentes a dinâmicas essencialmente “impessoais” (como a globalização) (...) à abrangência de dinâmicas de ação coletiva pragmática ou consciente, com resistências, lutas e movimentos sociais; e podemos estar lidando com fenômenos que, ao menos à primeira vista, se deixam apreender como áreas e territórios contínuos (por exemplo, a escala de um país, em situações usuais) ou, diversamente, com fenômenos que demandam uma compreensão de sua estruturação em rede (como as redes do crime organizados). (SOUZA, 2013, p.181- 182).

Enquanto a “*escala de análise* é intelectualmente construída como nível analítico (...) capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estejamos investigando ou tentando elucidar, a partir de uma *questão* ou de um *problema* que tenhamos formulado.” (SOUZA, 2013, p.182).

Já a *escala de ação*, segundo Souza (2013),

Diz respeito a um aspecto muito específico e muito diretamente político: aquele referente (...) à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações e ao papel de agentes/sujeitos (SOUZA, 2013, p.182).

Ou seja, a *escala* em nosso trabalho não tem apenas características técnicas para elaboração dos mapas. Precisamos da escala para investigar o *fenômeno* das *redes* agroecológicas. Necessitamos da *análise* para elucidar os motivos que fortalecem os movimentos agroecológicos, mesmo com os enfrentamentos ao agronegócio. E, refletirmos sobre o alcance das *ações* dos sujeitos que propõem a agroecologia, seja através da política pública, da técnica ou da produção agroecológica, especificamente a prática dos Bancos de Sementes Comunitários.

Como apontamos anteriormente, compreendemos que território é “produto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” onde

esse processo é construído de contraditório e “simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação” (Oliveira, 1999, p. 74). Assim como entendemos que a rede é uma ferramenta de poder, de domínios do território.

Logo, na disputa pelo território, o fortalecimento de redes é fundamental. É na ação em rede que se fortalece a luta no território. São as redes sociais, não necessariamente o *facebook*, *whatsapp*, *instagram* e outros. São redes de relações sociais, com a capacidade de entrelaçar e integrar sujeitos distintos em torno de um tema em comum. Santos (1996) aponta o papel e a influência das redes no território. Para ele:

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 1996 p. 222).

Outro geógrafo que também relaciona rede com o território é Raffestin (1993).

Segundo ele:

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo (RAFFESTIN, 1993, p.204).

Para Raffestin (1993), “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (p.204). Assim, Santos (1996) e Raffestin (1993) dialogam sobre a importância das redes e sua relação com o território. Sobretudo, pelo fato de ambos entenderem que “a existência das redes é inseparável da questão do poder” (SANTOS, 1996, p. 215).

Como já afirmamos anteriormente, Arendt (1985) alega que “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido” (p.24 *apud* SOUZA, 2000, p.80). Desta forma, ela compreende o poder como característica coletiva.

É o fortalecimento das redes de relações sociais, no território, a condição *sine qua non* para o fortalecimento do campesinato no Brasil. E, esse campesinato já encontrou um tema catalisador das ideias e das técnicas para o enfrentamento e resistência camponesa no campo. Esse tema é a agroecologia. Deste modo, a ação em rede do campesinato em torno da agroecologia é uma ferramenta técnica, ideológica e política importante para as disputas no território.

1.3. DIVERSIDADE AGROECOLÓGICA: as percepções sobre a agroecologia²³.

Há, nos últimos anos, um crescente uso da noção de Agroecologia em várias áreas da sociedade, seja no meio acadêmico, nas áreas rurais, nas regiões periurbanas, nas pequenas e grandes cidades, nas instituições de ensino, nos órgãos públicos, nas feiras, etc. Enfim, a agroecologia tem aumentado sua notoriedade; todavia essa multiplicidade de áreas onde a agroecologia tem sido reconhecida pode fazer com que ela seja compreendida de diversas formas.

No Brasil, um dos principais motivos da difusão da Agroecologia é resultado da ação conjunta de grupo de professores, estudantes e técnicos de assistência rural que buscaram dar fundamento científico para as práticas agrícolas que eram, e ainda são, contraponto ao modelo dominante a partir da revolução verde. Tais práticas foram desenvolvidas por camponeses, geralmente organizados em grupos, associações ou sindicatos, que posteriormente seriam adotadas também por movimentos sociais.

Além disso, o combate aos transgênicos e ao uso dos agrotóxicos são temas que unem pesquisadores, camponeses, consumidores além de diversos sujeitos ligados, ou não, à agroecologia. Assim, o processo de agrupamento de sujeitos envolvidos com a agroecologia tem sido capaz de ampliar o debate agroecológico para além do campo da produção agrícola e acadêmica, mas também vem sendo incorporada em políticas públicas, em órgãos governamentais, como a Embrapa²⁴ e em variados níveis de instituições de ensino.

²³ Neste item pretendemos compreender as diversas apreensões sobre a agroecologia. Apenas no capítulo 2, analisaremos com mais profundidade “*Os caminhos da rede agroecológica no Brasil*” e assim descreveremos o percurso histórico e de avanço da temática agroecológica no Brasil.

²⁴ A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida (EMBRAPA, 2006, p. 26).

Movimentos sociais, ONGs, órgãos governamentais, cursos técnicos e superiores, instituições de ATER e até Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) formam uma gama de instituições que passaram a adotar a noção de Agroecologia, compreendendo a mesma com diferentes características, objetivos e entendimento. Assim, a agroecologia pode ser entendida como polissêmica, plural, diversa e controversa (NODER *et al.*, 2015), sendo atribuída a ela campos e dimensões diferentes (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014; COSTA, 2017).

Logo, existem diferentes maneiras de entendimentos e de uso da agroecologia.

Isso levou a uma expressiva polissemia e em alguns casos encontram-se críticas à sua imprecisão e às confusões geradas em determinados espaços de debate acadêmico e político. Essa característica, que persiste há mais de uma década, vem se acentuando, dada a multiplicidade de atores e instituições que incorporaram esta noção em suas diretrizes e linhas de ação (NODER *et al.*, 2015, p. 65).

Para Machado e Machado Filho (2014), o fato de a agroecologia ser a palavra da moda e usada como panaceia para a solução dos principais problemas da produção agropecuária faz “necessário formatar um conceito que ofereça aos produtores, profissionais, pesquisadores e professores elementos para confrontar o agronegócio” (p. 189). Os autores argumentam que a agroecologia possui 11 dimensões, que “desde o ponto de vista da produção são indissolúveis, indissociáveis, integrais, indivisíveis, incontestáveis, indubitáveis, irrefutáveis e interdependentes” (p.190).

Em síntese, para Machado e Machado Filho (2014), as dimensões da agroecologia são:

- a) *Dimensão escala:* Para enfrentar o agronegócio, a agroecologia deve ser capaz de atuar em escala planetária.
- b) *Dimensão social:* O processo produtivo pressupõe o respeito à condição humana. A agroecologia enquanto tecnologia que enfrenta o agronegócio não admite concentração de renda. Logo, a dimensão social é incompatível com a pobreza.
- c) *Dimensão política:* A agroecologia enquanto tecnologia deve consubstanciar o arcabouço político que lhe dê sustentação.
- d) *Dimensão econômica:* Ao comparar os custos do agroecológico e o agronegócio percebe-se que a produção ecológica, além de quantitativamente superior possui custos menores, as receitas são maiores. Fato que permite melhoria nas condições

de vida e permanência no campo. A razão de ter menos custos é a não utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos etc.

- e) *Dimensão ambiental*: Diferente da agricultura industrial, sobretudo da monocultura, os procedimentos agrícolas agroecológicos devem eliminar ou, pelo menos, minimizar a contaminação ambiental. O manejo agroecológico sempre é definido para a proteção ambiental.
- f) *Dimensão energética*: Seria um equívoco afirmar que a agroecologia demanda pouca energia. A agroecologia tem como fonte primária e prioritária de energia o sol, através da fotossíntese. A energia fóssil deve ser sempre menor.
- g) *Dimensão cultural*: Diferente dos “Pacotes tecnológicos” da Revolução Verde, qualquer tecnologia de uso social deve se ajustar ao padrão do usuário. Assim, o respeito e a adequação à cultura dos produtores são atributos inerentes à agroecologia.
- h) *Dimensão administrativa*: A administração necessita ser incorporada ao processo produtivo, de tal forma que quem produz seja o “senhor” do seu negócio, dono de sua produção. Algo que não ocorre no agronegócio.
- i) *Dimensão técnica*: Além de respeitar todas as dimensões, o discurso e os princípios devem estar alinhados. Assim a formação técnica em agroecologia é fundamental.
- j) *Dimensão ética*: Todos os procedimentos e técnicas preconizam uma conduta ética de respeito aos cidadãos e à natureza.
- k) *Soberania alimentar*: A soberania alimentar dos produtores e de um país é resultado das dimensões da agroecologia. Pois, além dos procedimentos técnicos respeitarem o ambiente, os custos da produção são menores. Para que ocorra a soberania alimentar as sementes precisam ser entendidas como patrimônio da humanidade, não devendo ser patenteadas.

Diferente de Machado e Filho (2014), Noder *et al.* (2015) abordam a diversidade conceitual em “Agroecologia como resultado de sua adaptação e utilização por atores de diversos **campos sociais**, cada qual com determinadas características específicas” (p. 69). Assim, os autores dividem a compreensão da agroecologia em quatro *campos*, sendo eles: *dos movimentos sociais, governamental, educacional e científico*.

No *campo dos movimentos sociais*, as organizações da sociedade civil entendem a Agroecologia “como um estilo de agricultura a ser construído ou como princípios/conceitos a serem aplicados com a finalidade de se constituir uma agricultura considerada sustentável” (NODER *et al.*, 2015, p.72). Para eles, a Agroecologia, além de técnica produtiva, é uma ferramenta de mobilização social e de ação política. Segundo a Via Campesina:

A agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão nem de exploração, cujo fim não seja a acumulação. **Acreditamos na agroecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida.** É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade (VIA CAMPESINA, 2013, p. 46-47).

Por esse viés, a agroecologia assume o papel de ferramenta de transformação social, um projeto de produção e reprodução de vida, um modelo que para a Via Campesina é capaz de estabelecer elo entre cidade e campo. Enquanto participante da Via Campesina, para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) o tema da agroecologia começa a ser adotado nos anos 2000 (GONÇALVES, 2008).

A partir desse período, cartilhas e documentos e diretrizes do MST assumem o tema da agroecologia em diversas de suas pautas de produção agrícola, de política, de educação do campo, entre outras. Dentre os fundamentos para o projeto de reforma agrária proposto pelo MST destacamos:

Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. (...) Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza. (...). Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país. (...). Exigir do Estado o uso de todos os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para o agricultor, compra antecipada de toda produção de alimentos dos camponeses, crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem – para incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis. (...). Exigir do Estado a reorganização e a reestruturação da pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa. (...). Implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, a cursos de educação profissional e superior e a centros de formação existentes nos assentamentos (MST, 2013, p. 36-47).

Como exposto, em vários pontos do projeto de reforma agrária do MST estão presentes princípios agroecológicos. Ainda que não haja na cartilha, “*Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional*” (MST, 2013), a definição de agroecologia, fica evidente que a agroecologia é o modelo produtivo assumido pelo MST como forma de construir a reforma agrária. Segundo MST (2013), um de seus objetivos é:

CONSTRUIR a Reforma Agrária Popular no combate ao latifúndio, à monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto. **Mas também, construir com experiências de produção agroecológica, e na prioridade da produção de alimentos saudáveis.** Construir reflorestando, plantando árvores frutíferas, recuperando o meio ambiente para toda sociedade. Construir, garantindo escolas em todos os níveis para nossas crianças, jovens e adultos. Construir formando cada vez mais quadros e militantes. **CONSTRUIR É ACUMULAR FORÇAS** para o nosso projeto estratégico! (MST, 2013, p. 51. Grifo nosso).

Na declaração final do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, que aconteceu em Brasília, em 2012, fica claro o entendimento da relevância estratégica da agroecologia para os movimentos sociais do campo, pois para eles:

A agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livres de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida (Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, 2012).

Cabe-nos perceber que, ainda que esteja presente o debate sobre a agroecologia dentro dos movimentos sociais, é a articulação com parceiros dos movimentos sociais que alavancam o entendimento, a produção, o compartilhamento de experiências concretas dentro da agroecologia. Ou seja, os movimentos sociais dialogam e produzem a agroecologia, mesmo que às vezes a agroecologia não seja sua pauta central. Todavia, é a integração dos movimentos sociais com a academia, com a diversidade camponesa e com setores públicos sensíveis com a causa camponesa que contribuem para a promoção da agroecologia junto à sociedade. Como veremos no capítulo 2, a construção

da política pública nacional em torno da agroecologia é fruto da articulação e dos movimentos ligados à Agroecologia.

E por falar em políticas públicas, há no *campo governamental* a noção de agroecologia. No Brasil, segundo o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a “produção de base agroecológica” é compreendida como “aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social”.

Dentre as políticas públicas em nível nacional, que fomentam a produção de base agroecológica destacamos a linha de crédito Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (Pronaf) destinado à Agroecologia, o Pronaf Agroecologia, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), além da criação, em 2012, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Cabe informar que há, em alguns Estados, políticas públicas voltadas para a produção agroecológica. O processo histórico de elaboração e organização da PNAPO e um conjunto de políticas públicas e as ações governamentais voltadas à agroecologia serão analisados no item 6, capítulo 2.

No *campo da educação*, a agroecologia pode ser abordada em vários níveis e modalidades de ensino. Na “informalidade”, a agroecologia é tema em cursos de formação política, capacitação técnica, de aperfeiçoamento, entre outros. Estes cursos, não formais, podem ser ministrados dentro dos movimentos sociais, sindicatos, associações, cooperativas e organizações não governamentais. Em escolas do ensino básico, fundamental e médio, com o uso da transversalidade, a agroecologia também pode ser tema nas iniciativas de educação ambiental, questão agrária etc. (NODER *et al.*, 2015).

A agroecologia também pode ser inserida no contexto da educação do campo, debate sempre presente nos eventos nacionais de agroecologia. Para isso, programas como PROJOVEM- campo, PRONERA, PRONACAMPO inserem em suas diretrizes o tema da agroecologia.

Segundo Noder *et al.*, (2015),

os cursos do sistema formal de Ensino Médio e de graduação universitária podem recorrer, da mesma forma que no campo da ciência, a terminologias mais amplas e genéricas relacionadas à sustentabilidade, especialmente no âmbito da Agronomia; ou, ainda, trabalhar com outros referenciais teóricos, como a Ecologia da Paisagem (Noder *et al.*, 2015, p. 77).

Sobre a formação em agroecologia, segundo dados do E-MEC²⁵, até o fim de 2018, foram abertos no Brasil 42 cursos superiores em agroecologia. Do total de cursos, 35 são tecnológicos²⁶ (83%) e 7 bacharelados (17%), ofertando aproximadamente 2.880 vagas anualmente. Apenas o curso de Bacharelado em Agroecologia da Universidade de Taubaté é na modalidade de Ensino à Distância (EaD). Todavia, dos 42 cursos superiores abertos no Brasil, 2 foram extintos²⁷ e 1 está em fase de extinção²⁸.

Destes, 42 cursos superiores em agroecologia, foram ofertados por 30 instituições de ensino superior, pois uma mesma instituição pode ofertar o curso em mais de um campus. Sendo 14 Institutos Federais (IFs)²⁹, 8 Universidades Federais (UFs)³⁰, 6 Universidades Estaduais³¹, uma universidade municipal³² e uma universidade privada³³.

Quanto a cursos de especialização, os dados do E-MEC apontam que até o fim de 2018 foram abertos, no Brasil, 33 cursos com especialização em agroecologia, que 2 cursos foram desativados. Quatro instituições disponibilizam o curso de especialização em agroecologia na modalidade de Ensino à Distância (EaD).

Como o curso de especialização, não está necessariamente atrelado a um curso de agroecologia, mas também a áreas correlatas. Há instituições que não possuem curso superior em agroecologia, mas disponibilizam a especialização na área da agroecologia.

²⁵ <http://emec.mec.gov.br/> (Acesso em: 03/01/2019)

²⁶ O tecnólogo em Agroecologia planeja, analisa, executa e monitora sistemas de produção agropecuária, considerando os aspectos de sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural de modo integrado, atuando em propriedades rurais, cooperativas, associações, órgãos governamental e não governamentais.(...) O Tecnólogo em Agroecologia estará apto para atuar junto a agricultores familiares, populações tradicionais, cooperativas, associações, movimentos sociais, órgãos governamentais e não governamentais, agroindústrias e empresas de portes variados que estejam envolvidos com processos agroecológicos. (BRASIL, 2011)

²⁷ Tecnólogo em Agroecologia pelo IFPR – Curitiba e Tecnólogo em Agroecologia IFSEMG – Rio Pomba. Este último o curso foi extinto e substituído de tecnólogo para bacharel em agroecologia.

²⁸ Tecnólogo em Agroecologia pelo UEMS – Glória de Dourados

²⁹ Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal da Paraíba, Instituto Federal de Pernambuco, Instituto Federal do Amazonas, Instituto Federal do Pará, Instituto Federal de Sergipe, Instituto Federal do Sudeste de Minas, Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Acre, Instituto Federal Baiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

³⁰ Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Campina Grande.

³¹ Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Universidade do Estado da Amazônia, Universidade Estadual de Goiás, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

³² Universidade de Taubaté

³³ Universidade da Região da Campanha

Quanto à pós-graduação *stricto sensu*, segundo dados coletados na Plataforma Sucupira³⁴, estão registrados 13 programas. São 7 com mestrado acadêmico, 2 com mestrados profissionais, 3 programas com projetos de implantação do doutorado profissional e um programa com mestrado e doutorado acadêmico. Cinco desses programas estão enquadrados na área das ciências agrárias I, cinco na área interdisciplinar e três na área de ciências ambientais. Os programas são de universidades federais ou estaduais, institutos federais, além da Embrapa.

Quanto aos principais periódicos para publicação de artigos científicos na área da agroecologia, destacam-se a *Revista Brasileira de Agroecologia*³⁵, os *Cadernos de Agroecologia*³⁶, a *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*³⁷ e a *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*³⁸.

A inserção, ainda que discreta, no ensino básico e a expansão dos cursos voltados à agroecologia promovem o tema nos variados níveis educacionais. Outro fator de destaque é o aspecto interdisciplinar que a agroecologia possui. Isso faz com que ela esteja sempre ligada a outras disciplinas e ciências. Assim, a agroecologia assume um papel múltiplo, sendo uma ferramenta produtiva, comunicativa, educacional e científica.

Sobre o *campo científico*, notamos que a Agroecologia pode ser vista de diferentes maneiras: como disciplina, como tema interdisciplinar ou conhecimento transdisciplinar, como paradigma ou como uma ciência. Não é nosso objetivo expor cada ponto de vista, dentro das ciências. Ainda assim, verificamos que a inserção da Agroecologia no campo científico tem expandido o debate sobre o tema da agroecologia em outros campos do conhecimento, dentro e fora das ciências agrárias. Todavia, os pontos de vista tendem a convergir para:

A identificação do potencial do conhecimento tradicional como parte de uma estratégia para reduzir a dependência em relação a recursos externos e fontes não renováveis de energia na agricultura, aliada à elaboração de procedimentos para fomentar a participação das comunidades de agricultores na definição de objetivos e práticas de desenvolvimento, são apontadas características distintivas da metodologia científica em Agroecologia (ALTIERI, 2004, p. 24).

³⁴ <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf> (Acesso em: 03/01/2019)

³⁵ <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia> (Acesso em: 03/01/2019)

³⁶ <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/index> (Acesso em: 03/01/2019)

³⁷ <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS> (Acesso em: 03/01/2019)

³⁸ <http://www.emater.tche.br/site/multimidia/revista-agroecologica.php> (Acesso em: 03/01/2019)

Ou seja, ainda que haja, no campo científico, diferentes compreensões sobre os objetivos e princípios da Agroecologia, verifica-se que a ideia de que a agroecologia busca o entrelace entre o conhecimento tradicional e o “fazer ciência”. A metodologia da agroecologia deve alinhar ambos os conhecimentos com o objetivo de potencializar as práticas agrícolas que colaborem com a reprodução camponesa e minimize os impactos gerados por ela na natureza e na sociedade.

Diante da amplitude das dimensões e campos de atuação da Agroecologia, compreendemos que há um reconhecimento do potencial que a agroecologia possui diante da complexidade e das contradições na qual ela está inserida. A potencialidade educacional e científica corrobora para que a agroecologia seja ferramenta produtiva e política para a gama de sujeitos que dela fazem uso.

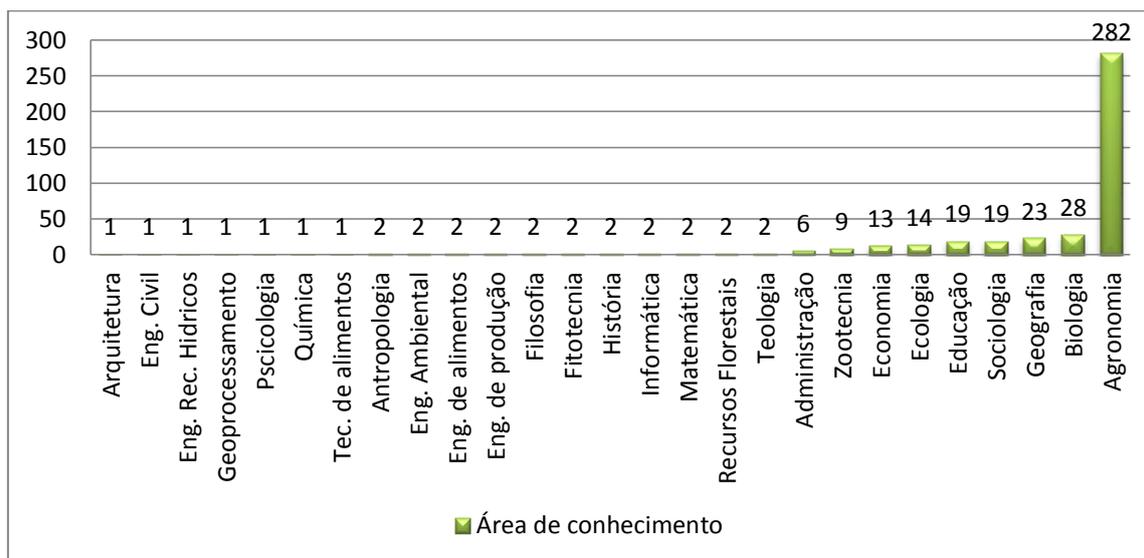
Compreendemos que a agroecologia não produz uma unidade, principalmente científica, mas ela possui a capacidade de agrupar a diversidade. Concordamos que “a Agroecologia se constitui como ciência, prática e movimento social, mas também, mais recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia” (NODER *et al.*, 2015, p. 81).

1.3.1 A Agroecologia na Geografia: uma análise sobre os eventos e a pós-graduação em geografia no Brasil

Como vimos, temos instalados diversos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação em Agroecologia, contudo, os vários campos da ciência também estudam, ao seu modo, a agroecologia. Lima (2008)³⁹ observou o número de publicações em agroecologia por área entre 1978 e 2006 (Gráfico 1), e verificou que a agronomia foi majoritariamente a que mais publicou nos anos pesquisados; todavia, depois da agronomia e da biologia, a geografia foi a que mais publicou sobre a agroecologia.

³⁹ “O gráfico organiza as 444 publicações, separando-as por área de conhecimento. Para a realização dessa classificação consideramos o vínculo apontado pelo próprio estudo (geográfico, histórico, ecológico, agrônomo etc.) e nas publicações onde não foi possível determinar o campo de estudo (apenas 10 referências), classificamo-las, tomando como base o título e o resumo do trabalho (LIMA, 2008, p. 85)”.

Gráfico 1 - Nº de publicações em agroecologia por área de conhecimento (1978-2006)



Fonte: Lima (2008)

Tendo em vista as múltiplas visões em torno da agroecologia, e o fato da geografia ser uma das ciências com mais publicações sobre a agroecologia, segundo a pesquisa de Lima (2008), tivemos a curiosidade de verificar como a geografia tem observado e tratado a agroecologia. Lima (2008) analisou 9 pesquisas sobre agroecologia na geografia e percebeu que:

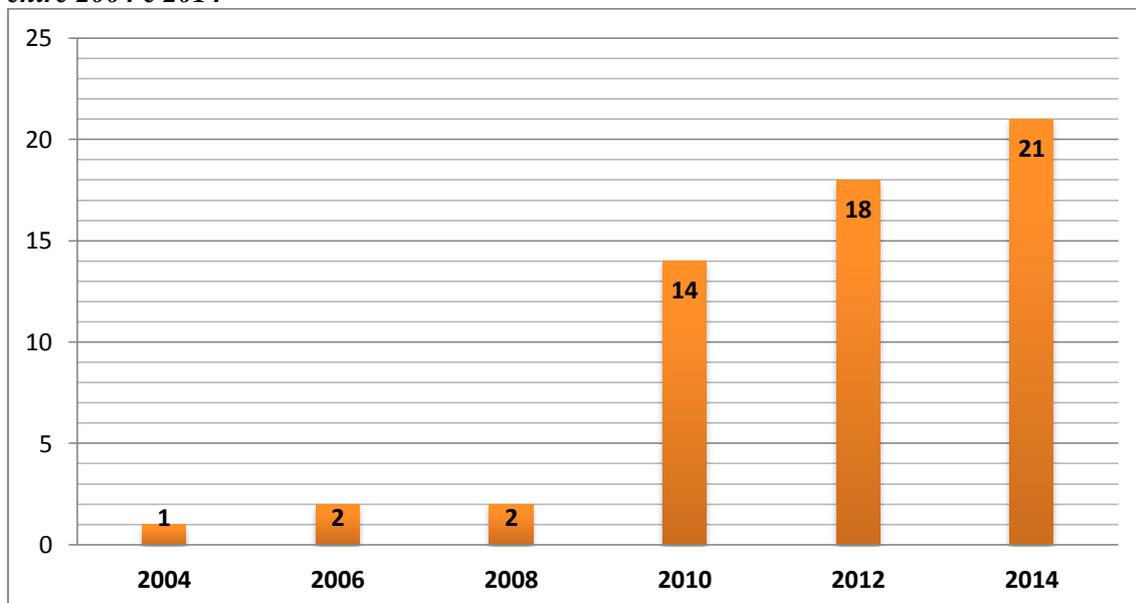
A complexidade e variedade de abordagens da agroecologia, que vem sendo tratada por diferentes áreas de conhecimento. Em comum e de forma geral, esses estudos destacam a importância de uma prática agrícola pautada no respeito à natureza. Sua origem está ligada a concepções ecológicas desenvolvidas em associação a experimentos agrícolas, cujos resultados e teorias foram bastante diferenciados entre si (LIMA, 2008, p. 87).

Logo, por terem características multidisciplinares, a geografia e a agroecologia se cruzam em temas comuns, dentre eles: natureza, produção, educação no campo, questão agrária, sociedade, gênero, entre outros. A geografia tem contribuído para a ampliação da análise da agroecologia, sobretudo na área da geografia agrária. Nas duas últimas décadas, a pesquisa sobre a agroecologia tem aumentado na geografia. Tal afirmação é feita baseada nos anais dos encontros, simpósios e congressos da geografia e com base nos anos em que começam a crescer a quantidade de dissertações e teses sobre a agroecologia.

Mendes e Chelotti (2015) e Gaboardi (2017) observaram como a agroecologia tem sido utilizada na geografia brasileira. Especificamente Mendes e Chelotti (2015) analisaram como a geografia passou a compreender a agroecologia ao estudarem um dos principais eventos científicos ligados à Geografia Agrária brasileira, o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA).

Conforme o Gráfico 2 e baseados nos anais dos ENGAs – *geografia*⁴⁰, os autores destacam o aumento de publicações com a temática da agroecologia. Enquanto os ENGA-*geografia* de 2004, 2006 e 2008 somaram apenas 5 publicações no tema, nos anos 2010, 2012 e 2014 foram publicados 53 artigos relacionados à agroecologia. Assim confirmando o aumento da relevância do tema para a geografia agrária.

Gráfico 2 – Número de publicações nos anais do ENGA – *geografia*, sobre agroecologia entre 2004 e 2014



Fonte: Anais ENGA.

Org: Mendes e Chelotti (2015)

Além de observar as questões quantitativas das publicações dos ENGAs – *geografia*, Mendes e Chelotti (2015) também analisaram e elencaram as principais temáticas em que a agroecologia foi pesquisada na Geografia Agrária. Os autores subdividiram as áreas temáticas segundo as seguintes tipologias: a) Agroecologia e comunidades tradicionais; b) Agroecologia e educação do campo/escolar; c)

⁴⁰ Em nossa pesquisa, será necessário diferenciar o Encontro Nacional de Geografia Agrária, que no texto será chamado de ENGA-geografia e o Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia, que no texto será chamado de ENGA-agroecologia.

Agroecologia e luta pela terra/ reforma agrária; d) Agroecologia e fundamentos técnicos metodológicos; Agroecologia, experiências e estudos de caso.

O que notamos com as pesquisas de Mendes e Chelotti (2015) e Gaboardi (2017) é que a geografia tem contribuído com os estudos sobre a agroecologia em seus diversos aspectos. Assim, a geografia evidencia sua capacidade de contribuir analiticamente com os processos e avanços da agroecologia como movimento, ciência e prática no Brasil.

Devemos destacar outro evento na área da Geografia Agrária, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA). Ainda que não tenhamos quantificado a produção de artigos científicos do SINGA e realizado uma pesquisa semelhante a que Mendes e Chelotti (2015) fizeram sobre os ENGAs-geografia, participamos dos SINGAs em 2009 (Niterói-RJ), em 2011 (Belém-PA) e em 2013 (João Pessoa-PB), além de publicar e acompanhar as publicações dos dois últimos SINGAs. Empiricamente, observamos que há um aumento na produção da geografia agrária para a temática da agroecologia, concordamos com Gaboardi (2017) quando ela afirma que:

Desde a edição de 2009, a qual aconteceu em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, o SINGA vem recebendo um significativo número de trabalhos escritos por geógrafos pesquisadores que trabalham com a temática da agroecologia. Os anais das últimas edições do evento revelam que os trabalhos voltados para esta área, estão distribuídos em diversos eixos temáticos, tais como: Geopolítica dos Alimentos, Agroecologia e Soberania Alimentar; Educação do Campo; Gênero e Diversidade no Campo; Paradigmas da relação cidade-campo; Assentamentos Rurais e Reforma Agrária; Campesinato, Agricultura Familiar e Agronegócio; Populações e Comunidades Tradicionais; Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, entre outros. (GABOARDI, 2017, p. 76)

Buscando ampliar a análise da produção geográfica sobre a agroecologia, focamos em elencar as pesquisas feitas, dentro de uma perspectiva geográfica sobre a agroecologia no Brasil. Elaboramos um banco de dados em que armazenamos estudos sobre a agroecologia na geografia, em especial nos programas de pós-graduação em geografia qualificados pela Capes.

Reforçamos que, para a realização desse estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico das teses e dissertações que versam sobre agroecologia disponíveis nos *sites* dos programas de pós-graduação em geografia do Brasil, bem como nos repositórios e banco digital de teses e dissertações das universidades brasileiras.

Foram observados os títulos, os resumos, as palavras-chaves, os sumários e a abordagem dada à agroecologia. Portanto, foram elencadas as teses e dissertações que deram relevância à agroecologia e deram ao que chamo de *simples leitor*, aquele que busca as informações sobre a obra nos elementos de síntese do texto, condições de encontrar com clareza e simples pesquisa as informações relevantes acerca da agroecologia. Assim, buscamos nesta seção apenas quantificar a produção sobre a agroecologia nos principais eventos nacionais da geografia e na pós-graduação da geografia brasileira, além analisar os elementos gerais desses trabalhos.

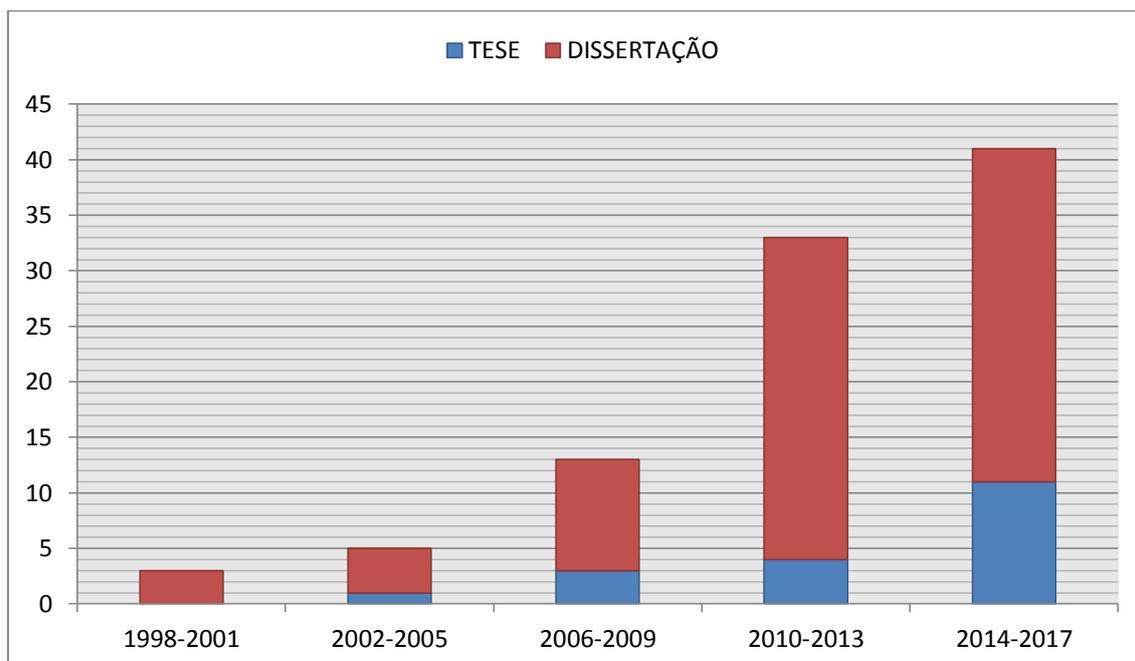
Em nossa pesquisa sobre a elaboração de teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação em geografia do Brasil, verificamos que foram elaboradas 95 pesquisas nessa temática⁴¹, sendo 19 teses e 76 dissertações publicadas e defendidas entre 1998 e 2017.

Dos 57 programas de pós-graduação em geografia do Brasil, cadastrados na Capes e relacionados na ANPEGE, 28 possuem pesquisa em agroecologia, ou seja, 49,1% dos programas têm em seu acervo pesquisas relacionadas à agroecologia.

Conforme observamos no Gráfico 3, levando em conta o tempo para a elaboração de uma dissertação e uma tese, desde os anos 2000 tem crescido a pesquisa sobre a agroecologia entre os geógrafos brasileiros. Enquanto entre 1998 e 2001 foram elaboradas apenas três dissertações e nenhuma tese sobre agroecologia, entre 2014 e 2017 foram produzidas 11 teses e 30 dissertações.

⁴¹ Consideramos que uma dissertação ou tese versava sobre a agroecologia àquelas que constavam nos sites dos programas de pós-graduação em geografia ou nas bibliotecas digitais de suas respectivas universidades, onde constasse a palavra agroecologia, ou derivadas dela, no título ou nas palavras chaves. Além disso, consideramos algumas pesquisas que mesmo não constando no título e nas palavras chaves a agroecologia, no seu desenvolvimento ficasse evidente o debate e uma perspectiva agroecológica.

Gráfico 3 – Número de Teses e dissertações, por ano, na pós-graduação em Geografia no Brasil



Fonte: Pesquisa direta nos sites dos Programas em Pós-graduação ligados à ANPEGE⁴².

Assim como nos anais dos ENGAs - *geografia* e SINGAs, nossa pesquisa averiguou que os geógrafos têm pesquisado a agroecologia a partir de diferentes abordagens e temas. Encontramos pesquisas sobre zoneamento agroecológico, produção agroecológica, desenvolvimento rural, campesinato, educação no campo, feiras agroecológicas, certificação participativa, sustentabilidade, o uso da agroecologia pelo MST e outros movimentos sociais, cooperativas, associativismo, questões de gênero, políticas públicas, cooperativismo, dentre outras. Observamos que o conceito de território é o mais usado nos trabalhos que versam sobre a agroecologia. Verificamos que é recorrente o debate acerca do campesinato. Quanto ao conceito de rede, mesmo muitos trabalhos descrevendo redes locais e regionais de agroecologia, apenas duas teses se propõem, de maneira clara, a debater com autores da geografia o conceito de rede.

O Apêndice 3 mostra as dissertações e teses em geografia (95) que versam sobre a agroecologia, entre os anos de 1998 e 2017. Esse espaço de tempo foi escolhido por dois motivos. O primeiro: escolhemos 1998, pois a primeira dissertação que encontramos, na geografia, que abordou a agroecologia foi a dissertação intitulada

⁴² O site <http://www.anpege.ggf.br/programas.php> foi utilizado como base para encontrar os bancos de teses e dissertações dos programas de pós graduação em geografia entre 2014 e 2018.

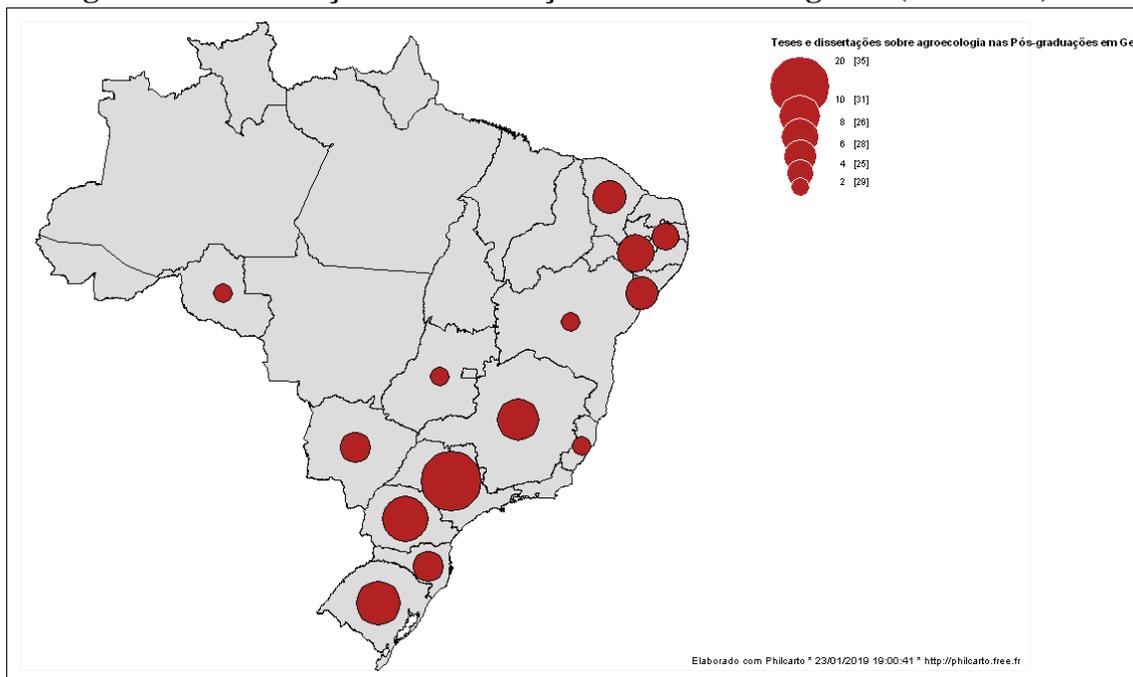
Zoneamento agroecológico do município de Itapipoca-CE utilizando técnicas de geoprocessamento, de Sônia Barreto Perdigão de Oliveira, na Universidade Estadual do Ceará. Segundo: limitamos a pesquisa até 2017, pois mesmo finalizando nossa pesquisa no início de 2019, acreditamos que nem todas as dissertações e teses referentes ao ano de 2018 foram inseridas nos sistemas ou banco de teses das universidades e programas de pós-graduação pesquisados.

Constatamos que os 95 trabalhos catalogados tiveram 92 autores, pois três autores publicaram suas dissertações e teses com a temática agroecológica, sendo eles: Aline Barboza de Lima com a dissertação “*Assentamento APASA – PB: A agroecologia na construção de novas territorialidades*” (2008) pela UFPB, e a tese “*Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba*” (2017), na USP; Roberto Antônio Finatto com a dissertação “*As transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica - Pelotas/RS*” (2010) e sua tese “*Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial.*” (2015), ambas pela UFSC; Robson Soares Brasileiro com a dissertação “*Agricultura orgânica e conservação ambiental: uma alternativa de fortalecimento da produção familiar no assentamento Chico Mendes em Pombos-PE*” (2006) e a tese “*Constituição de Territórios-Rede através de processos de re-existência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco*” (2012), ambas pela UFPE.

Como já afirmamos, quase 50% dos programas de pós-graduação em geografia do Brasil possuem pesquisas sobre a agroecologia. Na Figura 4, verificamos a distribuição espacial das dissertações e teses elencadas, segundo o vínculo da universidade. Destacamos ainda que os programas de pós-graduação em geografia que mais produzem sobre a agroecologia estão no Estado de São Paulo (USP e Unesp), estes acumulam cerca de 21% das dissertações e teses sobre agroecologia.

Outros estados como Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais possuem relevantes produções sobre o tema. Já no Nordeste, destacamos Pernambuco, Sergipe e Ceará, na produção geográfica sobre a agroecologia. Porém fica evidente a falta de trabalhos com a perspectiva geográfica da agroecologia nos estados da Região Norte do país, com a exceção de Rondônia.

Figura 4 – Distribuição das dissertações e teses em Geografia (ANPEGE)



Fonte: Sites dos Programas ligados à ANPEGE, BDTD e outros.
Elaboração: SILVA, P.M.S (2019)

Sabemos que a agroecologia pressupõe uma interdisciplinaridade, pois, como visto, é estudada por várias áreas do conhecimento para sua análise e produção, e ainda assim partilha principalmente do saber local e popular transmitido ao longo dos anos pelas gerações para o melhor manejo dos recursos naturais. A geografia é uma ciência que abarca várias áreas do conhecimento, e que também observa a agroecologia em suas diversas perspectivas.

E, à medida que a agroecologia foi ganhando vez e voz nos debates e embates tanto acadêmicos, como nas organizações e movimento sociais, a geografia foi e está ampliando seu olhar sobre a agroecologia. Inicialmente, as pesquisas se deram apenas para o zoneamento ambiental e hoje ganham outras perspectivas, como, por exemplo, a agroecologia como educação no campo, instrumento de resistência, insubordinação camponesa. Desde já, consideramos que a Geografia, sobretudo a agrária, parte para vislumbrar a agroecologia como ferramenta relevante para análise da composição do campesinato no Brasil.

Dito isto, verificamos que a pauta agroecológica se expandiu, ao longo das últimas quatro décadas, junto aos movimentos sociais, as instituições de ensino, aos órgãos públicos e na sociedade. O avanço da agroecologia no Brasil aconteceu de forma lenta e gradual, aproveitando muitas vezes a estrutura organizativa herdada das

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e articulada com a ideia da construção de uma agricultura que fosse alternativa ao modelo adotado na revolução verde. Entendemos que é necessário compreender o percurso histórico da ciência, da prática e do movimento agroecológico no Brasil.



**CAPÍTULO 2 - OS CAMINHOS
DA REDE AGROECOLÓGICA
NO BRASIL**

CAPÍTULO 2 - OS CAMINHOS DA REDE AGROECOLÓGICA NO BRASIL

Assistimos, nas últimas cinco décadas, a trajetória de um vasto processo de elaboração, reflexão e prática de alternativas ao modelo agrário hegemônico no país. Tendo em vista os efeitos sociais e ambientalmente nocivos gerados pela modernização da agricultura brasileira, surgiu um conjunto de sujeitos que se articularam em prol de outra perspectiva para o campo no Brasil. Camponeses, técnicos agrícolas, religiosos, movimentos sociais, ONGs, estudantes, professores e outros segmentos da sociedade fazem parte da trajetória do “movimento agroecológico brasileiro”.

Petersen e Almeida (2006) destacam três aspectos relevantes do processo histórico do movimento agroecológico no Brasil. O primeiro aspecto é que as iniciativas e organizações dos produtores, em diversas partes do Brasil, estão cada vez mais conectadas. Este fato proporciona a integração das ações com estratégias locais, regionais e nacionais. Ou seja, a integração das estratégias camponesas fortalece as ações individual e coletivamente.

O segundo aspecto é o fato inédito de várias organizações sociais no campo estarem construindo, aos poucos, um discurso comum, buscando mudanças necessárias no padrão hegemônico de ocupação e uso das terras para que a produção familiar se expanda e se consolide no Brasil (PETERSEN e ALMEIDA, 2006). Acesso à terra, reforma agrária, direitos básicos da cidadania fazem parte dos projetos de luta das organizações do campo; porém, cada organização, embora tenha sua pauta, tem incorporado o debate da agroecologia.

À medida que esses consensos vão sendo construídos, passam a referenciar os projetos estratégicos das próprias organizações populares em prol de mudanças estruturais no campo brasileiro. Além da histórica luta pelo acesso à terra e pela efetivação dos direitos básicos de cidadania, esses projetos passam a incorporar uma nova dimensão político-conceitual: a sustentabilidade socioambiental da produção familiar. Diante da situação na qual centenas de milhares de famílias anualmente se veem obrigadas a abandonar suas propriedades por estarem submetidas a níveis de vida insustentáveis, torna-se claro que o acesso à terra por meio da Reforma Agrária não será suficiente para que se instaurem processos duradouros de desenvolvimento da produção de base familiar no país (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 5).

O terceiro aspecto é a incorporação da crítica ao modelo do agronegócio. O combate ao agrotóxico e aos transgênicos faz parte da construção e experimentação de

técnicas alternativas que valorizam o camponês e que contribuem para a autonomia familiar, assim como preservam o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores. Assim, há o surgimento de movimentos e organizações de caráter nacional e local que têm como objetivo o desenvolvimento de técnicas produtivas de fortalecimento da produção familiar. De acordo com Petersen e Almeida:

Alimentadas pelo gênio criativo de produtores e produtoras e assessoradas por ONGs e algumas ainda poucas instituições oficiais de pesquisa e extensão rural, numerosas organizações locais de produtores familiares dispersas em todas as regiões do país vêm estimulando a emergência de processos sociais de inovação agroecológica e a sua tradução em força material e política com capacidade de influência em escalas geográficas e sociais cada vez maiores (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 6).

Assim, o elo entre organizações e produtores, em diversas partes do Brasil, o ineditismo de uma pauta de luta comum e unificadora dos movimentos do campo e a crítica aos efeitos nocivos do agronegócio compõem os elementos fundamentais para a formação do movimento agroecológico brasileiro. Este movimento tem articulado uma diversidade de sujeitos, da cidade e do campo, por todo o Brasil.

O número de experiências agroecológicas é expressivo e ainda não possui ampla visibilidade para todo o conjunto da sociedade brasileira. São mais de 1.150 experiências registradas e cerca de 780 instituições, de vários tipos, que atuam com agroecologia, segundo o site “Agroecologia em rede”. Estas experiências concretas, individuais e coletivas, expressam a integração entre camponeses e instituições que estão construindo uma resistência camponesa, a partir da agroecologia no Brasil. Além de numerosas, essas experiências são também muito diversificadas, sejam em termos de atores envolvidos, de objetivos e de formas organizacionais. Apesar dessa diversificação é possível falar em um movimento ecológico em termos nacionais:

Apesar da diversidade dos atores sociais envolvidos e dos contextos ambientais nos quais estas experiências vêm sendo gestadas, elas apresentam entre si identidades no plano nacional, o que nos permite referir-nos a existência de um “movimento agroecológico brasileiro”. Não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais, sendo a autonomia dos grupos de base uma condição inarredável para a continuidade de sua existência e de sua vitalidade. Poderíamos caracterizá-lo como um movimento de expressão nacional que articula em redes os processos sociais locais/regionais autônomos voltados para a inovação agroecológica. Essas redes permitem a interação de diferentes tipos de

organização de base e movimentos de massa dos produtores familiares atuantes desde o nível local até o nacional. (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 6).

A trajetória do movimento agroecológico formou um conjunto de redes, cada uma com dinâmica própria, porém integrada ao tema da agroecologia. Dessa forma, a diversidade de sujeitos e instituições tem, ao seu modo, promovido e construído a técnica, a metodologia, a ciência, o conceito, o paradigma, as estratégias em favor do “movimento agroecológico”. Como fruto desse percurso, a custo de embates, debates e luta, o movimento agroecológico conseguiu propor e implantar políticas públicas para o fomento da agroecologia, dentre elas a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), é representação da força do movimento agroecológico.

Em suma, as inquietações gestadas, principalmente depois da efetivação da modernização agrícola no Brasil, fizeram surgir mesmo em meio à ditadura militar instalada em 1964, sujeitos preocupados com os efeitos nocivos da Revolução Verde. Todavia, a estrutura herdada das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) e o processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980, abriram espaço para os primeiros debates e encontros sobre a agricultura alternativa ao modelo dominante. Hoje, verificamos os resultados destes debates, pois os mesmos proporcionaram a atual articulação e participação de redes agroecológicas, movimentos sociais, ONGs, assessoria técnica rural e outros grupos engajados numa pauta em torno da Agroecologia.

Neste capítulo, vamos analisar o papel e o histórico do movimento agroecológico no Brasil, a construção e configuração da Articulação Nacional de Agroecologia, da Associação Brasileira de Agroecologia e da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil. Além de ressaltar a sistematização de experiências agroecológicas a partir do site “agroecologia em rede” e de novos processos de sistematização e comunicação de experiências das Redes de Núcleos de Agroecologia (NEAs). Como um dos mais relevantes avanços para o fomento da agroecologia, em âmbito nacional, foi a PNAPO, refletiremos sobre o percurso que culminou nesta política pública, assim como os dois planos gerados a partir dela, a PLANAPO.

2.1 Trajetória do movimento agroecológico no Brasil e a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia

Não podemos descrever a trajetória do movimento agroecológico no Brasil sem destacar o relevante papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tendo em vista que a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, possibilitou a mobilização camponesa em vários estados do Brasil. No fim da década de 1970, segundo estimativas não oficiais, estavam organizadas e ativas aproximadamente 80 mil Comunidades Eclesiais de Base (BETTO, 1985 apud PETERSEN e ALMEIDA 2006).

As CEBs surgem num período de grande repressão aos movimentos que lutavam pela reforma agrária. A Igreja católica e em algumas igrejas protestantes foram, e ainda são, muito influentes no meio rural e que escapavam aos controles repressivos do Estado. Nas CEBs, as famílias camponesas puderam refletir sobre a realidade na qual estavam inseridas e, assim, encontrar estratégias para contrapor as dificuldades que as cercavam.

Em nossa pesquisa de dissertação sobre o Campesinato, Agroecologia e Convivência com o Semiárido em Solânea-PB, notamos um discurso frequente dos camponeses que participaram das CEBs e da Catequese Familiar, como o relato de Dona Terezinha: “*Lá (na CEB) a gente aprendeu a ORAÇÃO. ORAR mais AÇÃO. Não adianta só rezar, tem que agir. Então a gente partiu pra ação*”. Ela recordou, vagamente, que estudou sobre Moisés, na Bíblia. A história de Moisés é narrada, principalmente, no livro do Êxodo, contando a história de luta do povo hebreu, que se libertou da escravidão do Egito e partiu, em luta, na busca da chamada “terra prometida”.

Esse exercício de vivência e reflexão comunitária se dá fundamentado em um método dialético que prima por vincular as práticas concretas da vida cotidiana com a leitura crítica do evangelho. Por intermédio do método “ver-julgar-agir”, supera-se a dualidade fé-vida fundada na doutrina que reduz o “ser cristão” ao domínio intelectual-moral das verdades reveladas e explicitadas pelo magistério eclesástico (BETTO, 1985, apud PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 13).

A partir do cotidiano familiar, o método *ver, julgar e agir* corroborou para o planejamento de ações que valorizaram as práticas culturais locais, das iniciativas

inovadoras, as formas de convívio social e cooperação destinadas para aperfeiçoar o uso das potencialidades locais.

Diversas técnicas utilizadas na agroecologia foram originadas pelas CEBs como, por exemplo, uso da adubação orgânica, de adubos verdes e outras práticas de conservação dos solos, a valorização das plantas medicinais e os métodos naturais de controle de insetos e doenças. Além das ações de organização coletiva, solidariedade na gestão de recursos e execução de serviços, como as casas de farinha, os bancos de sementes comunitários, as roças coletivas, os mutirões e outras formas de associativismo. Assim como várias lideranças de ONGs e STRs surgiram das CEBs, sendo relevantes na construção e reestruturação de movimentos sociais e sindicais, posteriormente ligados à agroecologia (MONTEIRO e LONDRES, 2017). Ou seja:

Foi exatamente a partir da valorização desses ambientes locais de organização sócio-política criados pelas CEBs que o “movimento agroecológico” no Brasil deu seus primeiros passos. Assim como os principais movimentos sociais no campo, grande parte das ONGs hoje dedicadas à promoção da Agroecologia tiveram suas origens ligadas aos grupos constituídos pelas CEBs, com o apoio da CPT. (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 15).

Entretanto, a elaboração de um modelo de agricultura com propostas alternativas ao modelo da Revolução Verde teve início na década de 1980. A integração entre acadêmicos e as organizações com visões críticas ao modelo hegemônico possibilitou encontros, debates, publicações e experiências que hoje são chamadas de agroecologia.

Na década de 1980, iniciou um projeto que nasceu dentro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁴³, o Projeto de Tecnologia Alternativa (PTA/FASE) que pode ser considerado um embrião para a formação de uma articulação, em escala nacional, de um projeto de sociedade em torno da Agroecologia. Jean Marc Von Der Weid e o Silvio Gomes Almeida⁴⁴ foram os primeiros

⁴³ A FASE é a maior e mais antiga ONG brasileira, fundada em 1961. Era uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e equipes espalhadas em diversos estados brasileiros. Tinha forte atuação nas áreas de educação popular e assessoria aos movimentos populares do campo e pela cidade (MELO, 1993 apud LUZZI, 2007, p. 37). (ver histórico da FASE no site <http://www.fase.org.br/v2/pagina.php?id=10>)

⁴⁴ Estes agroeconomistas, Jean Marc Von Der Weid e Silvio Gomes Almeida, tiveram a oportunidade de acompanhar, durante o exílio, a discussão crítica do modelo de desenvolvimento e da busca de tecnologias alternativas que estava ocorrendo na Europa durante a década de 70. Eles voltam ao Brasil com a proposta de criar uma organização para trabalhar com a pequena produção, tendo já o conhecimento de possíveis fontes de financiamento e os relacionamentos pessoais que foram fundamentais no estabelecimento futuro das parcerias e o financiamento de projetos. Com a criação do PTA/FASE eles se tornam os coordenadores. (LUZZI, 2007, p. 37)

coordenadores da PTA/FASE. Esse projeto passou a apoiar a estimular ações locais de desenvolvimento de tecnologias alternativas de agricultura em sua área de atuação.

O Projeto Tecnologias Alternativas – PTA/FASE teve início em 1983 com dois agroeconomistas que, através de relações pessoais e financiamentos de cooperação internacional, fizeram um mapeamento das experiências de agricultura alternativa existentes no Brasil e estabeleceram parcerias com cinco delas, todas com forte vínculo com as igrejas Católica e Protestante⁴⁵. A estratégia inicial do PTA/FASE foi trabalhar com experiências já estabelecidas e com uma rede de relações preexistentes, principalmente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Os objetivos centrais eram identificar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores (LUZZI, 2008, p.12).

Sobre a atuação da FASE, Alexandre Pires, coordenador do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)⁴⁶, descreve que:

A FASE, nos anos de 1980, construiu um grande projeto chamado PTA - Projeto de Tecnologias Alternativas. Esse projeto era gestado pela FASE, mas descentralizado em vários Estados do Brasil e através de uma organização não governamental, um sindicato, um polo sindical, uma federação, uma diocese... Montava-se um grupo de profissionais para experimentar ou montar áreas para experimentar tecnologias alternativas para a agricultura camponesa. Onde se fazia um debate sobre a importância do campesinato e da agricultura camponesa, mas também uma força muito grande para experimentar e chamar os agricultores para conhecer esses experimentos. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, 2015).

Refletindo sobre o início do PTA, Jean Marc Von Der Weid aponta quais foram seus primeiros passos e reflexões para o projeto visando outra agricultura. Segundo ele:

Minha relação com a agroecologia começa, na verdade, entre 1981 e 1982. São 35 anos dessa caminhada. Meu primeiro momento com a agroecologia foi no Projeto de Agricultura Alternativa. Eu escrevi essa proposta, em Janeiro de 1982. A gente começou a discutir com o pessoal da Pastoral da Terra (CPT), em dezembro de 1981, foram os primórdios desse projeto. Na verdade foi um projeto de imensa ambição. A gente imaginava o seguinte: ***“não vale a pena a gente elaborar um projeto para resolver um problema de uma comunidade. A gente tem que pensar no campesinato, no país. É um projeto para chegar muito longe”***. (Jean Weid, depoimento durante a

⁴⁵As experiências escolhidas foram: CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba) (LUZZI, 2008, p.13).

⁴⁶ Ver nota 15.

mesa Memória da Agroecologia, durante o X CBA, em 2017. *Grifo nosso*).

Apesar de estimular ações locais, o projeto, desde seu início, vislumbrou a possibilidade de resolução de questões de amplitude nacional. Fica evidente que houve uma preocupação com o campesinato brasileiro. Embora, na década de 1980, outros temas como o da reforma agrária e as condições de trabalho no campo, entre outros, eram o foco dos movimentos sociais do campo. Todavia, Jean Weid aponta que a reflexão do PTA, teve como meta a elaboração de um modelo produtivo para a agricultura de base familiar que fosse alternativo ao modelo da Revolução Verde.

Quando fundei o Projeto Tecnologias Alternativas – PTA – em 1983, tinha como visão estratégica a construção de um modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar utilizando uma base tecnológica centrada no que veio a ser conhecido como agroecologia. Teóricos do desenvolvimento, tanto de esquerda como de direita, acreditavam que o modelo tecnológico da revolução verde era a única opção viável para garantir uma produção suficiente para o abastecimento interno e para assegurar uma exportação que ajudasse o balanço de pagamentos do país. Estes teóricos divergiam em relação ao ator socioeconômico que deveria prevalecer, uns apostando na grande produção capitalista e outros em uma produção cooperativa ou, em estágio mais avançado em empresas coletivas estatais ou não. Como se vê, todos desacreditavam na sobrevivência do campesinato como ator social e econômico (WEID, 2017, p.1)⁴⁷.

Segundo Luciano Silveira, um dos coordenadores da AS-PTA na Paraíba:

Esse projeto, ele passou a estimular pequenas ações locais e municipais de desenvolvimento de tecnologias. E foi dele que muitas ONG's hoje, no território nasceram, porque eram na verdade parte da PTA. [...] Então eram pequenos projetos no Brasil apoiando as tecnologias alternativas para o desenvolvimento. (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

O PTA/FASE teve como estratégia para expandir sua atuação aproveitar as redes de relações já existentes e contratar pessoas com capacidade de articulação política. Grande parte dos técnicos contratados pelo PTA/FASE eram agrônomos recém-

⁴⁷ Texto de Jean Marc Von Der Weid, publicado como relatoria no X CBA. Foi baseado nesse texto que o autor fez sua fala durante a mesa sobre Memória da Agroecologia.

formados com participação em grupos de *agricultura alternativa*⁴⁸, assim como pessoas vinculadas aos movimentos populares (LUZZI, 2008). Os objetivos do PTA estavam centrados em três eixos:

(a) estudar, sistematizar e avaliar – a partir de suas características sociais, econômicas e agrônômicas – experiências de geração, adaptação e utilização de tecnologias apropriadas para pequenos produtores; (b) lançar as bases de uma rede nacional de informação, intercâmbio e ajuda mútua, abrangendo movimentos de pequenos agricultores (associações, sindicatos etc.) e técnicos comprometidos com o fortalecimento do modelo alternativo de desenvolvimento agropecuário; e (c) prestar serviços de assessoria a organizações e comunidades de pequenos produtores, nas áreas de produção, comercialização e organização do trabalho (PTA-FASE, 1986^a, apud, DIAS, 2004, p. 124).

Em 1986, foram criados os Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs)⁴⁹. Os CTAs foram criados e instalados com o objetivo produzir modelos alternativos de produção agropecuária, integrando as várias informações recolhidas das práticas empíricas e das fontes científicas dos centros de pesquisa e das Universidades (WEID, 1997) e, posteriormente, de difundir e experimentar as Tecnologias Alternativas (TAs). Segundo Petersen e Almeida (2006), o papel dos CTAs seria:

Testar e sistematizar sistemas produtivos inovadores que integrassem um conjunto de tecnologias alternativas. Também faria parte da vocação dos CTAs a realização de experimentos com maior grau de controle do que os executados pelos próprios agricultores em suas propriedades. Para cumprir com essas funções, esses espaços de experimentação e de demonstração deveriam reproduzir as condições médias das propriedades familiares nas regiões de atuação das equipes e entidades (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 22).

Todavia, parte dos objetivos dos CTAs não foi alcançada.

Embora tenham acumulado inúmeras propostas técnicas parciais interessantes, os CTAs, sobretudo nas zonas de maiores dificuldades como o semiárido nordestino, não conseguiram efetivamente criar um modelo ideal viável. Impasses técnicos que surgiram ainda estão sem solução definitiva, em particular o manejo da escassa matéria orgânica existente e a otimização dos recursos hídricos pluviais. Por outro lado,

⁴⁸ Termo utilizado por estudantes e profissionais em grupos de estudos das Ciências Agrárias, principalmente os que buscavam “alternativas” ao modelo de agricultura adotado durante a Revolução Verde.

⁴⁹ A construção dos CTAs teve “apoio financeiro do Centro Alemão para Tecnologias Alternativas (GATE/GTZ) e da Fundação Interamericana (IAF). O CTA de Ouricuri começou suas atividades em julho de 1986 e contou com o apoio da Organização Holandesa para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (NOVIB) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (DIAS, 2004, p.130)”.

os modelos construídos muitas vezes ignoraram condições objetivas dos produtores como a disponibilidade de mão-de-obra (WEID, 1997, p.17).

Com o crescimento da PTA/FASE, em 1988, na sede que se localizava no Rio de Janeiro, chegou-se a um entendimento que não havia mais condições de gerir o Programa. Decidiu-se, então, que cada projeto local viraria uma organização autônoma e que, a partir de então, seria criada uma rede de organizações capazes de articular e favorecer a interação entre essas iniciativas de PTA (SILVA, 2013).

A partir de 1988, as equipes locais da Rede-PTA originaram a ONGs autônomas, em várias localidades do Brasil.

Por exemplo, o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), de Ouricuri/PE, deu origem ao Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas (Caatinga); o PTA-Bahia originou o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sassop); e o CTA Montes Claros, o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do Norte de Minas Gerais. Reunindo os coordenadores do (até então) PTA-Fase, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)...A Rede PTA envolveu outras ONGs que também atuavam junto aos agricultores familiares em várias regiões do país, como o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), no Rio Grande do Sul; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), no Paraná; e o Centro Vianei de Educação Popular, em Santa Catarina. Naquele momento (1988), a Rede PTA era composta por 27 ONGs⁵⁰ presentes em dez estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 58).

Na verdade, a rede PTA enquanto rede de articulação de experiências constatou que as experiências cresceram muito, entretanto, mais do que as experiências, as entidades perceberam que esse movimento foi para além do trabalho dessas ONGs e

⁵⁰ Bensadon (2016, p. 42) elencou 21 das ONGs com sua localização e ano de criação (quando encontrado) eram: “Apta/ES (1990), Associação Agroecológica Tijupá/MA (1990), AS-PTA/RJ (1990), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)/PR (1966), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) (1985), Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga)/PE (1988), Centro de Agricultura Ecológica de Ipê (CAE-Ipê)/RS (1985), Centro Agroecológico Tamanduá (CAT)/MG (1989), Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa IV)/RS, Centro Sabiá/PE (1993), Centro de Tecnologias Populares (Cetap)/RS (1986), CTA-ZM/MG (1987), Esplar/CE (1974), Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região de Celeiro do Departamento de Educação Rural (Fundep-DER)/RS (1989), Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (Patac)/PB (1993), Proter/SP, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede)/MG (1989), Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco) (1986), Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop)/BA (1989), Terra Viva/BA (1992) e Centro Vianei/SC (1988) (CINTRÃO, 1996; LUZZI, 2007; WEID, 1993a)”.

muitas outras organizações assumiram ações associadas a uma agricultura de base familiar e da agroecologia. Como esclarece Weid (1997):

A questão colocada era a da possibilidade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento de renda, a melhoria da alimentação e da segurança alimentar e das condições de vida em geral, capazes de criar novas esperanças para a população rural (WEID, 1997, p. 8).

Houve uma mudança metodológica e conceitual por parte de Rede PTA. Foram incorporados os métodos participativos e a base epistemológica da agroecologia. A agroecologia deu à Rede PTA a possibilidade de ampliar seu debate com propostas mais assertivas, assim como sistematizar melhor suas experiências, além de dar mais cientificidade ao seu trabalho (LUZZI, 2008).

Cabe apontar que o crescimento da PTA-Fase também gerou uma reflexão quanto às metodologias adotadas. Na percepção de Petersen e Almeida (2006), as equipes do PTA-Fase e de outras ONGs que atuavam junto às comunidades e aos agricultores tinham o papel fundamental de valorizar o conhecimento do camponês e potencializar este conhecimento como força para transformação social. Portanto, o trabalho de identificação e sistematização, a experimentação e o desenvolvimento de tecnologias nos Centros de Tecnologia Alternativa e a realização de atividades de formação de *agricultores multiplicadores*, ou *agricultores formadores*, tiveram papel de difusor de técnicas em suas comunidades (MONTEIRO e LONDRES, 2017). Assim, esses agricultores repassavam as experiências enquanto os outros agricultores permaneciam como receptores passivos no processo.

Monteiro e Londres (2017) analisam que a pouca compreensão das equipes com relação dinâmicas locais e das racionalidades técnicas e econômicas da agricultura familiar fez com que essas equipes atuassem tentando difundir tecnologias pouco ou nada ajustadas às realidades concretas vivenciadas pelas famílias. Ou seja, o trabalho tinha características difusionistas.

Outra crítica, identificada por Petersen e Almeida (2006), foi o *distanciamento* das lideranças e movimentos em relação à realidade vivida nas comunidades rurais. Segundo os autores, os temas relevantes para o momento eram o da reforma agrária e o crédito rural e a expansão dos direitos trabalhistas e previdenciários para os

trabalhadores rurais, havendo pouco, ou nenhum, espaço para o tema dessa agricultura alternativa. Ou seja:

Se por um lado alguns sindicatos de trabalhadores rurais participaram, no plano local, das iniciativas de promoção das tecnologias alternativas, por outro, grande parte das lideranças dos movimentos sociais, inclusive dos sindicatos, foi fortemente influenciada pelos intelectuais orgânicos dos movimentos, que defendiam visões desqualificadoras do trabalho com a agricultura alternativa (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 59).

Sobre alguns pensamentos de lideranças em relação às tecnologias alternativas, Petersen e Almeida (2006) identificaram e destacaram os seguintes:

- As tecnologias alternativas representam uma volta ao passado e os agricultores familiares têm o direito de se modernizarem assim como o empresariado rural o vem fazendo. A luta do movimento social deve ser a de garantir o acesso à modernização por meio de políticas públicas orientadas para a democratização da Revolução Verde;
- O trabalho com tecnologias alternativas revela um viés tecnicista e pouco politizado. A luta dos camponeses é uma luta de classes, pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores;
- A organização para a produção com tecnologias alternativas é uma opção pela elitização. Está voltada para atender à crescente demanda por alimentos orgânicos de uma camada da sociedade urbanizada disposta a pagar mais por esses produtos (Petersen e Almeida, 2006, p. 26-27).

Para Petersen e Almeida,

Esse tipo de interpretação revela a percepção limitada de assessorias das lideranças dos movimentos sociais [nesse período] no que diz respeito à importância estratégica do debate sobre o modelo de desenvolvimento tecnológico na agricultura. Além disso, é revelador da impressionante força ideológica que os mitos da modernização desempenharam mesmo nas mentes mais comprometidas com transformações estruturais em nossa sociedade. Ao conceberem as tecnologias somente através de sua dimensão instrumental, terminam por reproduzir o discurso da neutralidade das técnicas e a incorporar como real a imagem que a Revolução Verde tem e veicula de si mesma: a ideia de modelo único, de validade universal, de expressão máxima da eficiência e da produtividade (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 27).

No início dos anos 1990, a AS-PTA realizou os primeiros Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPAs)⁵¹. Os DRPAs foram realizados em

⁵¹ No capítulo 1, verificamos que esse método já era visto como estratégia para o campesinato segundo os teóricos narodnitas. Posteriormente, segundo Caporal e Costabeber (2000), os neo-nardnistas foram relevantes para o avanço da percepção ecológica como estratégia camponesa para o enfrentamento à modernização agrícola. Fato que colaborou para o que chamamos de agroecologia.

comunidades e municípios do Nordeste, Sul e Sudeste. Os diagnósticos aconteceram com a parceria entre as organizações locais, os agricultores e as assessorias ligadas a AS-PTA. Segundo Petersen e Silveira:

O DRPA é uma metodologia adaptada pela AS-PTA a partir de referenciais conceituais e metodológicos oriundos das escolas francesa e inglesa de desenvolvimento agrícola. O DRPA, empregado para a descrição e análise do funcionamento de agroecossistemas de uma dada região, tanto pode focar o conjunto dos agroecossistemas como orientar-se por recortes temáticos, vinculados aos subsistemas de produção (sistema pecuário, sistema de abastecimento hídrico, ocupação e uso dos solos, por exemplo). São dois os seus produtos: a análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente; e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro fornece subsídios para a formulação de estratégias técnicas de conversão ecológica dos agroecossistemas. O segundo estimula os atores locais a assumirem o papel protagônico no processo (PETERSEN e SILVEIRA, 2002, p. 132).

A metodologia do DRPA significou um avanço nas ações locais, tendo em vista que possibilitou a mobilização de comunidades e uma assistência técnica atrelada aos conhecimentos e aos enfrentamentos das realidades locais. Este método também viabilizou a sistematização de informações sobre a realidade social, econômica e ambiental das comunidades diagnosticadas. Desta forma, “as metodologias participativas passaram a ser também empregadas para o planejamento e monitoramento das ações dos programas de desenvolvimento local” (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 61)

ONGs, assessorias, movimentos sociais, e outros, durante os anos de 1990 e 2000, realinharam suas metodologias, discursos e práticas voltadas à agroecologia. Vamos abordar este período do movimento agroecológico brasileiro, com mais detalhes, no próximo item (2.2), ao analisar o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A agroecologia ampliou o horizonte e as possibilidades para a produção camponesa. O desenvolvimento da *Agricultura Alternativa* trazia consigo um caráter, ainda, tecnicista. Já a agroecologia insere e dá maior visibilidade e relevância ao papel do camponês, sendo ele dotado do conhecimento e das técnicas de produção adequadas a sua realidade.

Cabe-nos retornar à análise da década de 1980, pois neste período ocorreram importantes encontros regionais e nacionais de agrônomos, movimentos sociais,

sociólogos e outros em torno da então chamada “*agricultura alternativa*”, sendo eles os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs)⁵² e os Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAAAs), organizados pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e seus parceiros (LUZZI, 2008). Esses encontros foram fundamentais para o fomento de antagonismo ao agronegócio.

Os EBAAAs foram, sem dúvida, uma expressão dos primeiros esforços de constituição de um grande movimento de amplitude nacional reunindo os diferentes grupos e setores da sociedade envolvidos com a construção da agricultura alternativa no país. Deles participaram pesquisadores, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo, organizações sindicais, equipes do Projeto Tecnologias Alternativas da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (PTA-Fase) e de outras ONGs, grupos ambientalistas, extensionistas de Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) e agricultores. (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 57).

Os debates da *agricultura alternativa* passaram a sair apenas das questões técnicas e agrícolas. A preocupação com a condição de vida das pessoas ganha espaço. Para Horácio de Martins Carvalho⁵³,

A agricultura alternativa deve ser entendida não só como uma concepção de modo de produção na agricultura, mas do modo de produção em geral. É inconsistente defender o solo e deixar que o homem seja explorado. Não quero que ninguém seja explorado, nem uma bactéria. Quero que se respeite a vida, toda ela e, portanto, não posso aceitar a presença da multinacional, dos grandes conglomerados econômicos, e de uma burguesia que é uma classe eminentemente exploradora da vida e geradora desse caos que aí está (Horácio Martins de Carvalho, FAEAB, 1987, p.30).

José Graziano da Silva⁵⁴ complementa que:

O mérito do movimento da agricultura alternativa não é a busca de alternativas de produção, mas exatamente a formação dessa consciência social. É um movimento que tende a abrir espaços na luta

⁵² Foram realizados quatro EBAAAs na década de 80. O I EBAA foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, (1984) e reuniu cerca de 1800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4000 pessoas. Estes encontros foram realizados principalmente por iniciativa da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB (LUZZI, 2008, p.3)

⁵³ Engenheiro agrônomo com especialização em ciências sociais

⁵⁴ Possui graduação em Engenharia Agrônômica, especialização em Métodos de Pesquisa no Sistema de Produção Agrícola, mestrado em Economia e Sociologia Rural, doutorado em Ciência Econômica e pós-doutorado pela Institute of Latin American Studies University College London (1990). Atualmente é Professor Titular MS6 da Universidade Estadual de Campinas e diretor regional FAO América Latina e Caribe da Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación.

política, que tende a abrir brechas nas formas de dominação predominante (José Graziano da Silva, FAEAB, 1987, p. 34).

Demétrius Oliveira, em depoimento a Bensadon (2016), descreve os bastidores dos EBAAAs e aponta a base marxista na construção da agricultura alternativa.

Ali aonde a turma conspirava, tentava soluções alternativas. Nessa época tinha professores que apoiavam (...) participando de encontros, realizava seminários. Era o espaço para ler, testar. E os professores foram abrindo espaço para estar em contato com os camponeses, realizar diagnósticos, planejamentos, café (...). Era uma coisa de gueto, esses espaços eram fundamentais para construir cumplicidade, estudar, eram coisas muito básicas, ainda não tinha um paradigma integrador como é a agroecologia enquanto ciência. Íamos conspirando, batendo e tomando também muita porrada, havia contrapropaganda dos [outros] professores, que éramos utópicos, sonhadores, que queríamos destruir a soja do Brasil patrocinado pelos EUA. (...) A gente como agrônomo de formação marxista, encontra a agricultura alternativa, diz, esse é o meu caminho, essa é a agricultura que quero trabalhar, pra entender o jogo, o *status quo*. (Demétrius Oliveira, coordenador-executivo da Apta, participou dos Ebaas, da Rede PTA e atua na Articulação Capixaba de Agroecologia. Entrevista em 28/05/2015) (BENSADON, 2016, p.33).

Segundo Luzzi (2008), no II e III EBAAAs ocorreram tentativas frustradas para a criação da Associação Brasileira de Agricultura Alternativa (ABAA). Os debates e desentendimentos entre FEAEB, PTA-FASE, organizadores locais e demais participantes impediram o surgimento do que seria a ABAA.

Apesar de relevante para o movimento agroecológico brasileiro, os EBAAAs não foram encontros uníssonos para as propostas que avançassem além da produção agrícola. Nos EBAAAs, os pontos de vista discordavam sobre questões metodológicas, conceituais e políticas entre os organizadores.

Grupos ligados ao PTA da FASE e à CPT apoiavam a valorização das experiências dos agricultores e o diálogo com os mesmos, por meio de metodologias participativas, todavia, grupos com características mais acadêmicas tinham predileção por palestras de pesquisadores e de técnicos em relação às experiências e participação dos agricultores (PADULA *et al.*, 2013; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Um exemplo da discordância quanto à metodologia adotada nos EBAAAs, foi descrita pela professora Irene Cardoso, quando ela descreve que:

No III Ebaa, em Cuiabá, o Padre Justino tira os agricultores e leva eles para uma sala, e diz 'esse evento não nos representa, não nos contempla, eles não falam a nossa língua, a gente não está conseguindo entender o que está sendo

falado'. E lá o que ele propôs foi fazer uma grande troca de experiências, de um contar para o outro o que estava sendo feito. Então isso tá na base da agroecologia, a troca de experiências, a valorização do conhecimento dos agricultores já na agricultura alternativa (Irene Maria Cardoso, agrônoma, participou dos Ebaas, professora na UFV e presidenta da ABA. Entrevista em 18/11/2015) (BENSADON, 2016, p.35).

O IV EBAA ocorreu sem o efetivo apoio do PTA-FASE, devido aos desentendimentos com os demais membros da comissão organizadora. As desarmonias afloraram: “houve discordâncias entre os membros da direção do movimento de *agricultura alternativa* e muitas críticas à organização do evento e devido a estas divergências o movimento acabou por se dispersar.” (LUZZI, 2008, p.10). Além da saída da Rede PTA, somou-se a atuação das multinacionais produtoras de agrotóxicos que reconquistaram espaço na Faeab (LUZZI, 2007; CARDOSO *et al.*, 2013; BENSADON, 2016). Assim, o V EBAA nunca ocorreu.

Monteiro e Londres (2017) observam que, no início dos anos 1990, as associações ligadas a engenheiros agrônomos estavam subordinados por setores próximos à indústria de agrotóxicos, situação que permanece até os dias atuais.

Notamos que os agrônomos, de modo geral, encabeçaram os debates iniciais que trouxeram à tona as reflexões para uma alternativa para o campo brasileiro. Todavia, não houve e ainda não há consenso entre o modelo de produção a ser seguido. O enfraquecimento político e econômico da FEAEB impossibilitou a realização de novos EBAAAs.

Além do acúmulo histórico, dos debates entre organizações, movimentos sociais e academia, lembramos as produções acadêmicas que mais influenciaram, colaboraram e ainda colaboram com o debate da agroecologia no Brasil.

Cabe salientar que entre o fim da década de 1960 e 1990, sobretudo estudantes e profissionais das ciências agrárias, foram influenciados por pesquisadores de várias partes do mundo que se contrapunham as ideias e os resultados da Revolução Verde, assim, apontavam alternativas baseadas em “visões ecológicas da agricultura” (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Entre esses autores, conhecidos, respeitados e estudados até hoje, estão Rachel Carson; Albert Howard; Francis Chaboussou, J. I. Rodale; Rudolf Steiner; M. Fukuoka; Mokiti Okada; Claude Aubert; André Voisin; Bill Mollison; e Hartmut Vogtmann. No Brasil, estiveram entre as principais referências a professora Ana Maria Primavesi, que publicou, em 1979, o livro *Manejo ecológico do solo*; Adilson Paschoal, autor do livro *Pragas, praguicidas e crise ambiental*, de 1979; José Lutzenberger, que em 1976 publicou o

Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?; e as pesquisas em fixação biológica de nitrogênio lideradas pela Dra. Johanna Döbereiner. Vale destacar também o trabalho do suíço Ernst Gotsch que, ao se estabelecer em uma propriedade no sul da Bahia em 1984, desenvolve os sistemas agroflorestais sucessionais, altamente complexos e biodiversos; e o trabalho de Luiz Carlos Pinheiro Machado, pesquisador e promotor do Pastoreio Racional Voisin. (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 56).

Sobre movimentos de contestação ao padrão tecnológico da Revolução Verde, na Europa e EUA, Costa (2017) destaca que,

Na França, as iniciativas eram orientadas segundo os princípios da “Agricultura Biológica” (Aubert, 1977); na Alemanha, era mais expressiva a corrente da “Agricultura Biodinâmica” (Koepf, 1983); nos países de língua inglesa, EUA e Inglaterra à frente, predominava a corrente da “Agricultura Orgânica” (Howard, 2007; Rodale, 1983); no Japão se identificava a escola da “Agricultura Natural”. (COSTA, 2017, p. 57).

Podemos destacar algumas obras como a de Rachel Carson que, em 1968, publicou o livro *Primavera Silenciosa*, onde ela aborda os efeitos nocivos do uso de agrotóxico nos Estados Unidos, com ênfase no uso do organoclorado, diclorodifeniltricloroetano, conhecido pela sigla DDT⁵⁵. Ironicamente, o problema foi identificado na águia americana, símbolo do brasão dos EUA, estava tendo sua reprodução afetada com o acúmulo de organoclorados. (COSTA, 2017; CARSON, 1968)

No Brasil, José Lutzemberger⁵⁶ foi um dos críticos aos efeitos ambientais da modernização da agricultura brasileira. Em 1976, ele lançou o livro *Manifesto Ecológico Brasileiro*, nele é discutida a crise de energia e de matéria-prima promovidos pelo uso nocivo da natureza e propunha como alternativa ao modelo hegemônico uma agricultura de base ecológica. Assim, José Lutzemberger exerceu influência no movimento da agricultura alternativa (LUZZI, 2007; COSTA, 2017).

Pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1979, foi lançado o livro, de Aldison Dias Paschoal, *Pragas, praguicidas e a Crise ambiental: Problemas e Soluções*. Este

⁵⁵ O DDT foi introduzido em 1940, inspirando o desenvolvimento de vários organoclorados. Em seguida, desenvolveram-se os organofosforados pela Bayer, sendo o principal produto o Parathion (1944). Este deu origem a novos inseticidas organofosforados. No campo dos herbicidas surgiram os ácidos fenoxiacéticos, de onde surgiu em 1944 o 2,4-D (SALLES FILHO, 1993, p.21).

⁵⁶ José Lutzemberger, engenheiro agrônomo, executivo de empresa transnacional do ramo do agrotóxico, que rompe com o setor no início da década de 1970 retornou ao país, se engajou no movimento ambientalista e passou a atuar na Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (Agapan), possivelmente a primeira ONG ecológica do país. (COSTA, 2017, p. 58).

livro foi um dos primeiros trabalhos a criticar o uso de agrotóxicos. Ele apontou que o uso de agrotóxicos estava aumentando o número de pragas nas lavouras, tendo em vista que os agrotóxicos, além das pragas, acabavam com os inimigos naturais das pragas, promovendo à propagação de pragas resistentes as aplicações químicas. (ELHERS, 1996; LUZZI, 2007). Paschoal (1979) registra que entre 1958 a 1976 apareceram 400 novas pragas na agricultura do Brasil, coincidentemente este período é o mesmo da intensificação do uso do agrotóxico no Brasil (COSTA, 2017).

No mesmo ano, foi publicado o livro *Manejo ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais*, de Ana Maria Primavesi⁵⁷. No livro, Primavesi critica o uso do mesmo manejo do solo das regiões de clima temperado nas regiões tropicais, o que seria impróprio para a realidade do Brasil. Para a autora, o solo é entendido como um organismo vivo e, como tal, deve ser alimentado e protegido adequadamente para que mantenha sua composição e quantidade de nutrientes, necessário para o desenvolvimento da agricultura. Já na agricultura convencional, o solo é apenas um substrato físico para a administração de compostos de nutrientes (ELHERS, 1996); (LUZZI, 2007; (COSTA, 2017).

Além das obras já citadas, Graziano Neto (1982), Elhers (1996), Luzzi (2007), Costa (2017), Monteiro e Londres (2017) e outros destacaram diferentes produções que também fomentaram os debates críticos que propunham uma agricultura alternativa ante a agricultura moderna, entre elas: *Questão Agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*, de Francisco Graziano Neto (1982); *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose*, de Francis Chaboussou (1985); *Agropecuária sem veneno*, de

⁵⁷ Nascida na Áustria, em 1920, Ana Maria Primavesi foi uma renomada engenheira agrônoma naturalizada brasileira. Formada em 1942, ela é grande responsável por diversos avanços no estudo das ciências do solo em geral, especialmente no seu manejo ecológico. É uma das mais importantes pesquisadoras da agroecologia e da agricultura orgânica. Foi professora na Universidade Federal de Santa Maria, contribuindo diretamente para a organização do primeiro curso de pós-graduação direcionado à agricultura orgânica. Depois de aposentada colocou em prática seus conceitos sobre agricultura orgânica em sua própria propriedade agrícola, em São Paulo. Fundou a AAO (Associação da Agricultura Orgânica), uma das primeiras associações de produtores orgânicos do Brasil. (Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/biblioteca/a-vida-de-ana-maria-primavesi/> Acesso em: 09/09/2018). Ana Primavesi publicou 94 artigos científicos no Brasil e em revistas internacionais. Além disso, escreveu 11 livros e colaborou em inúmeras publicações. Ana deu mais de 500 palestras e cursos em universidades, institutos e congressos, e inspirou seu público ao redor do mundo. Ao longo dos anos ela se manteve fiel aos princípios do seu trabalho, regenerando terra para produção de alimentos e também olhando criticamente a prática da agricultura. Foi co-fundadora de várias organizações como a [AAO \(Associação de Agricultura Orgânica\)](#) e do [MAELA \(Movimiento Agroecológico Latinoamericano\)](#). Desempenhou um papel fundamental na construção da IFOAM na América Latina. Ana foi membro honorária de numerosos movimentos ecológicos e tem recebido muitos prêmios, entre eles o prêmio do Ministério da Agricultura brasileiro. O prêmio do MAELA, que é concedido a cada dois anos tem seu nome – "Ana Primavesi Award".(Disponível em: <http://aao.org.br/aao/ana-primavesi.php> Acesso em: 09/09/2018).

Luiz Carlos Pinheiro Machado, Angela Aurvalle e Maria José Guazelli (1985); *A tradução do Relatório e recomendações sobre Agricultura Orgânica* (1984), produzido pelo departamento de Agricultura dos EUA; *Adubação verde no sul do Brasil*, da AS-PTA (1991).

Estas obras influenciaram os grupos de agricultura alternativa que surgiam nas universidades, assim, originaram-se correntes de diferentes nomes, mas que ficaram identificadas genericamente como *Agricultura Alternativa*⁵⁸. No item 2.5, descreveremos a influência e importância desses grupos, hoje denominados de Grupos de Agroecologia, embora alguns tragam no nome a permacultura⁵⁹.

Porém, a obra que marca a evolução dos debates da agricultura alternativa para a Agroecologia é o livro de Miguel Altieri, publicado no Brasil, em 1989, pela AS-PTA. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura alternativa* (SCHIMIT, 2009; COSTA, 2017; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Este percurso deu base para a construção tanto de um movimento com participação acadêmica, dos agricultores, dos movimentos sociais e outros. Na acadêmica, professores e estudantes de diversos campos do conhecimento aprofundaram suas reflexões e ações em busca de uma agricultura que pudesse se contrapor não apenas ao agronegócio, mas ao sistema produtor dele, *o capital*. Já os camponeses, junto aos técnicos, movimentos sociais, ONGs e outros, puderam perceber e articular alternativas que contribuíram não só para a produção alternativa, mas a resistência do campesinato e abriram um flanco para outra dinâmica no campo brasileiro.

Assim, as idas e vindas, os encontros e desencontros, os debates e embates traçados em diversas partes do Brasil, enlaçaram, nas últimas décadas, sujeitos diversos e de diferentes lugares do Brasil em torno de uma pauta ampla que hoje é instrumentalizada pela agroecologia. O principal elemento para a junção da diversidade

⁵⁸ Assumia-se termo “Agricultura Alternativa” como abrangente às distintas correntes de contestação ao modelo dominante: agricultura biológica, natural, permacultura, orgânica, biodinâmicas, dentre outras (ELHERS, 1996) (COSTA, 2017, p. 60).

⁵⁹ Permacultura, podemos entendê-la como as relações sociais e do ser humano com o meio, ou então, simplesmente o “modo de...”. Ou seja, o modo de nos vestir, nos relacionarmos com os outros, morar, nos alimentarmos – dentre outras práticas – de modo a garantir a permanência da vida no planeta Terra. A Permacultura surgiu na década de 1970, na Austrália, como alternativa aos acelerados processos de degradação dos recursos naturais. O termo foi criado por Bill Mollison em parceria com David Holmgren ao observarem a degradação de alguns sistemas naturais e ao se proporem a observar, estudar e compilar outras formas de ocupação humana no planeta... um conjunto de práticas que reúne os conhecimentos ancestrais e tecnologias modernas para uso sustentável dos recursos naturais e permanência humana no planeta. Na Permacultura, a sistematização dos passos para a construção de sistemas sustentáveis é denominado design permacultural. Ou seja, a Permacultura é um conjunto de práticas que visa suprir as necessidades do ser humano a partir do uso sustentável dos recursos naturais, tais como moradia, alimentação, energia e água sem alterar o ciclo natural da vida. (ZIMMERMANN, *et al*, 2015, p.21-22)

em torno da agroecologia e o seu crescimento é a **articulação** de indivíduos e o conjunto de organizações que estão tecendo redes cujo elo é a agroecologia.

2.2 A efetivação da Articulação Nacional de Agroecologia

A década de 1990 foi um período de reestruturação e organização local das ONGs, dos movimentos sociais, das equipes de assistência técnica rural em torno da agroecologia. Foi um momento esvaziado de debate e organização nacional, mas houve a ampliação da atuação local, crescendo o número de experiências exitosas. Esta década ficou marcada pelo engajamento e formação de redes locais de agroecologia, envolvendo sindicatos, associações comunitárias, paróquias, pastorais, grupos de mulheres e jovens, entre outros. Universidades, centros de pesquisa, governos municipais e estaduais até articulavam iniciativas, porém, sem nenhuma perspectiva de amplitude nacional (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

As questões ambientais de importância internacional foram pautadas principalmente na Eco-92, fato que colaborou com fomento da agroecologia no Brasil. Não só as questões produtivas ganharam força, mas as condições de trabalho e vida do trabalhador e consumidor, preservação da biodiversidade, a soberania e segurança alimentar, posse da terra, entre outros temas, ficaram ainda mais latentes.

As experiências produtivas se multiplicaram e o debate passou a ser incorporado, progressivamente, por um conjunto bastante diversificado de organizações de trabalhadores, movimentos sociais e instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, aumentando a legitimidade política do tema agroecologia. O debate extrapola o foco tecnológico e foram sendo incorporados outros temas e problemáticas sociais, que também faziam parte da agenda de outros movimentos e organizações sociais, tornando mais rico e complexo o debate. Como exemplos têm-se: valorização do conhecimento popular rural como modo de vida; preservação da cultura e da biodiversidade; questão de gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado com bases éticas e solidárias, e a segurança e soberania alimentar – resgate de sementes crioulas, contra os transgênicos, democratização do acesso aos recursos naturais, valorização da qualidade do alimento e da produção para o autoconsumo. (LUZZI, 2008, p. 19)

Almeida (2009) aponta que, em 1999, ocorreram dois encontros que enxergaram a necessidade de uma articulação, no âmbito nacional. Primeiro foi o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, promovido pela Embrapa Agrobiologia e AS-

PTA. E o segundo encontro foi o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Meio Ambiente, com participação de diversos movimentos sociais agrupados nessa temática, incorporaram em suas propostas a agroecologia, assumindo esta como modelo antagônico ao agronegócio.

Nestes encontros, ocorreram propostas para a realização de um evento com capacidade de agrupar a variedade de experiências e de organizações que fomentavam a agroecologia brasileira (MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Como desdobramento concreto dessas propostas, realizou-se um seminário nacional preparatório do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), envolvendo cinquenta pessoas vinculadas a importantes entidades e redes nacionais, regionais e locais, integrantes de diferentes instituições governamentais e lideranças de movimentos sociais⁶⁰. A partir desse seminário, desencadeou-se o processo preparatório ao encontro, que contou com a realização de seminários e encontros em todas as regiões do país (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 65).

A partir de 2002, com a realização do I Encontro Nacional de Agroecologia, surge uma organização de maior visibilidade e abrangência nacional na temática da agroecologia: a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Dois encaminhamentos interdependentes principais foram tirados no ENA: a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o fortalecimento das redes regionais e estaduais já existentes. **A ideia subjacente a esses encaminhamentos é que a ANA esteja ancorada em redes dinâmicas constituídas por organizações e processos sociais atuantes em diferentes escalas geográficas e áreas temáticas.** Tem-se claro que a construção de uma articulação coesa horizontalmente (**entre redes locais**) e verticalmente (**entre o micro e o macro**) será uma condição para a sustentabilidade política de um processo nacional fundado no princípio da “unidade na diversidade”. Para tanto, se faz necessário estimular a emergência e/ou a consolidação de canais eficientes de mobilização e expressão das

⁶⁰ A comissão organizadora do I ENA foi composta pelas seguintes organizações: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); Centro Ecológico (Rio Grande do Sul); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Comissão Nacional de Trabalhadores Rurais da Contag (Contag); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul); Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária (Gera)/Universidade Federal do Mato Grosso; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia (GTNA); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede Cerrado; Rede Ecológica de Agroecologia; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) (Encontro Nacional de Agroecologia, 2002)

forças sociais envolvidas com a transição agroecológica dispersas pelo país afora. Daí, a importância atribuída ao fortalecimento dos espaços de articulação em escalas intermediárias entre o âmbito local e o nacional. (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 46-47. *Grifo nosso*).

A ANA articula o debate e propõe o modelo de produção agroecológica junto à sociedade. Estão ligadas à ANA 23 redes estaduais e regionais, que congregam grupos, associações, sindicatos e ONGs, além de 15 movimentos sociais com representação em todo o Brasil (ANA, 2015)⁶¹. Devido ao grande número de redes (nacionais e regionais), movimentos sociais e sindicais que estão interligados à ANA, ela é chamada de “*a rede das redes*”⁶².

Essas redes têm constituído uma plataforma de interação de diferentes tipos de organizações de base, movimentos sociais e redes regionais. Vinculam também importantes segmentos da sociedade civil atuantes na assessoria a organizações de produtores familiares (ONGs, organizações pastorais ligadas a igrejas, etc.). Reúnem ainda um crescente número de profissionais de instituições oficiais, sobretudo da pesquisa e da extensão, que atuam na área do desenvolvimento rural. Trata-se de uma experiência singular, marcada pelo fato de se constituir a partir de processos de inovação local que vêm mobilizando capacidades criativas de diferentes atores sociais no enfrentamento dos obstáculos objetivos e políticos que se antepõem às condições de reprodução da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que exercitam e geram novos conhecimentos, esses processos nutrem novas coesões e se projetam como insumos para a progressiva construção de um padrão de desenvolvimento rural apoiado na sustentabilidade socioambiental (ALMEIDA, 2009, pg.68-69).

A ANA é entendida por seus membros como:

um espaço de **articulação e convergência** entre **movimentos, redes e organizações** da sociedade civil brasileira (que estejam) engajadas em experiências concretas de **promoção da agroecologia**, de **fortalecimento da produção familiar** e de **construção de**

⁶¹ Disponível em <http://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em: 21/05/2015

⁶² Coordenação da ANA: **ONGs** (AOPA, APTA, AS-PTA, CAA-NM, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, CEPAC – PI, CETAP, CTA-ZM, FASE, GTNA, Instituto Giramundo, PESAGRE, PROTER, SASOP); **redes regionais** (ANA-Amazônia, ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecovida de Agroecologia, ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia); **redes nacionais** (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, UNEFAB/ARCAFAR – União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil/ Associações Regionais das Casas Familiares Rurais); **movimentos sociais** (CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, COIAB – Coordenadoria dos Povos Indígenas da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, CPT– Comissão Pastoral da Terra, FETRAF-Brasil – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de babaçu, MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (ANA, 2006, p.26).

alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. (ANA, 2015. Grifo nosso)

No Quadro 2, a partir das informações colhidas no site da ANA, verificamos a síntese das redes e dos movimentos que compõe a ANA. Segundo o site, estão articulados na rede da ANA 35 redes e movimentos sociais. Todavia, destacamos que estas redes e movimentos também articulam outras redes, instituições e organizações dentro da própria ANA.

São associações e redes nacionais como a Associação Brasileira de Agroecologia, a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Também integram a ANA movimentos sociais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), CPT, MMTR, MPA, Marcha Mundial das Mulheres e outros. E são exemplos de redes regionais a Rede de Agroecologia Ecovida, que atua na região sul do Brasil e a Articulação do Semiárido (ASA), que articula ações no semiárido brasileiro.

Já no âmbito estadual, são exemplos a Rede Sergipana de Agroecologia (RESEA), em Sergipe; a Rede Terra sem males, em Rondônia; o Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS), no Mato Grosso; a Articulação Paulista de Agroecologia (APA), em São Paulo; a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), no Rio de Janeiro.

É o conjunto integrado de ações de cada uma dessas redes que compõe a agroecologia, em cada uma das realidades, seja local, regional ou nacional, que promove e instiga a construção da agroecologia no Brasil.

Quadro 2- Redes e movimentos que compõe a ANA - 2017

Redes, associações e fóruns nacionais.			
Nome	Sigla	Fundação	Números
Associação Brasileira de Agroecologia	ABA	2004	Aproximadamente 600 sócios
Associação Brasileira de Saúde Coletiva	ABRASCO	1979	73 associados institucionais (Fundações, universidades, institutos e outros)
Rede de Grupos de Agroecologia	REGA	2009	88 grupos
Rede Brasileira de Justiça Ambiental	RBJA	2002	98 organizações
Fórum Brasileiro de Economia Solidária	FBES	2001	- 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais - 3000 empreendimentos de ES - 500 entidades de assessoria - 200 municípios - 12 governos estaduais pela Rede de Gestores em Economia Solidária
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	FBSSAN	1998	- 10 instituições (coordenação)

Conselhos e confederações			
Nome	Sigla	Fundação	Números
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	CONTAG	1963	- 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) - mais de 4.000 Sindicatos
Conselho Nacional dos Seringueiros	CNS	1985	27 representantes de trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos.
Coletivo Nacional de Agricultura Urbana	CNAU	2014 ⁶³	Sem informações
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas	CONAQ	1996	- Associações e federações em 23 Estados. - Mais de 3500 comunidades
Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar	CONTRAF	2004	- 20 Estados - mais de 900 Sindicatos e Associações sindicais - mais de 1000 municípios em todo o Brasil - com aproximadamente 500 mil agricultoras e agricultores associados.
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil	FEAB	1972	- Subdividido em 8 regionais, presente em todos estados do Brasil
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária	UNICAFES	2005	- 19 Estados - Aproximadamente 700 cooperativas
União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil	UNEFAB	1982	- 263 Centros Familiares de Formação por Alternância do Brasil - 20 Estados
Movimentos Sociais			
Nome	Sigla	Fundação	Números
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST	1984	- 24 estados - 35 mil famílias
Comissão Pastoral da Terra	CPT	1975	- Todos os estados
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – NE	MMTR-NE	1986	- 9 estados
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA	1996	- 17 estados
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	MIQCB	1991 ⁶⁴	- 4 Estados (<i>Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins</i>)
Movimento de Mulheres Camponesas	MMC	1995 ⁶⁵	- 18 Estados

⁶³ O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana vem sendo construído há vários anos e finalmente se estruturou em 2014 durante o III Encontro Nacional de Agroecologia em Juazeiro. Também participa a própria ANA, que sempre apoiou as iniciativas das redes, e o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Aliás, o tema da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que começa no início de novembro é “comida de verdade no campo e na cidade.” Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2015/11/16/i-encontro-nacional-de-agricultura-urbana-agroecologia-e-direito-a-cidade/> acesso em: 01/10/18)

⁶⁴ Em 1991, as quebradeiras, com a ajuda de organizações não governamentais, articulam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, do qual resultou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, no II Encontro Interestadual, o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. (Disponível em: <https://www.miqcb.org/quem-somos> acesso em: 01/10/18)

⁶⁵ Em 1995, foi criado a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres de diversos movimentos sociais. Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 a 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50

Marcha Mundial de Mulheres	MMM	2000	- 20 estados
Rede, associações e fóruns regionais e estaduais.			
Nome	Sigla	Fundação	Números
Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia	ANAA	Sem informação	- 9 Estados (Os estados da região norte, além de Maranhão e Mato Grosso). -
Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro	AARJ	Sem informação	- Rio de Janeiro -
Articulação Paulista de Agroecologia	APA	2001	- São Paulo - mais de 200 experiências compartilhadas
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES	APOINMAS E	1990	- 11 Estados - 71 Povos indígenas
Articulação do Semiárido	ASA	1999	- 10 Estados - aproximadamente 3 mil organizações
Rede de Agroecologia Ecovida	Ecovida	1998	- 3 estados - 27 núcleos regionais, - cerca de 350 municípios. - Aproximadamente 340 grupos de agricultores - Cerca de 4.500 Famílias envolvidas - 20 ONGs. - Mais de 120 feiras agroecológicas
Rede Sergipana de Agroecologia	RESEA	2006	- Sergipe - 15 organizações
Rede Maniva de Agroecologia	REMA	1999	- 70 Membros
Rede Juçara	-		- 7 Estados - 24 organizações
Rede Terra sem males	RTSM	2003	- Rondônia
Rede Cerrado	-	2007	- 8 Estados - 50 organizações associadas e 300 organizações integradas
Grupo de Intercâmbio em Agroecologia	GIA's	1999	- Mato Grosso - Cerca de 40 organizações
Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia	RMERA	2002	- 9 Estados (Amazônia Legal) - 150 iniciativas

Fonte: ANA⁶⁶ e outros.

Elaboração: SILVA, P.

O Quadro 2 corrobora com a percepção de que a atuação dos membros da ANA ocorre de forma autônoma, com diversas temáticas, interligando uma diversidade de sujeitos e instituições em todo território nacional. Todos estados possuem ao menos uma instituição que atua com agroecologia. A diversidade das identidades camponesas e comunidades tradicionais estão ligadas à agroecologia. Ou seja, na cidade, no campo e

mulheres, de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, a articulação nacional de mulheres trabalhadoras rurais passa a adotar o nome de: **Movimento de Mulheres Camponesas**. (Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> acesso em: 01/10/18)

⁶⁶ <http://www.agroecologia.org.br/redes-e-movimentos/> (acesso: 30/07/2017)

independente da temática da instituição, a agroecologia é o fio condutor que enlaça essa rede.

Segundo ANA (2015), sua atuação apresenta-se com três enfoques. Primeiramente, visa o auxílio aos articulados para o desenvolvimento e promoção da agroecologia, sobretudo a difusão e fomento das experiências exitosas. A partir destas, o segundo enfoque é elaborar, aprimorar e propor mecanismos de políticas públicas para a superação dos desafios apontados em relação à produção agroecológica em vários níveis de escala. Enquanto o terceiro enfoque é a comunicação com sociedade estimulando a promoção da agroecologia, da agricultura camponesa e a integração dessas propostas com a sociedade.

Os debates e as propostas da ANA seguem os seguintes temas:

A construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação (ANA, 2015)⁶⁷.

Os temas supracitados são vastos, às vezes complexos, e abrem o leque para que amplie o debate e a atuação em cada um dos referidos temas. Para tanto, a ANA integra-se a outras redes e fóruns nacionais com campos correlatos à agroecologia como a Saúde, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), a Economia Solidária, a Justiça Ambiental e o Feminismo (ANA, 2015). Logo ao debate do campo agroecológico se incorpora e amplia o grupo de “aliados”, tendo em vista que não são apenas agroécólogos pautando a agroecologia, mas médicos, sociólogos, geógrafos, economistas, juristas, ambientalistas, nutricionistas, religiosos e entre outros que se agrupam em torno destas temáticas que reverberam a agroecologia.

Uma marca da Articulação Nacional da Agroecologia é a realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA). Desde seu surgimento, a ANA organizou quatro ENAs. O primeiro ocorreu no Rio de Janeiro-RJ, em 2002, e marcou o surgimento da ANA. O segundo foi realizado em Recife-PE, em 2006, e foi relevante

⁶⁷ Disponível em <http://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em: 21/05/2015

para o estabelecimento de intercâmbios, para a sistematização e avaliação das experiências e avaliação da conjuntura nacional em relação à agroecologia. Já o terceiro ENA foi realizado em 2014, em Juazeiro-BA, e apontou para os enfrentamentos da Agroecologia ante as várias faces do agronegócio. O IV ENA foi realizado em Belo Horizonte-MG, este ENA, dentre outros objetivos, buscou estabelecer o elo entre cidade-campo e comunicar a agroecologia como fonte de alimento saudável. No capítulo 3, analisaremos a relevância da trajetória e dos debates ocorridos nos ENAs em relação ao fomento da agroecologia do Brasil.

Enquanto organização, a ANA estrutura-se a partir do núcleo executivo, composto por oito representantes das organizações participantes, e da secretaria executiva. As ações e estratégias são traçadas nos encontros e nas plenárias nacionais. Ainda em seu corpo estrutural, a ANA também se organiza em Grupos de Trabalho (GTs) e Coletivos que possuem temas específicos e integram as redes e organizações que atuam de acordo com cada temática (ANA, 2015).

Dentro das ações que a ANA se insere na esfera da construção política junto ao Estado e a sociedade, esta participa da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

A ANA, junto à CNAPO, exerce papel relevante, pois agrega a essa os movimentos e redes que constroem a agroecologia no Brasil. O PLANAPO foi lançado no governo da presidente Dilma Rousseff, em 2012, porém, foi estabelecido o I PLANAPO (2013/2015) e o II PLANAPO (2016/2019). Estes planos foram de suma importância para o campo agroecológico brasileiro, todavia, as ações e metas propostas ainda estão sendo aplicadas e debatidas.

Como afirmamos, a ANA compõe o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Este conselho é órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada. Ele formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006). Ou seja, a participação da ANA no CONSEA fortalece o entendimento de sua ampla atuação no tocante à agroecologia, não somente enquanto produção agrícola, mas como alimentação saudável, segurança nutricional e alimentar.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) também conta com a participação da ANA. O CONDRAF é ligado ao MDA e tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a aplicação de políticas públicas estruturantes, “constituindo-se em espaço de concertação e de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar” (BRASIL, 2016). Não há consolidação da agroecologia se, de fato, não houver efetivamente uma reforma agrária voltada ao desenvolvimento camponês. O CONDRAF atua, dentre outras coisas, na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e tem contribuído com o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

A Articulação Nacional de Agroecologia executa um papel relevante na construção e fomento de outra agricultura no campo e na cidade. Ela mostra-se atuante em diversas áreas estratégicas (educação, saúde, acesso à terra e água, comercialização etc.) para que a agroecologia seja a força motriz para o campesinato resistente e seja reconhecida não só pelos camponeses, mas pela sociedade.

2.3 Surgimento e atuação da Associação Brasileira de Agroecologia

Fundada em 2004, em um evento triplo, sendo esses, o II Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário Internacional sobre Agroecologia e VI Seminário Estadual sobre Agroecologia, realizados em Porto Alegre-RS, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) reúne profissionais, pesquisadores, estudantes e demais interessados de diversas áreas do conhecimento. A ABA “é uma sociedade cultural e técnico-científica sem fins lucrativos (...) destina-se a incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da agroecologia” (ABA, 2004, p.1). A ABA apresenta as seguintes finalidades:

- a) Unir em seu quadro social todos aqueles que, profissionalmente ou não, se dediquem à Agroecologia e Ciências afins;
- b) Promover a Agroecologia levando-se em contas as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética);
- c) Organizar reuniões e congressos, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para debate e apresentação de trabalhos sobre assuntos agroecológicos relacionados à Agroecologia;
- d) Editar e divulgar trabalhos sobre assuntos relacionados à Agroecologia;
- e) Pugnar pela proteção da agrobiodiversidade;
- f) Despertar o interesse do público nas questões

que dizem respeito à Agroecologia; g) Assessorar e aconselhar entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; h) Manter um fórum permanente de ensino em Agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional (ABA, 2004, p.1).

Tendo em vista a cientificidade da ABA-Agroecologia, ela define que:

Agroecologia é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõem a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentável (ABA, 2004, p.1).

A ABA-Agroecologia têm sido relevante no fomento acadêmico da agroecologia. Ressaltamos que a ABA não se restringe aos trabalhos acadêmicos. Além de integrar-se à ANA, essa também interage em importantes espaços de debate público como o Fórum de Agroecologia da Embrapa; o Comitê de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF); a Comissão Nacional de Sistemas Orgânicos de Produção; a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); a Comissão Nacional da Política de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), logo também colabora com o PLANAPO. Além de, juntamente com a ANA, ser parceria da Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA).

ANA e ABA-Agroecologia organizam eventos de projeção nacional, ENA e CBA, respectivamente. O CBA tem características diferentes do ENA, durante o CBA há apresentações de artigos por estudantes, professores, pesquisadores e técnicos, há mesas redondas com temáticas variadas.

De 2003 a 2017, foram realizados dez Congressos Brasileiros de Agroecologia, todos com apresentação de trabalhos acadêmicos, projetos de pesquisa e extensão com a participação de professores, estudantes, representantes comunidades tradicionais, camponeses, técnicos de ATER e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nos CBAs acontecem palestras, conferências, seminários, oficinas, plenárias, reuniões, feira de troca de sementes, atividades culturais, trabalhos de campo e outras atividades paralelas ao evento.

Destacamos que, mesmo com forte característica acadêmica, no CBA há participação de agricultores, há forte debate político, inclusive o IX CBA contou com a participação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, No próximo

capítulo, analisaremos o histórico dos CBAs, com destaque para os IX e X CBAs que aconteceram em Belém-PA (2015) e Brasília (2017).

ANA e ABA-Agroecologia destacam e difundem seus trabalhos de diversas formas, são publicações em revistas e portais especializados. Mas, destacamos a formação do banco de dados “*Agroecologia em Rede*” como forte marca da sistematização para a construção do conhecimento agroecológico.

2.4 A sistematização das experiências agroecológicas e o banco de dados “*Agroecologia em rede*”

Principalmente a partir do I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, que ocorreu em 1999, as pesquisas se ampliaram. Como vimos, os avanços da agroecologia não se deram apenas no campo científico, mas se ampliaram com as experiências locais e regionais difundidas pelas ONGs e assessorias de assistência técnica rural.

Inicialmente, a difusão das práticas estava circulando apenas em nível local ou regional. Os materiais de sistematização auxiliam no intercâmbio entre redes locais, pois os seus registros e as reflexões sobre as experiências desenvolvidas são a matéria prima divulgada pelas próprias redes.

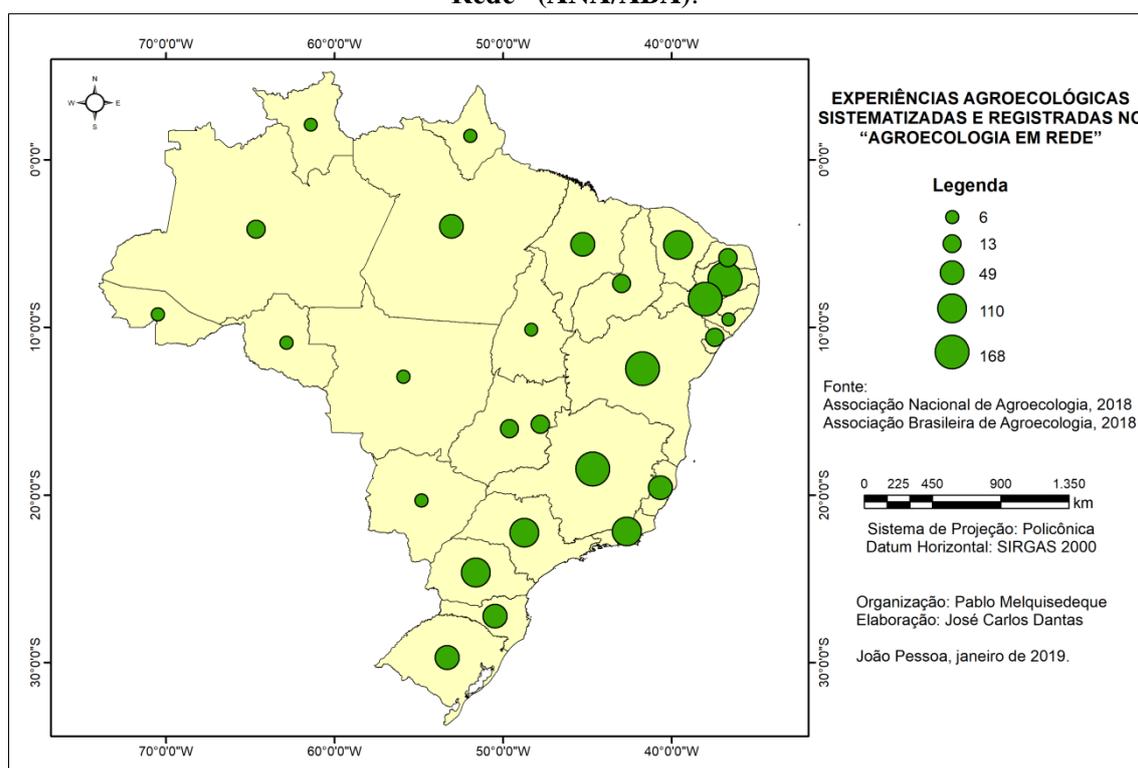
Redes regionais e/ou estaduais cumprem, nesse sentido, um papel essencial, aumentando o alcance dos circuitos através dos quais informações sistematizadas por grupos locais são disseminadas. A Rede Ecovida de Agroecologia, no sul do Brasil; a Articulação do Semi-árido Brasileiro (ASA) e as ASAs estaduais; a Rede de Informações Agroecológicas da Amazônia (RIAA) e a Articulação Mineira de Agroecologia são exemplos de redes regionais e estaduais que estimulam o aprendizado entre seus membros pelo intercâmbio de suas experiências sistematizadas. No plano nacional, a Articulação Nacional de Agroecologia exerce função análoga, ao favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos interativos entre redes regionais e estaduais (PETERSEN, 2006, p 31)

Segundo Petersen (2006), o projeto *Agroecologia em rede* foi concebido pela AS-PTA e a mesma realizou os cadastros. O *Agroecologia em rede* é um sistema de informação que possui o objetivo de socializar a sistematização de experiências e pesquisas, além de registrar as redes e instituições que trabalham com a agroecologia. “Define-se como uma rede de interação virtual orientada para o fortalecimento das redes locais de inovação, responsáveis pela construção da agroecologia no país” (PETERSEN, 2006, p 31).

O site possui quatro seções de consultas. A primeira sobre as experiências, a segunda sobre as pesquisas, a terceira sobre pessoas e a quarta sobre grupos, redes e instituições. Os resultados consultados podem ser visualizados a partir de uma lista ou num mapa interativo. Estão registradas, nesse banco de dados, 1.157 experiências e 781 instituições, redes e grupos ligados a agroecologia.

Na Figura 5, verificamos a distribuição nacional das experiências catalogadas. Observamos que Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará são os estados que apresentam um volume maior de experiências registradas. Isso se deve porque esses estados também concentram grande parte de instituições e redes.

Figura 5 - Experiências agroecológicas sistematizadas e registradas no “Agroecologia em Rede” (ANA/ABA).



No acervo, as experiências são classificadas em áreas temáticas, uma única experiência pode ser classificada em mais de uma temática. As áreas temáticas são: Agricultura urbana; Alimentação, saúde e plantas medicinais; Desenvolvimento rural; Manejo de recursos hídricos; Processos pós-colheita; Construção do conhecimento agroecológico; Sementes; Sistemas de criação animal; Sistemas agroflorestais e agroextrativismo; e Sistema de produção agrícola. Cada área temática também é composta por outros subtemas.

Conforme Tabela 1, observamos que as experiências sistematizadas e catalogadas estão em 44,1% dentro da temática de Desenvolvimento rural, 38% dentro da temática de Sistema de produção agrícola e 36,8% dentro da temática Construção do conhecimento agroecológico. As experiências podem possuir mais de um tema, assim a soma da porcentagem ultrapassa os 100%.

Tabela 1 - Temática das experiências (ANA/ABA)	%
Desenvolvimento rural	44,1
Sistema de produção agrícola	38,0
Construção do conhecimento agroecológico	36,8
Sistemas agroflorestais e agroextrativismo	23,1
Alimentação, saúde e plantas medicinais.	18,2
Sistemas de criação animal	15,0
Processos pós-colheita	11,8
Sementes	10,5
Manejo de recursos hídricos	9,3
Agricultura Urbana	7,0

Fonte: ANA/ABA (2018)

Elaboração: SILVA, P.M.S

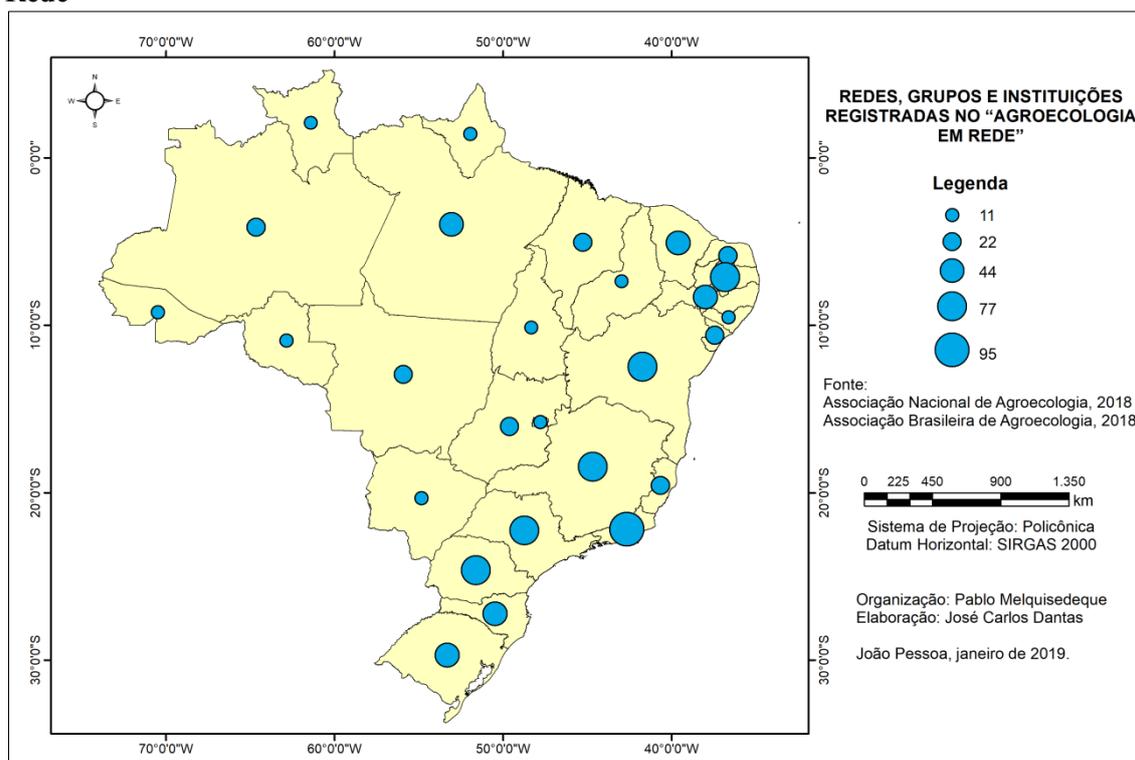
A variedade temática das experiências agroecológicas registradas remetem à diversidade que a agroecologia possui. Os três temas mais abordados nas experiências do “agroecologia em rede” são abrangentes. Por exemplo, o tema “Desenvolvimento rural” abrange outros subtemas, sendo eles: Acesso à Terra; Análise de sustentabilidade; Atividades não-agrícolas; Crédito; Desenvolvimento; Local; Educação Rural; Gênero; Gestão Administrativa; Infância/Juventude; Pesquisa Agrícola e Extensão Rural.

Já o tema Sistemas de Produção Agrícola é subdividido em: Correntes de Agricultura Alternativa; Manejo de pragas, doenças e plantas espontâneas; Manejo de Solos e Sistemas de Cultivo.

A diversidade temática também reflete a variedade de instituições, grupos e redes envolvidas na promoção da agroecologia no Brasil. Segundo o site “Agroecologia em Rede” há mais de 780 redes, grupos e instituições ligadas à agroecologia em todos os estados do Brasil.

Na Figura 6, verificamos a distribuição nacional dos parceiros, das redes, grupos e instituições que colaboram com a ANA. Observamos que os mesmos estados que apresentam maior volume de experiências também apresentam maior número de instituições. A correlação entre instituições registradas e número de experiências ocorre devido ao autorregistro, ou seja, é a própria instituição, grupo ou rede que registra suas experiências nos bancos de dados.

Figura 6- Redes, grupos e instituições (ANA/ABA), registrados no “Agroecologia em Rede”



Verificamos que há outros sites com registros de experiências, grupos e redes de agroecologia. Um deles é o “*Rede de Agroecologia – Ecoforte*”⁶⁸. Este site apresenta um mapa interativo em que constam as redes de agroecologia que captaram recurso de um edital chamado Ecoforte. Além deste, existe outro site que registra e disponibiliza informações sobre as feiras agroecológicas e orgânicas do Brasil⁶⁹, é um mapa interativo idealizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Há também um processo de sistematização das experiências agroecológicas em curso no Brasil, estão sendo realizados seminários regionais para o debate dessa sistematização.

Esse processo de sistematização está sendo articulado pelo grupo de trabalho Construção do Conhecimento Agroecológico, da ABA, e tem sido desenvolvido pelos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) e as Redes de Núcleos de Estudos em Agroecologia (R-NEAs) no projeto “Sistematização de experiências, construção e socialização de conhecimentos: o protagonismo dos Núcleos e Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia das universidades públicas brasileiras”. Essa sistematização conta com o auxílio de editais e chamadas públicas apoiadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo CNPq.

⁶⁸ <http://redes-ecoforte.eita.org.br/#> (Acesso em: 10/01/2019)

⁶⁹ <https://feirasorganicas.org.br/> (Acesso em: 10/01/2019)

Sobre as chamadas públicas e editais na área da agroecologia, voltados à agroecologia, Monteiro e Londres (2017) destacam que:

Uma das ações mais significativas de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão foi a publicação de editais de apoio a núcleos interdisciplinares de agroecologia e produção orgânica nas universidades e institutos federais. Projetos desenvolvidos entre 2007 e 2017 tiveram como resultado a constituição de mais de 115 núcleos em todo o país, envolvendo diretamente mais de 3.500 estudantes, professores e assessores técnicos nas equipes e mais de 46.500 agricultores⁷⁰. Grande parte dos núcleos desenvolve ações em parceria com as redes locais de inovação agroecológica. Nos últimos anos, multiplicaram-se no país cursos formais, de nível médio, superior e de pós-graduação em agroecologia, ou com ênfase em agroecologia, muitos deles direcionados aos jovens do campo. (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 73).

Na figura 7, verificamos os NEAs e R-NEAs que estão vinculados à chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq N° 81/2013. Os NEAs e R-NEAs estão ligados a universidades e institutos federais em todo Brasil. Verificamos também que na referida chamada não foram contemplados NEAs e R-NEAs em Roraima, em Rondônia e no Maranhão.

Figura 7 – localização dos NEAs e R-NEAs ao Edital 81/2013



Fonte: PLANAPO, 2014⁷¹.

⁷⁰Os números citados foram apresentados pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica na plenária da Cnapo, realizada em novembro de 2016.

⁷¹ Figura extraída da avaliação das ações do PLANAPO. (Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/balanco-planapo-novembro-2014.pdf>>) Acesso em: 21/06/15).

Retomando o que afirmamos no item 1.3 de nosso trabalho, onde abordamos a diversidade de percepções sobre a agroecologia, verificamos que há uma dimensão científica e acadêmica para a agroecologia. A partir disso, refletimos que o fato de existir uma rede de núcleos de agroecologia em todas as regiões do Brasil corrobora com o avanço do movimento agroecológico no país.

Não observamos esse avanço de forma isolada. Não são apenas os movimentos sociais, as Assistências Técnicas Rurais, os núcleos de Agroecologia, os professores e estudantes, os camponeses, os consumidores, os órgãos públicos, as associações, sindicatos etc. É esse conjunto diverso que constrói a agroecologia brasileira.

As chamadas e editais não surgem da boa vontade da política pública, dos bancos e das instituições de pesquisa. Eles são frutos de um processo de engajamento de diversos sujeitos e de uma longa trajetória de um conjunto de organizações que se esforçam para obter recursos, junto ao Estado, que fomentem a agroecologia.

Assim, a sistematização das experiências agroecológicas fortalece a agroecologia, não pelo simples fato de descrever, mas por difundir, ampliar e incentivar práticas exitosas. Este método tem sido comum às instituições que trabalham com a agroecologia e a adoção de métodos de comunicação, a sistematização é um deles.

2.5 REGA – Rede de Grupo de Agroecologia

Como já descrito, um dos elementos fundamentais para o fortalecimento do movimento agroecológico no Brasil foram as articulações de estudantes, professores, profissionais e outras pessoas ligadas à Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), à Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e outros, nos EBAAAs, na década de 1980, quando o posicionamento acadêmico-estudantil foi primordial no enfrentamento aos efeitos da modernização da agricultura, principalmente, dentro da Agronomia. “Arriscamos a hipótese de que foram os estudantes e alguns educadores que faziam uma leitura crítica da modernização da agricultura os pioneiros do debate sobre a inserção da agroecologia na educação formal desde os anos de 1980” (AGUIAR, 2010, p. 4).

Segundo FAGUNDES *et al.* (2013), durante o Congresso Nacional de Estudantes de Agronomia (CONEA), que aconteceu em Belém-PA, em 1997, ocorreram alterações na estrutura e nas prioridades da FEAB.

O debate da Agricultura Alternativa, que já se apontava próxima aos moldes atuais da Agroecologia, ficou resguardado em uma estrutura específica, e não mais como eixo orientador transversal, como se era de esperar com a evolução dos conceitos da Ciência Agroecológica. Nesse momento, o debate da Agricultura Alternativa foi deixando de ser pauta central e unificadora, o central passou a ser o Socialismo, tendo a Agricultura Alternativa apenas como meio de se alcançar uma sociedade justa e igualitária (FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013, p.2).

Durante a década de 1990, devido aos desentendimentos⁷², não havia fôlego para a realização de um encontro de abrangência nacional como o EBAA. Assim, foram realizados encontros de caráter regional, os ERAAs (Encontro Regional de Agricultura Alternativa). Em 2000, o ERAA do Nordeste, realizado em Fortaleza, “foi o coroamento de um processo de acúmulo da concepção da temática, em que tais encontros regionais passaram a se chamar Encontros Regionais de Agroecologia (ERA)”. (FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013, p.2).

Nas duas últimas décadas do século XX, surgiram em algumas universidades centros acadêmicos Grupos de Agricultura Alternativa, posteriormente chamados de Grupos de Agroecologia (GA's)⁷³, ligados à FEAB. Estes grupos conduziram diversas iniciativas que possibilitaram ampliar o debate da agroecologia no âmbito acadêmico, com os Núcleos de Trabalhos Permanentes (NTPs), os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIVs) e os Encontros Nacionais de Grupos de Agroecologia (ENGAs)⁷⁴.

Verificamos que, assim como ANA e ABA, que surgem a partir de eventos nacionais, ENA e CBA, respectivamente. O Encontro Nacional de Grupos de

⁷² No III EBAA, em Cuiabá, em 1987, criou-se o Fórum de Coordenação dos Movimentos de Agricultura Alternativa, devido ao grande número de entidades que surgiam. Este foi o auge das participações das organizações. No entanto, com muitas divergências em nível de direção, consolidadas durante o IV EBAA, em Porto Alegre em 1989, muitas entidades se afastaram. Nos anos seguintes, enquanto a FAEAB apresenta uma concepção ideológica que não aceitava a Agricultura Alternativa, passando a promover a “Agricultura Moderna”, a FEAB defendia a consolidação do EBAA. Assim, o V EBAA nunca aconteceu. (FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013, p.2)

⁷³ Organizações autônomas dedicadas ao estudo, extensão, pesquisa e práticas agroecológicas que há muitos anos são criadas nas universidades brasileiras, formadas predominantemente por estudantes. Estes coletivos surgem como resistência e contraponto aos ditames da Modernização e da ortodoxia educacional reinantes na academia, com a intenção de proporcionar alternativas de estudo aos universitários que não se sentiam contemplados pela matriz curricular oficial. Dentre os fatores coincidentes entre estes grupos está o fato de historicamente, em sua maioria, terem se originado nos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal e em menor quantidade na Biologia, frequentemente vinculadas a Centros Acadêmicos. Com o devir histórico, a progressão e o amadurecimento dos conceitos e do paradigma Agroecológico, as características destes grupos vem se ampliando e diversificando, passando a abarcar pessoas e grupos não só das ciências agrárias ou universitários, mas de uma pluralidade de origens, de cursos e áreas do conhecimento, correntes ideológicas, eixos temáticos etc.(FURQUIM, 2014, p.5)

⁷⁴ Não confundir com o Encontro Nacional de Geografia Agrária, também chamado de ENGA.

Agroecologia contribui para o surgimento da Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA).

Em 2009, durante Fórum Social Mundial que ocorreu Belém-PA, mobilizados pelo Grupo de Agroecologia IARA, alguns GA's se organizaram e buscaram como forma de contrapor a organização do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e ao II Congresso Latino Americano de Agroecologia (CLAA), daquele ano, que aconteceu em Curitiba-PR. Estes grupos discordavam das estruturas e moldes do CBA e do CLAA. Além do encontro durante o Fórum Social mundial, ocorreram atividades preparatórias⁷⁵ para a realização do I ENGA. O Grupo de estudos em Agricultura Ecológica (GEAE) da UFPR, junto com FEAB, Via Campesina e outros, montaram um acampamento em frente ao CBA e realizaram o I ENGA. (REGA, 2017; FURQUIM, 2014; FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013).

O I ENGA ocorreu em 2009 com a cooperação entre GA's da UFPR e PUC-PR, FEAB e ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) junto à Via Campesina, e reuniu mais de 500 pessoas. Com algumas limitações, principalmente relacionada à maturidade de um primeiro espaço desse caráter, os grupos se apropriaram pouco dessa ferramenta, levando à percepção de um descompasso (FAGUNDES, LADIERA e OLIVEIRA, 2013, p.4).

Em 2010, no município de Aldeia Velha-RJ, foi realizado o II ENGA. Nele, mesmo com um número menor de participantes e de ser avaliado, por membros da REGA, como despolitizado, foi criada a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil. “Apesar dos desafios metodológicos durante o evento, no final concluíram que os GAs deveriam dialogar mais ao longo do ano, e para isso foi criada uma lista de e-mails, com o nome de Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil - REGA.” (REGA, 2017).

Mesmo com fatores limitantes e suscitando controvérsias, pela crença por parte de algumas pessoas de que não seria um momento propício e de suficiente consolidação político-organizativa, a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA Brasil) foi criada nesse segundo encontro, possuindo adversidades, porém, em se radicar entre os GAs, tal como na composição de uma estrutura organizativa que desse conta das pautas comuns, calendário, campanhas e ferramentas comunicacionais. (FURQUIM, 2014, p.25)

⁷⁵ Várias atividades de formação e preparação antecederam o I ENGA, com a intenção de habilitar a Comissão Organizadora (C.O.) do evento. Esta fase preparatória, que foi executada pelo GEAE e pela FEAB, durou 18 meses e incluiu um Programa de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável inaugurado por um curso de capacitação realizado em maio de 2008 (FURQUIM, 2014, p.23)

O ENGA é um dos eventos mobilizadores da REGA. Entre 2009 e 2017, foram realizados nove ENGAs. No capítulo 3, descreveremos os principais debates do VII, VIII e IX ENGA. Também são eventos da REGA, o *Encontro Regional dos Grupos de Agroecologia* (ERGA) e o *Sementário*.

Os ERGAs são encontros que buscam fortalecer e integrar os grupos de agroecologia de cada região, “Além de alimentar a realidade local a partir da troca de experiências, realização de oficinas autogestionadas, e da identificação de desafios e gargalos regionais.” (REGA). Já os *Sementários* “são encontros internos, que buscam se debruçar sobre a estruturação e resolução de demandas da REGA, realizar a avaliação dos eventos/ações da rede e dinamizar a articulação para o próximo ENGA.”(REGA).

Ou seja, o ERGA tem caráter regional e se propõe a fortalecer e estimular os grupos locais, além de ser a oportunidade para novos grupos de agroecologia se aproximarem da rede. E o Sementário tem caráter estratégico e visa organizar, debater e refletir os avanços e desafios das ações da rede.

Assim, a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA-Brasil) “é uma rede que visa articular as diversas faces da juventude agroecológica, com intuito de promover a agroecologia sob um viés autogestionário, autônomo e emancipatório”. (REGA, 2017, p. 21). Sobre a organização em rede, a REGA compreende que:

Redes são conexões estruturadas de grupos e/ou indivíduos com um sentido em comum, cuja convergência de necessidades e interesses permite a articulação e a promoção de ações conjuntas. Conectadas por diversos pontos, as redes possuem alta resiliência, de forma que os pontos mais “fracos” podem ser sempre amparados pelos pontos mais “fortes”. (REGA, 2017, p.20).

A REGA se descreve como uma “teia de aranha” e que assim como a aranha tece, conecta e prepara sua teia, em rede, sendo fortalecida em cada ponto. Para a REGA, cada Grupo de Agroecologia deve ser fortalecido e ao mesmo tempo em que fortalece a rede. A proposta da REGA é que “as articulações ocorram do local para o global, de maneira horizontal e descentralizada” (REGA, 2017, p. 21). A REGA aponta que faz parte de seus objetivos “dinamizar o fluxo de informações, catalisar práticas e atividades formativas, e fortalecer as trocas de experiências e as aprendizagens coletivas agroecológicas” (REGA)⁷⁶.

⁷⁶ Disponível em <https://regabrasil.wordpress.com/> acesso em 19/05/2018.

A agroecologia é apresentada, pela REGA, como elemento basilar para todos os princípios da rede. Para essa rede, a agroecologia não é entendida apenas como técnica agrícola científica ou tradicional. Todavia, em seus documentos, a REGA aponta a *agroecologia como caminho* para transformação da sociedade, em todos os âmbitos.

Entendemos a **Agroecologia como uma ferramenta estratégica para a transformação radical da sociedade**. As esferas social, política, econômica, cultural e ambiental devem ser tratadas integralmente, como partes de um mesmo organismo vivo. Dessa forma, a agroecologia não se resume a uma técnica agrícola, a um campo científico, a um saber-fazer tradicional, ao cuidado com a terra e com todos os seres, a um modo de vida, à socialização da terra, ou à uma luta contra o sistema hegemônico de produção agrícola, tratados individualmente. A agroecologia é um caminho em que se encontram todos estes elementos, e onde formas de vida anti-hegemônicas se projetam no horizonte (REGA, 2017, p.19. *Grifo nosso*).

Tendo em vista que a agroecologia é apontada como um caminho, como ferramenta de transformação, a efetivação plena da agroecologia é processo, e como tal, ainda está em curso. Desta forma, a REGA compreende que há em curso a *transição agroecológica*, um caminho para a efetivação da Agroecologia. A REGA entende que:

A transição agroecológica é a materialização desse caminhar, que deve buscar nas percepções e experiências locais de agricultores, camponeses, povos e comunidades tradicionais, a inspiração para uma mudança global em busca de autossuficiência e resiliência. Na transição não há regras a serem seguidas, mas princípios que balizam as ações (REGA, 2017, p.20).

Estão entre os princípios da REGA: **Anticapitalismo**, “a agroecologia enquanto resistência, luta e estratégia para a transformação radical da sociedade”; **Autonomia**, a agroecologia pela construção da autonomia e liberdade coletivas; **Autogestão**, “a agroecologia enquanto trabalho coletivo e produção da vida comunitária”; **Horizontalidade**, a agroecologia pelo fim das hierarquias; **Decisão por consenso**, a agroecologia valorizando a pluralidade e o diálogo de saberes; e **Coerência teoria e prática**, a agroecologia enquanto coerência. (REGA, 2017)

Os objetivos da REGA corroboram com a percepção da nossa tese. Entendemos que a organização em rede e pautada na agroecologia, em suas percepções, é ferramenta fundamental para os enfrentamentos do campesinato ante aos avanços do capital. A agroecologia, não apenas a técnica agrícola, como ação local, mas disseminada em escala regional e nacional.

Os objetivos da REGA são:

Fortalecer a Agroecologia no Brasil; Fortalecimento de territórios a partir de ações locais; Mapear grupos, iniciativas e movimentos que pautem a agroecologia e fortalecer articulação com outras organizações; **Trabalho de base com objetivo de fomentar a criação de novos grupos, fortalecer as ações entre os grupos e indivíduos em nível local, regional e nacional** a partir de metodologias de educação popular e tecnologias sociais (caravanas, círculos de cultura, instalações pedagógicas etc); Promover encontros presenciais que reflitam os princípios da Rede; Formação Política: **fortalecer agroecologia enquanto estratégia de transformação social (política, econômica e cultural) através da construção da resiliência e autonomia popular na luta anticapitalista pela via revolucionária;** Propiciar reflexão crítica acerca da dicotomia campo-cidade, buscando fortalecer a integração e fluxos diretos; Trabalhar junto às/aos agricultoras/es; Disputar uma visão holística do que é agroecologia na academia; **Demandar e contribuir na formulação de políticas públicas que sejam elaboradas a partir das realidades dos territórios;** Fomentar campanhas e projetos, tais como: caravanas agroecológicas, plante o ENGA, Maio Agroecológico e *Kombosa me carREGA*. (REGA, 2017, p.22)

Desta forma, a REGA possui integrada à sua rede cerca de 90 grupos, organizações e instituições que buscam atuar com a agroecologia. No Apêndice 4, verificamos o conjunto de grupos, instituições e redes ligadas à REGA. Assim, podemos dimensionar a atuação da REGA em todas as regiões do Brasil, todavia as regiões Nordeste, Sudeste e Sul possuem mais expressividade relativa à quantidade dos grupos de agroecologia. Aproximadamente 65% dos grupos de agroecologia estão ligados a instituições de ensino seja superior ou técnico, nos institutos ou universidades estaduais e federais. Os 35% de grupos restantes são grupos ligados a sítios, a associações ou não estão vinculadas a outras instituições.

Ainda segundo o Apêndice 4, não verificamos nenhum grupo ligado à REGA nos estados de Rondônia, Tocantins, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal. Apesar do vasto número de grupos de agroecologia ligados à REGA, os Encontros Nacionais dos Grupos de Agroecologia não apresentam a mesma representatividade. Tendo em vista o princípio da autonomia, adotado pela REGA, os grupos ora podem estar próximos ou afastados dos debates e ações da REGA.

A REGA se integra ao Grupo de Trabalho – Juventude, da ANA e da ABA, alguns Grupos de Agroecologia que fazem parte da REGA também fazem parte dos Núcleos de Agroecologia, que estão ligados à ABA.

Constatamos que somos resultado da convergência de muitos movimentos (estudantil, autonomista, ambientalista etc). Devemos nos aprofundar e caminhar no sentido revolucionário da Agroecologia e não no sentido reformista. É importante dialogar com movimentos semelhantes, e olhar criticamente aqueles que propõem a Agroecologia dentro de organizações hierarquizadas e reformistas (REGA, 2017, p.21).

A estrutura organizativa da REGA segue a autogestão e a horizontalidade, já descritos, não há um presidente, um coordenador ou outro cargo que indique hierarquia ou liderança. Assim, a interlocução com outros movimentos, encontros e instituições é, por vezes, dificultosa. A estrutura é tão aberta que, ao ter acesso, sem solicitar a ninguém, aos debates e diálogos trocados, via e-mails, listas e fórum de debates (we, rise-up) pudemos verificar que é recorrente problemas de comunicação e representatividade.

Anticapitalismo, autonomia, autogestão, horizontalidade, decisão por consenso e coerência teoria e prática são princípios muito caros se analisarmos que nem todas as redes e organizações possuem a mesma forma de atuação. Assim, nem sempre é fácil ter consenso nas decisões e a capacidade de autogestão pode apresentar fragilidades. Ainda assim, a REGA apresenta em seus posicionamentos a tentativa de ser fidedigna aos seus princípios.

Em suma, a REGA enquanto uma rede possui papel relevante na mobilização, principalmente da juventude, e na promoção da agroecologia tanto nas universidades e institutos como também fora do campo acadêmico. Além de comunicar e instigar a agroecologia, a REGA apresenta princípios que ela julga serem necessárias para a efetivação da agroecologia.

2.6 Políticas públicas e agroecologia

Em 1972, na cidade de Estocolmo - Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e os Direitos Humanos (Cnumad). A partir desta conferência, grupos ligados às questões ambientais passam a debater e difundir o termo *desenvolvimento sustentável* para advertir a relação entre meio ambiente e cunharam a expressão *ecodesenvolvimento*. Porém, em 1987, na Noruega, uma comissão instituída pela ONU elaborou um documento conhecido como Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future). O

relatório aponta a necessidade do *desenvolvimento sustentável*, termo que substituiu *ecodesenvolvimento*. (ALVAREZ e MOTA, 2010; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Em 1992, é realizado a Rio-92 (ECO-92), no Rio de Janeiro. Em 1997, ocorre no Japão a conferência em Quioto. Em 2002, na África do Sul, é realizada a Conferência Rio+10. Estas conferências complementam o debate e as ações da chamada *Agenda 21*, que têm em comum a preocupação com o meio ambiente, na tentativa de barrar a degradação desenfreada do meio ambiente e suscitar ações que visem no *desenvolvimento sustentável*.

Embora haja controvérsias quando às reais intenções dos elaboradores do desenvolvimento sustentável, o que nos importa, para o momento, é perceber que no âmbito internacional foi pautada a preocupação ambiental. Este fato corroborou para que países que, como o Brasil, foram consignatários dessa agenda pudessem ter ações que promovam alternativas à degradação ambiental.

O crescimento do debate sobre o tema “desenvolvimento sustentável” em nível global refletiu-se nas relações entre países, nas regras do comércio mundial de bens e serviços, na produção teórico-científica, na atitude dos governos locais, na institucionalização e no avanço de legislações específicas para o planejamento e a implementação de políticas ambientais, no avanço do setor produtivo, entre eles o agrícola (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 92-93).

Assim, ao longo das últimas décadas, foram estabelecidas regulamentações voltadas para o manejo dos solos e da água como tentativa de responder às consequências ambientais do processo de modernização da agricultura. Desta forma, algumas políticas públicas para o campo tentaram incluir práticas produtivas menos danosas ao ambiente e aos camponeses.

Sobre questões ambientais, manejo do solo e das águas, a legislação brasileira está amparada nas seguintes leis: Código Florestal⁷⁷ e Código de Águas⁷⁸, ambos de 1934; Estatuto da Terra⁷⁹ (1964); Novo Código Florestal⁸⁰ (1965), alterado em 2012, pela Lei Federal nº 12.651; Lei Federal nº 6.938/1985, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA); Lei Federal nº 7.347/1985, que regulamenta a ação civil pública em defesa do meio ambiente; e, na Constituição de 1988, o capítulo VI é destinado ao meio ambiente.

⁷⁷ Decreto Federal nº 23.793

⁷⁸ Decreto Federal nº 24.643

⁷⁹ Lei Federal nº 4.504/1964

⁸⁰ Lei Federal nº 4.771/1965

Apesar da influência hegemônica do agronegócio econômica e politicamente, a existência de alguns gestores sensibilizados e entusiasmados com a agroecologia e a mobilização dos movimentos agroecológicos possibilitam a propositura e elaboração de políticas públicas, tanto em nível municipal como nacional, que viabilizem a produção agroecológica.

Moura (2017), em seu estudo sobre os *Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil*, aponta as principais iniciativas com enfoque na agroecologia entre os anos de 1989 e 2002. Foram políticas públicas que começaram em municípios e em órgãos federais que deram origem às demais iniciativas. Moura (2017) aponta que a política municipal para o abastecimento alimentar na prefeitura de Porto Alegre fortaleceu uma das primeiras feiras agroecológicas do Brasil, a Feira da Coolmeia. No quadro 3, verificamos o conjunto de iniciativas, que ocorreram entre 1989 e 2002, que preconizaram as políticas públicas voltadas à agroecologia e à produção orgânica no Brasil.

Quadro 3- Principais iniciativas com enfoque agroecológico e produção orgânica nas políticas públicas (1989-2002)

Período	Iniciativas
1989-1992	A política municipal de abastecimento alimentar na Prefeitura de Porto Alegre-RS, que reunia ações de fortalecimento das feiras livres, incluindo-se a Feira da Coolmeia. Essa feira foi uma das primeiras e maiores feiras agroecológicas do Brasil. Promoveu-se também a manutenção de um centro de referência em agroecologia.
1990	Projeto Piloto – PDA.
1992	Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Fazendinha Agroecológica Km 47); trata-se de parceria entre a Embrapa Agrobiologia, a Pesagro e a UFRRJ no município de Seropédica-RJ, no qual pesquisadores, estudantes, técnicos e produtores interagem para a construção do conhecimento (capacitação de produtores e técnicos, bem como elaboração de dissertações e teses).
1994	Criação de comissão no Mapa para tratar da regulamentação da agricultura orgânica. Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável desenvolvido na região Sul, por entidades governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão. Foi formado pelas seguintes entidades: Embrapa, UFRGS, Emater/RS, Fepagro/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede TA-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.
1995	Realização, em Porto Alegre-RS, da Conferência Tecnológica e Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa conferência representa um marco na mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região Sul.
1997- 2000	Projeto Lumiar: proposta do Incra emergencial, para descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária.
1998	Rede Agroecologia Rio – Projeto com recursos da Finep e da Faperj (1998 e 1999), para o desenvolvimento da agricultura orgânica, em parceria com a Embrapa, a Emater-Rio, a Pesagro-Rio, a UFRRJ, a Abio, a AS-PTA e a Agrinatura.

1999-2002	A Emater/RS definiu os princípios agroecológicos como política pública prioritária para a agricultura familiar.
1999	Publicação da IN no 007/1999 do Mapa, fruto da discussão entre a sociedade civil e o Poder Executivo. Essa IN dispõe sobre as normas e os procedimentos para a produção, a tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e a certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil.
2000	GT, coordenado pela Embrapa Agrobiologia, para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil.
2002	Definição dos procedimentos para o credenciamento das certificadoras definidos pela IN no 006/2002 do Mapa

Fonte: Moura (2017)

Além das iniciativas supracitadas, durante governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), foi decretado o fomento à chamada Agricultura Familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Jean Weid afirma que as pressões por políticas públicas federais para a agroecologia começam durante o governo de FHC e são implantadas apenas nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Foi ainda no governo de FHC que começamos as primeiras tentativas de pressão em cima da política do PRONAF, em cima de políticas de assistência técnica. É no governo do presidente Lula e depois no governo da Dilma, a partir da formulação do CONDRAF (Conselho de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar) que esse processo de discussão de políticas públicas voltadas para a agroecologia se intensificou bastante. (Jean Weid, depoimento durante a mesa Memória da Agroecologia, no X CBA, em 2017).

Em 2003, foi criada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica no Brasil. Já nos anos seguintes são lançados os decretos e normativas que regulamentam a produção agroecológica e orgânica no Brasil. Moura (2017) elencou as principais leis e decretos, entre 2003 e 2011 (Quadro 4), que possuem enfoque na agroecologia e regulamentam a produção orgânica no Brasil.

Quadro 4 - Principais leis e decretos relacionados ao enfoque agroecológico e à produção orgânica nas políticas públicas (2003-2011)

Marco Legal	Descrição
Decreto no 4.739, de 13 de junho de 2003	Transfere competências relativas à Ater do Mapa para o MDA.
Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003	O art. 19 cria o PAA.
Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003	Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Lei no 1.346, de 15 de setembro de 2006	Estabelece a Losan ⁸¹ , que instituiu o Sisan ⁸²
Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007	Regulamenta a Lei no 10.831/2003.
Lei no 11.775/2008	Cria a PGPM-Bio ⁸³ , que garante um atendimento específico para os extrativistas.
Decreto no 6.476, de 5 de junho de 2009	Promulga o TIRFAA ⁸⁴ .
Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009	Regulamenta a alimentação escolar, ampliando o acesso a todos os alunos matriculados na rede pública e destinando 30% do valor para a compra da produção da agricultura familiar.
Decreto no 6.913, de 23 de julho de 2009	Estabelece os procedimentos para o registro dos produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica.
Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
Decreto no 7.215, de 15 de junho de 2010	Além de realizar mudanças nos procedimentos de contratação dos serviços de Ater, houve uma alteração importante: a substituição do termo “agroecologia” por formulação que orienta os serviços de Ater pela “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentável”.
Decreto no 7.390/2010	Institui o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), entre outros. Estabelece formas e fontes de financiamento. Cria o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).
Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
Decreto no 7.572, de 8 de setembro de 2011	Regulamenta o Programa Bolsa Verde. Esse programa relaciona-se com duas iniciativas do Plano Nacional de Agroecologia e Produção

⁸¹ Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a **Losan**. “A lei foi resultado de um processo de construção coletiva, com articulação e participação social. A proposta de criação da Losan foi uma das principais deliberações da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda (PE) em 2004.” Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/setembro/losan-11-anos-de-uma-conquista-historica>. Acesso em: 08/10/2018).

⁸² Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

⁸³ Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

⁸⁴ Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (TIRFAA). O objetivo do TIRFAA é a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, em harmonia com a CDB, em prol de uma agricultura sustentável e da segurança alimentar. (...) Os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, cujo conceito refere-se e é circunscrito a qualquer material, inclusive reprodutivo ou para propagação vegetativa, que contenha unidades funcionais de hereditariedade, seja de origem vegetal e mostre valor real ou potencial para a alimentação e a agricultura. (Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/tecnologia-agropecuaria/tirfaa>. Acesso em: 14/09/2018).

	Orgânica (Planapo).
--	---------------------

Fonte: Moura (2017)

Adaptação: SILVA, P. M. S.

Além destas leis citadas, é válido ressaltar que, em 2006, foi sancionada a Lei da Agricultura Familiar (Lei no 11.326), e no mesmo ano a Embrapa lança o *Marco Referencial em Agroecologia*. Esta publicação insere, na pauta das organizações de pesquisa, diretrizes que possibilitam a pesquisa e a institucionalização da agroecologia. Segundo a Embrapa (2006), o Marco Referencial em Agroecologia,

É parte da concretização de uma estratégia de institucionalização da abordagem agroecológica na Embrapa, incluindo reuniões com públicos interno e externo, capacitação de pessoal e **formação de rede de projetos, fortalecendo assim as ações que já vinham sendo realizadas e garantindo maior interação com órgãos públicos, terceiro setor e movimentos sociais atuantes em Agroecologia**, buscando contemplar a abordagem de transição agroecológica na oferta de tecnologias, produtos e serviços ao diversos grupos de interesse nos diferentes biomas brasileiros.(Embrapa, 2006, p. 12. *Grifo nosso*)

Até 2011, mesmo com políticas e leis voltadas para a agricultura familiar e para os povos e as comunidades tradicionais, ainda não havia uma política pública que abarcasse com amplitude nacional o fomento da agroecologia e da produção orgânica em todo Brasil.

Em 2011, aconteceu a IV Marcha das Margaridas⁸⁵, com o lema “*2011 Razões Para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade*”. Esta marcha, segundo a organização, reuniu aproximadamente 100 mil mulheres de todo Brasil, apresentou 158 demandas e propostas para os temas: Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; **Terra, Água e Agroecologia**; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política.

⁸⁵ Grandes movimentos sociais no Brasil, tais como a “Marcha das Margaridas” e “O Grito da Terra Brasil” se articulam para fazer os seus encontros nacionais e apresentar de forma articulada uma pauta de reivindicações ao governo federal. Isso significa demandar uma agenda de trabalho para os órgãos federais, que buscam respondê-la por uma prática de diálogo social, confirmando ou reafirmando compromissos e justificando a não realização de outros assumidos anteriormente. As demandas são apresentadas pelos movimentos sociais com antecedência aos encontros e às mobilizações para que sirvam de subsídio (TROVATTO *et al.*, 2017, p.94).

A “Marcha das Margaridas” é uma ação estratégica das mulheres trabalhadoras para garantir visibilidade, reconhecimento e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. Integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e de movimentos feministas e de mulheres. Trata-se de um amplo processo de mobilização realizado em todos os estados do país, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais representado pela CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura; FETAG’s - Federações de Trabalhadores na Agricultura e STTR’s - Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, em parceria com um conjunto de movimentos e organizações (ANA, 2011, p. 1)

É válido ressaltar que a Marcha das Margaridas é coordenada pela Secretaria de Mulheres da Contag. Porém, o processo organizativo da marcha é descentralizado com as coordenações regionais e estaduais da Contag e de seus parceiros (AGUIAR, 2015). Assim, o processo de organização das Marchas das Margaridas utiliza uma rede de organizações com propósitos em comum. Como já estamos verificando em nossa pesquisa, a parceria e propósitos em comum são fundamentais para a organização de estruturas em rede.

Aguiar (2015), em sua tese *“Somos todas Margaridas: Um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político”*, faz uma discussão sobre a relevância política das Marchas das Margaridas. A autora descreve as parceiras e colaboradoras⁸⁶ da IV Marcha das Margaridas, cabe observar que grande parte das parceiras e colaboradoras da referida marcha também compõem a ANA.

A Marcha Mundial de Mulheres, o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais do Nordeste), a ANA, o GT de mulheres da ANA, o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) do Sul. Esses movimentos todos compõem a coordenação da Marcha das Margaridas e muitas dessas organizações ou representações estão na ANA, na ASA, estão nessas redes todas. Por que a ANA é forma pela ASA, pela Rede Cerrado, pela ANA Amazônia, pela Rede Ecovida de Agroecologia, pela Articulação Paulista de Agroecologia. Ou seja,

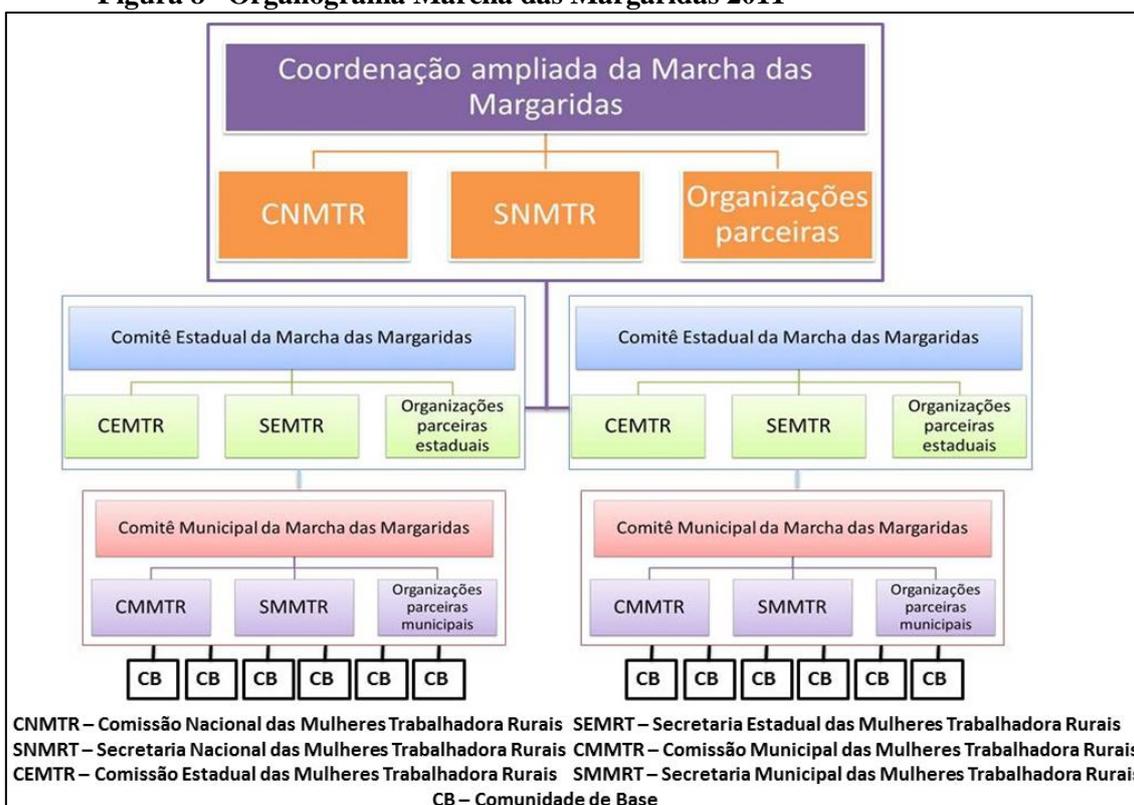
⁸⁶ São parceiras da Marcha Ação 2011: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Confederação de Organizações de Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam), Rede de Trabalhadoras Rurais Latino-Americana e do Caribe (Rede LAC) e a União Brasileira de Mulheres (UBM). Além das “parceiras”, têm, ainda, as chamadas colaboradoras: Cfêmea, Católicas pelo Direito de Decidir, Fase, GT de Mulheres da ANA, Loucas de Pedra Lilás, SOF, SOS Corpo (AGUIAR, 2015, p. 141-142).

tem tantas redes. Por isso (a ANA é chamada) a Rede das redes. E essas mulheres e movimentos estão inseridos nessas redes. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, em 2015)

Ou seja, a ANA é uma rede que articula um conjunto de grupos, movimentos e sujeitos, que ao seu modo também articulam entre si. Daí sua relevância para o conjunto de ações em prol da agroecologia, assim como para a diversidade de pautas pertinentes a sociedade brasileira.

Conforme figura 8, Aguiar (2015) afirma que o processo organizativo da marcha é estruturado em rede. Há uma coordenação ampliada composta pela Secretaria Nacional do Movimento de Mulheres Rurais, pelo comitê Nacional do Movimento de Mulheres Rurais e as organizações parceiras. O modelo da coordenação ampliada é reproduzido nos comitês estaduais e municipais. E, ainda que pareça hierárquico, a organização em rede, a condução da Marcha é feita de forma autônoma, pois cada localidade conduz o processo organizativo, além da busca por parcerias e recursos, da maneira que julgar adequada.

Figura 8– Organograma Marcha das Margaridas 2011



Fonte: AGUIAR (2015)

Quanto à agroecologia, a marcha pautou e solicitou, dentre outras coisas, maior atenção e celeridade para um plano nacional que fomentasse ações voltadas para a agroecologia. Do total de seis propostas diretamente ligadas à agroecologia, destacamos a demanda 51 da pauta, que propõe:

Criar um programa que promova a massificação da transição agroecológica nas unidades familiares de produção, assegurando:

a) Articulação entre produtoras e produtores de alimentos agroecológicos e consumidores, com ênfase na produção de alimentos saudáveis, nas dimensões da saúde e da sustentabilidade e no fortalecimento e ampliação de mercados solidários e institucionais; b) Mecanismos de incentivo e apoio à produção agroecológica, com a garantia de ATER pública e de qualidade, executada com as condições necessárias, inclusive por associações e cooperativas; c) Readequação do crédito rural, tributação diferenciada, comercialização, geração de conhecimentos e tecnologias que permitam ampliar as iniciativas agroecológicas da agricultura familiar, especialmente aquelas promovidas pelas mulheres; d) Visibilidade e valorização da produção agroecológica com destaque para essa produção nas feiras da agricultura familiar; e) Articulação do Projeto Alternativo Integrado Sustentável - PAIS aos quintais produtivos implementados pelas mulheres; f) Valorização de práticas em agroecologia protagonizadas pela juventude do campo e da floresta, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, contemplando a sistematização, intercâmbio de experiências e construção de redes de referência em práticas agroecológicas. g) Incentivos econômicos que garantam renda aos agricultores e agricultoras familiares para promover a transição do sistema de produção convencional para a produção agroecológica. (ANA, 2011, p. 24-25)

Outras pautas propuseram ampliação da divulgação da agricultura familiar agroecológica, a capacitação de ATER, o acesso ao PAA e PNAE, currículo e cursos, entre outras ações em prol do fortalecimento da agroecologia. Além das demandas diretamente ligadas à agroecologia, foram apresentadas propostas para o combate aos agrotóxicos e transgênicos. Assim como consta na proposta/demanda 18, que sugere:

Criar grupo permanente de estudos e pesquisas, com a participação de representantes da sociedade civil, para discutir o modelo agrícola, na perspectiva de promover a mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica, para a matriz de baixo insumo energético e de diversidade ecológica, bem como apoiar fontes alternativas de energia, como energia solar e eólica (ANA, 2011, p.10).

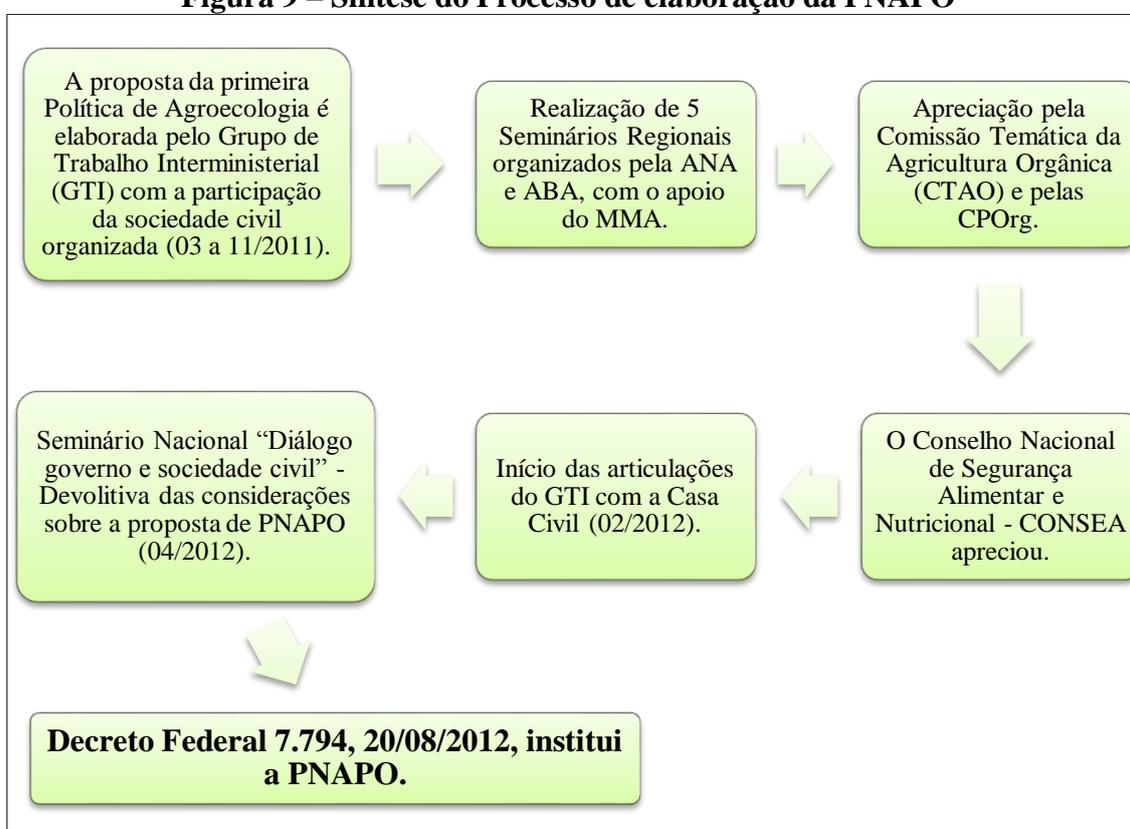
O Ministério do Meio Ambiente (MMA) juntamente com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

(MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Embrapa representaram o governo da presidenta Dilma Roussef na elaboração de respostas às demandas da IV Marcha das Margaridas. (CANAVESI, MOURA e SOUZA, 2016);(TROVATTO, *et al*, 2017).

Por parte da sociedade civil, a ANA foi convidada a participar da discussão para a elaboração da proposta de uma nova política pública. A ANA coordenou seis seminários, que ocorreram nas cinco regiões do país⁸⁷ e um seminário nacional. Ocorreram também reuniões das CPOrgs.

Em síntese, conforme Figura 9, o efetivo processo de construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica ocorreu entre os anos 2011 e 2012, e envolveu vários ministérios, assim como teve participação de diversas organizações ligadas à agroecologia em todo o Brasil.

Figura 9 – Síntese do Processo de elaboração da PNAPO



Fonte: Souza (2015a)

Adaptação: TROVATTO *et al.* (2017).

⁸⁷ Os seminários regionais ocorreram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Norte do Brasil. Esses eventos foram organizados pela Articulação Nacional de Agroecologia e Associação Brasileira de Agroecologia com o apoio do MMA e a participação dos representantes do governo representantes do GTI. (TROVATTO, *et al*, 2017, p. 95).

Quanto às organizações sociais do campo, os debates foram conduzidos pela ANA, pela ABA e pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Todavia, também foram relevantes nos debates a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Via Campesina. Da mesma forma, alguns fóruns e conselhos colaboraram para a construção coletiva da PNAPO e do PLANAPO, sendo eles: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf); o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa (CANAVESI, MOURA e SOUZA, 2016);

Toda essa trajetória (ver Figura 10) de debates, embates, discussão e elaboração das propostas culminou na criação de uma política pública nacional voltada para a agroecologia e para a produção orgânica, com o objetivo de:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012a, p. 1).

Segundo o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Produção Agroecológica e Produção Orgânica (PNAPO)⁸⁸, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)⁸⁹ é a comissão composta por quatorze representantes de órgãos e entidades do Poder Executivo federal e quatorze representantes de entidades da sociedade civil (ver Figura 10). No anexo 1, verificamos os órgão governamentais que participam da CIAPO e da CNAPO. Já no anexo 2, conferimos os as organizações da sociedade civil que atuam na CNAPO.

⁸⁸ Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, ([Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#))

⁸⁹ Art. 7º Compete à CNAPO:

I - promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO;

II - constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO;

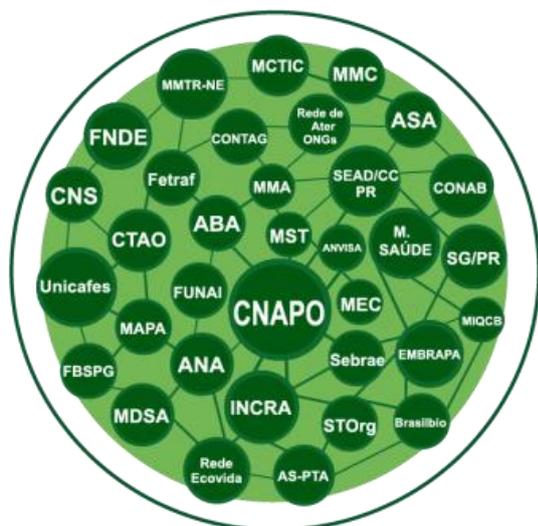
III - propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal;

IV - acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e

V - promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

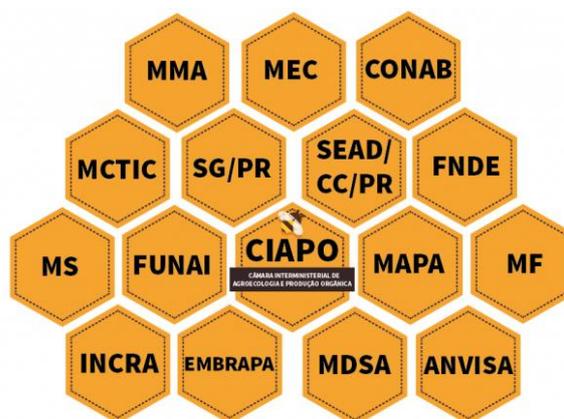
A CNAPO contribui, elabora, sugere, acompanha e monitora, junto à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)⁹⁰ (ver Figura 11), as ações da Política Nacional de Produção Agroecológica e Produção Orgânica (PNAPO).

Figura 10 – Representação gráfica da CNAPO



Fonte e elaboração: MDA (2017)⁹¹

Figura 11 – Representação gráfica da CIAPO



Fonte e elaboração: MDA (2017)⁹²

Ou seja, a PNAPO é gerida pela CNAPO, composta por representantes da sociedade civil e do governo, em conjunto com a CIAPO, composta pelos ministérios envolvidos e coordenada pelo MDA. Assim o principal fruto da PNAPO é o PLANAPO. A Figura 12 descreve o organograma de funcionamento da PNAPO. Além das comissões supracitadas, há mesa coordenadora, subcomissões temáticas e outros mecanismos de organização referida política pública.

⁹⁰ Art. 9º Compete à CIAPO:

I - elaborar proposta do PLANAPO, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto;

II - articular os órgãos e entidades do Poder Executivo federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO;

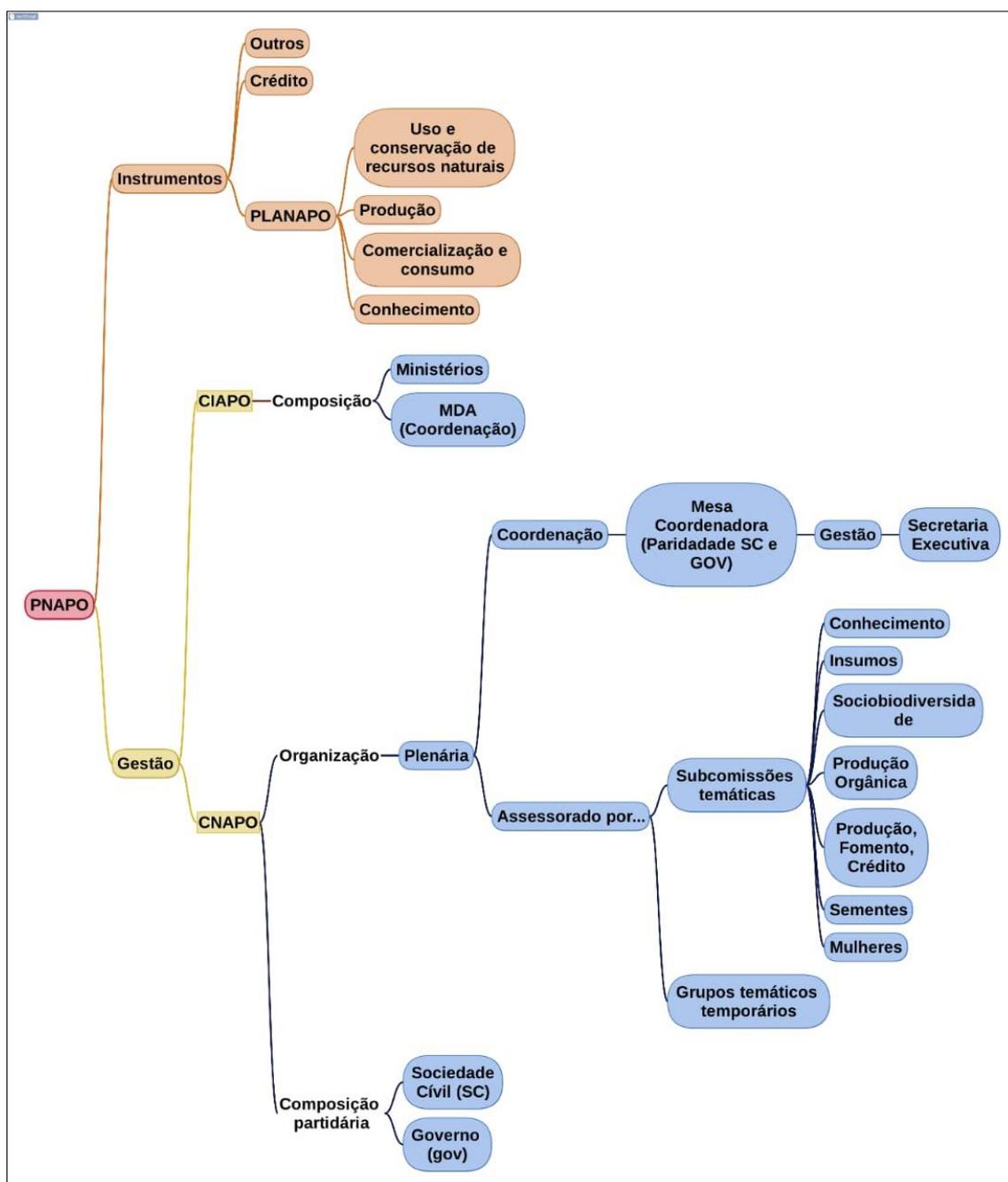
III - interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO; e

IV - apresentar relatórios e informações ao CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO.

⁹¹ <http://www.agroecologia.gov.br/quem-somos/cnapo> (Acesso em: 08/10/2017)

⁹² <http://www.agroecologia.gov.br/quem-somos/ciapo> (Acesso em: 08/10/2017)

Figura 12 – Organograma da PNAPO



Fonte: ÁVILA (2016)

Adaptação: SILVA. P. M. S.

A consolidação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em agosto de 2012, deve ser considerada um marco histórico para o movimento agroecológico no Brasil. Pois a referida política pública é fruto do longo processo descrito nesse capítulo e representa:

O fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, da ABA e da ANA; da maior atenção à agroecologia pelos movimentos sociais

do campo e das florestas e das pressões que eles fizeram junto ao governo federal; do conjunto amplo de políticas e programas públicos criados, aprimorados ou ampliados nos governos Lula e Dilma, que tiveram à frente gestores públicos que conheciam as realidades da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais; e das reivindicações do movimento agroecológico (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 76-77).

Ressaltamos que a interação da CNAPO com a CIAPO a partir da PNAPO tiveram como tarefa central a elaboração e promoção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Ainda segundo o decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, as diretrizes do PLANAPO estabelecem vários desafios, dentre os quais destacamos:

Ampliação do número de agricultores/as e produtores/as envolvidos/as com a produção orgânica e de base agroecológica; Incentivo ao registro, à produção e à distribuição de insumos adequados à produção orgânica e de base agroecológica; Contribuição para a organização de agricultores e agricultoras em cooperativas e redes solidárias, a ampliação das compras e subvenções e o número de pontos de venda de produtos; Ampliação da utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infraestruturas produtivas e comerciais; Reconhecimento e fortalecimento do protagonismo dos/as jovens e das mulheres rurais na agroecologia e produção orgânica. **Fortalecimento do papel das redes na articulação dos atores e na dinamização de ações relacionadas à produção orgânica e de base agroecológica** (BRASIL, 2013, p. 16. Grifo nosso)⁹³.

A amplitude de atuação da PLANAPO é grande, como vimos, são seis eixos: Produção; Uso e conservação de recursos naturais; Conhecimento; Comercialização e consumo; terra e território; e sociobiodiversidade. Sendo que os quatro primeiros eixos foram estabelecidos no I PLANAPO e os dois últimos foram acrescentados no II PLANAPO. O Quadro 5 apresenta os eixos e seus respectivos objetivos.

Quadro 5 – Eixos e objetivos do PLANAPO

EIXO	OBJETIVO
Eixo 1 – Produção	Objetivo 1 – Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica.
	Objetivo 2 – Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica.
Eixo 2 – Uso e Conservação de Recursos Naturais	Objetivo 3 – Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral.

⁹³ http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf

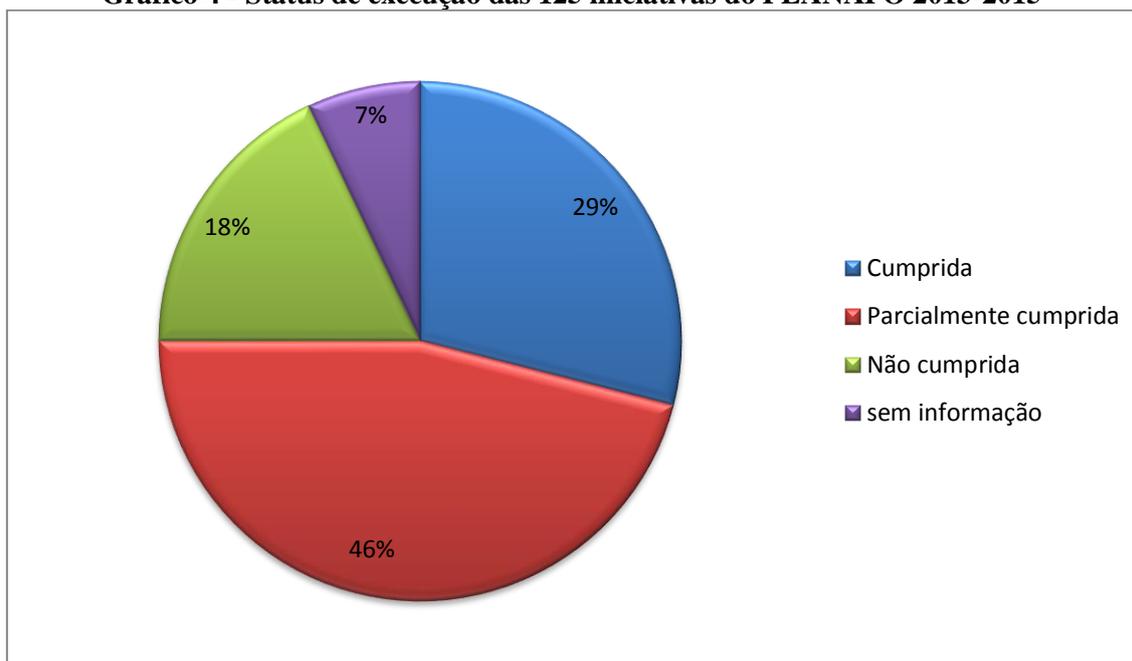
Eixo 3 – Conhecimento	Objetivo 4 – Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.
	Objetivo 5 – Estimular a autonomia, visando à emancipação da juventude rural, na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo.
Eixo 4 – Comercialização e Consumo	Objetivo 6 – Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais.
Eixo 5 – Terra e Território	Objetivo 7 – Garantir acesso à terra e territórios como forma de promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados da reforma agrária.
Eixo 6 – Sociobiodiversidade	Objetivo 8 – Promover o reconhecimento da identidade sociocultural, o fortalecimento da organização social e a garantia dos direitos de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares.
	Objetivo 9 - Apoiar a produção, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e ampliar sua visibilidade e consumo.

Fonte: MDA (2013, 2016)

Para atender o conjunto de objetivos, metas e iniciativas do I PLANAPO (2013-2015) foram estabelecidas 79 estratégias, 14 metas e 125 iniciativas. Estavam previstas a aplicação, não reembolsável, de R\$ 2,5 bilhões para fomentar ações do I PLANAPO. Também foram disponibilizados R\$ 7 bilhões para crédito agrícola, sendo R\$ 2,5 bilhões pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), gerido do MDA, e R\$ 4,5 bilhões pelo Plano Agrícola e Pecuário, gerido pelo MAPA (MDA, 2016).

Segundo relatório que avaliou os resultados da I PLANAPO. Os gastos não reembolsáveis somaram R\$ 2,6 bilhões. Sendo 59% investido no eixo *Produção*, 26% no eixo *Conhecimento*, 13% no eixo *Comercialização* e 2% no eixo *Recursos naturais*. Foram gastos no eixo *Produção* R\$1,5 bilhões, representando 180% dos gastos previsto para o eixo, enquanto os outros eixos não fizeram uso da totalidade dos recursos previstos.

Como consta no Gráfico 4, o mesmo relatório aponta que das 125 iniciativas inseridas no I PLANAPO, 29% foram consideradas como ‘integralmente cumpridas’, em razão de apresentarem execução financeira igual ou superior à prevista, 46% foram consideradas ‘parcialmente cumpridas’, enquanto 18% foram tidas como ‘não cumpridas’, e sobre 7% das iniciativas não havia informações disponíveis quanto a sua execução (MDA, 2016).

Gráfico 4 - Status de execução das 125 iniciativas do PLANAPO 2013-2015

Fonte: MDA (2016)

Do total de iniciativas, 14 se destacam e concentraram 95% dos recursos aplicados, o que equivale a R\$ 2,4 bilhões. No Quadro 6, verificamos as iniciativas mais relevantes para o Plano, tanto em termos de recursos utilizados quanto nos seus resultados, público atendido e processos territoriais impulsionados (MDA, 2016).

Quadro 6 – 14 principais iniciativas do I PLANAPO

Iniciativa	Órgão responsável	Recursos aplicados (R\$)
Implantação de unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (Segunda Água)	MDS	1.430.000.000
Aquisições de alimentos agroecológicos e orgânicos via PNAE	FNDE	317.102.911
Chamadas Públicas de ATER agroecologia e redes	MDA	218.590.000
Chamadas Públicas de ATER agroecologia	MDA	195.811.257
Formação continuada em agroecologia	MEC	74.008.119
Formação técnica em agroecologia	MEC	35.379.075
Chamadas Públicas de ATER para o Programa Bolsa Verde.	INCRA	35.070.786
Apoio à projetos de pesquisa, educação e extensão	MAPA	34.457.815
Apoio a redes de agroecologia por meio do Programa Ecoforte	SG/PR	32.588.265
Chamadas Públicas de ATER mulheres	MDA/DPMRQ	31.900.000
Formação profissional para agricultores	INCRA	25.875.000
Aquisição de sementes via PAA	MDS	25.000.000
Implementação de planos de vigilância em saúde de populações expostas aos agrotóxicos, nas 27 UF	MS	22.700.000
Apoio a conservação, multiplicação, disponibilização, distribuição e comercialização de sementes e mudas	MDA	12.311.012
Total		2.412.140.926

Fonte: MDA (2016).

A implantação de unidades de tecnologias sociais de acesso à água para a produção de utilizou R\$ 1,4 bilhões. Assim, podemos compreender que a quase totalidade dos recursos empregados no eixo *produção* foram destinados às tecnologias sociais para acesso à água. Também, observamos que foram relevantes as iniciativas no campo da educação, no fomento às redes de agroecologia, na questão de gênero e na área da saúde.

Trovatto *et al.* (2017) elencaram alguns números resultantes das ações do primeiro triênio do PLANAPO. Eles destacaram que:

- O crédito rural do Pronaf somou R\$ 63,1 milhões, em 1.973 contratos (BRASIL, 2013e);
- As chamadas públicas de Assistência Técnica Rural em agroecologia possibilitaram o atendimento a mais de 153 mil famílias, entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, com chamadas específicas para jovens e mulheres rurais;
- A Embrapa, entre 2013 e 2014, executou 64 projetos; Foram instalados 15 núcleos de pesquisa em agroecologia com a parceria entre MDA, Embrapa e Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) (EMBRAPA, 2014);
- Foram instituídos 138 núcleos de agroecologia nas instituições de ensino.
- No fim de 2015, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) encerrou com 13.916 unidades de produção orgânica, sendo 8.679 unidades com certificação por auditoria, 2.245 por meio de sistemas participativos de garantia (SPG) e 2.992 vinculadas a organizações de controle social – OCS (Brasil, 2016e).
- Entre 2013-2015, em parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro, foram estruturados 600 bancos de sementes crioulas no Semiárido, com a participação de 12 mil famílias de agricultores familiares. Em outras regiões, foram estruturados 390 bancos comunitários (BRASIL, 2016d).

Estes números podem sintetizar o volume e a extensão da atuação dessa política nacional em torno da agroecologia. Eles representam uma trajetória de luta, de engajamento de sujeitos e organizações conectados por um tema, a agroecologia. Todavia, apesar dos avanços, as organizações que atuam com a agroecologia enxergam desafios e necessidades que ainda não foram alcançadas.

Sambuichi *et al.* (2017) avaliaram os resultados atingidos pelo I PLANAPO da seguinte forma:

Há a necessidade de reavaliar as estratégias voltadas para alavancar o acesso ao crédito. Indica-se mais investimento em ATER e

capacitação; Recomenda-se também mais investimento em iniciativas inovadoras, como o Programa Ecoforte e os Núcleos de Agroecologia; Observa-se que os objetivos e as metas do Planapo I, em geral, não foram dimensionados para o período de vigência deste primeiro plano e sim visando uma estratégia de ação continuada de longo prazo, portanto, os resultados obtidos indicam que é necessário que haja continuidade das ações iniciadas para possibilitar que os objetivos sejam atingidos; É importante também que sejam definidos indicadores de impacto e que seja planejada a implantação de um sistema de informações sobre esses indicadores de forma a viabilizar uma futura avaliação da efetividade das ações planejadas.

Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, membro da ANA, ABA e representante da ASA na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), durante entrevista, descreveu o processo de elaboração do PNAPO. Segundo ele, a Marcha das Margaridas foi primordial para chamar a atenção para o tema. Do pós-Marcha, ele destacou a relevância dos seminários regionais e do seminário nacional para a contribuição da ANA no PNAPO. Alexandre Pires avalia que:

No seminário nacional (da ANA), realizado em Luziânia-DF, a gente consolidou um documento com as contribuições da ANA, para a política nacional, em 2012. Entregamos isso ao governo e ele trabalhou no documento. Em agosto de 2012 a presidenta (Dilma Rouseff) publicou e sancionou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. E muito pouco foi absorvido do que produzimos. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

Alexandre Pires pondera que apesar dos avanços e do trabalho das redes para colaborar com a construção do PNAPO, por meio da CNAPO, ainda permanecem limitações legislativas e políticas, sobretudo quando há conflitos de interesse.

A lei que cria a política tem pouco do que produzimos. Claro que temos que olhar que tem o limite da peça litúrgica da legislação. (...) Mas tem também uma dimensão política. A gente acredita que poderia ter sido melhor constituída, se tivesse adotado algumas dimensões das quais abordamos. (...) O papel da elaboração (da PNAPO) é do governo. O nosso papel (o papel da CNAPO) é de colaborar com o processo. Ou seja, apresentamos ao governo as demandas. Se o governo vai acatar, ou não, é outra coisa. O resultado é limitado, nossa participação tem um limite. Na nossa briga, no processo de construção do plano, nós queríamos a elaboração de uma iniciativa de acabar com os agrotóxicos no Brasil. E o governo resistiu, pelas forças políticas. O que conseguimos manter foi a ideia de um programa para a redução do uso de agrotóxicos. Essa comissão já se desfz por que o Pronara já foi elaborado, embora o governo não tenha feito nada com ele, mas ele tá elaborado. De fato tem muitas lacunas como o tema da

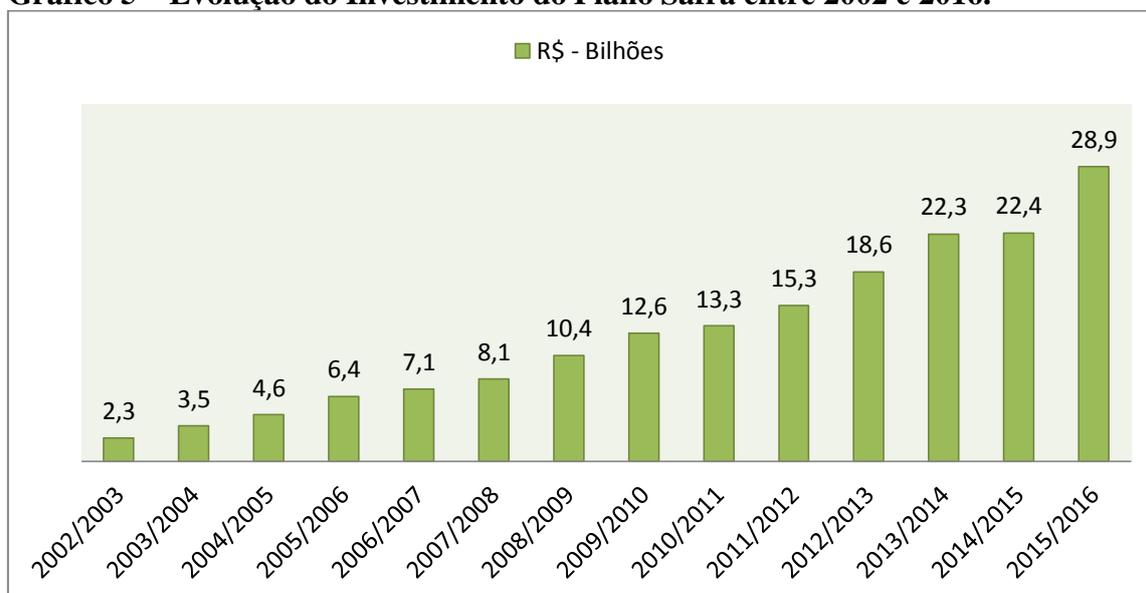
comunicação. O foco da comercialização ficou muito restrito ao PAA e ao PNAE, é preciso avançar em outras perspectivas. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

Mesmo com os “limites”, a avaliação de Alexandre Pires é que tanto o PNAPo e, como consequência, o PLANAPo representam grande avanço para o campo brasileiro. Ele destaca os principais avanços.

Nós fazemos uma avaliação positiva do plano, mas tem seus limites. Muitos limites, muitas fragilidades, mas ao mesmo tempo tem conquistas importantes como as chamadas de ATER para agroecologia, chamada de ATER para as mulheres. A chamada de Ater que estabelece 50% do público da chamada específica para mulheres, com 30% dos recursos com atividades específicas com mulheres, com 20% das atividades com jovens. A própria elaboração do Pronara, mesmo que ele não tenha saído do papel. O Pronatec campo. Os editais MDA/CNPq. O apoio aos núcleos de agroecologia. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

Apesar da avaliação positiva, fica evidente que mais avanços são necessários. Mesmo que ao longo das últimas décadas tenha havido elevação nos investimentos para a agricultura familiar, como mostra o Gráfico 5. No Plano Safra 2002/2003 foram destinados R\$ 2,3 bilhões para o Pronaf, já entre 2015/2016 foram R\$ 28,9 bilhões.

Gráfico 5 – Evolução do Investimento do Plano Safra entre 2002 e 2016.

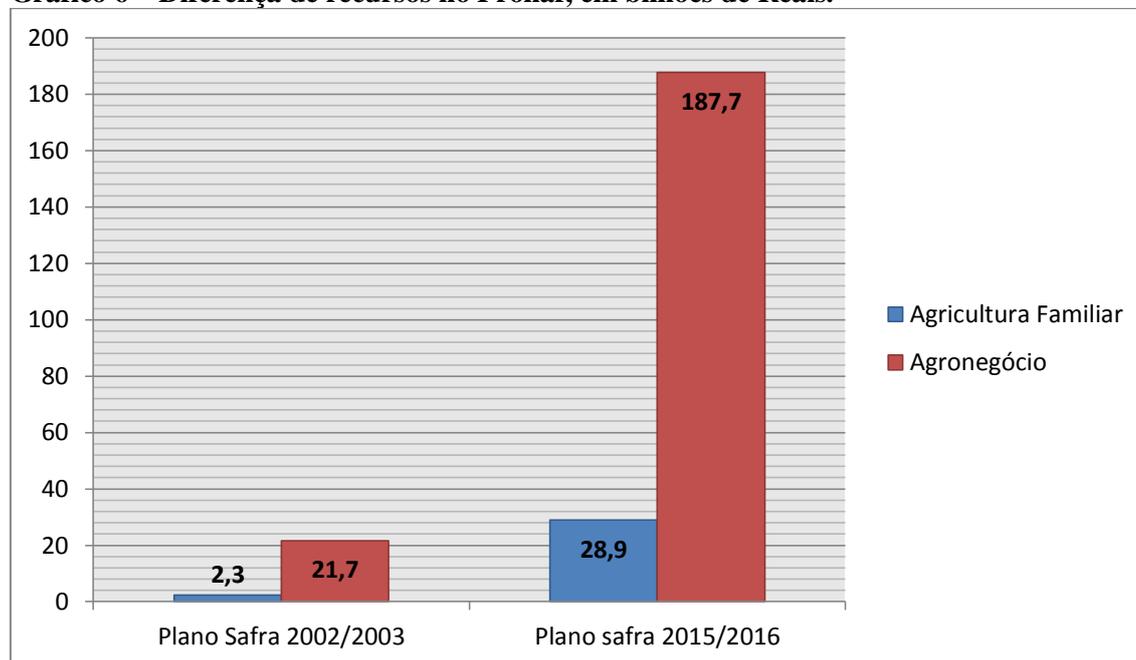


Fonte: MDA (2016)

Entretanto, ao comparar os investimentos destinados à agricultura familiar e ao agronegócio, verificamos que há uma enorme diferença no volume dos investimentos

(ver Gráfico 6). Entre 2002 e 2003, os investimentos na agricultura familiar representam apenas 10,6% do montante destinado ao agronegócio, enquanto entre 2015 e 2016, a agricultura familiar recebeu recursos da ordem de 15,4% do volume reservado para a agricultura patronal.

Gráfico 6 – Diferença de recursos no Pronaf, em bilhões de Reais.



Fonte: MDA/MAPA (2016)

Como verificamos, o caminho percorrido pelo movimento agroecológico brasileiro foi resultado das ações de uma diversidade de grupos e movimentos organizados em redes locais, regionais e nacionais para a promoção da agroecologia. Eles conseguiram estabelecer trincheiras ante ao agronegócio e apresentar as potencialidades da agroecologia como um projeto alternativo aos do modelo predatório hoje dominante na agricultura brasileira.

As ações ocorridas no início dos anos 2000, como vimos, foram fundamentais para o agrupamento e articulação dos sujeitos envolvidos com a agroecologia e a busca paulatina por políticas públicas que atendessem o campesinato brasileiro. Ainda que os volumes sejam menores que os destinados ao agronegócio, ainda que as prioridades do Estado sejam outras, o fato de estar no orçamento público já é um avanço.

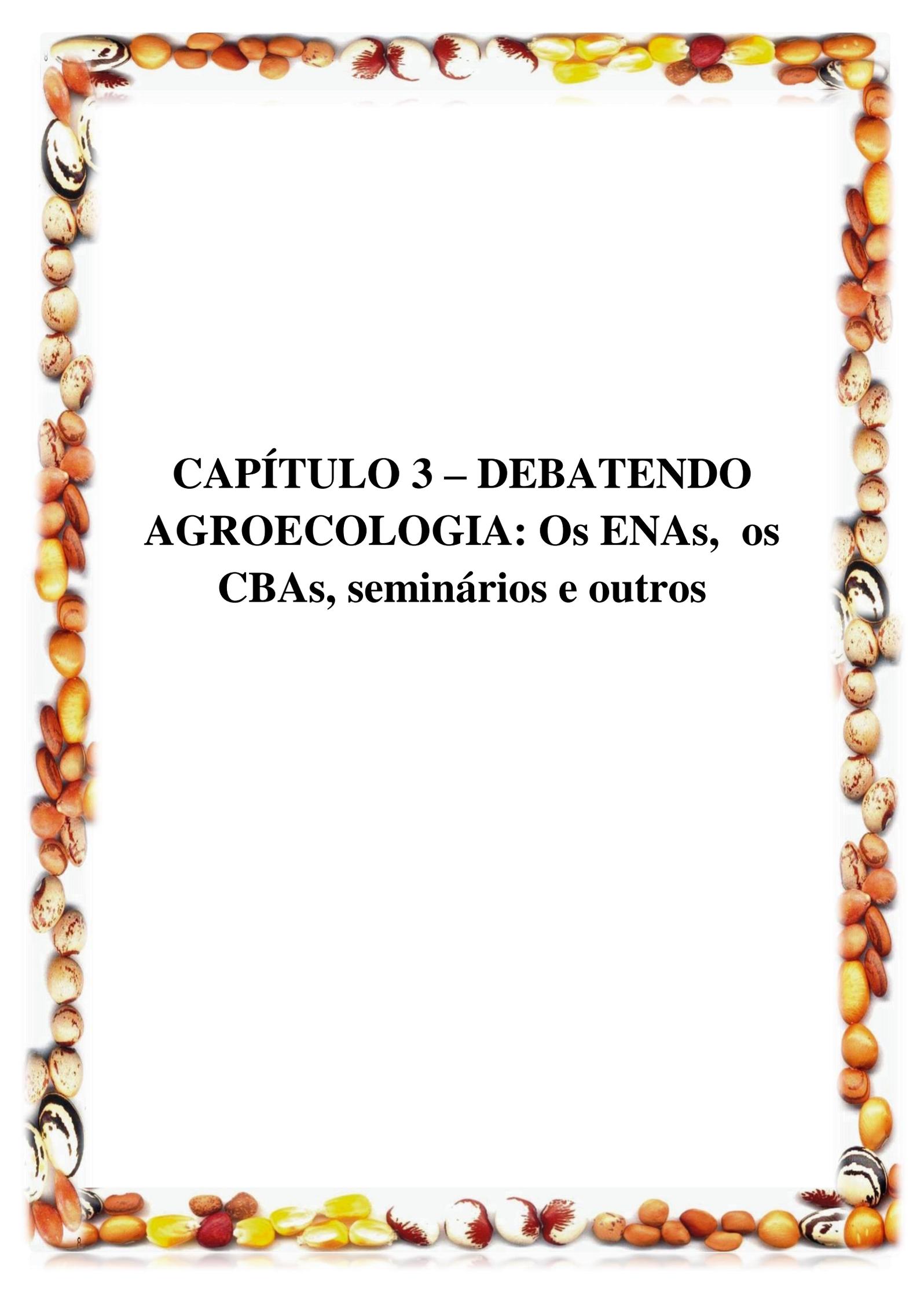
As experiências desenvolvidas ao longo destes anos evidenciam que, além de representar uma trajetória importante de construção coletiva de políticas públicas no Brasil, a agroecologia é capaz de dar respostas a muitos desafios com os quais a sociedade se confronta: a produção

de alimentos saudáveis que não dependam do uso intensivo de combustíveis fósseis e insumos sintéticos, a conservação dos solos, das águas e da biodiversidade, a superação da pobreza e a geração de trabalho digno e renda satisfatória no campo e nas florestas, a valorização dos conhecimentos das populações tradicionais, a adaptação às mudanças climáticas globais, entre outros. Para enfrentar os enormes desafios que se colocam, é necessário desenvolver estratégias que possibilitem ao movimento agroecológico comunicar, para setores cada vez mais amplos, por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 81).

A compreensão do percurso histórico até aqui descrito é fundamental para analisar as principais políticas públicas com enfoques na agroecologia. As ONGs, os movimentos sociais, estudantis e profissionais, as associações, fóruns e o conjunto de indivíduos ligados à agroecologia, nas últimas décadas travaram diversos embates junto aos governos que estiveram à frente do Estado brasileiro.

Se, no período militar, o aporte financeiro foi destinado, em grande parte, para o agronegócio, na redemocratização não foi diferente. Os governos subsequentes à redemocratização permaneceram com o fomento ao agronegócio. Todavia, os debates ambientalistas, as pressões de movimentos sociais e organizações em prol da reforma agrária, da segurança nutricional e alimentar, dos povos tradicionais, do campesinato e de várias outras pautas que envolvem problemas sociais e ambientais no campo, conseguiram ganhos e perdas na arena política junto ao Estado brasileiro.

O estado brasileiro é capitalista, assim, entendemos que ele atende às necessidades do capital. Dentre as necessidades do capital também está apaziguar os conflitos e ainda assim desenvolver o capital no campo (FIGUEIREDO e MOREIRA, 2017). Assim, mesmo que o Estado faça concessões às práticas não capitalistas, ele atende aos objetivos de reprodução e expansão do capitalismo no campo.



**CAPÍTULO 3 – DEBATENDO
AGROECOLOGIA: Os ENAs, os
CBAs, seminários e outros**

3 - DEBATENDO AGROECOLOGIA: OS ENAs, CBAs, seminários e outros

No capítulo anterior, verificamos a relevância dos encontros, congressos, seminários e reuniões no processo que desencadeou o surgimento e organização das articulações e redes do movimento agroecológico brasileiro. Historicamente, os encontros e congressos, ainda que alguns tenham características acadêmicas, são espaços importantes para pautar a metodologia, a epistemologia, as estratégias políticas e os diversos encaminhamentos tanto nos eventos acadêmicos como nos movimentos sociais.

As inquietações e debates do XI Congresso Brasileiro de Agronomia, em 1979, colaboraram para que ocorressem os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (1980, 1984, 1987 e 1989, respectivamente). Os EBAAAs, na década de 1980, pautaram a necessidade de reflexão quanto à agricultura alternativa, mesmo com as divergências em relação à metodologia e direcionamento dos encontros. Os EBAAAs colaboraram para o surgimento de uma agricultura contra-hegemônica.

Por sua vez, alguns seminários e fóruns refletiram, ao fim da década de 1990, a necessidade de um agrupamento das experiências e organizações que trabalhavam com a recém-denominada agroecologia. Assim, no início dos anos 2000, começa a preparação para a integração dos movimentos e organizações de uma articulação nacional em prol da agroecologia. Foi justamente, em 2002, como resultado do I Encontro Nacional de Agroecologia que surge a Articulação Nacional de Agroecologia.

Corroborando com a mesma lógica, em 2004, durante o II Congresso Brasileiro de Agroecologia é criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA - Agroecologia). Já em 2010, no II Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia é organizado a Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA).

Ou seja, os encontros, congressos e seminários não foram apenas mera formalidade acadêmica ou simplesmente uma reunião de parceiros. Os principais eventos, que ocorreram entre 1979 e 2018, que contribuíram para a trajetória do movimento agroecológico do brasileiro e que foram estudados em nossa pesquisa, estão apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – Linha do tempo dos principais encontros e congressos com a temática da agroecologia citados em nossa pesquisa -1979 a 2018.

ANO	✓ Evento
1979	✓ XI Congresso Brasileiro de Agronomia - Curitiba-PR
1980	✓ I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – Curitiba-PR
1984	✓ II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – Petrópolis-RJ
1987	✓ III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – Cuiabá-MT
1989	✓ IV Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa – Porto Alegre-RS
1999	✓ I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia – Rio de Janeiro-RJ ✓ Seminário Brasileiro Reforma Agrária e Meio Ambiente – Brasília-DF
2002	✓ I Encontro Nacional de Agroecologia – Rio de Janeiro-RJ
2003	✓ I Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre-RS
2004	✓ II Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre-RS
2005	✓ III Congresso Brasileiro de Agroecologia – Florianópolis-SC
2006	✓ Encontro Nacional de Agroecologia – Recife-PE ✓ IV - Congresso Brasileiro de Agroecologia – Belo Horizonte-MG
2007	✓ V Congresso Brasileiro de Agroecologia – Guarapará-ES
2009	✓ VI Congresso Brasileiro de Agroecologia – Curitiba-PR ✓ I Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2010	✓ II Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2011	✓ Encontro de Dialogo e práticas – Salvador-BA ✓ VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza-CE ✓ II Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras experimentadores do Semiárido – Pesqueira-PE ✓ III Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2012	✓ IV Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2013	✓ VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre-RS ✓ V Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia ✓ III Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras experimentadores do Semiárido – Campina Grande-PB
2014	✓ III Encontro Nacional de Agroecologia – Juazeiro-BA ✓ VI Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2015	✓ IX Congresso Brasileiro de Agroecologia – Belém-PA ✓ VII Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2016	✓ IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras experimentadores do Semiárido – Aracajú-SE ✓ VIII Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2017	✓ X Congresso Brasileiro de Agroecologia – Brasília-DF ✓ IX Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia
2018	✓ IV Encontro Nacional de Agroecologia – Belo Horizonte-MG

Fonte: Kissler (2000), REGA (2017)

Elaboração: Silva. P.M. S.

Se os EBAAAs foram relevantes, atualmente os ENAs, os CBAs e outros encontros permanecem relevantes, pois atualizam, reorganizam e reúnem todo o movimento em torno da agroecologia. Neste capítulo, pretendemos destacar as principais pautas dos ENAs, dos CBAs, dos ENGAs e outros encontros relevantes da agroecologia nacional, como o Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras

experimentadores do Semiárido e o Seminário Internacional: A Agroecologia no mundo e a Encíclica ecológica.

Verificar o discurso, os debates e encaminhamentos dos últimos encontros, congressos e seminários das redes agroecológicas que foram estudadas, apresenta-se como ferramenta fundamental para a compreensão do processo histórico dessas redes, assim como é possível analisar as principais perspectivas de futuro e desafios atuais dos movimentos agroecológicos no Brasil.

3.1. Desafios e realidades da Agroecologia a partir dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs)

Como resultado das reflexões do I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e do Seminário Brasileiro Reforma Agrária e Meio Ambiente, que aconteceram em 1999, foi realizado um seminário nacional preparatório do I Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), que envolveu cerca de cinquenta pessoas ligadas a organizações e instituições nacionais, regionais e locais, assim como algumas lideranças de movimentos sociais⁹⁴. A partir desse seminário preparatório ocorreram outros seminários e encontros regionais para a organização do encontro nacional.

Esse processo levou à expressiva participação de agricultores e agricultoras engajados em experiências concretas de agroecologia (70% do público) no I ENA – experiências essas que estiveram no centro das atenções, animando e inspirando os debates sobre temas e políticas públicas. A preparação teve também o importante papel de dinamizar as redes locais e regionais de agroecologia, inclusive para além da realização do encontro. Nesse processo, foram ainda identificados os temas que estavam mobilizando as redes de inovação agroecológica e que foram objeto de debates em treze grupos de trabalho⁹⁵ (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 58).

⁹⁴ A comissão organizadora do I ENA foi composta pelas seguintes organizações: Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA Brasil); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM); Centro Ecológico (Rio Grande do Sul); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Comissão Nacional de Trabalhadores Rurais da Contag (Contag); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul); Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária (Gera)/Universidade Federal do Mato Grosso; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia (GTNA); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Rede Cerrado; Rede Ecológica de Agroecologia; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop); União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab) (ANA 2002).

⁹⁵ Temas debatidos em grupos de trabalho no I ENA: manejo de recursos hídricos; assentamentos e outras formas de apropriação da terra e agroecologia; manejo da agrobiodiversidade, direito dos agricultores e

Cada Encontro Nacional de Agroecologia teve seu papel e pautou as principais necessidades de seu período. Como já afirmamos o marco para o início da ANA foi o I Encontro Nacional de Agroecologia, realizado no Rio de Janeiro em 2002, esse foi seu principal legado.

Nesse encontro, estiveram presentes cerca de 1.100 participantes, entre eles agricultores, técnicos de assessoria, representantes de movimentos sociais e de povos e comunidades tradicionais, gestores públicos, pesquisadores e estudantes. Quanto à origem destes participantes, 265 eram da região Sul, 252 da região Sudeste, 211 da região Nordeste, 155 do Centro Oeste e 102 do Norte, presença majoritariamente masculina (73%) (ENA, 2002); (BENSADON, 2016). Foram compartilhadas 432 experiências de várias partes do Brasil (LUZZI, 2008; ALMEIDA, 2009).

A condução metodológica do evento (I ENA) tornou possível produzir diagnósticos e sínteses compartilhadas sobre os principais avanços e os grandes desafios colocados para a generalização dos processos de transição agroecológica de forma estreitamente vinculada às realidades vivenciadas pelos atores em suas regiões e estados. A ancoragem dos debates nas experiências concretas em curso ensejou a constituição de um primeiro e fecundo espaço de autoidentificação do campo agroecológico em sua imensa diversidade sociocultural e ecossistêmica. Também evidenciou sua capacidade de articular e construir unidades. Ao mesmo tempo, a referência às experiências permitiu que lideranças, sobretudo locais e regionais, com aderências político-ideológicas distintas, convergissem para um espaço comum de referências de debate sobre as alternativas para o desenvolvimento rural, calcando-as nas estratégias de resistência e inovação produzidas pelos produtores familiares em diferentes contextos socioambientais e político-organizativos (ALMEIDA, 2009, p. 70-71).

As experiências apresentadas tiveram como características a crítica ao agronegócio, de acordo com as realidades locais e os impactos em cada bioma. Ocorreram debates acerca dos transgênicos e dos agrotóxicos. Como fruto das reflexões, o I ENA endossou a campanha Brasil sem Transgênicos⁹⁶.

propriedade intelectual; transformação e comercialização de produtos agroecológicos; certificação de produtos agroecológicos; financiamento da transição para a agroecologia; educação e formação em agroecologia; sistemas agroflorestais e agroextrativismo; estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico; produção e difusão do conhecimento em agroecologia; a questão de gênero no desenvolvimento agroecológico; plantas medicinais; e sistemas de produção animal (ANA, 2002).

⁹⁶ Essa campanha surgiu em 1999, pois o governo pretendia liberar a entrada da soja transgênica no Brasil. Já em 2003 a coordenação da campanha era composta pela AS-PTA, Esplar, Fase, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), Greenpeace, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e ActionAid Brasil. (BENSADON, 2016)

O I ENA teve apoio financeiro setor público estadual, federal e de organizações sociais. Porém, a partir dos contatos da antiga PTA/Fase agências internacionais de cooperação colaboraram financeiramente com o encontro. Bensadon (2016), mesmo sem apontar os custos e o aporte financeiro do I ENA, afirma que a maior parte da colaboração financeira para a realização do encontro foi procedente de instituições nacionais e internacionais:

Apoiaram o encontro, sem considerar o montante aportado, organizações internacionais (ActionAid, Brot fur Die Weit, Christian Aid, Der Evangelische Entwicklungsdienste.V. - EED, Department for International Development- DFID, Developpment etl Paix, Novib e PPG7), setor público estadual (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea/RJ, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater Rio, Faperj, Governo do Rio de Janeiro e UERJ), organizações sociais (Coordenadoria Ecumênica de Serviço - Cese, Fase e Movimento de Cidadania Pelas Águas Brasil) e setor público federal (Pronaf, Subprograma de Informação, Disseminação e Treinamento - SIDT e Sub-Programa de Projetos Demonstrativos – PDA/MMA) (BENSADON, 2016, p. 70).

Ou seja, o I ENA instituiu a ANA com o papel de aglutinar e ao mesmo tempo articular as diversidades camponesas em torno da grande temática da agroecologia. Esta articulação em rede de redes já existentes fez da ANA a *rede das redes*⁹⁷. Assim, o I ENA, além de criar a ANA, ajudou a fortalecer redes estaduais e regionais de agroecologia. E as experiências compartilhadas refletiram as ações já experimentadas há anos, dando visibilidade a elas e possibilitando vislumbrar novas possibilidades.

Com esse papel aglutinador, a ANA formou Grupos de Trabalhos (GTs) temáticos que tiveram e ainda têm papel fundamental na movimentação das redes, na propositura de políticas públicas, na organização dos eventos, nos diversos debates, na reflexão das estratégias para o fomento da agroecologia. Para citar alguns exemplos:

o GT Biodiversidade se envolveu com a agenda do marco legal referente às sementes e a políticas neste campo, o GT Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional teve papel importante no Consea e nos debates sobre o PAA e o PNAE, o GT Construção do Conhecimento Agroecológico teve papel ativo nos espaços de discussão sobre a política de Ater, e o GT Mulheres nas discussões sobre programas voltados às mulheres rurais e sobre Ater (MONTEIRO e LONDRES, 2017, p. 71).

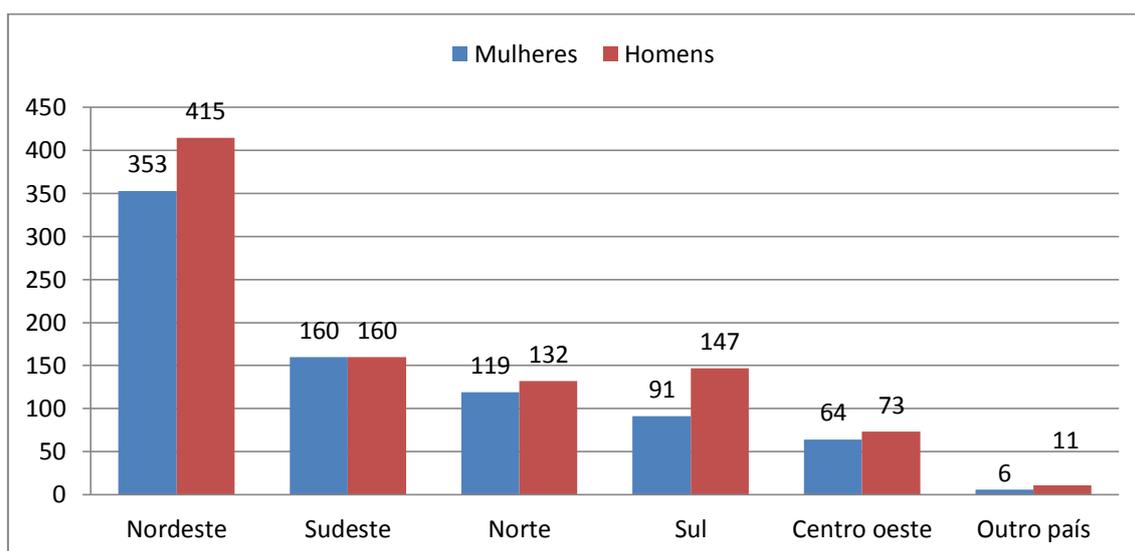
⁹⁷ A criação da ANA, considerada uma rede de redes, é uma grande conquista para o movimento agroecológico e encerra uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais, que possuem características distintas e interesses diferenciados, mas que buscam construir convergência em torno da temática agroecológica e em defesa da categoria agricultura familiar (LUZZI, 2008, p.21).

Mesmo com pouca participação dos movimentos de mulheres, diretamente ligados à comissão organizadora do I ENA, várias mulheres e movimentos de mulheres apresentaram experiências relevantes. Isto gerou uma reflexão sobre a necessidade de uma avaliação crítica das metodologias adotadas pelas entidades de assessoria, sobre a pouca visibilidade do trabalho das mulheres e a necessidade de que a equidade de gênero também esteja na pauta do movimento agroecológico (PACHECO, 2003; MONTEIRO e LONDRES, 2017). Assim, nos encontros subsequentes, houve participação e visibilidade ao papel da mulher na agroecologia.

Na plenária final do I ENA, representando a candidatura à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, esteve presente José Graziano da Silva, que ouviu as reivindicações dos participantes do encontro (MONTEIRO e LONDRES, 2017). Os ENAs, para o movimento agroecológico, têm função didático-pedagógica para reflexão e ampliação da agroecologia no Brasil, porém, há um caráter estratégico de levantar pautas importantes, no que tange a políticas públicas para o campo agroecológico.

E como é estratégico, nos ENAs e CBAs, é comum a participação de representantes de instituições públicas, de políticos, de secretários e ministros das pastas que se relacionam com o tema da agroecologia. Assim, nesses encontros, também é aberto o diálogo entre o governo federal e a sociedade civil as várias reivindicações do movimento agroecológico brasileiro.

Em 2006, o II ENA foi realizado em Recife-PE, com a participação de aproximadamente 1.700 pessoas, de todas as regiões do Brasil e participação de convidados internacionais. Como verificamos no Gráfico 7, a região Nordeste teve maior representação entre os participantes do encontro, sendo 44,4% do total. Também observamos que houve maior representatividade masculina (54,2%). Apenas a região Sudeste teve representação igualitária entre homens e mulheres.

Gráfico 7 – Região de origem e sexo dos participantes do II ENA⁹⁸

Fonte: CINTRÃO, 2006.

Adaptação: SILVA, P.M.S.

É relevante observar a representatividade da participação das mulheres nos ENAs, pois no I ENA 73,2% dos participantes foram homens e por este motivo houve críticas à pouca representatividade das mulheres, por isso ainda no I ENA foi criado o Grupo de Trabalho de Mulheres, da ANA. No II ENA, as mulheres representaram 45,8% dos participantes. Como veremos, o feminismo e as questões de gênero estão na pauta dos encontros de agroecologia. Ou seja, a tentativa de ter a paridade entre quantidade de homens e mulheres nos encontros é a maneira de aliar o discurso à prática.

As 17 pessoas de outros países representaram apenas 1% do total de participantes. A integração da ANA e seus membros com instituições internacionais são frequentes e desempenhou papel relevante para a fundamentação científica da agroecologia, para fortalecer as organizações locais a partir de visitas de intercâmbios, tanto recebendo como enviando agricultores a outros países, e também no apoio financeiro às organizações e aos eventos.

O documentário produzido sobre o II ENA apresenta dois depoimentos de moçambicanos sobre a participação no encontro. Samuel fala de sua expectativa: “Queremos ouvir o Brasil, saber como estão tratando sobre o ambiente e a agricultura”. E Jose Basquete comenta a sua percepção do encontro: “Ganhei muita

⁹⁸ <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/a-participacao-no-ii-encontro-nacional-de-agroecologia>

experiência, aqui no Brasil. Porque essa luta contra agroquímicos também temos em Moçambique”.

No quadro 8, verificamos a divisão percentual e a tipologia dos participantes do II ENA. Cintrão (2006), secretária executiva da ANA, responsável pela divulgação e quantificar a participação no II ENA, apresentou a tipologia dos agricultores e técnicos participantes do encontro.

Quadro 8 – Tipologia dos participantes do II ENA

IDENTIFICAÇÃO / CATEGORIA (NA FICHA DE INSCRIÇÃO)		Quant	%	
Agricultores	Agricultor Familiar	Sem especificação adicional	737	42,6
		Camponês	73	4,2
		Assentamento Reforma Agrária	28	1,6
		Estudante e Agricultor (a) Familiar	24	1,4
		Geraizeiro(a)	2	0,1
		Sub-total agricultores familiares	864	49,9
	Agroextrativista	(sem especificação adicional)	16	0,9
		Quebradeira de Coco Babaçu	13	0,8
		Ribeirinho (a)	6	0,3
		Recursos de Várzea	3	0,2
		Seringueiro	3	0,2
		Andirobeira	2	0,1
		Extrativista/ Plantas Medicinais / Agente de Saúde	6	0,3
		Outros	4	0,2
	Sub-total agroextrativistas	53	3,1	
	Outros	Quilombola	39	2,3
		Indígena	16	0,9
		Agricultor (a) Urbano(a)	6	0,3
		Artesã (o)	5	0,3
		Sub-total agricultores outros	66	3,8
Agricultores – Total		983	56,8	
Técnicos		Assessor (a) Técnico (a)	496	28,7
		Estudante Universitário (a)	89	5,1
		Gestor (a) Público	53	3,1
		Agente de Pastoral	31	1,8
		Professor (a) Universitário (a)	24	1,4
		Pesquisador (a)	18	1,0
		Técnico (a) Extensionista (órgãos oficiais de extensão)	15	0,9
		Plantas Medicinais - Agente de Saúde / Educador / Extrativista	10	0,6
		Professor (a) / Monitor (a)	10	0,6
		Consumidor (a)	2	0,1
		Técnicos – Total	748	43,2
TOTAL GERAL		1731	100,0	

Fonte: CINTRÃO, 2006.

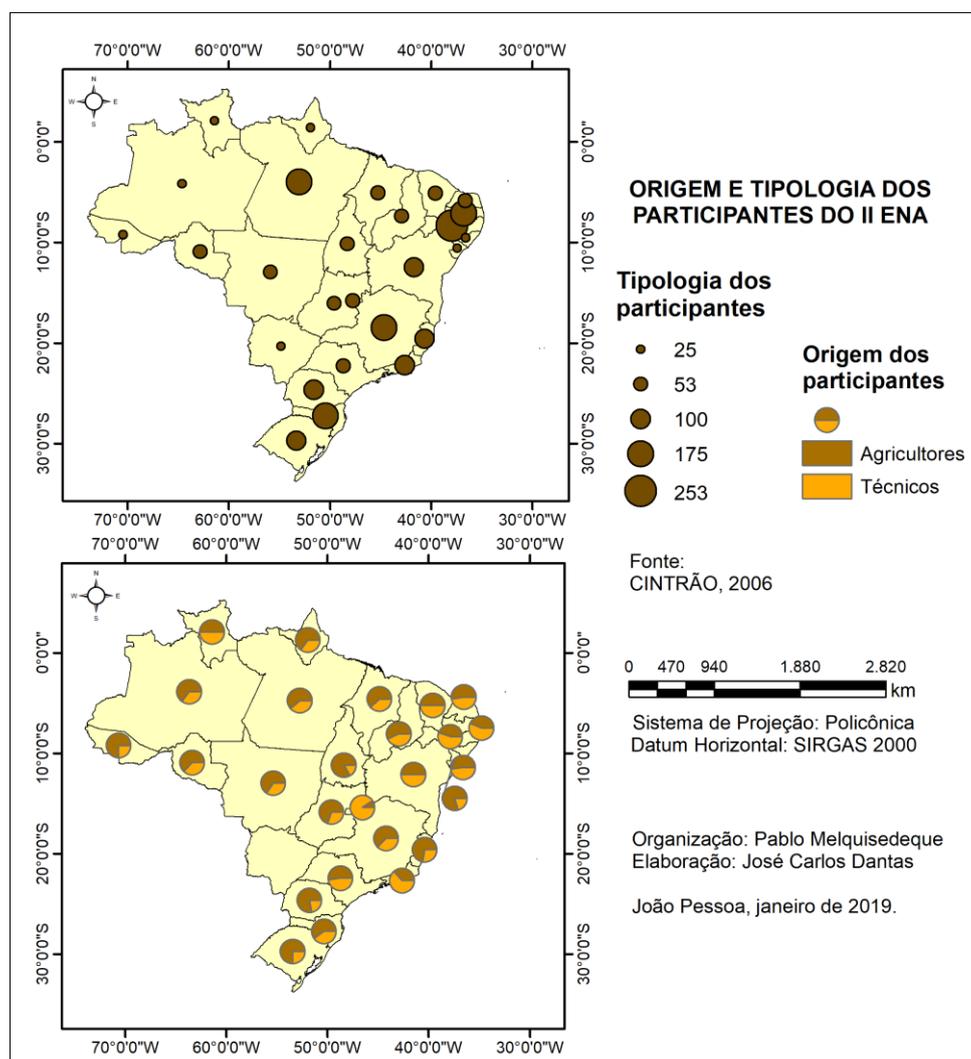
No II ENA, 56,8% eram agricultores⁹⁹, subdivididos em agricultores familiares (49,9%), agroextrativistas (3,1%) e outros (indígenas, quilombolas, agricultores urbanos

⁹⁹ De acordo com a declaração na inscrição

e artesãos, que juntos representaram 3,8% dos participantes). Enquanto 43,2% dos participantes receberam a tipologia de técnicos, com maior participação de assessores técnicos (28,7%), porém também verificamos a participação de professores e estudantes universitários (6,5%), gestores públicos (3,1%), entre outros participantes. Esses dados atestam a diversidade camponesa e de técnicos suscitando o debate da agroecologia.

Na figura 13, verificamos que Paraíba e Pernambuco foram mais representados no II ENA, e não houve representação do Mato Grosso do Sul. Ainda observamos que, mesmo com a prerrogativa de 70% da participação de agricultores, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Brasília foram representados majoritariamente por técnicos.

Figura 13 – Origem e tipologia dos participantes do II ENA



Ainda observando os números do II ENA, verificamos a diversidade das organizações que participaram do referido encontro. Foram 753 instituições de

diferentes categorias, em todo o Brasil (ver quadro 9). Porém, fica evidente que houve, majoritariamente, a participação de instituições locais e regionais, como por exemplo, as associações (18,3%), as ONGs (15%), os sindicatos (10,5%), organização de mulheres (6%), Entidades Pastorais ou Eclesiais (5,2%), cooperativas e outras organizações significaram 67,1% das instituições que participaram do II ENA.

Quadro 9 – tipologia das instituições participantes do II ENA

Tipo de Organização	Nº de instituições	% total
Associações ¹⁰⁰	138	18,3
Organizações Não Governamentais	113	15,0
Sindicatos (trabalhadores rurais, agricultura familiar)	79	10,5
Movimentos Sociais ¹⁰¹	68	9,0
Organizações de Mulheres ¹⁰²	45	6,0
Entidades Pastorais ou Eclesiais ¹⁰³	39	5,2
Cooperativas de Produção	30	4,0
Organizações Comunitárias ou Grupos Informais	29	3,9
Governo Federal (órgãos ou programas)	26	3,5
Universidades	22	2,9
Agências de Cooperação	24	3,2
Redes ou Articulações	21	2,8
Federações, Confederações ou Polos Sindicais	17	2,3
Instituições de Educação Rural	17	2,3
Cooperativas de Serviços	16	2,1
Organizações Quilombolas ¹⁰⁴	11	1,5
Instituições de Pesquisa Agropecuária	11	1,5
Governos Locais ou Estaduais ¹⁰⁵	10	1,3
Assistência Técnica Oficial	8	1,1
Organizações Indígenas	7	0,9
Conselhos ¹⁰⁶	6	0,8
Cooperativas Agroextrativistas	6	0,8
Organizações de Consumidores de Produtos Orgânicos	3	0,4
Outros ¹⁰⁷	7	0,9
Total geral	753	100,0

Fonte: CINTRÃO, 2006.

¹⁰⁰ Inclui diferentes tipos de associações: comunitárias, de agricultores familiares, de agroextrativistas, de apicultores, de artesãos, agrofloretais, de moradores, de fundo de pasto, de assentados de reforma agrária. Inclui ainda associações com atuação em diferentes níveis: locais, municipais e regionais, bem como centrais de associações. Não foram incluídas nesta categoria associações de mulheres, de indígenas e de quilombolas.

¹⁰¹ Foi contabilizado separadamente cada município, ou seja, cada município foi contabilizado como uma organização diferente.

¹⁰² Inclui associações de mulheres, comissões de mulheres em diferentes tipos de organizações (sindicatos, associações, federações etc.), ONGs voltadas para o trabalho com mulheres. Não inclui organizações de mulheres indígenas ou quilombolas (que foram incluídas em organizações indígenas ou quilombolas - um caso em cada).

¹⁰³ Ver nota de rodapé 98

¹⁰⁴ Inclui comissões, associações e coordenações estaduais.

¹⁰⁵ Prefeituras, secretarias municipais, institutos de terra, programas municipais de agricultura urbana e programas desenvolvidos por governos estaduais.

¹⁰⁶ Conselhos de Desenvolvimento, Territoriais, Comunitários, de Segurança Alimentar.

¹⁰⁷ Autônomos, organizações de comunicação, empresas, pessoas inscritas sem informação sobre sua instituição de origem.

Esse segundo encontro consolidou a atuação tanto nas questões técnicas como nas ações políticas da ANA e pôs em pauta a oposição entre o agronegócio e a produção camponesa por conceberem modelos antagônicos de racionalidades socioeconômicas e ecológicas para o desenvolvimento rural (ALMEIDA, 2009).

Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a Agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento das necessidades das famílias produtoras e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras da Agroecologia constituem embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional (ANA, 2006, p.6).

Um momento relevante, no II ENA, foi o depoimento de Leonardo Boff¹⁰⁸. Ele não esteve presente, porém enviou um vídeo no qual ele tece críticas ao agronegócio e enaltece a produção agroecológica. Leonardo Boff é um dos principais nomes da teologia da libertação. Além de livros voltados à temática religiosa, Leonardo Boff também produziu textos acerca da ecologia e sua relação com a pobreza.

Segundo Leonardo Boff, o movimento agroecológico representa um movimento de resistência e libertação ao modelo agrícola do agronegócio.

Eu vejo que o movimento de vocês é movimento de resistência e um movimento de libertação. É primeiro um movimento de resistência. Resistência contra um tipo de agricultura que se tornou um dos maiores negócios do mundo inteiro. O *agrobusiness* domina todos os mercados, especialmente o brasileiro. A agricultura não é mais a técnica e a arte de criar os meios de vida. A agricultura se transformou num empreendimento para lucrar e enriquecer à custa da fome e da miséria de milhões e milhões de nossos irmãos e irmãs. Vocês resistem contra isso. Porque esse agronegócio, esse empreendimento,

¹⁰⁸ Leonardo Boff doutorou-se em teologia pela Universidade de Munique. Foi professor de teologia sistemática e ecumênica com os Franciscanos em Petrópolis e depois professor de ética, filosofia da religião e de ecologia filosófica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Conta-se entre um dos iniciadores da teologia da libertação. É assessor de movimentos populares. Conhecido como professor e conferencista no país e no estrangeiro nas áreas de teologia, filosofia, ética, espiritualidade e ecologia. Em 1985, foi condenado a um ano de silêncio obsequioso pelo ex-Santo Ofício, por suas teses no livro *Igreja: carisma e poder*. A partir dos anos 80, começou a aprofundar a questão ecológica como prolongamento da teologia da libertação, pois não somente se deve ouvir o grito do oprimido, mas também o grito da Terra, porque ambos devem ser libertados. Em razão deste compromisso participou da redação da Carta da Terra junto com M.Gorbachev, S.Rockefeller e outros. Escreveu vários livros e foi agraciado com vários prêmios. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/sobre-o-autor/>. Acesso em: 06/01/2019)

hoje mundial, utiliza cada vez menos trabalhadores e cada vez menos terras, cada vez mais fertilizantes e tecnologias avançadas (Depoimento de Leonardo Boff aos participantes do II ENA, 2006).

Além de fazer críticas ao agronegócio, Leonardo Boff analisa os procedimentos nocivos da agricultura adotada a partir da Revolução Verde. Ele elogia procedimentos relevantes da agroecologia.

Vocês conhecem mais do que ninguém a generosidade da mãe terra, a fertilidade dos solos. E quando produzimos em sintonia com os ritmos da natureza nós não prejudicamos o capital natural (...) O que vocês estão fazendo ao nível mundial de produção, não usando coisas químicas, mas defensivos naturais, as próprias energias da natureza. E 60% da comida feita no Brasil e no mundo é pela Agricultura Familiar. Para aqueles que junto com a natureza, respeitando os ritmos da natureza, produzem com abundância alimentos de qualidade, purificados (...) Vocês preservam nossa imunidade com alimentos puros da natureza e ricos em nutrientes que favorecem a saúde. Então vocês estão ensaiando um processo em nível mundial e sua libertação. (...) Criaram bancos de sementes crioulas para preservar essa herança milenária das Gerações e garantir a prosperidade e a renovação, a regeneração da natureza (Depoimento de Leonardo Boff aos participantes do II ENA, 2006).

Ele observa que a relação dos agricultores agroecológicos com a terra é profunda, assim os mesmos possuem a missão de salvar e restaurar a terra. Segundo ele:

Então a missão de vocês é messiânica, é salvadora, é salvaram a terra. Vocês têm que se entender como os filhos, e filhos queridos, da mãe terra. Ela é mãe. Ela é Gaia. É um super-organismo vivo. Hoje ela está carregada de chagas, de agressões, e vocês são os curadores, aqueles médicos da natureza. Que cuidam e fecham as chagas. Tiramos os alimentos, mas respeitamos a riqueza ecológica natural da terra. Então o que vocês fazem é promissor. Eu acho que o futuro da terra, da humanidade passa por vocês. Ou nós respeitamos os ritmos da natureza, ou não nos envenenamos com a quimicação e manipulação das sementes. A terra está doente, alguns dizem, agonizando. Vocês são médicos, enfermeiros. Todos nós, que pensamos como vocês, queremos salvar a terra, curar a terra para que ela continue na sua generosidade co-evoluindo, produzindo. E vocês os cuidadores da terra. (Depoimento de Leonardo Boff aos participantes do II ENA, 2006).

A mensagem de Leonardo Boff aos participantes do II ENA é relevante, pois, em longo prazo, como vimos no capítulo anterior, o movimento agroecológico é fruto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foi uma das metodologias adotadas pelos religiosos influenciados pela Teologia da Libertação. Assim, com produção acerca

de teologia e ecologia, o Leonardo Boff é referência religiosa e acadêmica para movimentos camponeses no Brasil.

Assim como no I ENA, foi produzido uma Carta Política fruto das reflexões e ações do encontro. A carta do II ENA abordou os seguintes temas: reforma agrária; estratégias para segurança e soberania alimentar; acesso e estruturação dos mercados para a agroecologia; apoio às sementes locais tradicionais livres de transgenia e agrotóxicos; implementação de políticas públicas de fomento e financiamento voltados para agroecologia e; apoio à construção do conhecimento agroecológico onde ensino, pesquisa e extensão reconheçam o papel do agricultor como agente dotado de conhecimento e incentivem a produção agroecológica.

O documento reclama da violência no campo e a forma como a reforma agrária estava sendo tratada, inclusive elaboraram propostas para a reforma agrária¹⁰⁹. Esta carta reivindicava direito ao território e à reforma agrária, enxergando que “as lutas dos movimentos sociais no campo têm demonstrado que a reforma agrária e a garantia das populações ao território são inseparáveis da proposta agroecológica” (ANA, 2006, p. 7).

Segundo Besandon (2016), organizações da ANA passaram a usar o conceito de território em seus discursos por dois motivos. Primeiro, pelo fato de ser um conceito presente nas políticas públicas. Segundo, o conceito corrobora para ampliar sua análise política e as ações dos movimentos agroecológicos.

O território esteve relacionado às lutas pela reforma agrária e ao direito ao território: a matriz produtiva da agroecologia desenvolveria uma nova concepção de organização do espaço, apostando no agronegócio, delimitando a noção de território também como forma de identidade e modo de trabalho, relação com a natureza dos povos indígenas, populações tradicionais e camponesas, além de explicitar a

¹⁰⁹ As propostas, do II ENA, para a reforma agrária foram: a) Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que prevê a expropriação de áreas onde ocorre o trabalho escravo; b) Revogação da MP 2027/2000, que impede a vistoria de áreas ocupadas; c) Revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras; d) Regulamentação da exigência de cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho); e) Titulação imediata das terras de quilombo, demarcação e homologação das terras indígenas; f) Preservação dos babaçuais e outros ecossistemas manejados e garantia de direitos para as populações agroextrativistas; g) Preservação das terras indígenas e dos territórios das populações tradicionais e seu reconhecimento como territórios agroecológicos; h) Reconhecimento e regularização de formas particulares de apropriação e uso da terra dos faxinalenses, criadores de fundo de pasto, ribeirinhos, pescadores do litoral, geraizeiros, vazanteiros, caçaras e outros segmentos de populações tradicionais, compatibilizando as legislações fundiária e ambiental; i) Respeito aos direitos das populações locais que vivem dentro ou no entorno das Unidades de Conservação, assegurando a sua participação na gestão dessas Unidades e nos processos de decisão sobre a criação de novas unidades; j) Estabelecimento do limite máximo da propriedade agrária; k) Garantia efetiva ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro) (ANA, 2006, p.6)

terra como lugar e instrumento de luta e poder político (BENSADON, 2016, p. 74).

Reforçando uma das afirmações de nossa tese, a agroecologia é ferramenta fundamental para as disputas estabelecidas pelo campesinato brasileiro. Assim, a agroecologia é capaz de fortalecer as lutas camponesas, em rede, no território, seja através das alternativas de técnicas agrícolas, da mobilização das feiras agroecológicas, dos bancos de sementes, seja através dos entraves políticos em busca de leis e projetos que corroborem com a causa agroecológica e que, conseqüentemente, contrariam os interesses do agronegócio, a exemplo do combate aos agrotóxicos e às sementes transgênicas.

A carta política do II ENA faz críticas ao agronegócio, principalmente à concentração de terras, ao uso agrotóxico e às sementes transgênicas. E, propõe o enfrentamento ao modelo do agronegócio entendendo que o fortalecimento da agroecologia é, antes de tudo, um desafio no plano político. A carta afirma que a agroecologia é um campo de disputa na sociedade, que “contraria privilégios de uma elite econômica que se reproduzem com o apoio do Estado” (ANA, 2006, p.8).

Em 2006, apesar de iniciada a instituição de políticas específicas voltadas para a agroecologia, a carta política do II ENA afirma que a agroecologia estava sendo desenvolvida “a contra-corrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio”, (ANA, 2006, p. 24). Pois, na política macroeconômica, as questões agrárias e agrícolas permaneciam destinadas para a expansão do modelo do agronegócio exportador.

Ou seja, ainda que parte do Estado estivesse atuando junto ao movimento agroecológico, corroborando para a consolidação do projeto para o campo, elaborado pelas organizações e movimentos sociais, este mesmo Estado apoiava com maior vigor o agronegócio.

Assim, na carta política, a ANA se propõe a atuar como elo entre organizações, movimentos sociais e os sujeitos engajados com a pauta agroecológica, tendo a ANA papel fundamental para dar unidade ao discurso agroecológico, mesmo havendo uma diversidade no movimento agroecológico. Ao encerrar a carta política, o ENA expõe que:

Ao apresentarmos essas propostas à sociedade e aos poderes públicos temos em vista, sobretudo, dois objetivos: em primeiro lugar, que o Estado democrático cumpra o seu papel de indutor do

desenvolvimento, entendido este como um processo de geração e distribuição de bens materiais e culturais a serviço do bem-estar social e da cidadania. Em segundo lugar, que seja ampliado e consolidado o novo projeto para o campo brasileiro que vem sendo construído na prática em todas as regiões do país através das iniciativas de organizações e movimentos sociais. A Articulação Nacional de Agroecologia continuará atuando como um canal de aproximação e diálogo dessas forças sociais transformadoras que, em sua diversidade, procuram construir convergências e unidades políticas em defesa da produção familiar agroecológica, na luta contra o agronegócio e o latifúndio (ANA, 2006, p.24).

Em suma, o II ENA foi relevante por estabelecer trincheiras entre a agroecologia e o agronegócio, pela propositura de políticas públicas junto ao Estado, pela sistematização das experiências agroecológicas e por fortalecer a ANA como instrumento de integração da diversidade movimentos e redes que de algum modo se apropriam da agroecologia.

Como estratégia do movimento agroecológico, ocorreu, em 2011, em Salvador-BA, o *Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo*. Este encontro não foi como os ENAs, porém corrobora com a organização dos encontros da ANA. Logo, este encontro não foi um encontro aos moldes dos ENAs, mas a agroecologia foi a ponte para integrar o diálogo e estreitar as convergências entre os diversos movimentos que possuem laços com a agroecologia.

Foram nove *redes, movimentos e fóruns*¹¹⁰, que durante dois anos, através do diálogo, mesmo com suas diferentes formas de organização, de objetivos e linguagens, que buscaram convergir o diálogo em torno da agroecologia e de uma gama de temas correlatos.

Como prévia do encontro de diálogos e convergências, ocorreram três oficinas preparatórias, para experimentar e aperfeiçoar a metodologia que seria utilizada no encontro: a primeira aconteceu no Agreste da Paraíba, em outubro de 2010, a segunda no Planalto Serrano de Santa Catarina, em novembro de 2010, e a terceira no Norte de Minas Gerais, em março de 2011.

¹¹⁰ As nove organizações envolvidas diretamente nessa construção foram: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Rede Alerta Contra o Deserto Verde (RADV); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Estes territórios foram escolhidos por estarem vivendo, há anos, lutas, conflitos e construção de alternativas relacionadas ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro que envolvem e articulam fortemente a agroecologia, a luta por emancipação e autonomia das mulheres, a defesa da soberania alimentar, da saúde e da justiça ambiental, e a economia solidária (ANA, 2011b, p.6).

Tanto o encontro como os eventos preparatórios tiveram sua metodologia centrada em quatro bases ou fundamentos. O primeiro fundamento foi o território como unidade de análise, a partir do entendimento que “é lá que a vida acontece, é lá que se dão as resistências e disputas de modelos de desenvolvimento. É lá que as alternativas são construídas” (ANA, 2011b, p.7).

Quanto à utilização do território como unidade de análise, a inovação aparece no sentido de que: quando olhamos particularmente para cada experiência, sai de foco o contexto mais amplo das realidades nas quais elas se desenvolvem. A abordagem territorial permite entender de forma mais integrada e relacional as experiências, resistências e disputas (DORNELAS, 2016, p. 89).

O segundo fundamento foi que a denúncia crítica, a resistência e a construção de alternativas devem estar articuladas e indissociadas uma das outras, pois resistir e construir alternativas produtivas, ambientais e econômicas localmente não seria suficiente. O debate ponderou que “é preciso também se organizar politicamente e denunciar as falhas, injustiças e falta de democracia real do modelo hegemônico em escala regional, nacional e internacional” (ANA, 2011b, p.7).

O terceiro fundamento foi que a construção dos debates deveria ser feita com base nas experiências práticas. Segundo os anais do encontro, todas as atividades do encontro tiveram como ponto de partida a observação das iniciativas e experiências concretas nos territórios, não fundamentadas apenas em questões teóricas. Deste modo, partindo das experiências, o movimento agroecológico norteou a construção política e teórica para os temas correlatos à agroecologia.

E, o quarto fundamento consistiu em organizar os debates em temas com relevância política para a sociedade, a partir do olhar de cada um dos movimentos, redes e fóruns sobre suas experiências. Agroecologia, soberania alimentar e nutricional, feminismo, economia solidária, saúde e justiça ambiental foram os principais temas debatidos, pois estes são os focos das iniciativas e lutas territoriais do movimentos, redes e fóruns que dialogam com a agroecologia no Brasil.

Os anais do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências destacam que os principais temas tratados na carta política do encontro, foram os seguintes:

Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Justiça Ambiental; Mudanças Climáticas: impactos, mecanismos de mercado e a Agroecologia como alternativa; Agroenergia: impactos da expansão dos monocultivos para agrocombustíveis e padrões alternativos de produção e uso de energia no mundo rural; Defesa da Saúde Ambiental e Alimentação Saudável e o Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos; Direitos dos(as) Agricultores(as), Povos e Comunidades Tradicionais ao Livre Uso da Biodiversidade; Soberania Alimentar e Economia Solidária: produção, mercados, consumo e abastecimento alimentar. (2011, p.9).

Assim como nos encontros promovidos pela ANA e seus parceiros, a carta política do encontro é lida e aprovada na plenária ao final do encontro e, geralmente, entregue a algum agente ou representante político. No caso do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, a carta política foi entregue ao representante da Secretaria Geral da Presidência que, na época, era o Ministro Gilberto Carvalho. Ele assegurou que a carta servirá como base para mediar os próximos diálogos do Governo Federal, à época sob a presidência de Dilma Rousseff, com as redes, os movimentos sociais e os fóruns que dialogam com a agroecologia.

Observamos que, a partir dos anos 2000, as organizações do campo agroecológico ampliaram o debate e as denúncias aos efeitos nocivos do agronegócio, apontando os diversos conflitos e disputas no campo brasileiro. Todavia, junto com as denúncias, também se expandiram as iniciativas, as sistematizações e divulgação das ações que apontam a relevância da agroecologia para o campo, assim como para a cidade.

O Encontro Nacional de Diálogos e Convergências é um exemplo da elaboração de alianças políticas entre as redes, movimentos e sujeitos da sociedade civil que se articulam em torno da agroecologia. O processo de integração e fortalecimento dessas redes se dão a partir de oficinas, caravanas agroecológicas e culturais, atividades coletivas buscam perceber a construção da agroecologia em meio aos conflitos que dificultam o avanço da agroecologia no campo brasileiro.

Refletir sobre o papel do Estado e os enfrentamentos por políticas públicas, além de ampliar as estratégias de comunicação com a população urbana, disputas por terra, mineração, expansão do agronegócio e do uso de agrotóxicos, construção de grandes

obras, especulação imobiliária, entre outros, são desafios demonstrados nos discursos e nas cartas políticas desses encontros.

Entre os dias 16 a 19 de maio de 2014, em Juazeiro-BA, foi realizado¹¹¹ o III ENA, onde foram sistematizados e debatidos as ações, os problemas e os desafios para a agroecologia no Brasil. Foi estabelecido como objetivo do III ENA, mesmo com a diversidade de sujeitos presentes, construir e estabelecer convergências, no discurso e na prática agroecológica.

Ancorada no princípio da *unidade na diversidade*, a ANA definiu como objetivo principal do III ENA aumentar a coesão política e dar maior visibilidade ao campo agroecológico brasileiro. Para tanto, os esforços foram direcionados no sentido de construir convergências políticas e uma expressão pública unitária em torno a um projeto de transformação do mundo rural brasileiro fundado na defesa da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais em suas múltiplas expressões e identidades (ANA, 2015, p.7).

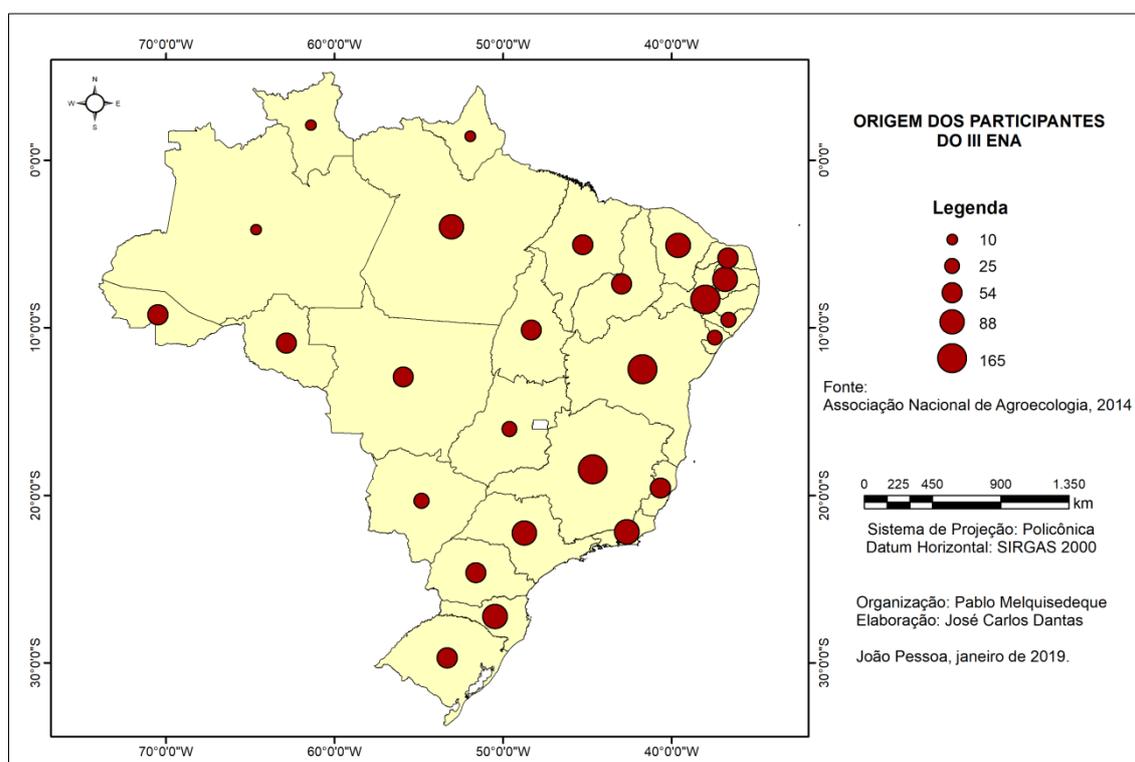
Estavam presentes, segundo a organização do encontro, mais de 2.100 pessoas com representação de todos os estados do Brasil, eram camponeses, extensionistas, professores, técnicos, pesquisadores, estudantes e convidados (gestores públicos e de agências financeiras).

Destacamos a presença majoritária de camponeses. Foram destinadas 75% das vagas totais para os camponeses e 50% do total para as mulheres. Na Figura 14, verificamos que todos os estados foram representados, porém os anais do III ENA não

¹¹¹A comissão organizadora do III ENA foi composta pelos seguintes movimentos, redes e organizações: Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO); Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA); Articulação de Agroecologia da Bahia (AABA); Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ); Articulação Mineira de Agroecologia (AMA); Articulação Paulista de Agroecologia (APA); Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); Agricultura Familiar e Agroecologia; Associação Agroecológica Tijupá (AS-PTA); Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Centro Agroecológico Sabiá; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas (Caatinga); Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-MG (CTA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq); Fase Solidariedade e Educação, Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN); Grupo de Intercâmbio de Agricultura Sustentável (GIAS-MT); Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Marcha Mundial das Mulheres (MMM); Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); MST; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre); Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA); Rede Cerrado, Rede Ecológica de Agroecologia; Rede de Grupos de Agroecologia (Rega); Rede Juçara; Serviço de Assessoria às Organizações Populares (Sasop); Terra de Direitos; União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes).

apresentam uma delegação específica do Distrito Federal. Estados como Amapá, Roraima e Mato Grosso do Sul¹¹² apresentam menor representatividade, no III ENA. Devido à localização, a região Nordeste é a com maior representatividade dos participantes do encontro. Destacamos a participação da Bahia, de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará.

Figura14– Origem dos participantes do III ENA



Os debates e a preparação para o III ENA se iniciaram, em dezembro de 2012, na cidade de Luziânia-GO. Lá, a ANA promoveu o Seminário Nacional Convocatório ao III ENA, reunindo representantes de organizações, movimentos sociais, universidades e outros grupos de todas as regiões do país.

O Fluxograma 1 aponta que a metodologia adotada no III ENA foi baseada no mesmo processo metodológico do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Ou seja, o território como unidade de análise, a articulação entre denúncia crítica, resistências e construções de alternativas, com base nas experiências práticas servem como ponto de partida para os debates, e a observação de cada um dos movimentos, redes e fóruns sobre as experiências concretas da agroecologia (ANA, 2011); (DORNELAS, 2016).

¹¹² No II ENA não houve agricultor ou técnico na representação do Mato Grosso do Sul.

O encontro nacional foi precedido de encontros em nível local e regional articulados de duas formas: oficinas ou encontros preparatórios estaduais e as caravanas agroecológicas. “Essa dinâmica favorece principalmente a participação de mais agricultoras e agricultores, uma vez que boa parte deles e delas encontram dificuldades de sair da propriedade por muito tempo e/ou fazer viagens longas” (DORNELAS, 2016, p. 127).

Fluxograma 1 – Metodologia de preparação e realização do III ENA



Fonte: Dornelas (2016)

Adaptação: Silva. P

Cabe ressaltar que esse encontro passou por etapas preparatórias em todos os Estados, além de 13 caravanas agroecológicas e culturais, onde foram debatidos e apresentados os desafios, os embates, as experiências exitosas, a difusão da agroecologia nos diversos lugares por onde as caravanas percorreram.

Do ponto de vista metodológico, as caravanas funcionaram como exercícios para o desenvolvimento de um *novo olhar* sobre as experiências de agroecologia, propiciando assim a construção de uma visão integradora das diferentes dimensões que conformam a realidade dos territórios enfocados (ANA, 2015, p.10).

A organização conta que as caravanas alcançaram cerca de 3.500 pessoas em todas as regiões do Brasil. A Figura 15, extraída do documentário que relata as caravanas agroecológicas que precederam ao III ENA, reflete a abrangência espacial das caravanas.

Figura 15–Localização das caravanas agroecológicas



Fonte: ANA (2014)

Ao analisar a relevância e descrever a metodologia das caravanas agroecológicas, Alexandre Pires afirma que:

O objetivo das caravanas (agroecológicas) foi olhar para os territórios, numa perspectiva de compreender e entender as experiências agroecológicas, mas também compreender as tensões que existiam desse modelo de construção da agroecologia, com o modelo do agronegócio, da mineração, das grandes obras instaladas naquele território. Quais eram os conflitos evidentes nesses processos? Como a agroecologia se constitui, resiste e luta num território com essa perspectiva. Essa foi a grande tônica para responder à pergunta “*por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*”. (depoimento de Alexandre Pires, coordenador do Centro Sabiá, em 2015).

As caravanas agroecológicas permitiram integrar vários sujeitos e proporcionar o entendimento dos avanços e desafios das realidades, seja a partir dos projetos exitosos da agroecologia, sejam nos conflitos e problemas que ameaçam essa construção da agroecologia e dos sujeitos envolvidos com ela.

A gente vê o quanto é rico ver o pescador que tem suas dificuldades, o agricultor que tem suas dificuldades, que vem de Jacarepaguá, de Vargem Grande, e ver que as dificuldades se cruzam, são as mesmas, apesar de áreas tão distintas. É para articular essas experiências para que elas se espalhem, se encontrem e também se fortaleçam, e se unam para que consiga realmente enfrentar essas dificuldades, esses obstáculos que a gente vê no dia-a-dia (Depoimento de Daniele Sanfins Assessora Técnica da AS-PTA, em documentário sobre as caravanas agroecológicas; ANA, 2014).

Sobre as caravanas agroecológicas, Dornelas (2016) aponta que:

Apresenta-se como inovação por viabilizar que comunidades que avançam na agroecologia e enfrentam uma série de desafios possam conhecer outras comunidades, outros agricultores e agricultoras e trocar conhecimentos, estratégias, sementes, mudas e o que mais for possível intercambiar. Os estudantes e professores que participam da caravana tem também a possibilidade de trocar conhecimentos e conhecer as experiências agroecológicas e os conflitos nos territórios (DORNELAS, 2016, p. 127).

Além das místicas e das atividades culturais (Figura 16), durante o encontro foram realizadas feiras de saberes e sabores¹¹³ (Figura 17), plenárias da juventude (Figura 18) e das mulheres (Figura 19), seminários temáticos¹¹⁴, oficinas autogestionadas¹¹⁵ e atos públicos (Figuras 20 e 21)¹¹⁶.

¹¹³ Contornando a tenda central das principais atividades do III ENA, a Feira de Saberes e Sabores foi o ponto de encontro dos(as) participantes. Dividida por delegações estaduais, a feira contou com 35 estandes que representaram a diversidade da produção agroecológica no Brasil. Alimentos e artesanatos de todo o país estavam expostos ao público, que teve a oportunidade de conhecer diversos produtos típicos não encontrados facilmente nas prateleiras dos grandes supermercados (ANA 2015, p. 143)

¹¹⁴ Os seminários tinham os seguintes temas: Sementes e transgênicos; Sociobiodiversidade; Construção do Conhecimento: Ater, pesquisa e ensino; Construção do conhecimento e educação do campo; Financiamento e agroecologia; Reforma agrária e reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais; Acesso a mercados e consumo; Agroindustrialização e legislação sanitária; Saúde e agrotóxicos; Plantas medicinais; Agricultura urbana e periurbana; Conflitos e injustiças ambientais; Comunicação e Acesso e gestão das águas.

¹¹⁵ As oficinas autogestionadas [...] foram espaços abertos para a expressão da diversidade da agroecologia e dos grupos presentes. Possibilitaram tratar de aproximadamente 40 temas, que foram inscritos de forma descentralizada, buscando garantir um equilíbrio na composição das mesas de debates, que contaram com a presença tanto de agricultores e lideranças de movimentos ou entidades como de gestores públicos e técnicos. As oficinas também possibilitaram uma ampla participação, viabilizando a troca de experiências e a aproximação entre as delegações dos vários estados. Os participantes enviaram à comissão organizadora do encontro as ementas descrevendo as atividades das oficinas e organizaram de forma autônoma as instalações. Dessas atividades, saíram elementos que foram incorporados à Carta Política do III ENA (ANA, 2014, p.147).

¹¹⁶ Aproximar a sociedade dos princípios e propostas da agroecologia foi um dos objetivos do III ENA. Para tanto, torna-se necessário melhorar o diálogo com o público e disseminar os valores inerentes a essa forma diferente de lidar com a natureza e estabelecer relações humanas. Os quatro atos públicos realizados no dia 19 de maio tiveram o papel de potencializar a mensagem do III ENA, permitir a troca de experiências entre seus participantes e os moradores de Juazeiro, bem como pautar a mídia local e nacional com as mobilizações na cidade (ANA, 2015, p. 153).

Figura 16 – Atividade cultural do III ENA

Fonte: Cíntia Barenho. 2014

Figura 17 – Feira de saberes e sabores

Fonte: Trabalho de campo, III ENA 2014

Figura 18 – Plenária da juventude no III ENA

Fonte: Trabalho de campo, III ENA 2014

Figura 19 – Plenária das mulheres no III ENA

Fonte: Cíntia Barenho. 2014

Figura 20 – Ato público do III ENA

Fonte: Trabalho de campo, III ENA 2014

Figura 21 – Ato público no III ENA

Fonte: Cíntia Barenho. 2014

Todas as ações tinham como lema “Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro” e estavam norteadas para a tentativa de responder uma pergunta: “*Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?*”.

Durante o III ENA ocorreram as “*sessões simultâneas: construção e disputas agroecológicas no território*”, onde foram apresentados e refletidos os debates de 15 territórios, sendo eles: Zona da Mata (MG), Santarém (PA), Chapada do Apodi (RN/CE), Sudoeste de Mato Grosso (MT), Bico do Papagaio (TO), Região Mogiana-Sorocabana (SP), Região Sul (PR/ SC/ RS), Região Metropolitana do Rio de Janeiro,

Oeste de Santa Catarina, Norte de Minas Gerais, Chapada do Araripe (PE), Território do Sisal (BA), Extremo Sul da Bahia, Rondônia (RO), Sertão do São Francisco (BA/PE).

Com o principal objetivo de subsidiar as análises sobre a construção da agroecologia e suas disputas territoriais a partir das distintas realidades vivenciadas pelos (as) participantes, as instalações permitiram de maneira muito eficaz valorizar os conteúdos produzidos durante as mais diversas rotas, rompendo com a lógica exclusiva da oralidade (ANA, 2015, p. 27).

Tomamos como exemplo o resultado do *painel facilitador*¹¹⁷ (ver Figura 22) que sintetizou o debate da sessão sobre o território da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte.

Figura 22 – Painel facilitador descritivo da sessão simultânea da Chapada do Apodi-RN



Fonte: Trabalho de campo, III ENA 2014.

O caderno do participante do III ENA traz uma breve descrição do conflito.

A Chapada do Apodi, localizada na divisa do Rio Grande do Norte e do Ceará, desde os anos 2000, sofre um processo de desterritorialização iniciado na sua parte cearense devido à implantação de grandes empresas transnacionais e nacionais de fruticultura para exportação que se instalaram a partir do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Esse processo de modernização agrícola nessa região trouxe implicações para o trabalho, o ambiente e a saúde: desapropriações; violência; comprometimento da segurança alimentar; mudanças nas práticas sociais e laços de vida comunitária; formação de “favelas” rurais; descumprimento da legislação trabalhista, redução da biodiversidade, degradação do solo pela monocultura e risco de desertificação; contaminação do ar e de águas superficiais e

¹¹⁷ Durante o III ENA, em todas as atividades eram produzidas simultaneamente duas sínteses, uma escrita como um relatório formal e outra produzida de maneira visual, em painéis elaborados durante a atividade. Ao término das sessões e seminários os painéis eram expostos na tenda central, assim o painel facilitava o entendimento dos outros debates simultâneos.

subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos. (Caderno do participante do III ENA, ANA, 2014, p.22)

Em contrapartida, nesta mesma região, estão situados camponeses com várias experiências exitosas, no campo agroecológico, de convivência com o semiárido, sementes crioulas, economia solidária, quintais produtivos, criação de abelhas etc. Essa disputa tornou-se mais aguda, no lado do Rio Grande do Norte, pois, em 2011, foram desapropriados 13 mil hectares de terra para o projeto de irrigação de Santa Cruz do Apodi.

Tendo em vista que as sessões simultâneas apontaram, em todas as regiões do Brasil, um panorama dos avanços e dos principais entraves territoriais enfrentados pelo movimento agroecológico brasileiro, é possível compreender os desafios regionais enfrentados pelo campesinato brasileiro. Logo, a partir do resultado dos debates das caravanas agroecológicas e das sessões simultâneas conseguimos elaborar quadros sínteses das disputas agroecológicas por região.

Na região Norte (Quadro 10), marcada pelo Domínio Morfoclimático Amazônico, com forte presença de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), comunidades ribeiras, agroextrativistas e outros camponeses ficam ameaçados pela grilagem de terras, o avanço das madeireiras, a ampliação dos latifúndios, pelas empresas de mineração, além de outros setores do agronegócio. Abaixo, segue a síntese dos conflitos a partir das caravanas de Santarém (PA), Baixo Amazonas (AM), Bico do Papagaio (TO) e Rondônia.

Quadro 10- Síntese das sessões simultâneas, da região Norte, no III ENA.

Título	Síntese dos conflitos
Santarém (PA):	Uma região marcada por muitos conflitos e assassinatos. Há forte presença dos povos extrativistas e quilombolas. Entretanto, devido à permissividade do Estado, há o avanço das madeireiras e mineradoras, da criação de portos para escoamento da soja, da ampliação de latifúndios, além da construção de hidrelétricas. Ou seja, conflitos entre os interesses das comunidades tradicionais e do agronegócio, além do setor energético.
Baixo Amazonas (AM)	Estão entre os principais conflitos existentes na região: a grilagem de terra, a falta de regularização fundiária, assistência técnica, disputa de mercado, a desorganização da produção e a expansão do agronegócio o que leva a necessidade de ações voltadas à regularização de terras. Estes problemas ocorrem, sobretudo, devido ao uso da floresta para a produção de madeira e a instalação de monocultivos. O Estado acentua os conflitos ao ser lento para demarcar Unidades de conservação e ser ágil para a liberação ambiental para grandes empreendimentos. A falta de regularização fundiária acentua a extração ilegal de madeira, e o conflito põe em risco a vida de camponeses e lideranças. Além dos problemas fundiários, a construção de hidrelétricas no Tapajós colabora no processo de desmatamento e desalojamento de famílias da região.

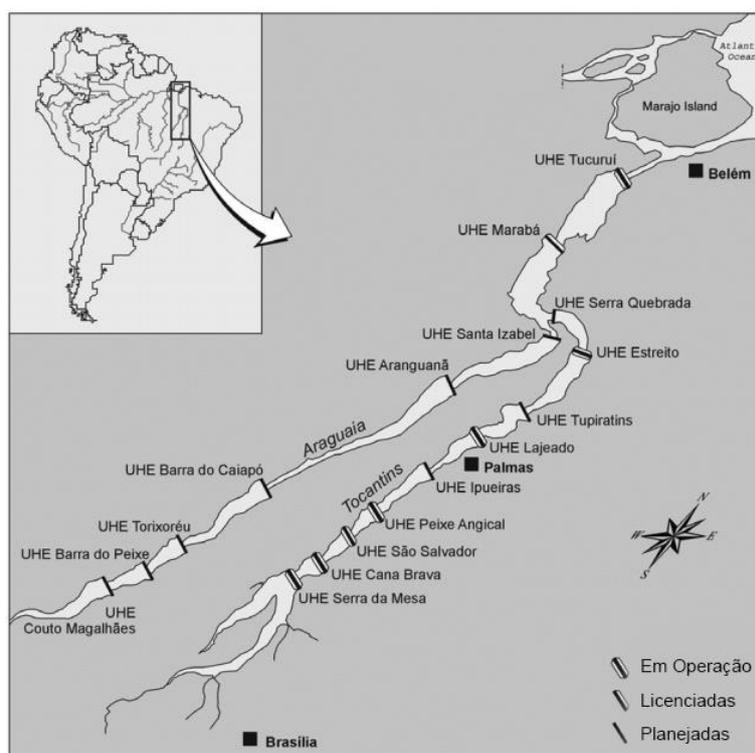
Bico do Papagaio (TO)	A caravana apontou que um dos conflitos enfrentado pela população do território do Bico do papagaio é a construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. Além disso, a região latifúndios que utilizam a monocultura de capins para criação de gado de corte. E ainda há, nos últimos anos, a expansão da monocultura do eucalipto.
Rondônia (RO)	Região marcada, historicamente, pela ocupação de migrantes influenciados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), ainda da década de 1970. Nesse processo não foi levando em conta as populações tradicionais que já habitavam a região. Desta forma a, na época, fronteira agrícola brasileira, acentuou os conflitos agrários, doenças, desemprego, ocupação de áreas de reservas florestais e indígenas, além de uma grande degradação ambiental. Assim, a presença de fazendeiros e posseiros fez crescer o latifúndios para criação de gado assim como monoculturas extensivas.

Fonte: ANA (2014;2015)

Elaboração: SILVA, P. M. S.

Tendo em vista o potencial hídrico da região Norte do Brasil, verificamos que além dos problemas já apontados, a construção de um conjunto de Usinas hidrelétricas ao longo nos principais rios faz parte do conjunto de enfrentamentos dos sujeitos e organizações que lidam com a agroecologia no norte do país. Na Figura 23, verificamos que, ainda em 2009, estavam em operação 7 usinas hidroelétricas ao longo dos rios Araguaia e Tocantins, além de 9 estarem projetadas e uma licenciada.

Figura 23 – Usinas Hidrelétricas em operação, licenciadas e planejadas para a bacia Tocantins-Araguaia



Fonte: Agostinho, Akama, Lucinda. (2009)

Soma-se a estes desafios o afrouxamento da legislação ambiental para as grandes empresas da mineração e do setor energético e a rigidez da legislação que às vezes limita o trabalho dos agroextrativistas. Em suma, regulamentação fundiária, legislação ambiental, grandes projetos energéticos, de exploração mineral e a violência no campo foram apontados como os principais desafios para a produção agroecológica nessa região.

Já na região Nordeste, as caravanas e sessões descreveram cinco disputas territoriais (ver Quadro 11), sendo elas: Chapada do Apodi (CE/RN), Chapada do Araripe (PE), Extremo Sul da Bahia, Território do Sisal (BA) e Sertão do São Francisco (BA/PE). Exceto a sessão sobre o Extremo Sul da Bahia, todas citaram a necessidade da *convivência com o semiárido* em contraposição ao paradigma do *combate à seca*. Além de citar experiências vividas para a convivência com a semiaridez, foram apontados os principais desafios enfrentados nessa região.

Quadro 11 - Síntese das sessões simultâneas da região Nordeste, no III ENA.

Título	Síntese dos conflitos
Chapada do Apodi (RN/CE)	A implantação do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e todo o processo de modernização agrícola ocorrido nessa região resultaram em: desapropriações; violência; comprometimento da segurança alimentar; precarização das condições de vida; descumprimento da legislação trabalhista, redução da biodiversidade, degradação do solo pela monocultura e risco de desertificação; contaminação do ar e de águas superficiais e subterrâneas por fertilizantes e agrotóxicos.
Chapada do Araripe (PE)	Região com muitas estratégias de convivência com o semiárido, porém assediadas pelo agronegócio da bovinocultura e da monocultura. Além disso, há implantação de grandes obras, como o Canal do Sertão, o polo gesseiro e a ferrovia Transnordestina. O alto índice de desmatamento da cobertura vegetal para a expansão da agropecuária, e do polo gesseiro acentuam o processo de desertificação.
Extremo Sul da Bahia	A caravana apontou que os grandes enfrentamentos são as monoculturas de cana-de-açúcar e de eucalipto, além das pastagens extensivas, que hoje ocupam 80% do território.
Sertão do São Francisco (BA/PE).	Os membros da caravana destacam que a luta nessa região é pela defesa da terra, da água e do território, pela manutenção da vegetação e pelo Rio São Francisco. Por possuir terras não regularizadas pelo estado, há grande pressão de grileiros sobre comunidades rurais com a finalidade de vender terras para as empresas de mineração, carvoaria, energia eólica e projetos de irrigação. As comunidades ribeirinhas estão sendo expulsas para serem substituídas por empresas de fruticultura irrigada, além de cana de açúcar, para exportação. Além disso, a região tem um dos maiores índices de câncer do Brasil. Em suma, a região apresenta problemas com projetos de irrigação e de energia, além de conflitos por regularização de terras e de questões ambientais, pela preservação da caatinga e combate aos agrotóxicos e transgênicos.
Território do Sisal – BA	As condições edafoclimáticas foram relevantes no período áureo do Sisal, na Bahia, aliadas à histórica concentração da propriedade fundiária e da água, em baixa remuneração do trabalho agrícola, desemprego, difíceis condições de vida, emprego de mão-de-obra infantil. A caravana denuncia

	que nos últimos anos tem sido implantado de forma intensa e desordenada a exploração de minerais em muitos municípios, o que vem causando graves desastres ambientais e interferência na vida das comunidades rurais.
--	---

Fonte: ANA (2014; 2015)

Elaboração: SILVA, P. M. S.

Dessa forma, foram apontados diversos desafios e disputas que ocorrem na região Nordeste. A monocultura, a mineração, as grandes obras, a fruticultura irrigada, agrotóxicos, transgênicos e violência no campo são denúncias constantes nos depoimentos e apresentações sobre a região Nordeste. Ressaltamos que as caravanas e sessões foram apenas síntese dos desafios e problemas, nós estamos fazendo o resumo da síntese. Ou seja, as questões são mais amplas do que o apresentado no III ENA e neste trabalho. Por exemplo, não foram elencadas, nas caravanas e sessões, disputas territoriais do Litoral e do Agreste nordestino.

Já na região Centro-Oeste, apenas uma caravana e sessão sobre as disputas territoriais da agroecologia foi realizada. Por isso no Quadro 12, além da síntese do Centro-Oeste, há também a descrição dos conflitos da região Sudeste. Foram quatro conflitos descritos nas caravanas do Sudeste, sendo duas em Minas Gerais, uma em São Paulo e outra na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Quadro 12- Síntese das sessões simultâneas das regiões Centro-Oeste e Sudeste, no III ENA.

Título	Síntese dos conflitos
Sudoeste do Mato Grosso (MT)	A caravana focou nas experiências desenvolvidas ao longo de quase duas décadas pelos integrantes do Grupo de Intercâmbio em Agricultura Sustentável de Mato Grosso (GIAS). Porém destacaram o Assentamento Roseli Nunes, pois nele há a Escola Estadual Madre Cristina, considerada modelo de escola do campo. A escola, coordenada por famílias assentadas e militantes do MST, aborda temas como agroecologia, reforma agrária e economia solidária. Em 2014 contava com mais de 4 mil estudantes. Entretanto, o assentamento viveu a ameaça de ser desapropriado para dar lugar a uma empresa de mineração, pois ali, segundo o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, foi descoberto, no fim de agosto de 2013, um depósito de fósforo e potássio.
Zona da Mata (MG)	A luta pelo acesso à terra é uma questão sempre presente. Na região, que também é afetada pela construção de barragens e hidrelétricas. Outros problemas enfrentados no território estão relacionados à extração de bauxita (recurso mineral utilizado para a fabricação de alumínio) e à passagem de minerodutos, que escoam o minério de ferro desde a região próxima a Belo Horizonte até os portos no litoral, sendo a maior parte construída dentro de áreas de preservação permanente (APPs), causando grande impacto. Há também a presença de monoculturas, principalmente de café, pastagens e eucaliptos
Região Mogiana-Sorocabana (SP)	Grande parte do território da região Mogiana Sorocabana está no eixo Campinas - Sorocaba – São Paulo, maior eixo urbano do país, o que traz grandes dificuldades para os agricultores familiares devido aos problemas de urbanização, pressão imobiliária, poluição, uso de agrotóxicos e concentração de capital. Ao mesmo tempo a região abrange um público grande da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Na Região Metropolitana, priorizou-se o reconhecimento das resistências e lutas em curso diante da implantação de megaempreendimentos siderúrgicos, esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas), construção civil (empreiteiras), imobiliários, entre outros projetos que ameaçam a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária, criminalizam os agricultores que coexistem nas unidades de conservação e impossibilitam a agricultura urbana, invisibilizada pelas políticas de ordenamento territorial em curso no estado. O centro dos debates, na primeira parte do dia, foi composto pelas falas dos pescadores, em grande parte residentes de Santa Cruz, na zona oeste, onde são atingidos pela Siderúrgica ThyssenKrupp (TKCSA). As denúncias não se restringem aos problemas de saúde e a poluição do ambiente, englobam ainda ameaças e pressões morais de diversas naturezas. Os pescadores, por exemplo, estão impedidos de manter suas práticas tradicionais de pesca e agricultura
Norte de Minas Gerais	Historicamente, desde os anos 1970, grandes áreas da mata nativa da região foram substituídas pela monocultura do eucalipto, atendendo à demanda de carvão vegetal para a indústria siderúrgica, instalada em outras regiões de Minas Gerais. Além disso, há disputa por terras entre os grandes fazendeiros e comunidades tradicionais tem resultado em conflitos violentos, causando a morte de muitos camponeses. Na região da Serra Espinhaço, Vale do Jequitinhonha, a criação de um Parque Nacional resultou no impedimento da prática tradicional de coleta de flores, atividade de geração de renda para as comunidades camponesas da região. Atualmente, a região vive uma corrida mineral, sendo que, entre o ano 2000 e 2013, o Departamento Nacional de Produção Mineral recebeu 3.866 requerimentos de pesquisa mineral e 203 requerimentos de lavra em localidades da região. A mineração, os monocultivos industriais de eucalipto, a pecuária extensiva, a construção de hidrelétricas, os grandes projetos de irrigação e a criação de unidades de conservação de proteção integral sobre tradicionais são os principais vetores de conflitos territoriais no semiárido mineiro, constituindo séria ameaça à reprodução dos sistemas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade.

Fonte: ANA (2014; 2015)

Organização: SILVA, P. M. S.

Enquanto no sudoeste mato-grossense os grandes desafios descritos foram a possibilidade de desapropriação do assentamento para uma empresa de mineração e os problemas enfrentados em escolas do campo, no Sudeste os desafios foram outros. Minas Gerais tradicionalmente possui a mineração como grande entrave e impacto nas demandas do campo.

Já no Rio de Janeiro-RJ, segunda maior metrópole do país, apresenta diversos desafios devido ao seu papel de protagonista dos megaeventos mundiais, como a copa do mundo e as olimpíadas (2014 e 2018, respectivamente) que sufocam as ações camponesas da agroecologia na cidade. E no eixo São Paulo – Campinas destacam-se como desafios ao campo agroecológico a urbanização, a especulação imobiliária e o uso de agrotóxicos. Devemos perceber que problemas com monoculturas, pecuária intensiva, mineração e siderurgia, preservação ambiental e fruticultura irrigada também estão presentes na região.

Na Região Sul, conforme Quadro 13, o destaque foi para as ações das redes de agroecologia, sobretudo para o acesso ao mercado institucional (PAA e PNAE) e não institucional, como as feiras agroecológicas, verificadas na caravana região Sul, enquanto no oeste santa-catarinense destacaram-se as ações do campesinato que se contrapõem ao agronegócio, sobretudo para o projeto de uma agricultura integrada às cadeias de produção de frango, de suínos, de leite e de fumo.

Quadro 13- Síntese das sessões simultâneas da região Sul, no III ENA

Região Sul (PR/ SC/ RS)	A agroecologia vem desconstruindo a visão de que é utopia comercializar fora do grande varejo concentrador e excludente, ao acessar mercados que não seguem a lógica da competição e da exploração. Assim, busca canais alternativos para democratizar o acesso e popularizar o consumo de produtos ecológicos, em contraposição à proposta elitista dos nichos de mercado. Através da chamada Operação Agrofantasma, que investiga presumidas irregularidades na operacionalização do programa no Paraná, foram presos 10 agricultores e um funcionário da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do estado.
Oeste de Santa Catarina	Tudo isso em resistência ao modelo de agricultura convencional, que é muito forte nessa região do estado e que muitas vezes acaba incorporando os agricultores e agricultoras nas cadeias de produção de frango, suínos, leite e fumo. Esse sistema faz com que as famílias camponesas percam sua autonomia para produzirem alimentos saudáveis e diversificados.

Fonte: ANA (2014; 2015)

Organização: SILVA, P. M. S.

Por fim, compreendemos que as caravanas e as sessões sobre as disputas territoriais da agroecologia no Brasil apontaram as principais demandas para o campo brasileiro ao apontar suas ações em todas as regiões do Brasil, porém puderam demarcar trincheiras ao observar os principais entraves para o avanço do campesinato e da agroecologia nas distintas regiões do Brasil. Ficaram faltando várias áreas dos estados. Porém, como já afirmamos, alguns estados não realizaram caravanas, porém, no processo de construção do III ENA ocorreram os encontros estaduais preparatórios. Foi premissa desses encontros preparatórios a realização de diagnósticos dos principais desafios e demandas, assim como a verificação das experiências que lograram êxito no Estado.

Por exemplo, na Paraíba, foi realizado o encontro preparatório para o III ENA, no dia 7 de maio de 2014, no Centro de Eventos Maristas, na cidade de Lagoa Seca. Com representantes de todas as mesorregiões do estado foi feito um diagnóstico dos avanços e desafios para a agroecologia no Estado.

Em síntese, os desafios apontados são semelhantes aos das caravanas já descritas, sendo eles: monoculturas, mineração, agrotóxicos, transgênicos, parques

eólicos, educação do campo e até a influência do setor têxtil pernambucano no Cariri Paraibano.

Além da divisão da delegação que representou a Paraíba no III ENA, também foi refletido sobre a pergunta norteadora do III ENA: “Porque interessa à sociedade apoiar a agroecologia”.

Outra metodologia do encontro foi a realização de seminários temáticos. Esses temas mobilizam a construção de experiências agroecológicas no Brasil e foram debatidos de forma simultânea em vários locais do encontro. Os temas foram: reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; abastecimento e construção social de mercados; agricultura urbana; comunicação; conflitos e injustiças ambientais; construção do conhecimento agroecológico: interação entre pesquisa e ensino; educação do campo; normas sanitárias; plantas medicinais; financiamento; saúde e agrotóxicos; sociobiodiversidade; acesso à água e sua gestão; sementes e agrobiodiversidade.

Assim como as principais atividades do encontro, foram feitas relatorias no formato de painel facilitador. Seguem, no Anexo 3, alguns dos painéis facilitadores dos seminários temáticos.

Ressaltamos duas relevantes plenárias durante o III ENA, a da juventude e a das mulheres. A primeira abordou temas pertinentes, dentre os quais destacamos: a construção da identidade da juventude camponesa; a educação do campo contextualizada, entre outros. Como desdobramento da Plenária de Juventudes realizada durante o III ENA, aconteceu em Recife/PE, em outubro de 2016, o Encontro Nacional *Diálogos sobre Juventudes e Agroecologia*, quando foi criado o GT Juventudes da ANA.

Dos objetivos dessa plenária, destacam-se:

Dar visibilidade à participação e ao trabalho realizado pela/com/para a juventude pelas organizações presentes no III ENA; compreender que o(a) jovem é um membro indissociado do seu contexto e, sendo assim, a sua participação é estratégica para conferir às futuras gerações uma continuidade do processo de construção sociopolítica de seus territórios; apresentar os motivos que instigam jovens a discutir a agroecologia como uma alternativa concreta para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras, além da valorização da produção de alimentos saudáveis e o estímulo à permanência das juventudes no campo (ANA, 2014, p.117).

Já a plenária das mulheres, organizado pelo GT-Mulheres da ANA, ocorreu na tenda central com a participação de aproximadamente mil mulheres, cujo lema central foi: “*sem feminismo não há agroecologia*”. Foram apresentadas experiências e ações das mulheres camponesas em todo o Brasil, momentos de reflexões das pautas das mulheres contra a violência, o preconceito, a falta de investimento etc. Foi um espaço aberto para relatos de experiências, apresentação de músicas e poemas.

Para o GT-Mulheres da ANA:

O campo agroecológico se amplia para incluir questões majoritariamente pelas mulheres: agricultura urbana, processamento dos alimentos e, para se opor a tudo que impede a mulher viver com liberdade como preconceito sobre sexualidade e violência contra as mulheres. Portanto, não há como construirmos uma agroecologia crítica e transformadora que prima pela visão ética de justiça social e ambiental sem assumirmos também a luta feminista (ANA, 2014, p.8).¹¹⁸

Cabe lembrar que durante o III ENA foi criado o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU). Este coletivo organizou, em 2015, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana.

A carta política fruto do III ENA foi entregue ao ministro Gilberto Carvalho, dentre os pontos reivindicados na carta, podemos mencionar: Reforma agrária e reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais; A afirmação da sociobiodiversidade agroecológica; Conflitos e injustiças ambientais; Agrotóxicos e seus impactos na saúde; Acesso e gestão das águas; Articulação ensino, pesquisa e Ater; Educação do campo; Sementes da diversidade; Abastecimento e construção social de mercados; Normas sanitárias: *para quê e para quem?*; Financiamento e agroecologia; Plantas medicinais; Agricultura urbana: *semeando agroecologia nas cidades*; Comunicando um Brasil agroecológico. Na carta, a ANA expressa que:

Ao realizar com êxito o III ENA no Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena, reafirmamos nosso compromisso e nossa disposição de luta pela transformação da ordem dominante nos sistemas agroalimentares, **apontando a agroecologia como o caminho que desde já se coloca como a única alternativa na disputa contra a violência imposta pelo agronegócio** e outras expressões do grande capital sobre os territórios nos quais a agricultura familiar camponesa e povos e comunidades tradicionais vivem e produzem historicamente para alimentar o nosso povo numa

¹¹⁸ Panfleto distribuído para debate durante a plenária das mulheres no III ENA. Disponível em: (<http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Folheto-mulheres-no-ENA.pdf>) Acesso em: 12/08/2015.

sociedade organizada sobre bases democráticas e de respeito aos direitos da cidadania (Carta Política do III ENA, ANA, 2014, p.17).

Uma das falas do ministro Gilberto Carvalho, após a leitura da carta política, foi: *Essa carta não é só uma carta política, ela é um plano de Estado*. Logo, notamos a relevância da atuação dessa articulação nacional em torno da Agroecologia. A atuação da ANA e seus parceiros influenciam desde a propriedade do simples agricultor às políticas públicas nacionais.

Ao analisar o III ENA (suas atividades pré-encontro, o encontro e o pós-encontro), verificamos o engajamento das entidades, redes, ONGs e movimentos sociais que têm como bandeira de luta a questão agrária no Brasil e a agroecologia, todos interligados com a ANA.

Já em 2018, foi realizado em Belo Horizonte-MG, entre os dias 31 de maio e 03 de Junho, o IV Encontro Nacional de Agroecologia. Foram 2000 participantes inscritos no evento, como representantes dos seus respectivos estados. Mesmo não sendo divulgados os números detalhados da tipologia dos participantes, a ANA divulga a diversidade das tipologias e origens identitárias dos participantes. Segundo a ANA, o IV ENA contou com a presença de:

Trabalhadores e trabalhadoras do campo, das florestas, das águas e das cidades, portadores de diferentes identidades socioculturais: povos indígenas de 31 etnias, quilombolas, agricultores e agricultoras familiares, camponesas e camponeses, extrativistas, pescadores e pescadoras artesanais, faxinalenses, agricultoras e agricultores urbanos, geraizeiras e geraizeiros, sertanejos e sertanejas, vazanteiros e vazanteiras, quebradeiras de côco, caatingueiros e caatingueiras, criadores e criadoras em fundos e fechos de pasto, seringueiros, representantes de comunidades ribeirinhas, de povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, técnicos e técnicas, educadores e educadoras, pesquisadores e pesquisadoras, extensionistas e estudantes, além de gestores públicos, representantes da cooperação internacional e de aliados da agroecologia vindos de 14 países da América Latina e Caribe e da Europa. Com a presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, nosso Encontro alcançou participação paritária entre homens e mulheres, contando também com expressiva presença das juventudes. (ANA 2018)¹¹⁹

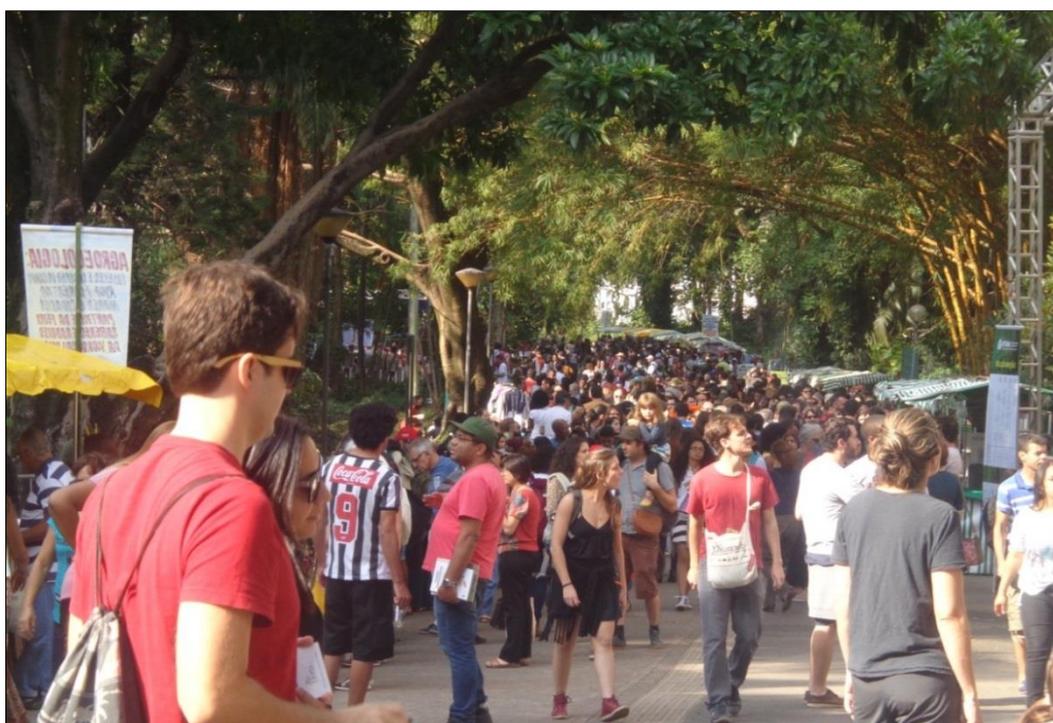
Apesar do número oficial de participantes ser 2000, o número real de participantes foi maior, tendo em vista que o encontro foi estrategicamente realizado no Parque Municipal Américo Renné Giannetti (Parque Municipal de Belo Horizonte),

¹¹⁹ Disponível em: <http://enagroecologia.org.br/files/2018/06/Carta-Pol%C3%ADtica-do-IV-ENA-Versao-Final-da-S%C3%ADntese.pdf> Acesso em: 13/07/2018.

principal parque da cidade. Isso fez com que aumentasse o número de participantes não cadastrados com acesso ao evento e a alcance de pessoas que habitualmente frequentam o parque. A FASE estimou a participação de mais de 40 mil pessoas¹²⁰.

A opção de realizar o encontro em um parque indica que um dos objetivos do encontro foi comunicar a agroecologia para a cidade, como sinaliza o tema do IV ENA. “*Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade*”. Notamos, durante o encontro, que várias pessoas, que circulavam pelo parque, questionavam o que estava acontecendo e aparentavam ter curiosidade sobre o tema. Na Figura 24, verificamos o grande fluxo de pessoas circulando nas áreas onde estavam as principais estruturas de feira, plenárias e instalações denominadas de artísticas e pedagógicas.

Figura 24 – Fluxo de pessoas na feira de saberes e sabores do IV ENA.



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA, 2018

O IV ENA foi precedido de cinco Encontros Regionais de Agroecologia (ERAs), um por região do país, e de Pré-ENAs estaduais, nesses encontros os temas, desafios e anúncios sobre a agroecologia e as demandas a serem levadas ao IV ENA já eram discutidas.

¹²⁰ Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/vozes-dos-territorios-pautam-carta-politica-do-iv-ena/> Acesso em: 13/07/2018.

A ANA manteve a mesma estrutura metodológica para realização do IV ENA. Além das místicas e das atividades culturais (Figura 25 e26), durante o encontro foram realizadas:

- Feira de saberes e sabores;
- Feira da Agrobiodiversidade (feira de troca de sementes) (Figuras 27);
- 6 plenárias, sendo elas: abertura, encerramento, mulheres (Figura28), juventudes (Figura 29), quilombolas e indígenas;
- 20 seminários temáticos;
- Mais de 50 oficinas autogestionadas
- Atos públicos (Figura 30).

Figura 25 – Mística de abertura do IV ENA



Fonte: ANA, 2018¹²¹

Figura 26 – Mística de abertura do IV ENA



Fonte: ANA, 2018

Figura 27 – Feira da Agrobiodiversidade IV ENA



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA 2018

Figura28– Plenária das mulheres no IV ENA



Fonte: ANA, 2018

¹²¹ As Figuras 13, 14, 16, 17 e 18 possuem como fonte a perfil da ANA no *facebook*. Embora o perfil indique o nome dos autores das fotografias, não há a especificação nas fotos. Mesmo estando presente no IV ENA, alguns registros dos coletivos e grupos de comunicação, ligados a ANA, apresentaram maior qualidade e ângulo da imagem. Por este motivo abdicamos de algumas das nossas fotografias.

Figura 29– Plenária da Juventude no IV ENA



Fonte: ANA, 2018

Figura 30– Ato público no IV ENA



Fonte: ANA, 2018

Diferente da edição anterior, o IV ENA promoveu um “Banquete Popular Agroecológico” (Figuras 31, 32, 33 e 34). Aproveitando o término do encontro e o fato de que domingo é o dia com maior movimentação no parque onde foi realizado o encontro, as organizações ofereceram um farto banquete, com grande variedade de alimentos e todas as regiões do Brasil, expondo uma grande faixa com a frase “Comida de verdade no campo e na cidade”. Eram frutas, legumes, verduras, bolos, bolachas, pães, cremes e entre outras iguarias, todas produzidas de modo agroecológico. A organização estimou a oferta de uma tonelada de alimento saudável.

Figura 31 – Banquete popular agroecológico 1



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA 2018

Figura 32 - Banquete popular agroecológico 2



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA 2018

Figura 33 – Banquete popular agroecológico 3



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA 2018

Figura 34 – Banquete popular agroecológico 4



Fonte: Trabalho de campo, IV ENA 2018

Além da programação oficial, ocorreram reuniões paralelas. Por exemplo, antes da abertura oficial do encontro, ocorreu uma reunião de apresentação do evento com representantes de instituições internacionais, que enviaram representantes para o encontro. Foram 14 representantes de organizações e movimentos sociais de outros países.

Diferente de outros ENAs, não houve na leitura da carta final a presença de nenhum representante do poder executivo para receber os encaminhamentos e reivindicações debatidas no encontro. A carta política do encontro faz uma análise da conjuntura dos ENAs anteriores, afirmando que eles representaram grande avanço e que os mesmos culminaram na elaboração e implantação da PNAPO.

Os três primeiros ENAs, realizados em 2002, 2006 e 2014, ocorreram em um período de significativas conquistas do campo agroecológico brasileiro. Apesar da não realização das reformas estruturais necessárias para a democratização do acesso aos bens da natureza, a começar pela terra, importantes políticas públicas foram conquistadas nesse período. Foram políticas inspiradas em experiências e proposições da sociedade civil que abriram caminho para a democratização do acesso a recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia que se fazem presentes em todo o país (ANA, 2018, p.2).

A carta analisa os avanços do movimento agroecológico no Brasil e enxerga a agroecologia como ferramenta para avanços como a saída do Brasil do mapa da fome,

da ONU, para as estratégias de convivência com o semiárido, como colaboradora para a luta de acesso à terra e várias políticas públicas.

Porém, assim como nos ENAs anteriores, o encontro apresentou denúncias sobre a violência, o latifúndio, os monocultivos, a mineração, as obras do setor energético e dentre outras coisas, também contestam a relação entre Estado brasileiro, agronegócio e capital financeiro. Segundo a carta política do IV ENA, seus participantes:

Denunciam também o sistemático apoio político, econômico e ideológico dado pelo Estado brasileiro a esses projetos em benefício de uma minoria parasitária que se alimenta de um modelo de desenvolvimento e de abastecimento alimentar socialmente excludente e comprometedor da saúde coletiva. Um modelo ancorado no chamado “livre mercado”, que concebe a terra de trabalho e de vida como uma mercadoria como outra qualquer a ser transacionada nos circuitos do capital financeiro especulativo (ANA, 2018, p. 1-2).

Outro tema debatido no encontro e que esteve presente em sua carta política foi o *golpe parlamentar-jurídico-midiático*, representado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que teve seu mandato, que iria até o fim de 2018, interrompido em 2016. Ou seja, o movimento reconheceu os avanços que ocorreram durante os anos, ainda assim, apontavam as contradições do Estado brasileiro e da própria presidenta, porém reconheceram o *impeachment* como golpe. Na carta política, remetem ao golpe militar de 1964.

Após o golpe, assistimos ao mais poderoso cerco contra conquistas democráticas desde o Golpe Civil-Militar de 1964. No plano institucional, o efeito imediato dessa ruptura perpetrada por forças usurpadoras da democracia foi o desmonte sistemático de políticas públicas duramente conquistadas pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (ANA, 2018, p. 3).

Foram apresentados dados sobre o aumento da violência no campo, com dados do levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que em 2017 registrou 71 assassinatos no campo, mais que o dobro de 2013. Também apontaram, sem dados, o aumento da violência contra as mulheres, contra LGBTs e negros. Anunciaram a volta de notícias sobre a fome no Brasil e o aumento de desemprego, do conservadorismo e da desinformação.

O ENA, através de sua carta, exaltou o papel das redes e o desafio de construir o encontro mesmo depois da paralisação dos caminhoneiros. Segundo o ENA, o modelo

de produção agrícola no Brasil é antipopular e antiecológica. “Um sistema de distribuição que depende do transporte a grandes distâncias e do consumo voraz de combustíveis fósseis, fazendo com que os territórios importem cada vez mais o que consomem e exportem cada vez mais o que produzem”. (ANA, 2018, p. 4).

Assim como no III ENA, outros temas que não são da produção agrícola da agroecologia, mas integram um conjunto de ideais do movimento agroecológico, há forte presença de lemas como “*Sem feminismo, não há agroecologia*”, “*Se tem racismo, não há agroecologia*” e “*Com LGBTfobia, não há agroecologia*”.

O ENA tem papel fundamental na construção, consolidação, avaliação, planejamento estratégico e político para o movimento agroecológico brasileiro. A ANA, como articuladora do encontro, é a rede com capacidade de agregar diferentes segmentos da sociedade em torno de um tema unificador, ainda que diverso. O ENA também serve para:

Fortalecer a Articulação Nacional de Agroecologia enquanto uma rede de redes em diálogos e convergências com diferentes segmentos da sociedade, no campo e na cidade. Somente com o compromisso de buscar a unidade na diversidade, seremos capazes de dar passos rumo à construção de um projeto democrático e popular para o Brasil. Temos a clareza da dimensão estratégica da aliança entre a comunicação popular e a educação do campo para fortalecer as lutas contra-hegemônicas (ANA, 2018, p. 5-6).

Não realizamos uma análise mais aprofundada dos números do IV ENA, pois não houve ainda a publicação dos Anais do encontro, o que possibilitaria outras observações pertinentes. Todavia, compreendemos que o ENA é a culminância de um longo processo de construção da agroecologia brasileira. No ENA, são debatidos e refletidos os principais avanços e desafios da agroecologia nacional. Há, majoritariamente, a participação de agricultores e agricultoras, fato que, certamente, faz refletir nas comunidades locais as experiências trocadas nesses encontros. A participação de representantes do Estado, via secretarias, bancos públicos e outras instituições, só reforça a relevância e abrangência que o movimento agroecológico possui para o fomento de políticas públicas.

Assim, os ENAs são encontros fortalecedores dos nós da rede agroecológica brasileira. Novos laços são feitos, outros são desfeitos. E, fica evidente que esse é um dos espaços de reflexão das estratégias de enfrentamento das disputas políticas, ambientais, epistemológicas e tantas dimensões que abrange a agroecologia.

3.2. Os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs)

Assim como a ANA, a ABA-Agroecologia promove importantes encontros nacionais. São os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBAs). De 2003 até 2017, foram realizados dez CBAs¹²². Como apresentamos na linha do tempo dos principais eventos (Congressos, encontros e seminários) relacionados com a agroecologia. O CBA é o congresso com maior relevância acadêmica, na área da agroecologia. Todavia, não possui um papel apenas acadêmico, mas tem a capacidade de integrar as questões acadêmicas e políticas com os sujeitos envolvidos com a agroecologia.

O CBA é realizado com participação de instituições de ensino, pesquisa e extensão e sociedade civil organizada com temáticas e ações voltadas para a efetivação da Agroecologia. Por isso, fica evidente a relevância da Associação Brasileira de Agroecologia, tendo em vista o seu fomento na relação da construção do saber acadêmico, sem esquecer-se do saber popular camponês e auxiliando na construção política da agroecologia junto com seus parceiros regionais, nacionais e mundiais.

O CBA é apresentado como “catalisador de processos participativos e de amplo diálogo entre sociedade civil organizada, academia e poder público, em torno de um tema altamente estratégico” (ASSIS, 2016, p.1) e possui como objetivo “promover o debate em torno de grandes temas desenvolvidos no âmbito da perspectiva agroecológica, em distintas escalas (Regional, Nacional e Internacional) ” (ASSIS, 2016, p.2)

É assim porque a gente entende a agroecologia enquanto movimento, ciência e prática. A gente faz do congresso um palco para que essas três dimensões estejam presentes. Porque, se a gente faz somente na dimensão da ciência ou da prática, ou só do movimento, não há diversidade. Então é preciso trazer essa diversidade e complexidade para o entendimento do que é agroecologia (depoimento da Prof^a Irene Cardoso, presidente da ABA-Agroecologia, em entrevista para Cida de Oliveira, 2017)¹²³.

¹²² I CBA (2003) e II CBA (2004) em Porto Alegre - RS, III CBA (2005) em Florianópolis - SC, IV CBA (2006) em Belo Horizonte - MG, V CBA (2007) em Guarapari - ES, VI CBA (2009) em Curitiba-PR, VII CBA (2011) Fortaleza - CE, VIII CBA (2013) Porto Alegre - RS, IX CBA (2015) Belém-PA e X CBA (2017) Brasília-DF.

¹²³ Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/09/agroecologia-e-a-esperanca-construida-em-mais-de-30-anos-de-ciencia-pratica-e-movimento> Acesso em: 10/12/2018

Ao longo de 14 anos, foram realizados 10 CBAs. Entre 2003 e 2007, ele era realizado anualmente, porém, a partir de 2007, passou a ser organizado bienalmente. Cabe informar que foram realizados CBAs em todas as regiões do Brasil, os primeiros realizados nas regiões Sul e Sudeste, apenas em 2011 foi realizado no Nordeste, 2015 no Norte e 2017 no Centro-Oeste.

Desde 2006, os anais dos CBAs são publicados na revista “Cadernos de Agroecologia”¹²⁴. Esta revista, como afirmamos no Capítulo 1, é uma das principais revistas ligadas à agroecologia no Brasil, e é organizada pela ABA-Agroecologia. Ela publica também os anais de todos os eventos organizados diretamente pela ABA-Agroecologia. Ressaltamos que a ABA-Agroecologia também organiza a “Revista Brasileira de Agroecologia”¹²⁵ voltada para publicações de artigos ou ensaios teóricos.

Nesse item, não pretendemos analisar todos os CBAs, mas tecer algumas observações e sintetizar os CBAs, em especial o IX CBA realizado em Belém-PA, em 2015 e o X CBA que aconteceu em 2017, em Brasília-DF.

Em 2015, no Centro de Convenções de Belém-PA, foi realizado o IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, com o tema central a “*Diversidade e soberania na construção do bem viver*”. E, teve como subtemas: Sustentabilidade socioambiental, agroecologia e produção científica, enfoque amazônico em agroecologia, agroecologia e políticas públicas, segurança e soberania alimentar, bem viver, agroecologia e educação, agroecologia e gênero, serão tratados por meio de um conjunto de abordagens metodológicas com base na ação dialógica e na construção do conhecimento. As questões produtivas, sociais e ambientais estarão no foco central dos debates a serem promovidos ao longo do evento.

Os objetivos do IX CBA foram:

- Promover uma reflexão acadêmica em torno dos temas estratégicos na construção do conhecimento agroecológico em território amazônico, em todas as dimensões envolvidas (econômicas, sociais e ambientais) - Promover o diálogo de diferentes saberes acadêmicos e práticos será motivado e animado, através de intercâmbios científicos e de experiências sócio produtivas, no âmbito Panamazônico e nacional, fortalecendo redes agroecológicas com o restante do país. - Promover intercâmbio de cientistas, agricultores e gestores públicos para uma ampla reflexão sobre as atuais Políticas Públicas e seus

¹²⁴ Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/index> Acesso em: 15/01/2019. Os volumes 1 ao 12 - Anos 2006 a 2017, acesso pelo link acima. Para acessar os Volumes 13 em diante - Anos 2018 o link é <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos>.

¹²⁵ Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/index> Acesso em: 15/01/2019.

impactos no desenvolvimento e na sustentabilidade amazônica e Nacional - Apoiar e promover a visibilidade dos aspectos sociais e ambientais relacionados as lógicas familiares de produção, na Amazônia, em especial as que prezam aspectos como: transparência; Confiança; Harmonia; Respeito ao ser humano; Gestão coletiva; Formação profissional e humana de caráter local (ASSIS, 2016, p.2)

Com a participação de 3.742 profissionais do ensino, da pesquisa e da extensão, estudantes, agricultores e agricultoras, representantes de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais de todo país, o congresso além de plenárias de abertura e encerramento, teve palestras, mesas redondas, oficinas, a apresentação de trabalhos na modalidade oral e em *posters* (Figuras 35e 36), reuniões, lançamentos de livros, feira de troca de sementes e assembleia da própria ABA-Agroecologia.

Figura 35 – Apresentação de trabalhos no IX CBA



Fonte: trabalho de campo, IX CBA, 2015

Figura 36 – Área para exposição dos trabalhos e estandes parceiros do IX CBA



Fonte: trabalho de campo, IX CBA, 2015

A ABA-Agroecologia, por meio da “*Carta de Belém*”, carta do IX CBA, manifestou um conjunto de denúncias, cobranças e proposições, dentre as quais destacamos:

- O direito histórico ao livre uso da agrobiodiversidade: Com questionamentos sobre a tramitação de Projetos de Lei: do PL 827/15, que criminaliza o uso de sementes crioulas; do PL 1.117/15, que autoriza os OGMs *Terminator* (sementes estéreis); e do PL34/15, que retira a rotulagem dos OGMs;
- Endossaram a *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*, do *Fórum Permanente Contra os Agrotóxicos*, da *Articulação Nacional de Agroecologia* e as manifestações expressas nas *Conferências sobre Segurança Alimentar e Nutricional* realizadas em todo o país;

- Denunciaram a manipulação da ciência institucionalizada em benefício de interesses econômicos de algumas poucas corporações dos setores industrial e financeiro;
- O fechamento de centenas de escolas do campo em todo o país;
- Reconhecem a importância dos Núcleos de Agroecologia dos grupos de agroecologia protagonizados pelos estudantes como espaços de promoção e construção do conhecimento agroecológico que devem ser fortalecidos e incentivados. E, reivindicam a ampliação e incentivo aos núcleos e grupos de agroecologia;
- Chamaram atenção para o Projeto de Lei do Senado nº 531/2015 que propõe a regulamentação da profissão de *agroecólogo*;
- Ao denunciar diversos problemas da assistência técnica rural (ATER), dentre elas, o sucateamento das assistências estaduais. Defenderam ATER pública e agroecológica, com enfoque sistêmico e territorial, que incorpore as dimensões de gênero;
- Enalteceram o papel das mulheres na agroecologia e reiteraram que *Sem Feminismo não há Agroecologia*;
- Afirmaram a importância do protagonismo juvenil na promoção e construção do conhecimento agroecológico através da Rede dos Grupos de Agroecologia (REGA) e as parcerias que ocorrem durante o Encontro Nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA) e a os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA- Agroecologia), que mesmo com controvérsias ocorreram no mesmo espaço;
- Manifestaram apoio aos povos indígenas e afirmaram que as cosmovisões dos povos indígenas se relacionam com a agroecologia;
- Compreenderam que a Agroecologia é uma proposta contra-hegemônica que faz sua luta também na esfera ideológica. Assim, afirmam que a democratização dos meios de produção e de conhecimento é condição fundamental para a ruptura com o monopólio da mídia empenhada com a reprodução do capital e subordinada a interesses das empresas transnacionais;
- Chamaram atenção para as propostas e pactos feitos na elaboração do PLANAPO. Como exemplo, exigiram o lançamento do Programa Nacional

de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). E, dentre outras coisas, solicitaram avanços orçamentários para o II PLANAPO;

- Afirmaram a disposição para lutar em defesa dos princípios democráticos e pela Agroecologia.

Assim como no III ENA, houve a presença da representação do poder executivo, o IX CBA contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário Patrus Ananias. Ele escutou a leitura da carta e uma série de reivindicações dos movimentos sociais, dos povos indígenas, entre outros e, posteriormente, fez um discurso em favor da agroecologia. Mas, contraditoriamente, assume a dificuldade de colocar em prática algumas das reivindicações da carta.

Cabe destacar que nesse CBA foi debatido o projeto de sistematização das experiências agroecológicas dos núcleos de agroecologia. Durante o encontro, houve um debate dividido por regiões do Brasil. E depois do encontro, ainda em Belém, foi marcada uma reunião para refletir sobre a metodologia e os processos para organização dessa sistematização das experiências.

Também vale frisar o papel crítico da REGA¹²⁶ durante o congresso. A REGA teve um espaço dentro do centro de convenções para realizar o VII Encontro Nacional dos Grupos de Agroecologia. Nesse espaço, uma tenda chamada de geodésica (Figuras 37 e 38), aconteceram debates, oficinas e até refeições paralelas as que estavam disponibilizadas na programação geral do CBA.

Figura 37 - Debate sobre Racismo Religioso na Geodésica – VII ENGA



Fonte: REGA, 2015

Fig. 38 – Área da geodésica do VII ENGA durante o IX CBA



Fonte: REGA, 2015

¹²⁶ Analisamos Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil no item xx do capítulo 2. Lá descrevemos os objetivos e as ideias da REGA.

Entretanto, a REGA, durante a plenária final, contestou a existência de práticas agroecológicas durante o Congresso Brasileiro de Agroecologia. Dentre tantas coisas, os integrantes da REGA expuseram o lixo produzido no congresso, e questionaram a alimentação servida, inclusive o local do evento contava com uma lanchonete permanente do *Bob's* (Figura 39), o alto consumo energético gerado pelo evento pelo consumo da central de ar condicionado, dentre outras coisas.

Figura 39- Lanchonete *Bob's*, na Praça de alimentação do Hangar (Centro de convenções), durante o IX CBA



Fonte: Hangar, Centro de convenções e feiras da Amazônia (2015).¹²⁷

Ficou evidente, não só com o posicionamento da REGA, que o CBA não é o espaço de mera formalidade acadêmica, mas congrega um conjunto de pessoas que, além do produtivismo acadêmico, se propõe a debater as dimensões da agroecologia e, a partir dessas, questionar o desenvolvimento da agroecologia no Brasil. Assim, tentando alinhar e repensar a teoria e a prática agroecológica.

Já em 2017, entre os dias 12 e 15 de setembro, foi realizado em Brasília, o X CBA sob o tema: “*Agroecologia na Transformação dos Sistemas Agroalimentares na América Latina: Memórias, Saberes e Caminhos para o Bem Viver*”. O X CBA foi realizado em conjunto com o VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia, em parceria com a Sociedade Latino Americana de Agroecologia (SOCLA), e o V Seminário do Distrito Federal e entorno, vamos chamar apenas de X CBA.

O congresso reuniu mais de 4.230 pessoas inscritas, com representação de todos os estados do Brasil e de 25 países. Foram 2.227 trabalhos apresentados. A metodologia do evento foi instigada a partir de 13 temas geradores, sendo eles: Políticas

¹²⁷Disponível em: http://www.baronionline.com/360/hangar/praca_alimentacao.html Acesso em: 12/01/2019

Públicas e Conjuntura; Mulheres e Agroecologia; Juventudes e Agroecologia: Educação em Agroecologia; Construção do Conhecimento Agroecológico; Campesinato e Soberania Alimentar; Conservação e Manejo da Sociobiodiversidade e Direitos dos Agricultores e Povos e Comunidades Tradicionais; Agroecologia e resiliência socioecológica às mudanças climáticas e outros estresses; Manejo de Agroecossistemas e Agricultura Orgânica; Agrotóxicos e Organismos Geneticamente Modificados; Agroecologia e Agriculturas Urbana e Periurbana; Estratégias Econômicas em Diálogo com a Agroecologia; Memórias e História da Agroecologia.

A metodologia foi dividida em relatos populares; mesas de diálogos com relatos de experiências técnicas; a apresentação com o uso de pôsteres e o diálogo entre os temas em comum foi chamada de “*tapiri*”¹²⁸ de saberes”(Figuras 40e 41). Foi elaborada, coletivamente, uma linha do tempo da agroecologia, denominada “*rio do tempo*”; tendas com temáticas diferentes, além de palestras ou oficinas, foram chamadas de “*caminhos do saber*”.

Figura 40 – Tapiri de Saberes no X CBA



Fonte: Trabalho de campo, X CBA, 2017.

Figura 41 – Tapiri de Saberes 2, no X CBA



Fonte: Trabalho de campo, X CBA, 2017.

Todas as atividades do X CBA contaram com uma relatoria colaborativa. Além de pessoas designadas para fazer o relatório das atividades, qualquer participante poderia colaborar relatando as atividades que participou, através do site (<https://relatosagroecologia2017.itbio3.org/>). E, assim como nos III e IV ENAs foi adotada a relatoria gráfica, através de *painéis facilitadores* (Figura 42), que posteriormente foram expostos nas principais áreas de circulação do congresso.

¹²⁸ Uma roda de conversa entre os autores dos artigos para compartilhamento dos trabalhos publicados.

Figura 42 – Facilitação gráfica da Feira de sementes (X CBA)



Fonte: ABA-Agroecologia (2017)

Aconteceram duas grandes feiras. Uma feira de venda de diversos produtos da agroecologia brasileira, desde artesanato a alimentos. E, outra feira de troca de sementes (Figura 43 e 44). Uma característica comum aos eventos da agroecologia são as feiras, as mesmas são oportunidade de troca e reconhecimento da diversidade da produção camponesa, não se restringindo a produção de alimentos.

Figura 43 – Feira de troca de sementes no X CBA



Fonte: Trabalho de campo, X CBA, 2017.

Figura 44 – Feira de troca de sementes 2 no X CBA



Fonte: Trabalho de campo, X CBA, 2017.

Analisando a Carta do Cerrado, documento que descreve e sintetiza os principais pontos debatidos e as reivindicações resultantes do X CBA, notamos que o conjunto de expressões abaixo indicam os principais ideais defendidos pela ABA-Agroecologia e seus membros. Os ideais e as bandeiras de luta são:

- *Sem democracia não há agroecologia;*

- *Sem reforma agrária e respeito aos territórios dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais não há agroecologia;*
- *Agricultura urbana é a luta e resistência da agroecologia nas cidades;*
- *Chega de agrotóxicos, basta de tecnologias e mecanismos que comprometem a rede da vida e a sociabilidade dos povos que habitam nosso território;*
- *Sem agroecologia não há soberania alimentar!*
- *Sem feminismo não há agroecologia;*
- *Sem políticas de construção do conhecimento não há agroecologia;*
- *Educação é direito nosso e dever do estado! Sem educação não há agroecologia!*
- *Exigimos direcionamento de recursos públicos para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em todas as suas dimensões.*

No X CBA, a ABA-Agroecologia reforçou seu entendimento de que *Agroecologia é ciência, prática e movimento*. Ela afirma que a essência da construção política da agroecologia é a “aliança do campo científico acadêmico com os movimentos sociais, as comunidades rurais e a diversidade de identidades dos sujeitos do campo, das águas e das florestas” (ABA, 2017, p. 7).

Todavia, sobretudo no campo das ciências, a ABA-Agroecologia aponta que: “Lutamos por uma ciência crítica, descolonizada, despatriarcal, anticapitalista, antirracista, antilesbofóbica, antihomofóbica comprometida com a transformação da sociedade e a construção de novos paradigmas.” (ABA, 2017, p. 5).

Constatamos, assim, que os CBAs são congressos que colaboram com a construção da agroecologia no Brasil, tendo em vista que é capaz de reunir grande número de pessoas e que dialogam com a agroecologia. Não é um congresso homogêneo, em que todos pensam e praticam a agroecologia da mesma forma. A diversidade de dimensões e campos de atuação da agroecologia está expressa no CBAs.

Podemos destacar um conflito evidente no X CBA. Um painel de apresentação sobre as memórias da agroecologia na América Latina, coordenado pelo professor Miguel Altieri, não contava com a participação de nenhuma mulher na condição de palestrante. Assim, um grupo de mulheres organizou uma intervenção durante a apresentação do painel. Segundo elas, apresentar a história da agroecologia sem mulheres é apresentar apenas metade da história.

Outro momento que o congresso não apresentou coesão em seus procedimentos foi o ato público (Figura 45e 46), que teve a concentração no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Estava programado para que no dia 14 de setembro de 2017, às 15 horas, os participantes do congresso, tendo a REGA como uma das principais mobilizadoras, fizessem um ato com bandeiras, músicas e “palavras de ordem”, fechando uma das avenidas de Brasília.

Figura 45 – Ato público no X CBA



Fonte: Trabalho de campo, X CBA, 2017.

Figura 46 – Ato público 2, no X CBA



Fonte: REGA, 2017.

Todavia, durante a caminhada, percurso entre as áreas internas do centro de convenções e a avenida a ser interditada, além das músicas e “palavras de ordem” era possível escutar alguns comentários sobre a ausência dos autores renomados da agroecologia e que não participavam desse tipo de mobilização.

Compreendemos que os distintos entendimentos e usos da agroecologia produz a heterogeneidade latente nos CBAs. Assim, a ABA-Agroecologia torna-se mediadora da construção da agroecologia no Brasil, pois, a partir dela, o elo academia e técnicos interagem com o conhecimento da diversidade camponesa. Dessa forma, o conjunto articulado por ANA e ABA potencializa as aspirações produtivas e políticas do movimento agroecológico brasileiro. Cabe ressaltar que pautas além de produtivas integram o conjunto de ações trazidas à tona pela ABA-Agroecologia e seus parceiros.

Entendemos que a ABA-Agroecologia se associa ao conjunto de redes que promove a agroecologia no Brasil. O CBAs é um dos momentos fundamentais de conectar essa rede. A presidente da ABA, professora Irene Cardoso, na abertura do X CBA, reproduziu o depoimento de um agricultor do Piauí, seu Raimundo, no qual ele expressa: *“Sou um fiapo, mas faço parte de um fio, um fio que está embutido em uma*

linha, que está em um cordão, cordão que faz parte de uma rede, que é forte e está em movimento. Movimento que agora está em turbulência, um mar de turbulência econômica, política e ecológica”.

Consideramos que o Seu Raimundo é fiapo, seus parceiros mais próximos formam o fio, as organizações que atuam junto a Seu Raimundo e parceiros são parte da linha. Já a integração entre as organizações da região, no caso Nordeste, onde mora Seu Raimundo compõem um cordão. E a articulação entre os cordões forma a rede. Assim, do fiapo à rede, todos compõem a rede de movimentos da agroecologia no Brasil. Dessa forma, mesmo que a ABA-Agroecologia não seja institucionalmente uma rede, sua atuação colabora significativamente para as ações do movimento agroecológico Brasileiro. E os CBAs são momentos estratégicos para a ciência, para o movimento e para a prática agroecológica do Brasil.

3.3. IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras experimentadores

No Nordeste, organizado pela Articulação do Semiárido, podemos destacar um encontro que agrega agricultores considerados experimentadores, pois estes geralmente são agricultores que encabeçam as experiências de manejo agroecológico. Desde 2009, são realizados os Encontros Nacionais de Agricultores e Agricultoras Experimentadores do Semiárido. O primeiro ENAE aconteceu em Recife-PE. O segundo foi realizado em Pesqueira-PE, em 2011. Já o terceiro foi realizado em Campina Grande-PB, em 2013.

Porém, queremos destacar o IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras Experimentadores, que aconteceu entre os dias 6 e 9 de junho de 2016, em Aracaju-SE, e foi realizado com o tema *Guardiões da Biodiversidade, Cultivando Vidas e Resistência no Semiárido*.

Organizado pela ASA-BR, o encontro reuniu cerca de 400 agricultores, técnicos, lideranças e pesquisadores para um momento de troca de experiências, assim como de reflexão da conjuntura política e econômica nacional e seus rebatimentos para a sociedade, em especial para as famílias camponesas.

Dentre os objetivos do encontro, destacamos: promover o intercâmbio entre os agricultores; valorizar e fortalecer o papel dos agricultores e agricultoras na construção e difusão das experiências de convivência com o semiárido, com destaque para os chamados “*guardiões da biodiversidade*”, que são aqueles que preservam as sementes crioulas, na Paraíba chamadas de “*sementes da paixão*” livres de transgênicos.

Além das místicas, da feira, da troca de sementes e das atividades culturais, no encontro ocorreram os espaços autogestionados (uma roda de conversa) entre as mulheres e entre a juventude camponesa.

Foram realizadas duas plenárias: A primeira, com o tema “Agricultura no semiárido sergipano e o papel dos agricultores e agricultoras na construção do conhecimento para a convivência com a região”. E a segunda: “Guardiões da biodiversidade, cultivando vidas e a resistência no semiárido”. Houve um espaço para a mesa de debates com as instituições parceiras estratégicas da ASA, que foram a CONTAG, o MST e a CPT.

Uma das características do encontro é o intercâmbio. Os participantes do encontro foram divididos para 24 visitas de intercâmbio, todas em Sergipe. As experiências visitadas foram anteriormente sistematizadas e registradas em boletins informativos¹²⁹, entregues aos participantes.

Ao mesmo tempo em que o evento apresentou características festivas, apontou a insatisfação dos participantes quanto ao cenário político nacional. “Primeiramente, FORA TEMER” (Figura47), foi uma das expressões mais utilizadas durante o encontro, que contou com dois atos públicos. Uma na sede da EMBRAPA em Aracaju-SE e outra na Praça General Valadão, no centro da cidade. Este ato público (Figura 48) encerrou o encontro.

Figura 47 – Fora Temer



Fonte: SILVA, P. M. S. (2016)

¹²⁹ Disponível em: (http://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=9542) Acesso em: 07/06/16.

Figura 48 – Ato público e encerramento do IV Encontro de Agricultores experimentadores



Fonte: SILVA, P. M. S. (2016)

A insatisfação com a conjuntura política marcou o encerramento do encontro, que foi finalizado com a leitura da carta política do encontro. Fica evidente que a ASA e todos seus parceiros se posicionam contra a presidência de Michel Temer e o golpe que sua figura representava. Segundo a carta:

Em poucos dias, os golpistas que destituíram provisoriamente o governo da presidenta Dilma já disseram a que vieram. Sua agenda política é de desmonte de direitos sociais em benefício das oligarquias regionais e nacionais e do capital transnacional. Nosso caminho sempre foi o da resistência e o da luta. Nossa luta não é apenas nas comunidades. É também nacional. [...] Nenhum direito a menos!!! Não ao golpe!!! Fora Temer!!! (ASA, 2016, p. 3-4)¹³⁰

Todavia, o encontro reafirma os ganhos e perdas ao longo dos anos no semiárido brasileiro e reforça que:

No início de nossa caminhada, ao anunciarmos a meta de construção de 1 milhão de cisternas rurais, fomos tachados de loucos. Sabíamos que além de nossa inventividade e capacidade de luta, contávamos com nossa esperança. Ela nos movia para frente. Depois de muitos anos trabalhando em parceria com governos que apostaram em nossa caminhada, nossa meta foi ultrapassada. [...] Esses programas vêm provando o seu valor para a vida de nossas famílias. Juntamente com outras políticas públicas do governo federal, eles têm provocado uma revolução silenciosa no Semiárido. Por meio deles, nossas lutas de resistência converteram-se em lutas por emancipação. Novos

¹³⁰ Carta política do IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras Experimentadores. Disponível em(<http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-DO-ENCONTRO-NACIONAL-DE-AGRICULTORAS-E-AGRICULTORES-EXPERIMENTADORES-2016.pdf>). Acesso: 11/06/2016

horizontes são abertos para trilharmos caminhos pavimentados por direitos sociais arduamente conquistados, dos quais não abrimos mão. (ASA, 2016, p. 2-3)

A ASA e seus parceiros apontam que, apesar dos avanços, ainda há grande necessidade de mudanças estruturais na política brasileira. Segundo a ASA, se faz necessário o fomento à pesquisa, o apoio aos agricultores experimentadores, aos guardiões das sementes etc. Cada vez mais verificamos a quebra do paradigma do combate à seca pelo da convivência com o semiárido. E a agroecologia apresenta-se como caminho viável para essa convivência.

3.4. Seminário Internacional: A Agroecologia no mundo e a Encíclica ecológica.

Com menor amplitude numérica que os eventos aqui analisados, mas relevante para a AS-PTA, Polo da Borborema e seus parceiros, no dia 3 de setembro de 2015 ocorreu em Campina Grande-PB, um seminário cujo objetivo foi debater *A agroecologia no mundo e a Encíclica Ecológica* (Figura 49), realizado pela AS-PTA e a *Agricultures Networks*¹³¹.

Figura 49 - Seminário A agroecologia no mundo e a Encíclica Ecológica



Fonte: AS-PTA (2015)

¹³¹ Os agricultores networks é um grupo de organizações que se esforçam para integrar os valores, princípios e práticas que são a base da agroecologia e da agricultura familiar. O Agriculturas Rede tem membros em todo o mundo, que estão que estão enraizadas localmente e globalmente conectado: AS-PTA (Brasil), Melca (Etiópia), AME-Foundation (Índia), ILEIA (Países Baixos), ETC Andes (Peru) IED Afrique (Senegal). Disponível em: (<http://www.agriculturesnetwork.org/about-us>) Acesso em: 25/08/16.

Podemos destacar esse evento por três fatores. Primeiramente, o panorama ampliado abordando a agroecologia no mundo, a partir dos parceiros da Revista *Agriculturas*. Segundo, a possibilidade que os parceiros da rede puderam ter de trocar ideias, experiências e fazer intercâmbio. E o terceiro destaque é o debate sobre a Encíclica *Laudato si* (Louvado seja), que ficou conhecida, de maneira popular, como a *Encíclica Ecológica*, tendo em vista o cunho alarmante adotado pelo Papa Francisco para as questões ambientais e sociais.

Além de apontar os “Desafios da institucionalização do enfoque agroecológico em políticas públicas” no Brasil, foram abordados os avanços e as perspectivas da agroecologia em Senegal, Peru, Índia e Holanda. Representantes da rede descreveram o cenário da agroecologia em cada país.

A vertente religiosa chamada de *Teologia da Libertação* sustentada por parte da Igreja Católica e alguns segmentos protestantes foi responsável por aglutinar e enriquecer o debate sobre o campesinato. Os posicionamentos do maior representante e líder da Igreja Católica, o Papa Francisco, agradou e trouxe à tona a necessidade de mudança no modelo de produção e de consumo.

Nas palavras do Papa Francisco, que também cita João Paulo II:

A destruição do ambiente humano é um facto muito grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas “*nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades*”. O progresso humano autêntico possui um carácter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “*ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado*”. Assim, a capacidade do ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus. (FRANCISCO, 2015, p. 5-6)

Parte dos movimentos locais em torno do campesinato tiveram como base as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por isso o discurso papal é relevante, pois é um discurso religioso, mas também é político. A *Laudato Si* representa mais do que uma homilia. O ministro do desenvolvimento agrário Patrus Ananias, no Seminário “Dialoga Brasil: Agroecologia”, afirmou:

Nós conseguimos um grande aliado, tanto na questão da agroecologia como na questão dos pobres, da justiça social, do apoio vigoroso à agricultura familiar.[...] O papa reafirma de forma vigorosa um princípio que retoma as raízes da tradição cristã: a função social da propriedade e das riquezas.[...] Segundo padres do século primeiro, do século segundo rotularam esse princípio de uma maneira muito simples: Deus destinou os bens da terra para todos (pronunciamento do ministro do MDA, Patrus Ananias no Seminário Dialoga Brasil: Agroecologia, 2015)¹³²

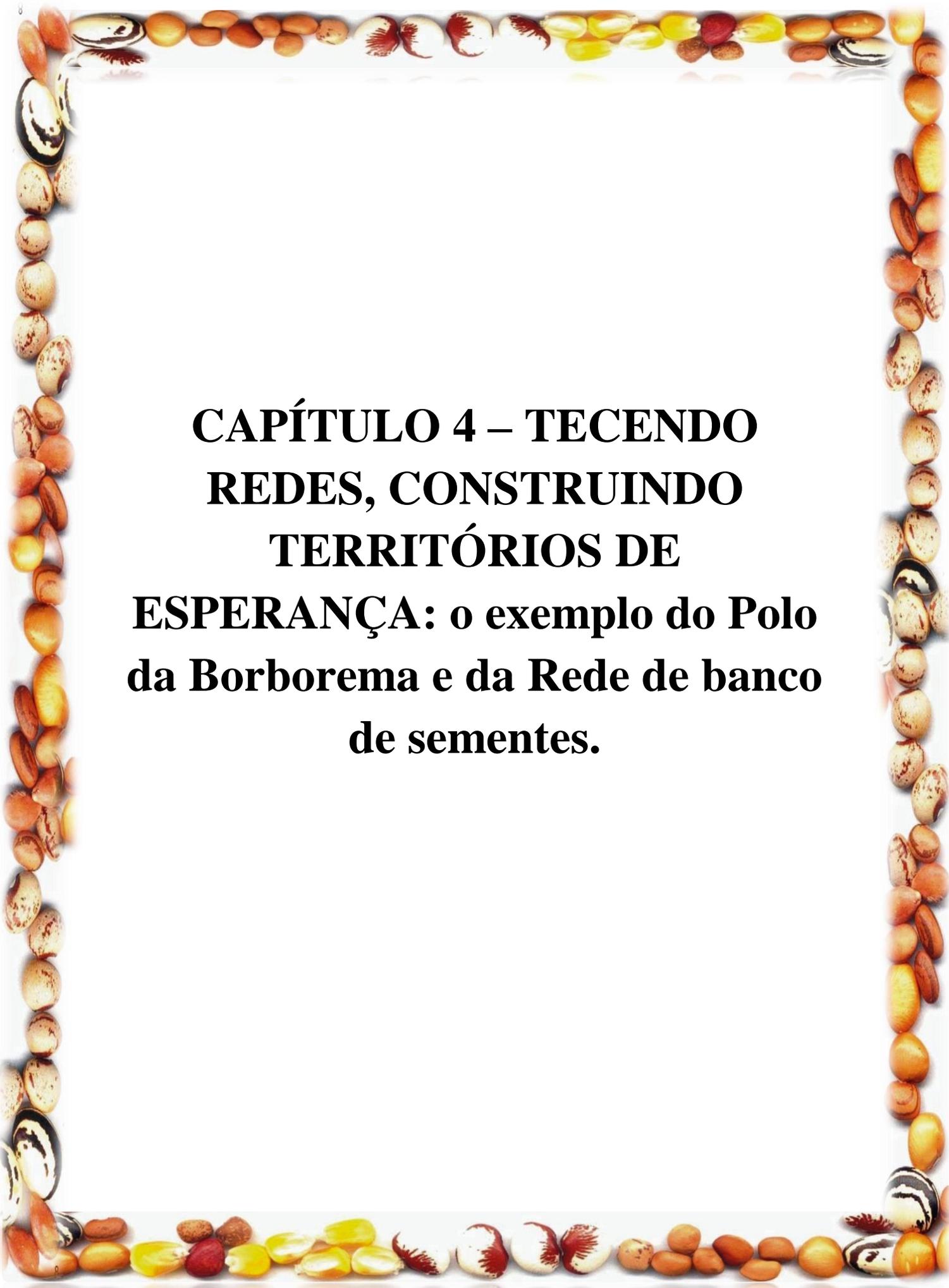
Fazendo uso da Encíclica *Laudato Si*, Patrus Ananias continua seu pronunciamento, falando sobre o uso das sementes transgênicas:

Constata-se uma concentração de terras produtivas nas mãos de poucos, devido ao progressivo desaparecimento de pequenos produtores, que, em consequência da perda das terras cultivadas, se viram obrigados a retirar-se da produção direta. Os mais frágeis deles tornam-se trabalhadores precários, e muitos assalariados agrícolas acabam por emigrar para miseráveis aglomerados das cidades. A expansão destas culturas destrói a complexa trama dos ecossistemas, diminui a diversidade na produção e afeta o presente ou o futuro das economias regionais. Em vários países, nota-se uma tendência para o desenvolvimento de oligopólios na produção de sementes e outros produtos necessários para o cultivo, e a dependência agrava-se quando se pensa na produção de sementes estéreis que acabam por obrigar os agricultores a comprá-las às empresas produtoras (FRANCISCO, 2015, p. 104-105).

Tanto o panorama sobre a agroecologia e seus avanços e desafios no Brasil e no mundo, como a relevância do posicionamento do Papa Francisco em sua segunda encíclica são amplos. O que nos faz perceber que a revista *Agriculturas* não só colabora com a comunicação e publicações sobre a agroecologia em vários países. Ela também contribui para a interação e intercâmbio entre os seus membros.

Sobre a relevância de uma instituição religiosa, no caso a católica, mesmo com suas contradições quanto aos seus dirigentes, compreendemos o seu importante papel no campesinato brasileiro, sobretudo quando está voltado para um projeto libertador.

¹³² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hze5tvbhIjA> . Acesso em (19/09/2015)



**CAPÍTULO 4 – TECENDO
REDES, CONSTRUINDO
TERRITÓRIOS DE
ESPERANÇA: o exemplo do Polo
da Borborema e da Rede de banco
de sementes.**

4. TECENDO REDES, CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA: o exemplo da rede de banco de sementes e do Polo da Borborema.

Nos capítulos anteriores, dedicamo-nos a analisar a conjuntura nacional do movimento agroecológico brasileiro, desde seu processo de origem até os últimos debates sobre a conjuntura nacional das políticas públicas para o seguimento campesino, sobretudo para a defesa e difusão da agroecologia. Dessa forma, ainda que seja relevante verificar os aspectos nacionais do movimento, da ciência e da prática agroecológica, é fundamental compreender os resultados dos processos de enfrentamento e de experimentação da agroecologia no âmbito regional e local.

Assim, escolhemos analisar a configuração das redes agroecológicas que atuam no Nordeste, com destaque para três redes que de alguma forma estão integradas à ANA e a ABA-Agroecologia, já analisadas no capítulo 2. A partir da notável relevância de algumas entidades relacionadas com a agroecologia no Nordeste, decidimos apontar a atuação da Articulação do Semiárido (ASA-BR), da Rede de Assistência Técnica Rural do Nordeste (Rede ATER-NE) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia.

Após a observação das principais organizações que integram o movimento agroecológico no Nordeste, analisamos a atuação do Polo da Borborema e seus parceiros no Agreste Paraibano. Lembrando que o Polo da Borborema é parceiro da AS-PTA, integra a Articulação do Semiárido, que por sua vez também faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia. Ou seja, a atuação do Polo da Borborema é uma expressão local das lutas enfrentadas pelo movimento agroecológico no Brasil.

4.1 Um relato sobre as redes agroecológicas no Nordeste

Para a consolidação da agroecologia no Nordeste muitos desafios estão postos. O agronegócio representa o principal antagonista à agroecologia. São lógicas e estruturas distintas. É o campesinato resistindo, lutando, resistindo e produzindo ainda que disputando o território com o capital.

O Nordeste, ao mesmo tempo, foi palco desde a chegada europeia no Brasil para a difusão das *plantations*, com o destaque para a cana de açúcar, da pecuária no interior, do coronelismo, do “combate à seca” e outros, também foi arena para a *Sabinada*, a *Balaiada*, *Canudos*, o *cangaço*, as *ligas camponesas*, dentre outros movimentos que visavam a ruptura do *status quo*.

Essas afirmações, do que o Nordeste “foi”, nos servem para reforçar que ele

ainda é uma representação real e clara da disputa entre a exploração e usurpação socioambiental e os trabalhadores do campo, da cidade, artistas, intelectuais preocupados com a realidade e a mudança social.

Acreditamos que, assim como a ANA e a ABA-Agroecologia são relevantes para o fomento da agroecologia no âmbito nacional, destacamos para o Nordeste três redes que estão interligadas sendo elas: a ASA-BR, a RENDA e a Rede ATER-NE. Não temos o objetivo de descrever todo o caráter organizativo nem produtivo dessas organizações, apenas as apontamos como relevantes frentes mobilizadoras e articuladoras das práticas, da ciência e do movimento agroecológico no Nordeste brasileiro.

A primeira “é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. É uma rede porque é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas” (ASA)¹³³.

A segunda é a Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia, ela surge motivada pela chamada CNPq/MDA39/2014¹³⁴. O projeto RENDA tem por objetivo:

(...) potencializar as ações dos quase 40 núcleos de agroecologia existente na região nordeste. Ele possibilitará o fortalecimento de uma relação interinstitucional de parceiros, localizados nos nove estados da região, que vão partilhar processos, práticas e metodologias inter, multi e transdisciplinares. É unanimidade entre todos os núcleos a necessária participação coletiva, progressiva, inclusiva, que valora as especificidades de cada experiência, de cada realidade vivenciada pelas instituições. Autonomia com interatividade, particularidades e criatividade na construção coletiva e comprometida com o maior e melhor empenho, para que a construção da agroecologia evolua ao ponto de tornar-se referência para o desenvolvimento da região, para o fortalecimento da agricultura familiar e para todas as diversidades de culturas e povos que existem, e reafirmar-se enquanto direito e dever de produzir e realizar seus sonhos no meio rural nordestino (RENDA)¹³⁵.

¹³³ Disponível em: (<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>) Acesso em: 21/07/16

¹³⁴ Como parte da PNAPO: “A presente Chamada tem por objetivo geral selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que integrem atividades de extensão, pesquisa, ensino e fomento a processos de inovação tecnológica e metodológica visando a construção e socialização de conhecimentos e práticas relacionados à agroecologia, bem como à promoção dos sistemas orgânicos de produção e de base agroecológica. [...] São objetivos específicos desta Chamada: a) implementar e fortalecer novos Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) [...]. b) Fomentar a formação de Redes de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (R-NEA) para cada uma das regiões geográficas - Centro-Oeste, Norte e Nordeste” (CNPq/MDA, 2014). Disponível em: (<http://resultado.cnpq.br/4543484232531903>). Acesso em 22/07/16

¹³⁵ Disponível em: (<http://renda-ne.blogspot.com.br/2015/03/projeto-renda.html>) Acesso em 22/07/16

Ou seja, a RENDA é a rede que articula os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) no Nordeste. Dentre outras áreas de atuação, atualmente tem participado junto a ABA-Agroecologia do processo de sistematização das experiências agroecológicas dos Institutos Federais (IFs), das Universidades Federais e Estaduais, tendo como temática a agroecologia. Todavia, não só docentes e discentes de cursos em agroecologia integram os NEAs, também agregam os NEAs os estudiosos de agronomia, comunicação, educação, geografia e de outras áreas do conhecimento.

A terceira rede apontada é a Rede ATER-NE. Ela articula 13 entidades que se integram a outras organizações (sindicatos, associações, cooperativas etc.). A partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), houve uma reorganização e maior fomento para prática de Ater no Brasil, voltada para o fortalecimento da agricultura camponesa e da agroecologia.

No Nordeste, algumas entidades já atuavam nesta perspectiva, a maioria já articulada com a ANA, a ASA, a antiga Rede PTA entre outras. Paranhos *et al.* (2007) apontam que:

O diálogo entre o governo brasileiro (inicialmente o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e ONGs com atuação no campo da agricultura familiar e da Agroecologia foi favorecido com o reconhecimento, pelo Estado, do trabalho e acúmulos históricos de entidades como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Associação de Orientação à Cooperativas do Nordeste (Assocene), o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) e Diaconia, além do conjunto de entidades integrantes da antiga Rede PTA no Nordeste, como o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas (Caatinga), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), o Centro Sabiá, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais (Sasop) e o Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar. Surgiu, então, a possibilidade de o governo apoiar as ações de Ater por meio do fortalecimento das dinâmicas de redes existentes no Nordeste (PARANHOS, *et. al*, 2007, p. 56)

Em depoimento, Marcelo Paranhos, membro da coordenação da AS-PTA na Paraíba, descreve a relevância e o papel da Rede Ater-NE na configuração da agroecologia da região. Segundo ele, a Rede Ater-NE reflete com mais objetividade as questões metodológicas da agroecologia. Diferente de outras organizações ligadas a ASA-BR, que possuem origens diferentes.

A Rede Ater-NE é uma expressão direta da ANA no Nordeste. São duas expressões fortes. A ASA que tem mais capilaridade. Todas as entidades da Rede Ater-NE fazem parte da ASA. Mas a Rede Ater-NE é um espaço onde esse foco da agroecologia está mais definido e é o espaço que a gente consegue aprofundar a questão metodológica. Como a gente atua para promover a agroecologia nos territórios? É um espaço de acumulação que às vezes vai irradiando para a ASA. A ASA tem um número enorme de entidades e várias naturezas. Entidades sindicais, pastorais e nem todo mundo, embora na prática esteja promovendo a agroecologia, vem de outra trajetória e não faz essa leitura (da agroecologia). (Depoimento de Marcelo Paranhos, membro da coordenação da AS-PTA na Paraíba. Entrevista em 20 de maio de 2015)

Outro aspecto apontado por Marcelo é que a rede Ater-NE se fortaleceu muito a partir do diálogo com o governo. Assim, a partir de proposições junto ao MDA foi possível ampliar principalmente as políticas de Assistência Técnica Rural (ATER) voltadas para a Agroecologia.

Paranhos et al. (2007) reforçam que dois aspectos foram importantes para a composição da Rede Ater Nordeste.

O primeiro foi o forte compromisso das entidades com a **agricultura familiar, elemento unificador da rede e cimentador da sua identidade política**. O segundo foi o conceito de **Agroecologia**, enquanto ciência que interpreta e organiza o conhecimento sobre os agroecossistemas e contribui para o aumento da sua sustentabilidade, constituindo-se no **principal fio condutor no processo de construção da rede** (PARANHOS *et al*, 2007, p. 57)

Ressaltamos que o campesinato aparece como identidade política e a agroecologia como fio condutor da rede. Ou seja, o campesinato como enfrentamento e a agroecologia como ferramenta de discurso e prática que dá sustentação ao campesinato enquanto rede.

As 13 entidades da Rede ATER-NE atuam em todos os estados da região Nordeste. Os dados, da ATER-NE de 2007 (Quadro 14), apontavam a atuação junto a 13.850 famílias, em 120 municípios, em denominados 29 territórios¹³⁶.

¹³⁶ Correspondem a mesorregiões ou microrregiões na divisão do IBGE, assim como a nomenclatura do programa de territórios rurais do MDA, os territórios de cidadania.

Quadro 14 – Abrangência da atuação da Rede Ater-NE, em 2007¹³⁷

Entidade	Estados de atuação	Nº previsto de famílias	Nº de Municípios	Territórios de abrangências
Centro Sabiá	PE	800	10	Sertão do Pajeú e Mata Sul
Diaconia	PE e RN	1500	04	Sertão do Pajeú (PE) e Apodi (RN)
MOC	BA	2250	10	Sisal
Ascoob	BA	900	08	Bacia do Jacuípe, Paraguassu, Litoral Norte e Recôncavo
Apueb-Valente	BA	900	16	Sisal e Bacia do Jacuípe
Caatinga	PE	1000	09	Sertão do Araripe
Patac	PB	995	11	Cariri e Seridó
AS-PTA	PB	1500	13	Borborema
Cepac	PI	720	06	Carnaubais
Sasop	BA	840	07	Baixo Sul e Sertão do São Francisco
Cetra	CE	800	04	Itapipoca
Esplar	CE	800	07	Sertão Central, Sobral e Inhamuns
Assocene	SE, AL, PE, PB, RN, MA e PI	845	14	Apodi (RN), Cariri e Mata (PB), Mata Sul e Agreste Meridional (PE), Sertão Central (AL) e Sertão Ocidental (SE)
Totais	9	13850	120	29

Fonte: PARANHOS *et al.*, (2007)

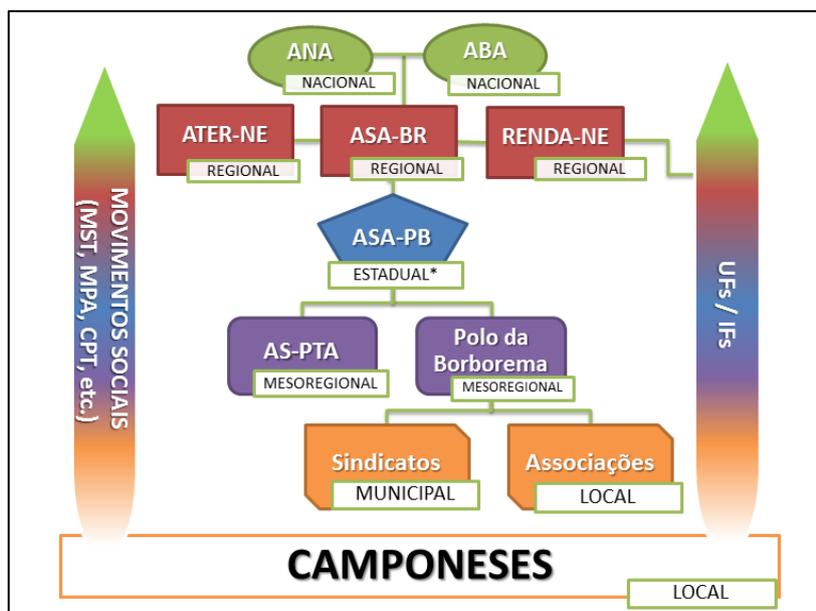
Das 13 entidades que compõem a Rede Ater-NE, analisamos a atuação da AS-PTA junto ao Polo da Borborema, foco do próximo item deste capítulo. Ressaltamos, através de relatos de representantes do AS-PTA¹³⁸, do Patac e do Centro Sabiá, que essas organizações aumentaram sua atuação, principalmente com relação ao número de famílias, porém não há números organizados e disponíveis para atualizar o quadro supracitado.

A partir disso, já podemos tecer algumas afirmações sobre a configuração da atuação das redes agroecológicas nas diferentes escalas de atuação, desde o local até o nacional. A Figura 50 mostra o Polo da Borborema como articulador local de sindicatos e associações em 13 municípios da mesorregião da Borborema.

¹³⁷ Não encontramos publicações com a atualização destes dados, porém os números de família e municípios tendem a ter aumentado.

¹³⁸ A coordenação do Polo estima que, em parceria com a AS-PTA, atua junto a 8 mil famílias.

Figura 50– Escala de atuação das redes agroecológicas, do local ao nacional a partir do Polo da Borborema



Elaboração: SILVA, P.M. S.(2016)

O Polo da Borborema é assessorado pela AS-PTA, que faz parte da Rede Ater-NE e também participa da coordenação executiva da ASA-PB. A ASA-PB é membro da ASA-BR que também se articula com a RENDA, que de mesmo modo articula-se com a ABA e a ANA. Assim como as universidades, institutos federais e movimentos sociais, atuam em todas as escalas.

Ao apontar as escalas de atuação, não pretendemos apresentar uma hierarquia entre as organizações em rede. As organizações possuem suas especificidades e autonomia, mas integram-se, articulam-se, constroem ao mesmo tempo em que são construídas.

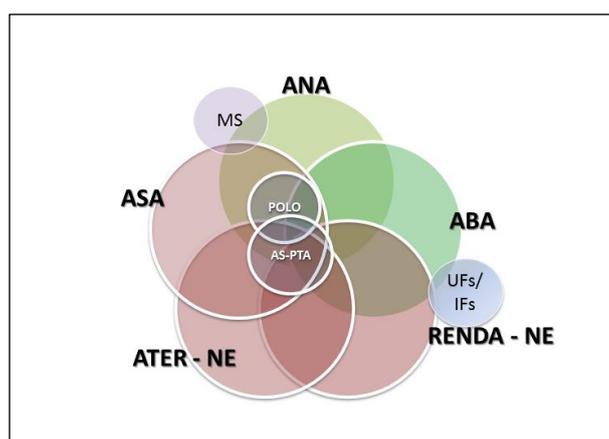
Um exemplo é a participação do agrônomo Paulo Petersen¹³⁹ em diversos eventos importantes em todas as escalas citadas. O mesmo esteve presente na VI Marcha das Mulheres: Pela vida das mulheres e da agroecologia, organizada pelo Polo da Borborema, AS-PTA e parceiros, em Lagoa Seca-PB, no ano de 2015. Presenciamos sua importante atuação durante os III ENA (2014) e o IX CBA (2015), ele participou ativamente de seminários, plenárias e reuniões de destaque.

¹³⁹ Coordenador executivo da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), representante da mesma na CNAPO e editor-chefe da revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*.

Além disso, ministrou a oficina de ATER no IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras Experimentadores/as (2016), organizado pela ASA-BR onde apresentou e debateu resultados parciais de uma pesquisa realizada em parceria com a ASA/INSA (Instituto Nacional do Semiárido). Além disso, ainda participou, via internet, o *Seminário Dialoga Brasil: Agroecológico (2015)* e participou de uma videoconferência de preparação para a II Conferência Nacional de ATER (2016). De igual modo, foi notável sua participação durante o X CBA, em Brasília (2017), assim como no IV ENA, em Belo Horizonte (2018). Paulo Petersen é coordenador executivo da AS-PTA e por isso atua na coordenação da ANA, foi presidente e hoje é vice-presidente da ABA, representa essas organizações na CNAPO, e está presente nas ações tanto regional como locais de seus parceiros.

Podemos perceber o mesmo recorte de rede agroecológica, apresentado na figura 12, como um conjunto de rede (Figura 51) em que há a interseção entre eles, formando o conjunto da rede agroecológica.

Figura 51 – Recorte para conjunto de redes agroecológicas¹⁴⁰



Elaboração: SILVA, P. M. S. (2016)

Assim, notamos que o movimento agroecológico no Nordeste se articula em variadas redes, cada uma com sua especificidade. Enquanto a ASA articula movimentos, sindicatos e associações do semiárido, a Rede Ater-NE articula entidades com o foco na assistência técnica de extensão rural, a RENDA articula diversos Núcleos de Estudos em Agroecologia, e as três estão integradas à ANA e à ABA, todas com enfoque do fortalecimento da agricultura camponesa via agroecologia.

¹⁴⁰ Os círculos não apresentam escala.

As referidas redes, ao longo dos últimos 20 anos, contribuíram para acirrar o enfrentamento com os diversos aspectos do agronegócio no Nordeste. Estas redes auxiliam o campesinato no âmbito institucional, em relação com o Estado, na técnica agroecológica, no fomento científico – em diversas áreas do conhecimento, na produção agroecológica, na convivência com o semiárido e em vários aspectos em busca de um Nordeste agroecológico.

4.1.1 A sistematização das experiências: *O Candeeiro*

A comunicação é o principal meio de difusão das ideias e propostas da rede articulada pela ASA. As peças de comunicação da ASA são produzidas pela Assessoria de comunicação da ASA (ASACom). A comunicação da ASA tem por objetivo central:

Projetar a imagem da ASA como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semiárido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática; Garantir o acesso comum às informações e a interação entre as organizações integrantes da ASA, através de um sistema descentralizado para o pleno funcionamento do P1MC¹⁴¹. (ASA, 2003, p.29)

A ASACom tem como público alvo a “população em geral, segmentos da população ligada a projetos, comunicadores, financiadores, parceiros, entidades internacionais, governantes, parlamentares, personalidades políticas, empresários, universidade, escolas afins, rede de ensino em geral” (ASA, 2003, p.29). Percebemos que o material produzido é direcionado não somente para os agricultores, mas para todos a quem possa interessar.

Para Brochart (2013):

A comunicação desenvolvida pela ASACom atua em três direções: voltada para os agricultores, direcionada às organizações da rede e destinada à sociedade. Para cada público há uma estratégia, com meios e recursos financeiros definidos. A ASACom atua como mediadora dos diversos processos de comunicação da ASA. É facilitadora para que a comunicação popular aconteça nos municípios de atuação da ASA; é um elo entre os veículos de comunicação e os porta-vozes da Articulação, no seu papel de relação com a mídia; é uma “agência de comunicação” ao produzir conteúdos e materiais

¹⁴¹ P1MC – Programa um milhão de cisternas. “O P1MC estabelece, junto às comunidades rurais do semiárido brasileiro, um processo de capacitação que envolve, diretamente, 1.000.000 de famílias. Neste processo é abordada a questão da convivência com o semiárido, enfocando-se mais especificamente o gerenciamento de recursos hídricos, a construção de cisternas, o gerenciamento de recursos públicos e a administração financeira dos recursos advindos do P1MC” (ASA, 2003, p.5).

próprios para as organizações e programas da ASA (P1MC e P1+2) (BROCHARDT, 2013, p.200)

A produção de áudio é destinada para sites e rádios. Os vídeos são publicados em DVD e/ou disponibilizados na internet via *youtube*¹⁴², *facebook*¹⁴³ e outros. Há publicação de folders, cartilhas e campanhas mobilizadoras da ASA, mas a elaboração dos boletins informativos, como *O Candeeiro*, é uma das principais ferramentas da sistematização das experiências agroecológicas descritas pela ASacom.

A produção dos boletins informativos consiste na descrição não só da experiência, mas também da história de uma pessoa, família, grupo ou comunidade. Eles não são importantes apenas para as pessoas que irão ler as experiências descritas, mas também para aqueles que têm sua vida registrada e divulgada, pois eles imprimem, valorizam e dão autoestima ao saber fazer camponês.

Ter a sua vida ou da comunidade contada, impressa, com “retrato” estampado, é dar veracidade à história narrada, como se antes de ser grafada no papel, pudesse se perder na fala, levada com o vento e esquecida com o tempo. Impressa, a história ganha vida longa, se perpetua. *O Candeeiro* evidencia a existência de gente que por muito tempo passou despercebida. Imprimir as histórias de agricultores é, portanto, valorizar o conhecimento tradicional, alçando-o ao mesmo nível de importância atribuído ao saber científico (BROCHARDT, 2013, p.201)

A agricultora Joelma Pereira acredita que:

*(a sistematização da experiência) é a valorização daquilo que a gente tem feito durante esse tempo todo, nesse processo de trabalho que a gente pratica que é a agroecologia. E é também mostrar para as pessoas que aquilo que a gente faz, tem resultado. Não é um resultado pra ontem, mas tem um resultado. A gente tá trabalhando com objetivo de melhoria, e não é melhoria só na renda. O povo pensa que melhoria tem que ser logo o dinheiro, isso também, mas é uma melhoria na conscientização, na alimentação (Depoimento da agricultora Joelma Pereira, do município Cumarú-PE, em entrevista para o programa da rádio *Riquezas da caatinga*¹⁴⁴).*

Uma peça importante no processo de elaboração da sistematização é o comunicador popular. Ele tem papel de facilitador, de mediador na redação de cada história. Tanto dos acertos como dos erros no processo de experimentação. Em um

¹⁴² <https://www.youtube.com/user/asabrasil1> (acesso: 23/07/2016)

¹⁴³ <https://www.facebook.com/articulacaosemiarido/> (acesso: 23/07/2016)

¹⁴⁴ Disponível em: (<https://archive.org/details/Produto20SistematizacaoDeExperiencias>) Acesso em: 23/07/16

trabalho de campo, no município de Poço Redondo - SE, Daniela Bento, comunicadora popular da Sociedade de Apoio Sócio Ambientalista e Cultural (SASAC), nos afirmou que uma das grandes responsabilidades no processo de sistematização é perceber o agricultor como protagonista da história. Segundo ela, “quanto mais o comunicador (popular) sair de cena, melhor. É protagonista, a gente só *cutuca...*”.

Segundo o acervo disponível no *site* da ASA¹⁴⁵, *O Candeeiro* sistematiza experiências em 9 estados do semiárido brasileiro. Não consta nenhuma sistematização do Maranhão, embora haja atuação da ASA no Estado. Até 2015, conforme Quadro 15, haviam sido sistematizadas 1378 experiências. A Bahia representa 22% do total das experiências, enquanto Sergipe 3,2%. Fica evidente que o tamanho do semiárido em cada estado é praticamente equivalente à produção e registro das sistematizações.

Quadro 15 – Número de sistematização de experiências de *O candeeiro*, por estado.

ESTADO	% das experiências
Bahia	22
Ceará	13,9
Pernambuco	13,5
Piauí	12,5
Paraíba	12
Rio Grande do Norte	11,2
Minas Gerais	7,5
Alagoas	4,2
Sergipe	3,2
Maranhão	0
TOTAL de experiências	100 (1.378)

Fonte: ASA (2015)¹⁴⁶

Os boletins abordam temas variados. Uma sistematização pode conter mais de um tema. O Quadro 16 aponta todas as temáticas das experiências. Dos 14 temas elencados, destacamos dois. As temáticas mais abordadas são os quintais produtivos (49%) e o acesso à água (48%). Outros temas de destaque são organização comunitária (25%), mulheres (24%), a criação animal (22%).

¹⁴⁵ <http://www.asabrasil.org.br/acervo/o-candeeiro>

¹⁴⁶ Os dados apresentados foram coletados em 2016, com base em 2015. Entretanto os novos boletins Candeeiros foram lançados, porém a nova exposição do banco de dados alterou sua visualização, dificultando manter a mesma metodologia de coleta. Assim optamos por manter apenas a coleta de dados referente até 2015.

Quadro 16 – As temáticas das experiências da ASA, em O candeeiro.

Temática das experiências da ASA	(%)
Quintal produtivo	49,06
Acesso à água	48,11
Organização comunitária	25,54
Mulheres	24,67
Criação animal	22,13
Acesso à terra	18,94
Agrobiodiversidade	18
Economia Solidária	12,63
Manejo da Caatinga	11,03
Sementes	9,94
Cultura	7,04
Agrofloresta	6,75
Educação contextualizada	5,08
Juventude	4,43

Fonte: ASA (2015)

Destacamos algumas práticas e experiências que são difundidas no informativo *O Candeeiro*. Sendo elas: cerca viva (Figura 52); barragem subterrânea (Figura 53); cisterna de placa (Figura 54 e 55); cisterna calçadão (Figura 56 e 57); tanque de pedra (Figuras 58, 59 e 60); uso de garrafa *pet* (Figura 61); canteiro econômico (Figura 62); fogão ecológico (Figura 63); plantas ornamentais e medicinais (Figuras 64 e 65); banco de sementes (Figuras 66 e 67); e o biodigestor (Figura 68), entre outras.

Figura 52 – Cerca viva

Fonte: Pablo Melquisedeque Souza e Silva (2008)

Figura 53 - Barragem subterrânea

Fonte: Pablo Melquisedeque Souza e Silva (2008)

Figura 54– Calha para escoar água para a Cisterna de placa



Fonte: Pablo S. e Silva (2013)

Figura 55 – Cisterna de placa



Fonte: Pablo S. e Silva (2009)

Figura 56 – Cisterna Calçada parte 1



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2016)

Figura 57 – Cisterna Calçada parte 2



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Fig. 58 – Panorâmica do Tanque de pedra da comunidade Benefício em Esperança-PB



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Fig. 59 – Tanque de pedra 1



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2016)

Fig. 60 – Tanque de pedra 2



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2008)

Fig. 61. Uso de garrafa Pet para umedecer o solo



Fonte: Raphael Tavares M. Pereira (2008)

Fig. 62. Canteiro econômico



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Fig. 63 Fogão ecológico



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Figura 64- Plantas ornamentais e medicinais



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Fig. 65- Plantas ornamentais e medicinais 2



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Figura66– Banco de sementes

Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Figura 67– Banco de sementes 2

Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Figura 68– Biodigestor

Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2016)

Com exceção do biodigestor, todas as práticas e experiências citadas (seu mecanismo e processo de construção) estão descritas, em nossa dissertação, defendida junto ao PPGG-UFPB, intitulada *Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea-PB* (2013).

Essas ações reforçam o caráter inovador e experimentador do campesinato brasileiro, em especial os que convivem no semiárido, que, articulado com instituições baseadas na agroecologia, fomentam a criatividade camponesa e científica dos sujeitos preocupados com as questões sociais e ambientais da produção agrícola.

Assim, acreditamos que elas representam a efetividade da ação produtiva e emancipatória do campesinato. A ASA-BR, através de sua equipe de comunicação corrobora com a troca de conhecimentos. É comum os agricultores entregarem o folheto e dizerem: “Tome aqui a minha história”.

Esta prática valoriza o sujeito protagonista de sua história e experiência, além de difundir ações que indiquem alternativas ao campesinato. Além disso, essas práticas e experiências são reforçadas em eventos como os que descrevemos no capítulo anterior, o Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Experimentadores do Semiárido.

A experimentação e prática são características fundamentais para o campesinato resistir. Como verificamos no primeiro capítulo dessa pesquisa¹⁴⁷, Reclus (1985) aponta que os pequenos cultivadores, embora com menos aparato tecnológico e menos visibilidade, possuem a capacidade observar, experimentar, aprender. Os que possuem essa capacidade apresentam experiências e práticas duráveis.

Já ressaltando os aspectos de rede, essas ações tanto de comunicação como de práticas agroecológicas estão entrelaçadas. A rede de agricultores experimentadores articulada pela ASA estabelece a comunicação dentro da própria rede de agricultores por meio dos boletins e vídeos. Assim como através das *redes sociais* e, às vezes, até através da mídia televisiva ou da rádio, estabelece um elo comunicativo com agricultores fora da rede, com consumidores e com a sociedade em geral.

4.2 A ação do Polo da Borborema e da AS-PTA no Agreste Paraibano

Antes de descrever e analisar a parceria Polo da Borborema e AS-PTA é necessário compreender que, apesar da autonomia, há diferença entre o papel desempenhado por cada uma. Ambas possuem ações tão coesas e interligadas que muitas vezes parecem ser uma só, mas não são.

Ao descrever a trajetória do movimento agroecológico brasileiro, já apontamos o histórico do PTA da FASE que se proporcionou a abertura de alguns Centros de Tecnologias Alternativas e outras organizações com propostas no campo agroecológico ligados ao PTA da FASE. Porém, ao se tornar AS-PTA, a assessoria se dividiu em alguns projetos de desenvolvimento local.

A AS-PTA começou a atuar na Paraíba em 1993, a partir do “Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano”. Ao interagir com a CUT-Brejo foi encaminhado para realizar suas ações em Solânea, Remígio e Lagoa Seca. Uma das primeiras ações da AS-PTA foi a realização de diagnósticos, chamados de

¹⁴⁷ Ver página 40.

“Diagnósticos Rápidos e Participativos dos Agroecossistemas (DRPA)”¹⁴⁸. Estes diagnósticos serviram para compreensão das diferentes realidades ambientais, econômicas e organizativas da produção das áreas diagnosticadas. Ressaltamos que estes diagnósticos contaram com a participação dos agricultores.

Estimulados pelos diagnósticos e pelo contato com novas experiências, por meio de visitas de intercâmbio, um número crescente de agricultores e agricultoras se envolveu em processos de experimentação promovidos em suas propriedades e comunidades. Os fluxos interativos e as iniciativas que daí se desdobraram suscitaram novas perguntas e demandas por conhecimentos que refletiam a amplitude das motivações e dos problemas a enfrentar (SILVEIRA, VICTOR e ANACLETO, 2007, p.11)

Seu Nelson Pereira descreve o processo a partir da experiência de realização de um diagnóstico por ele vivenciada, segundo ele:

A gente se preparou, montou uma equipe de agricultores, de dirigentes sindicais e mais o apoio técnico da assessoria, e fizemos toda uma travessia, rodamos parte do município de Solânea, em todos os municípios a gente deu uma travessia olhando e ajustando e fazendo uma leitura coletiva da região (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo da Borborema, 2010).

Abordando a mesma experiência, Luciano Silveira ressalta:

Uma coisa importante nesse momento foram as caravanas de quatro, cinco, seis carros, de quarenta, cinquenta pessoas rodando. Então, todo mundo que era do Curimataú, passeava pelo Curimataú, fazia a travessia e se discutia com esse grupo as características climáticas da topografia, do relevo, do solo, das características da vegetação natural e dos sistemas da agricultura da região (depoimento de Luciano Silveira, coordenador da AS-PTA, 2010).

Ocorrem ao longo dos primeiros anos de chegada da AS-PTA no Paraíba vários diagnósticos. Estes diagnósticos ocorreram entre 1993 e 2008 e abordaram vários temas, conforme o Quadro 17. Os diagnósticos tiveram como um dos principais objetivos

¹⁴⁸ Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas - DRPA é uma metodologia adaptada pela AS-PTA a partir de referenciais conceituais e metodológicos oriundos das escolas francesas e inglesas de desenvolvimento agrícola. O DRPA, empregado para a descrição e análise do funcionamento de agroecossistemas de uma dada região, tanto pode enfocar o conjunto dos agroecossistemas como orientar-se por recortes temáticos, vinculados aos subsistemas de produção (sistema pecuário, sistema de abastecimento hídrico, ocupação e uso dos solos, por exemplo). São dois os seus produtos: A análise das principais disfunções estruturais encontradas em cada tipo de agroecossistema presente, e a mobilização das comunidades rurais e organizações locais no processo de análise. O primeiro fornece subsídios para a formulação de estratégias técnicas de conservação ecológica dos agroecossistemas. O segundo estimula os atores locais a assumirem o protagonismo no processo. (PETERSEN e SILVEIRA, 2002, p. 132)

“analisar o papel dos agricultores, das suas organizações e das instituições técnicas, como produtores e vetores de inovação” (SABOURIN, 2001, p. 40)

Quadro 17 – Diagnósticos realizados no Polo Sindical da Borborema

ANO	DIAGNÓSTICO
1993	Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema (DRPA) em Solânea e Remígio
1994	Diagnóstico Ambiental
1995	Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – Criação animal
1996	Diagnóstico Rural Participativo – diversidade de feijões Diagnóstico Rural Participativo de Agroecossistema em Lagoa Seca
1997	Diagnóstico Rural Participativo – Gestão da Fertilidade
1998	Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
1999	Diagnóstico Rural Participativo – Circuitos Comerciais Diagnóstico Rural Participativo – Recursos Hídricos Diagnóstico Rural Participativo – Plantas Nativas
2002	Diagnóstico Rural Participativo – Frutas Nativas Diagnóstico Rural Participativo – Uso da agroecologia em Lagoa Seca Diagnóstico Rural Participativo – Empoderamento dos mais pobres
2003	Diagnóstico Rural Participativo – Criação de Aves
2004	Diagnóstico Rural Participativo – Mercados e Feiras Livres Diagnóstico Rural Participativo – Ambiental do Polo da Borborema Diagnóstico Rural Participativo – Políticas Públicas
2005	Diagnóstico Rápido Participativo – Ambiental do Polo da Borborema
2007	Estudos de monitoramento econômico
2008	Estudo sobre a desigualdade de gênero

Fonte: (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010).

Desta forma, a AS-PTA estimula as estratégias que partem do conhecimento e da criatividade do camponês que, interligado ao conhecimento científico, possui a capacidade de melhor aproveitamento e manejo dos recursos naturais. Isso instigou os camponeses e os técnicos a buscarem alternativas aos problemas enfrentados, além de potencializar as experiências e soluções encontradas.

Logo, esses diagnósticos não só serviram para verificar os principais problemas enfrentados na região, mas também foram relevantes para encontrar iniciativas já existentes ou experimentar formas de contrapor as dificuldades enfrentadas. Dessa forma, sindicatos e agricultores se mobilizaram e as experiências foram notadas. Alguns destaques para Fundos Rotativos Solidários, Banco de sementes e a construção de cisternas de placa.

O método de Diagnostico Participativo foi apresentado no capítulo 1 como uma característica do campesinato, segundo os narodnistas. Assim como apontamos no capítulo 2, essa estratégia também se fez presente em várias ações das organizações que estavam em busca das então chamadas Tecnologias Alternativas para agricultura.

Animados com os resultados, alguns sindicatos resolveram repensar seu papel. Roselita¹⁴⁹, coordenadora do Polo da Borborema, afirma que uma das reflexões foi que “O sindicalismo estava vivendo muito mais do discurso do que da prática, seria necessário experiências concretas para sair do discurso”. Sendo assim,

As ações de desenvolvimento estimuladas pelos STRs passaram a ser crescentemente compartilhadas e conduzidas em parceria com as associações locais, estreitando as relações em torno a objetivos comuns. No dizer de lideranças envolvidas, os sindicatos começaram a *sair de trás do birô*, onde se ocupavam essencialmente dos trâmites formais da previdência social, e passaram a se empenhar em iniciativas de desenvolvimento das comunidades de seus municípios. (SILVEIRA, VICTOR e ANACLETO, 2007, p.12)

Segundo declaração de Roselita, o Polo de Renovação Sindical atuava também na região do Polo da Borborema. Era um espaço para combater o sindicalismo pelego¹⁵⁰. Mesmo não avançando, esse Polo de Renovação Sindical propiciou a articulação entre os municípios. Em 1996, é criado o Polo Sindical da Borborema, fruto da ação coletiva desses sindicatos.

Dessa forma, o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas fundamentalmente como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia (SILVEIRA, FREIRE E DINIZ, 2010, p. 16).

A primeira luta que marca o Polo da Borborema é a reivindicação do espaço para a comercialização dos agricultores de Alagoa Nova e Lagoa Seca na EMPASA. A segunda luta foi pelo direito previdenciário. *Nas gerências de Esperança e Campina Grande, nós tínhamos funcionários do INSS que diziam: ‘Você é agricultor? Então mostra Suas mãos!’ Era uma forma humilhante de receber os agricultores* (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Em 1997, o Polo era formado por 5 sindicatos. Já em 2001, foi realizado o 1º seminário da Agricultura Familiar do Polo da Borborema, com 7 sindicatos. Os STRs apresentam e debatem suas experiências. Destaca-se que o STR de Cabaceiras

¹⁴⁹ Roselita faz parte da direção do STR de Remígio e é a coordenadora do Polo. O Polo tem uma coordenação executiva, composta por 10 pessoas, que é eleita em assembleia. E uma coordenação ampliada que depende do tema em debate.

¹⁵⁰ Nome atribuído aos sindicatos que estão mais ligados aos patrões do que aos trabalhadores.

aproximou-se para se integrar ao Polo da Borborema, mas não se efetivou. Em 2006, o Polo da Borborema passa a atuar junto a 14 municípios.

A relação do Polo da Borborema foi estabelecida ao longo dos anos a partir da construção de princípios que seriam, e ainda são, a base de construção política do Polo da Borborema. Dentre os princípios, destacam-se: Renovação sindical, participação das mulheres e da juventude, democratização de poder na direção sindical.

Nos sindicatos que começamos estavam numa renovação sindical. Remígio vinha de um processo de renovação sindical, Solânea também vinha, por que lá estava o berço do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, Lagoa Seca estava dentro do ex-polo de renovação sindical, já estava na luta. O sindicato participa do polo não só por que está na região de atuação do Polo, mas por que pra ele 'essa forma de fazer sindicato me atrai' Outros tiveram aqui não por princípios que o Polo tem como projeto político. Muitas vezes pelas experiências (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Segundo Roselita, há momentos que sindicatos se aproximam e se afastam. Atuam com mais vigor e, em outro momento, com menos vigor. Os períodos eleitorais, com troca de direção, dos sindicatos apresentam maior instabilidade, pois há um período de aproximação, de reconhecimento e de construção de relação.

Esperança era um sindicato pelego. Do sindicato de Esperança, participava do Polo apenas uma pessoa. Não era o sindicato, era um diretor que se identificava com a atuação do Polo. Havia conflitos internos. Passou uns 5 anos e o sindicato não se aproximava. (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

O polo chegou a contar com 17 STRs, inclusive o de Cabaceiras e Soledade, 94 e 80 km de distância de Esperança-PB, respectivamente. Já houve debates sobre a ampliação da área de atuação do Polo da Borborema. Optou-se por apoiar a criação de outros “polos”, outras áreas, mas sob outra gestão. Em Soledade, surgiu o “Coletivo de Educação Solidária”.

O Polo da Borborema tem sua formação e configuração baseadas na atuação junto aos sindicatos, seu nome era *Polo Sindical da Borborema*, porém, hoje sua razão social é *Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema*. Esta mudança de nome se deu para que houvesse a ampliação da possibilidade de atuação. Roselita exemplifica:

Pode acontecer do sindicato não querer participar do Polo. Mas se tiver organização de base? A gente entende que os agricultores não podem ser penalizados por que aquele sindicato não vai querer participar do projeto da agroecologia. Mas se tem uma associação que topa, nós vamos fazer (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Institucionalmente, o nome é *Polo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema*. Já para divulgação da mídia, ficou estabelecido chamar de *Polo da Borborema*. Porém, informalmente, é chamado apenas de *Polo*.

Da relação entre AS-PTA e Polo da Borborema, verificamos que a AS-PTA, na Paraíba, apresenta como parte dos seus objetivos fortalecer organizações ligadas ao Polo da Borborema “para que formulem, defendam e executem um projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia”¹⁵¹.

Já o Polo Sindical da Borborema é uma organização que atualmente forma uma rede que conta com 15 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) e, aproximadamente, 150 associações comunitárias entre outros.

A construção da Rede de agricultores e agricultoras tem feito nosso trabalho ficar mais forte, tem feito os agricultores assumirem o papel enquanto sujeitos sociais e fazer o processo de construção do seu território (...) Eles se sentiram capazes: “eu sou capaz de fazer minha experiência em agroecologia”. E se sentir parte da construção do projeto (...). (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Petersen e Silveira (2007) afirmam que “o Polo vem sendo capaz de articular as ações de inovação, promovidas de forma descentralizada por famílias e grupos comunitários, em um processo sociopolítico de âmbito regional, que se consolida em defesa da agricultura familiar e da agroecologia” (p. 105).

Segundo Roselita, para o Polo da Borborema, a prática cotidiana dos camponeses é a agroecologia.

Agroecologia, pra gente, é um modo de viver. É o modo como a gente constrói uma relação com a natureza, o modo como a gente se relaciona com o conhecimento. Agroecologia, também, é uma forma de construir relações mais iguais (...) O nosso conceito de agroecologia é o conceito de que não existe outro projeto de desenvolvimento que garanta o futuro da humanidade se não for a

¹⁵¹ Disponível em: <http://aspta.org.br/programas/programa-paraiba/> : Acesso em: fevereiro de 2015

agroecologia. Portanto, ela precisa ser feita a partir da relação dos agricultores com a natureza, está contida com sua diversidade. E, ao mesmo tempo, construindo relações sociais (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Como já afirmamos, a AS-PTA é a parceira fundamental para as ações do Polo da Borborema, de igual modo, o Polo da Borborema é a parceira fundamental para que a AS-PTA atue. Desta forma, investigamos o papel exercido por cada instituição. Inicialmente, procuramos as coordenações e alguns técnicos das duas organizações para compreender a função de cada organização nessa exitosa parceria.

Segundo Roselita:

*A gente sabe que a AS-PTA tem uma posição política, ela tem o projeto da Agroecologia que ela defende. Ela nasceu pra isso. Mas o projeto político é do Polo. **Quem tem que mobilizar as famílias, quem tem que articular as famílias na base, quem tem que pautar a política pública, quem tem que fazer isso é o Polo da Borborema. O projeto é dele (do Polo). Qual é o papel da AS-PTA? O papel da AS-PTA é construir conteúdo sobre a região. O papel da AS-PTA é munir o movimento para que ele faça suas lutas cotidianas. O papel da AS-PTA é de munir o movimento, de organizar as leituras, aos conteúdos, de construir metodologias para que os agricultores assumam seu papel. E tem como princípio também propor políticas. Mas não é papel da AS-PTA, por exemplo, convocar um sindicato. Quem tem que convocar é o Polo. Se tem um movimento em João Pessoa, pela agroecologia, a AS-PTA vai por que ela está no processo de construção. Mas se tiver que falar é o polo.*** (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

A argumentação de Roselita pôde ser comprovada no III e IV Encontro Nacional de Agroecologia. Por exemplo, no III ENA, houve um seminário temático sobre “*Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, Pesquisa e Ensino*” e um dos elementos centrais abordados foi a atuação da Rede Ater-Nordeste. Ainda que seja a AS-PTA a participante da referida rede, foi Roselita, do Polo da Borborema, a responsável pela apresentação das ações desenvolvidas por ambas. A Figura 69 aponta a síntese gráfica do seminário temático. Nota-se que foram debatidas a Rede Ater-NE e as ações do Polo da Borborema.

Figura 69 – Síntese do Construção do conhecimento agroecológico: interação entre Ater, Pesquisa e Ensino, no III ENA.



Fonte: Anais do III ENA, 2015.

Enquanto no IV ENA, na tenda reservada para a apresentação da “Construção da agroecologia nos territórios”, ainda que tenha contado com a presença de coordenadores e técnicos da AS-PTA, o Polo da Borborema ficou responsável para apresentação do seu histórico e da configuração atual dos avanços e desafios para o “Território da Borborema”.

Na compreensão de Roselita, a relação entre Polo da Borborema e AS-PTA, a assessoria feita pela AS-PTA é fundamental no processo de construção e execução das ações que ambas encabeçam.

A AS-PTA tem o papel fundamental de construir o olhar. A gente diz que tem um privilégio. Porque não é toda assessoria que consegue parceira como a gente tem construído. Não é que a gente não tenha conflito. Por exemplo: a AS-PTA é vindo para aqui, construir uma leitura junto com o Polo, a partir do olhar ‘de baixo’. Pra gente, isso é um saldo político extremamente importante. O papel da AS-PTA enquanto assessoria. É salutar. Como é que a gente constrói um projeto agroecológico onde a assessoria, ela tem uma visão de empoderar os sujeitos sociais que estão na sua base (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

Emanuel Dias, técnico da AS-PTA, compreende a relevância do papel político e mobilizador que o Polo da Borborema exerce no Agreste Paraibano. Ele entende que, entre Polo da Borborema e AS-PTA há “*uma relação de complementariedade, mas cada um tem seu papel*” (...) *Cada um tem seu espaço, tem sua autonomia.* Ainda sobre

a relação com o Polo da Borborema, ele complementa: “A gente já teve momentos que a AS-PTA achava que tinha que ir por um caminho e o Polo achava que tinha que ir para o outro. A gente teve que dar uma respirada e achar um caminho comum”.

O Polo tem um papel mais político, no território (...). Com protagonismo relevante com relação a conquistas e ação para o fortalecimento da agroecologia no território. Já a AS-PTA tem sua ação ligada à assessoria, no campo técnico-metodológico de assessorar a condução do trabalho junto com o Polo. (...) A importância do Polo para a AS-PTA é de mostrar esse outro olhar. Mostrar que a agroecologia é possível. Que é possível fazer uma leitura diferente, que valoriza as pessoas, o conhecimento delas. O que nem todas as organizações que já existiam tinham esse olhar. (...). É aqui que a gente concentra nossos esforços, nossas energias para que esse modelo de agricultura ele tenha força e ele cresça no território (Depoimento de Emanuel Dias, técnico da AS-PTA, 2017).

Em suma, as duas organizações possuem seus papéis definidos e se complementam. Há, entre elas, um elo que por vezes se confunde. São projetos que se integram. Enquanto a AS-PTA se propôs a buscar projetos que corroborem com a construção da agroecologia nos municípios de ação do Polo da Borborema, o mesmo mobiliza os sindicatos, associações e agricultores para que, a partir da agroecologia, haja enfrentamentos produtivos e políticos no Agreste Paraibano. Veremos no item 4.3.1.1 deste capítulo o que os camponeses entrevistados compreendem da parceria Polo da Borborema e AS-PTA.

Porém, para que esse projeto político e produtivo da agroecologia seja desenvolvido, há um modo como está estruturado o Polo da Borborema. Além da coordenação e coordenação ampliada, o Polo da Borborema é organizado em comissões, sendo elas: recursos hídricos, sementes, Saúde e alimentação, criação animal, cultivos agroflorestais, mercado e juventude.

Sobre as características de cada uma dessas comissões destacamos:

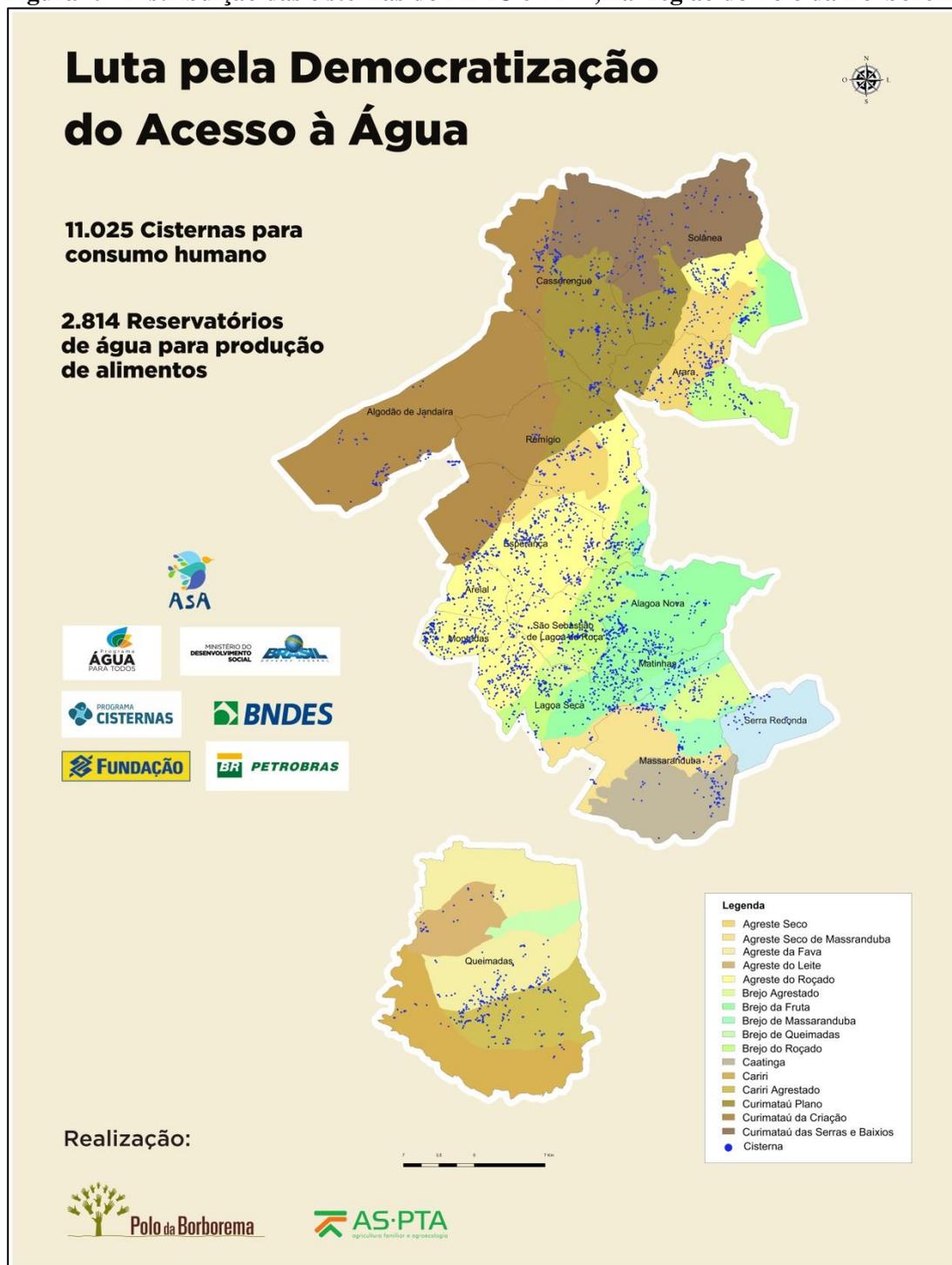
a) Comissão de Recursos Hídricos:

Tendo em vista as características edafoclimáticas do Agreste Paraibano, o Polo da Borborema em conjunto com a ASA-Brasil e seus parceiros tem trabalhado com dois importantes programas: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma terra e Duas Águas (P1+2). Ou seja, o P1MC e o P1 + 2. Esses programas articulam o conjunto de ações no semiárido.

Segundo a Figura 70, divulgada pela AS-PTA (2018), através das ações voltadas para o acesso à água, foram construídas na região do Polo da Borborema 11.025

cisternas voltadas para o consumo humano. Além de 2.814 cisternas com águas destinadas para a produção de alimentos, essas cisternas voltadas para produção agrícola é fruto do P1+2.

Figura70– Distribuição das cisternas do P1MC e P1+2, na região do Polo da Borborema



Fonte: AS-PTA (2018)

Há outras formas de armazenamento e aproveitamento dos recursos hídricos como a barragem subterrânea, os barreiros e os tanques de pedra. A diversidade de estratégias de armazenamento se inscreve na necessidade de convivência com o semiárido. Essa comissão reflete, dialoga e propõe estratégias que fomentam a capacitação e o acesso à água.

b) Comissão de Sementes

A comissão de Sementes está mobilizada, principalmente, com relação à formação e gestão dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), esses bancos fazem parte da estratégia de estocagem e garantia das sementes crioulas, na Paraíba chamada de *sementes da paixão*. No item 4.3, abordaremos especificamente sobre a atuação dessa comissão que é também compreendida como Rede de Banco de Sementes Comunitários do Polo da Borborema. Ressaltamos que essa rede debate, dentre outras coisas, o combate ao uso de sementes transgênicas, o uso dos agrotóxicos e além de fomentar os BSCs, sobre técnicas de armazenamento e estimula a formação de bancos de sementes familiares.

c) Comissão de Saúde e Alimentação

A comissão de saúde e alimentação acaba trazendo consigo o debate referente ao gênero. Essa comissão também pode ser chamada de comissão das mulheres. Esta comissão debate a relevância e o papel da mulher na agricultura. Fazem parte da pauta de debates e ações dessa comissão o “*ao redor de casa*”¹⁵², mudas de plantas medicinais, multimistura (uma farinha com produtos locais para complemento alimentar), violência de gênero etc.

As reflexões dessa comissão constataam que as mulheres na maioria das vezes planejam e trabalham no “arredor de casa”, ao desenvolver suas próprias habilidades para a agricultura. Destaca-se a construção de pequenas cercas ou telas no arredor de casa para a construção de hortas de verduras, plantas medicinais, assim como para a criação de aves. Além disso, elas se ocupam da produção de uma diversidade de produtos alimentícios como doces e geleias das frutas nativas, polpas, bolos e outros alimentos.

¹⁵² O arredor de casa ou quintal é onde se criam os pequenos animais como galinhas, perus, porco, coelho e outros; é onde se estabelecem diferentes fruteiras como acerola, goiaba, manga, cajá, caju e outras, disponibilizando frutas para o consumo da família e para beneficiamento e venda, inclusive nas regiões mais secas. É no quintal que são cultivadas verduras como coentro, couve, quiabo e outras que enriquecem a dieta das famílias com vitaminas e ainda é o local onde são cultivadas as plantas medicinais.

Também é fruto da ação dessa comissão a realização da Marcha pela vida das mulheres e da agroecologia. Analisaremos a relevância e o processo de construção da Marcha das mulheres para o Polo da Borborema no item 4.2.1 desse capítulo.

d) Comissão de Criação Animal

Dentre os temas correlatos à criação animal¹⁵³, essa comissão debate sobre: silagem, pastagem, sanidade do rebanho e outros. O estímulo à silagem¹⁵⁴ decorre da estocagem de alimentos para que o agricultor possa manter a criação animal alimentada de forma natural, sadia e valendo-se da própria produção e com o uso de máquinas forrageiras responsáveis por produzir a forragem para a alimentação dos animais.

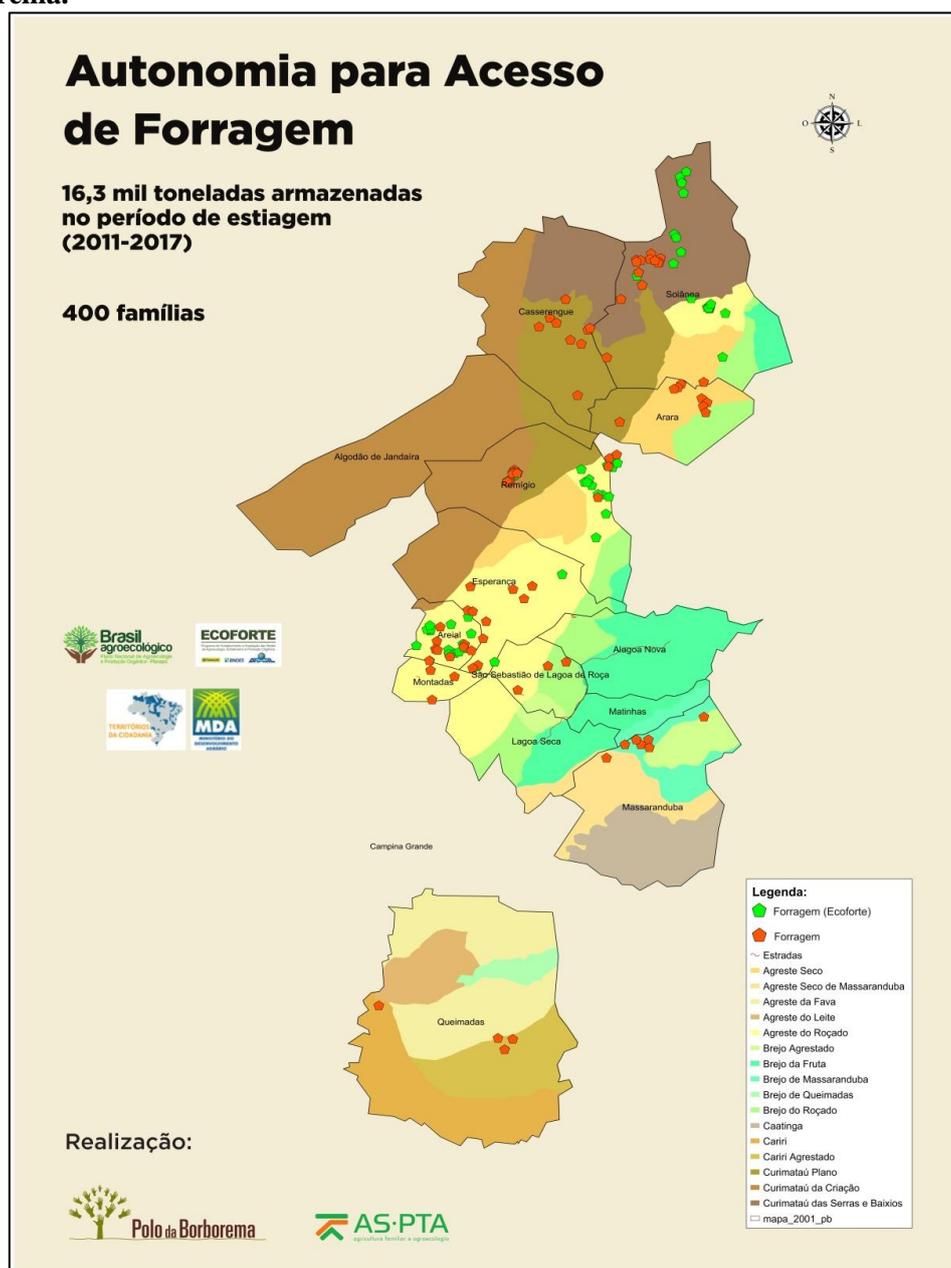
Segundo dados da AS-PTA (2018), entre os anos de 2011 e 2017, 400 famílias armazenaram 16,3 mil toneladas de forragem no período de estiagem. Parte das ações teve o apoio do programa *ecoforte*¹⁵⁵, sobretudo na compra de equipamentos, como fruto do PLANAPO. Na Figura 71, verificamos a localização e distribuição das forragens nos municípios de atuação da AS-PTA e Polo da Borborema.

¹⁵³ <http://aspta.org.br/2015/07/comissao-de-criacao-animal-do-polo-da-borborema-debate-em-seminario-fortalecimento-da-rede-de-beneficiamento-e-armazenamento-de-forragem-no-territorio/>

¹⁵⁴ É chamada silagem a conservação da forragem verde, succulenta por meio de um processo de fermentação anaeróbica. As forragens são guardadas em silos. Chama-se ensilagem o processo de cortar a forragem, colocá-la no silo, compactá-la e protegê-la com a vedação do silo para que haja a fermentação. (EMBRAPA, 1995).

¹⁵⁵ <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2014/outubro/09-10-2014-ecoforte-e-lancado-na-regiao-da-borborema>

Figura 71 – Localização das áreas de armazenamento de forragens, do Polo da Borborema.



Fonte: AS-PTA (2018)

Seu Nelson Ferreira destaca o papel da criação animal, principalmente da silagem, na estratégia da reprodução camponesa.

Então, assim, a questão da criação tem um papel importante na agricultura familiar e é interessante falar de quando a gente falou em Banco de Sementes que é estocar sementes, em outras palavras, é guardar sementes. A gente falou da água que é estocar água que é o caso das cisternas, da barragem, do tanque, da barragem subterrânea, então são formas de garantir reservas estratégicas. Então, na criação animal o trabalho que é feito é a questão de fazer os silos para guardar da ração do gado, porque tem ano que a

criação passa fome mesmo. É exatamente quando vem uma seca, as forragens desaparecem, os gados comem logo, aí quando esgota todo esse tipo de alimentação temos que segurar um rebanho e, principalmente na região como a nossa (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Seu Joaquim Santana complementa que:

Uma das coisas mais fortes para a convivência com semiárido é estocar. Seja água, forragem, alimento (depoimento do agricultor Joaquim Santana. Entrevista realizada dia 1 de maio de 2010, grifo nosso).

Seu Nelson Ferreira conclui:

Ou seja, a segurança alimentar tem que ser tanto para os humanos como para os animais, em geral. Como você faz uma agricultura sustentável? Sustentável é aquele que pode sobreviver sem passar muito aperto. O conceito vai ser de enfrentar o tempo mais ruim com estratégia de estocar (depoimento de agricultor Nelson Ferreira, membro do Polo da Borborema. Entrevista realizada dia 1º de maio de 2010).

Um dos membros dessa comissão, Seu Luiz Souza, de Solânea descreve a atuação dessa comissão:

Quando seus animais estão doentes a gente reivindica um veterinário pra fazer exame nos seus animais, para saber que doença está aparecendo em sua região e passar aquele medicamento adequado para seus animais. E também a gente incentiva a fazer a preservação da mata nativa e fazer o reflorestamento em sua propriedade, que é a sustentação para o próprio meio ambiente (Depoimento do Agricultor Luiz Souza. Trabalho de campo, 2013).

Assim a comissão Criação Animal assume papel relevante, tendo em vista que a partir de sua ação a produção de alimentos com a utilização de esterco é potencializada. Destaca-se, também, que a criação animal também é instrumento de acumulação em forma de poupança produtiva e financeira da família camponesa.

A produção animal possui função importante na organização das unidades de produção camponesa, haja vista que os animais geralmente estão integrados aos sistemas agrícolas. Dessa forma, há uma relação entre o sistema de produção agrícola e o pecuário.

e) Comissão de Cultivos Agroflorestais

Essa comissão busca incentivar e disseminar formas de cultivos ecológicos, tanto na produção vegetal quanto animal, combatendo pragas e doenças através da utilização de biofertilizantes e defensivos naturais. Além do compartilhamento de técnicas para produção de biofertilizantes e defensivos naturais, os trabalhos dessa comissão são voltados, também, para a discussão de encaminhamentos quando da ocorrência de pragas. Para isso, são realizados seminários e encontros para debater e compartilhar soluções aos problemas encontrados.

f) Comissão de acesso a mercados

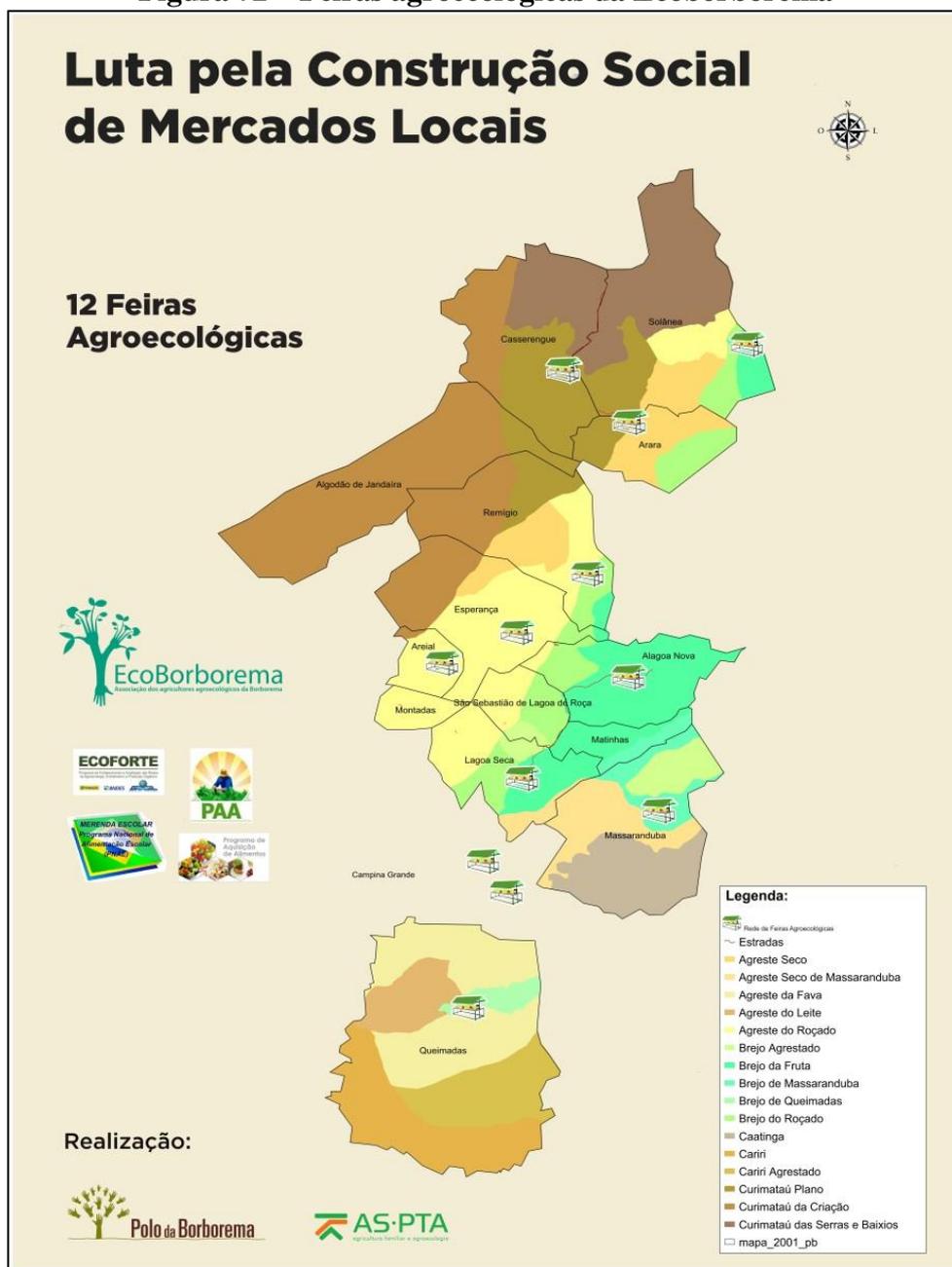
Segundo Freire e Almeida (2005), as ações que estimulam a estruturação de novas relações de mercado, apontam para uma postura inovadora e propositiva das organizações e trazem novas questões à pauta do debate sobre a organização dos mercados locais e regionais e suas interações com a formulação de estratégias e propostas de políticas para o projeto da agroecologia e dos camponeses que fazem uso dela.

Para Freire e Almeida (2005),

A feira foi apreendida para além de plataforma de relações econômicas, as feiras foram consideradas também como centros de sociabilidade, de troca de conhecimentos e informações, de afirmação de uma cultura produtiva e de consumo, que constituem igualmente elementos integrantes das estratégias de reprodução econômica e social da agricultura familiar na região (p. 25).

A comissão busca debater o acesso aos mercados institucionais, como PAA e PNAE, e outros meios para a comercialização da produção, além das feiras agroecológicas. Sobre as feiras agroecológicas Lima (2017), em sua tese sobre os *Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba*, descreve e analisa o contexto das feiras agroecológicas na Paraíba e, dentre elas, as feiras integradas à rede Ecoborborema. Essa rede articula 12 feiras agroecológicas (Figura 72), sendo dez feiras em municípios que estão ligados ao Polo da Borborema e duas feiras em Campina Grande.

Figura 72 – Feiras agroecológicas da Ecoborborema



Fonte: AS-PTA (2018)

Segundo pesquisa de Lima (2017), conforme quadro 18, as feiras agroecológicas da rede Ecoborborema envolvem cerca de 190 famílias camponesas. Essas famílias produzem tanto para feiras agroecológicas em seu município de origem, assim como para outros municípios. O maior exemplo disso são as duas feiras que ocorrem em Campina Grande e a produção dessa feira tem origem em 8 municípios da região de atuação do Polo da Borborema.

Quadro 18 – Feiras da Rede Ecoborborema, número de famílias e área de produção

Feira Agroecológica Ecoborborema	Número de famílias ¹⁵⁶	Áreas de produção
Lagoa Seca	25	Comunidades rurais de Floriano, Amaragi, Alvinho, Almeida, Oiti e Lagoa de Gravatá (Lagoa Seca)
Regional de Campina Grande	22	Pequenas propriedades nos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca, Queimadas, Remígio, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Solânea.
Colégio Cem (Campina Grande)	10	Pequenas propriedades nos municípios de Alagoa Nova, Lagoa Seca, São Sebastião de Lagoa de Roça, Massaranduba e Solânea.
Remígio	16	Assentamento Oziel Pereira e Queimadas (Remígio), Comunidades rurais Junco e Chique-Chique, (Remígio), assentamento rural Emanuel Joaquim (Areia).
Solânea	15	Comunidades rurais de Solânea
Alagoa Nova	10	Comunidade rural Ribeira (Alagoa Nova)
Massaranduba	18	Comunidade rural Cachoeira de Pedra D'água, Gameleira e assentamento Imbiras(Massaranduba).
Esperança	10	Pequenas propriedades do município de Esperança, Assentamento Timbaúba (Esperança), Assentamento Carrasco (Alagoa Nova).
Areial	10	Comunidades rurais de Arara, Mucuípe, Lajedo, Três Lagoas e Lagoa Comprida (Areial); (Alagoa Nova)
Queimadas	15	Pequenas propriedades em Queimadas, Cabaceiras e Lagoa Seca.
Arara	30	Comunidades rurais de Jabuticaba, Lagoa de Dentro, Barra de Salgado, Cuité, Jucá e Aratá (Arara)
Casserengue	9	Comunidades rurais Pedra D'Água, Riacho do Boi, Veloso (Casserengue)

Fonte: Lima 2017

Adaptação: Pablo M.S. Silva

Compreendemos que essa comissão possui grande relevância devido à sua influência nas ações produtivas e na melhoria do rendimento econômico das famílias envolvidas. Não é nosso objetivo aprofundar nas ações dessa rede. Para compreender, com mais detalhes, o funcionamento da rede Ecoborborema recomendamos a tese de Lima (2017) supracitada.

g) Comissão da Juventude:

Assessorada pelo Núcleo da Infância e Juventude da AS-PTA, essa comissão tem função de incentivar processos de inserção de várias pautas relevantes para a juventude camponesa. Buscar fomentar a permanência da juventude no campo e instigar a formação de novos líderes para os movimentos camponeses. Além de abarcar temas de outras comissões, a comissão da juventude destaca-se por pautar a educação no

¹⁵⁶ Número total de famílias participantes declaradas pelos camponeses, na pesquisa de Aline Barboza de Lima (2017).

campo, a formação de Fundos Rotativos Solidários, gênero, sexualidade dentre outros temas que visam assegurar melhores condições de vida para a juventude camponesa. Assim como a comissão de mulheres, essa comissão passou a organizar a Marcha da Juventude e Encontros da Juventude Camponesa do Polo da Borborema.

Além das comissões, o Polo da Borborema e a AS-PTA possuem uma variedade de parceiros. Eles estabelecem parcerias com universidades, movimentos sociais, movimentos estudantis, órgãos estatais, dentre outros. As parcerias podem ocorrer para diversas funcionalidades.

Segundo relato de Roselita, coordenadora do Polo da Borborema, o Polo se relaciona: a) com a **UFPB – Areia** para a realização de estudos na área da genética; atualmente, a pesquisa está sendo desenvolvida no campo da criação animal, no curso de veterinária, trabalhando o desafio da criação animal; b) com a **UFPB – Bananeiras** realiza ações sobre a Educação no campo e do campo; foi construído um diagnóstico sobre o fechamento das escolas no campo, nos municípios de Solânea e Remígio, objetivando pesquisar qual o impacto do fechamento dessas escolas para comunidade e para os filhos dos agricultores; c) com a **UEPB- Lagoa Seca**, particularmente com o NERA (Núcleo de Extensão Rural Agroecológica), há estudos sobre as pragas e doenças da batata inglesa; d) com **Embrapa- Tabuleiros Costeiros (Aracaju-SE)**, houve a elaboração de uma cartilha sobre as sementes crioulas, fortalecendo o debate sobre a proteção das sementes crioulas por parte das políticas públicas.

O Polo da Borborema também se relaciona com os Núcleos de Agroecologia (NEAs), o MECA (Movimento de Educação do Campo e Agroecologia) e o MAE (Movimento Agroecológico), respectivamente, da UFPB-Bananeiras e UFPB-Areia. Além de fortalecer o debate sobre a juventude camponesa, receber estagiários e estudantes dos NEAs, o Polo da Borborema tem colaborado junto ao MECA para a sistematização das experiências, no projeto da ABA, que mencionamos no capítulo anterior.

A relação com a pesquisa é fundamental. Primeiro, pra gente desconstruir essa questão de que: 'quem sabe é que tá na academia'. Nosso intuito é: como a gente articula conhecimento? Um conhecimento não sobrepõe o outro. Só o da academia é importante ou só o do agricultor é importante? Não. A gente entende que as conexões entre esses conhecimentos são capazes de gerar novos conhecimentos para a agricultura familiar agroecológica. E, também, como a gente constrói meios que a pesquisa ela se aproxime da vida do povo camponês, né? Esses são exercícios que a gente faz ao longo

desse tempo (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

O Polo da Borborema também possui representação em outras redes, conselhos e fóruns, sendo esses: coordenação e Grupos de Trabalhos (GTs) da ASA-PB, CONSEA-PB, Marcha das Margaridas, GT – Mulheres e Construção do Conhecimento da ANA. Essas representações integram o Polo da Borborema ao conjunto estadual, regional e nacional de organizações voltadas articuladas com a agroecologia. Logo o Polo da Borborema colabora e faz parte da rede de movimentos agroecológicos no Brasil.

As redes são espaços de reconhecimento dos sujeitos sociais. Portanto a construção das redes é a gente descentralizar poder. No movimento sindical a gente tem o histórico de centralizar poder muito grande. O poder do presidente, o poder do tesoureiro...a gente entende que descentralizar poder não é uma coisa ruim”(...)“construir redes, trabalhar em redes é um forma da gente trabalhar identidades. A rede de mulheres por exemplo: conduzida pelas mulheres agricultoras comissão de Saúde e alimentação. Que articula o trabalho com as mulheres. É a gente dá a esses sujeitos sociais autonomia. Reconhecer que na agricultura familiar a gente tem homens, mulheres, jovens. (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema, 2017).

As três últimas décadas foram de transformações no Agreste Paraibano. A chegada da AS-PTA e sua parceria com o Polo da Borborema foi fundamental para que o campesinato e agroecologia se fortalecessem na região. Os diagnósticos e projetos de convivência com o semiárido foram relevantes para integração de técnicos e camponeses. As comissões representam os diversos temas e desafios que o Polo da Borborema e parceiros enfrentam. Assim, o Polo da Borborema contribui para a formação de um projeto político e da rede de agroecologia no Brasil, pois corrobora para que através dela a agroecologia faça parte de um *movimento*, junto com os técnicos e as universidades e, principalmente, que os camponeses integrem a *prática* agroecológica e construam a *ciência*.

4.2.1 A relevância da Marcha Pela Vida das Mulheres e da Agroecologia

Outro momento de expressão da luta, de construção e difusão de resistência camponesa são os atos públicos, em especial as marchas. A partir dos estudos iniciados para nossa dissertação, acompanhamos, desde 2010, a *Marcha das Mulheres: Pela Vida das Mulheres e da Agroecologia*, realizada pelo Polo da Borborema, AS-PTA e seus

parceiros. Um artigo, fruto dessa pesquisa, recebeu o *prêmio Margarida Alves*¹⁵⁷, em 2014.

Em nossos objetivos não constavam analisar a *Marcha das Mulheres*, todavia este é um evento anual de maior expressão política e que é capaz de mobilizar grande número de pessoas em torno de dois temas: Mulheres e Agroecologia. O Polo da Borborema e seus parceiros provam sua capacidade de articulação, mobilização e força política com a realização das *marchas*.

Estima-se que na última marcha, em 2018, compareceram cerca de 8 mil mulheres, enquanto a primeira, em 2010, teve cerca de 900. Das 9 edições das marchas realizadas de 2010 até 2018 não estivemos presentes apenas em duas (as que ocorreram em Queimadas e Massaranduba, respectivamente, em 2011 e 2014). Foi possível notar o crescimento numérico de pessoas nas marchas e o aumento da organização e estrutura para a realização da mesma. A partir das informações do Quadro 19, verificamos que as marchas foram realizadas em 9 dos 14 municípios de atuação do Polo da Borborema e que houve o aumento no número de participantes.

Quadro 19 – Edições das Marchas das Mulheres do Polo da Borborema entre 2010 e 2018

Ano	Edição da Marcha	Município	Estimativa de mulheres
2010	I – Marcha das Mulheres	Remígio	900
2011	II - Marcha das Mulheres	Queimadas	1800
2012	III - Marcha das Mulheres	Esperança	1500
2013	IV - Marcha das Mulheres	Solânea	3000
2014	V - Marcha das Mulheres	Massaranduba	3500
2015	VI - Marcha das Mulheres	Lagoa Seca	5000
2016	VII - Marcha das Mulheres	Areal	5000
2017	VIII - Marcha das Mulheres	Alagoa Nova	5000
2018	IX - Marcha das Mulheres	S. S. Lagoa de Roça	8000

Fonte: AS-PTA¹⁵⁸

A *Marcha das Mulheres* é uma ação de valorização do papel da mulher no campesinato e sua relevância para a reprodução camponesa. Porém, também debate a agroecologia e visa lutar por direitos, enfrentar, conscientizar e denunciar a violência contra a mulher.

¹⁵⁷ Nosso artigo com a descrição e debate sobre as Marchas, recebeu o prêmio Margaria Alves (2014), promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O artigo "*Pela Vida das Mulheres e da Agroecologia: as ações do polo sindical da Borborema e seus parceiros no Agreste Paraibano*", resultado desta pesquisa foi publicado no livro "*Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero: Prêmio Margarida Alves*" organizado por Hora, Rezende e Macedo (2015), contendo artigos e relatos premiados nesta edição.

¹⁵⁸ O município onde ocorreram as marchas e o número estimado de mulheres foi obtido a partir de notícias do site: <http://aspta.org.br>.

Para que a marcha aconteça, há um processo de preparação que vai desde a escolha do município anfitrião da marcha até reuniões e encontros em cada município de atuação do Polo da Borborema para debater, dentre outras coisas, o tema mobilizador de cada marcha.

Com o passar das edições, a marcha das mulheres foram reunindo mais organizações parceiras. Dentre essas, destacamos: MST, CEPFS (Centro de Educação Popular e Formação Sindical), CUT, Marcha Mundial das Mulheres, Coletivo 8 de Março, Coletivo Artemísia, dentre outros. E, contou em diferentes marchas com o apoio da *actionaid*¹⁵⁹, *Misereor*¹⁶⁰, *CESE*¹⁶¹, *CCFD*¹⁶², *Terre des hommes Schweiz*¹⁶³, entre outros.

Em todas as marchas, foi lembrada a luta sindical feminina, em alguns momentos é feita a referência à Margarida Maria Alves¹⁶⁴ (ver Figura 73), primeira mulher presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, assassinada em 1983. Três meses antes de sua morte, ela havia feito a seguinte declaração:

*Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles*¹⁶⁵

Outra frase atribuída à Margarida Maria Alves, que virou “grito de ordem” durante a marcha, foi: “*É melhor morrer na luta do que morrer de fome*”.

¹⁵⁹ <http://actionaid.org.br/> (Acesso em 06/02/19)

¹⁶⁰ <https://www.misereor.org/> (Acesso em 06/02/19)

¹⁶¹ <https://www.cese.org.br/> (Acesso em 06/02/19)

¹⁶² <https://ccfd-teresolidaire.org/> (Acesso em 06/02/19)

¹⁶³ <https://www.terredeshommeschweiz.ch/en/> (Acesso em 06/02/19)

¹⁶⁴ <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/> (Acesso em 10/05/14)

¹⁶⁵ *Idem* 13.

Figura 73. Pintura-retrato de Margarida Maria Alves:



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva

Além da referência à Margarida Alves, também é lembrado o assassinato da Irmã Dorothy Stang (ver Figura 74), missionária dedicada à luta dos camponeses na Amazônia.

Figura 74. Pintura-retrato da Irmã Dorothy Stang



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva

É recorrente, nas marchas, a lembrança de casos de violência contra a mulher. O mais lembrado é o caso de Ana Alice (Figura 75), que foi estuprada e assassinada em 2012, no município de Queimadas- PB :

Em 19 de setembro de 2012 desapareceu a jovem Ana Alice de Macedo Valentin, militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimadas, integrante do Polo da Borborema, uma articulação de 14 sindicatos da região da Borborema. A jovem foi raptada, estuprada e violentamente assassinada pelo vaqueiro Leôncio Barbosa de Arruda, quando voltava da escola, aos 16 anos, nas proximidades do sítio

Bodopitá onde residia. Seu corpo só foi encontrado 50 dias após o crime, enterrado em uma fazenda no município vizinho Caturité-PB. O criminoso tentou fazer uma nova vítima, que sobreviveu e o denunciou. (AS-PTA, 2016)¹⁶⁶

Figura 75 – Campanha pelo fim da cultura do estupro



Fonte: AS-PTA

Durante as marchas, além das “místicas” (Figura 76), há apresentação de teatro (Figura 77) e de repentes (Figura 78), abordando o tema da referida marcha. Durante o evento é, também, realizada uma feira agroecológica (Figura 79). Como parte da programação da marcha, há espaço para discurso sobre a conjuntura e o tema mobilizador do ano (Figura 80), depoimentos (Figura 81), protestos (Figura 82), caminhada na cidade (Figura 83).

Fig. 76– Mistica sobre a luta das mulheres



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2012

Fig. 77– Apresentação teatral



Fotografia: AS-PTA, 2015

¹⁶⁶ <http://aspta.org.br/2016/09/quatro-anos-apos-desaparecimento-da-jovem-ana-alice-polo-da-borborema-enfrenta-onda-de-estupros-na-regiao/> (Acesso em 06/03/17)

Fig. 78- Repentista versando sobre as mulheres



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2010)

Fig. 79 - Feira Agroecol6gia durante a Marcha



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Fig. 80 – Cantando música oficial da marcha



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Fig. 81 – Depoimentos contra viol6ncia



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2013)

Fig. 82 – Saída da Marcha



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2018)

Fig. 83 – Caminhada na cidade



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2015

Estas marchas são o símbolo da luta não só pela valorização da figura feminina, mas de todo o papel da mulher dentro da estrutura da sociedade, em especial, da estrutura camponesa. Existem vários documentos produzidos para as Marchas. Todavia

resolvemos destacar dois. O primeiro é a *carta política*¹⁶⁷ lançada durante a Marcha de 2013, expressando suas reivindicações.

Da carta política da marcha, destacamos:

Com base nos aprendizados que estamos construindo em nossa trajetória de luta e de construção da agroecologia no território, apresentamos a seguinte pauta de reivindicações: 1. Pelo reconhecimento e pela valorização do papel histórico das mulheres como guardiãs da agrobiodiversidade e do conhecimento associado à promoção da agricultura; 2. Pelo reconhecimento e fortalecimento das formas de auto-organização das mulheres, como os fundos rotativos solidários, os grupos de beneficiamento e comercialização; 3. Pela garantia da participação das mulheres no debate sobre as políticas públicas para agricultura, saúde e educação. 4. Pela criação de fóruns para debate sobre as políticas públicas voltadas para a mulher, a exemplo do Pronaf Mulher, e pela implementação de propostas de aprimoramento para sua efetiva execução e o empoderamento das mulheres; 5. Pela criação de instituições e espaços de defesa e de atendimentos à mulher em situação de violência para a efetivação da aplicação da Lei Maria da Penha nos municípios e no Território da Borborema; 6. Pela capacitação permanente dos agentes dos serviços públicos especializados para o atendimento das mulheres em situação de violência, garantindo atendimento humano e qualificado; 7. Cobramos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Borborema a realização de um encontro com os diferentes gestores públicos do território, momento no qual possamos apresentar nosso trabalho e luta e, ao mesmo tempo, fazer um balanço crítico sobre a equidade com que as políticas das diversas esferas e pastas são implementadas na região.

O segundo documento é o panfleto que resume a pauta de reivindicações da VIII Marcha, em 2017. No panfleto, foi reafirmada a luta contra a violência contra a mulher. Segundo o Polo da Borborema, entre agosto e outubro de 2016, foram registrados 44 estupros cometidos na zona rural de oito dos municípios da Borborema.

Lutamos pelo fim da cultura do estupro, que julga como natural a violência contra mulher. Lutamos pelo fim da impunidade dos crimes contra mulher e pelo fim da desigualdade de gênero. Lutamos pela preservação e conquista de novos direitos, (...). Por isso, lutamos contra a reforma da previdência proposta pelo governo golpista de Michel Temer. (...) Denunciamos que, ao pretender equiparar trabalhadores e trabalhadoras rurais aos trabalhadores e trabalhadoras no meio urbano, a reforma desconsidera a intensidade, as condições de trabalho e a tenra idade com os jovens e as jovens rurais iniciam a atividade produtiva na agricultura familiar (POLO DA BORBOREMA, 2017, p. 1-2).

¹⁶⁷ <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-Pol%C3%ADtica-da-IV-Marcha-08-03-2013.pdf>

Em depoimento ao site da AS-PTA, Adriana Galvão, assessora técnica da AS-PTA e uma das coordenadoras da Marcha das Mulheres descreve que um dos legados mais importantes da marcha é o protagonismo exercido pelas mulheres na luta política. Ela avalia que:

Hoje em dia, as mulheres estão cada vez mais presentes nos espaços de poder, na presidência e nas direções dos sindicatos VIII Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia das associações, como gestoras de fundos rotativos solidários e de feiras agroecológicas. Hoje os sindicatos do território não tem mulheres em seus espaços por uma questão de cota, mas sim porque entendem a importância e o papel das mulheres na construção do seu projeto político (AS-PTA, 2017)¹⁶⁸.

A *Marcha pela vida das mulheres e da agroecologia* não é apenas um movimento que busca dar visibilidade à mulher, mas, ao longo dos anos já apontou que seus objetivos estão para além das pautas apenas feministas, refletem as necessidades e os desafios de jovens, de negros, de homossexuais, de camponeses em nossa sociedade, em especial dos que vivem no campo. A agroecologia, nesse caso, é apontada como base para a transformação produtiva, cultural, social e econômica para o campesinato do Agreste Paraibano e a mulher é compreendida como protagonista dessa agroecologia.

4.3 A Rede de Banco de Sementes Comunitária da Paraíba e do Polo da Borborema

Os Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) nascem a partir de uma estratégia que complementa a prática tradicional das famílias camponesas de estocar sementes. Esse estoque visa garantir o abastecimento tanto para a plantação como para a alimentação da família. Ou seja, os BSCs compõem uma estratégia associativa que complementa os Bancos de Sementes Familiares (BSFs).

Um BSC é fundado a partir da organização de um grupo de agricultores e de um estoque de sementes, obtido com doações externas ou da colaboração dos próprios membros de determinado grupo. As famílias que são sócias do banco retiram, como um empréstimo, uma quantidade de sementes, devendo devolvê-la após a colheita, em

¹⁶⁸ Disponível em: <http://aspta.org.br/2017/03/oitava-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia-leva-cinco-mil-mulheres-as-ruas-de-alagoa-nova-pb-pelo-fim-da-cultura-do-estupro-e-contra-a-reforma-da-previdencia/> (Acesso em: 02/02/2019)

quantidade igual ou superior à quantidade que pegou emprestada. O percentual de devolução das sementes varia de acordo com cada BSCs, segundo decisão dos membros.

Esse percentual devolvido é o que possibilita a formação dos estoques, a ampliação do número de sócios e do aumento do volume de empréstimos das sementes. Na devolução das sementes, os sócios devem entregar sementes de qualidade e com as características de seleção acordadas pela comunidade.

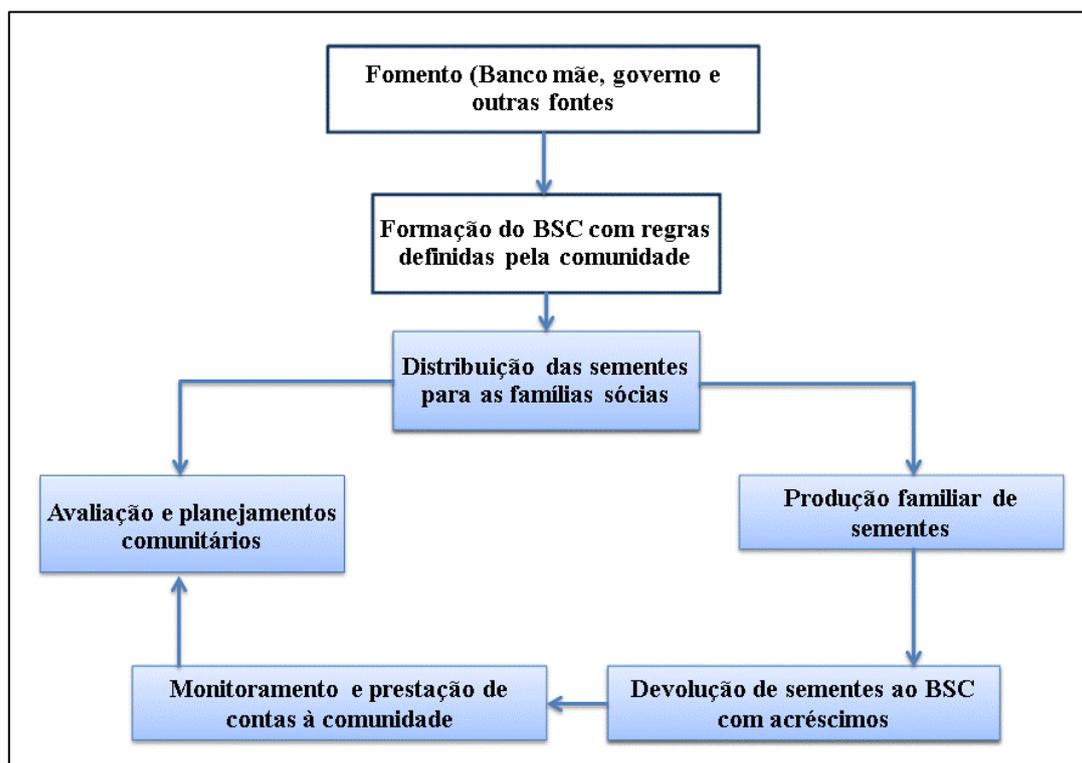
De igual modo, as regras gerais de funcionamento do BSC são definidas pelos associados. E, geralmente, há uma comissão ou uma pessoa fica responsável por gerir o banco. Entretanto, um dos principais problemas para a organização e funcionamento do BSCs é a devolução das sementes. Há casos em que as sementes não estão selecionadas ou armazenadas adequadamente e às vezes não ocorre à devolução (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

Problemas como concentração de trabalho na mão de um grupo pequeno ou de uma família, devolução de sementes de má qualidade por parte de alguns sócios, concentração de poder do presidente da associação, má administração do grupo gestor ocorrem frequentemente e são de difícil solução. Todos esses fatores, que causam prejuízo à comunidade, comprometem de alguma forma o desempenho do banco (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002, p. 37).

Por isso as reuniões, os treinamentos, as oficinas, os intercâmbios fazem parte do planejamento das redes de bancos de sementes para que haja a capacitação e melhor andamento da gestão dos BSCs. No caso do Agreste Paraibano, a AS-PTA possui papel fundamental na dinâmica dos BSCs ao assessorar a Rede de Bancos de Sementes do Polo da Borborema.

Na Figura 84, verificamos uma síntese da dinâmica de funcionamento de um BSC. Na etapa de formação, há o fomento para a provisão das sementes para serem armazenadas no BSC, as sementes podem vir de outro banco, do governo ou de outra fonte. Depois, há a etapa de formação do BSC, com a definição das regras e regimentos para o funcionamento do banco. Em seguida, são etapas que se repetem todos os anos. Primeiro há a distribuição das sementes. Depois, as famílias produzem; devolvem as sementes, de acordo com as regras preestabelecidas; monitoram e prestam contas do processo de devolução e, finalmente, avaliam e planejam o novo ciclo.

Figura 84 – Dinâmica de funcionamento de um Banco de Sementes Comunitário



Fonte: Almeida e Cordeiro (2002)

Como já reforçamos várias vezes, as CEBs exerceram papel fundamental para organização da atual rede de movimentos ligados à agroecologia. Dentre as diversas ações e trabalhos desenvolvidos nas CEBs, a partir da década de 1970, houve uma orientação para a identificação, resgate e conservação da agrobiodiversidade manejada pelos agricultores familiares, com essa premissa, começou a organização de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs), no Nordeste Brasileiro. Na Paraíba, a Comissão Pastoral da Terra foi uma das primeiras a colaborar com as experiências iniciais a partir de compra e doação de sementes feita pela Igreja Católica (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

A iniciativa foi motivada pela percepção de que o acesso às sementes constituía um elemento chave na situação de miséria e dependência em que vivia grande parte das comunidades rurais do Nordeste. Os bancos de sementes também foram vistos como uma oportunidade de abrir novos espaços organizativos para os trabalhadores rurais e, de fato, constituíram uma das raízes da luta sindical e da luta partidária na região. (CUNHA, 2013, p.62)

Na década de 1990, as ações em torno dos Bancos Comunitários de Sementes passaram a receber o apoio e participação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais

(STRs), associações locais e de ONGs, sobretudo ligadas a PTA, no Nordeste, que passaram a fomentar e qualificar tecnicamente a proposta e articular as experiências locais através de diversas redes regionais, estaduais e nacionais (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002). O agricultor *Euzébio* Cavalcanti, durante uma reunião da rede de banco de sementes do Polo da Borborema descreve parte da trajetória da rede de Bancos Sementes Comunitárias da Paraíba.

Quando a gente (Polo da Borborema) começou os trabalhos com a AS-PTA em 1993. Começou com os municípios de Remígio, Solânea e depois Lagoa Seca. A gente tinha naquela época uma política de sementes que tocava sementes por votos. Tinha vereadores traziam um ou dois quilos de sementes e sabiam que iam só trocar por votos. Naquele momento tinha uma preocupação muito grande, por que a gente tinha em mente que os agricultores não guardavam mais sementes. (...) Aí acontecia um fenômeno quando a gente começou a fazer nossos bancos de sementes em 1994. A gente descobriu que a gente nunca conseguia enxergar onde estavam guardadas as sementes.

Por que a política pública dizia que o agricultor não tinha semente, tinha grão. Então precisou da rede. A gente começou a fazer troca de conhecimento, a gente começou a descobrir nessa rede, que a gente precisava investigar mais dentro de casa. (...) Quando se formou o Polo da Borborema em outros municípios descobrimos outros tesouros, de antes do tempo que a gente começou. Encontramos em “Zé Pequeno”, em Solânea tinha banco de sementes dos anos 70, dos anos 80, que eram bancos de sementes construídos pela igreja católica, no tempo das CEBs, resistindo a ditadura militar, organizando as pessoas (...) Então os bancos de sementes dos anos 70 vieram a fazer parte dessa rede. Eles estavam lá quietinhos no canto deles, funcionando, mas eles também tiveram ganho com isso. Por que passaram a fazer parte da rede, passaram a trocar conhecimento e a rede ele cresceu. Essa primeira fase da rede foi uma fase de experimentação e descobertas. As associações comunitárias daqui foram criadas para ganhar voto. Quando os bancos de sementes chegaram, uma nova oportunidade as comunidades eles tiveram de se organizar. (Depoimento de Euzébio Cavalcanti, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).

Ou seja, na década de 1980, as CEBs instigaram o processo inicial de fundamentação do Bancos de Sementes Comunitário e, na década de 1990, as ONGs e sindicatos passaram a colaborar na integração desses bancos, auxiliando a formação das redes. Nesse período, três dimensões passaram a orientar as ações dos BSCs: a melhoria na gestão dos bancos, a melhoria da qualidade física e genética das sementes e a valorização e conservação da diversidade local. Para tanto, ocorreram ações voltadas para a capacitação, a organização de eventos de formação e intercâmbio e

financiamento para a aquisição de infraestruturas de armazenamento de sementes (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

Em 1999, o *Seminário de Políticas Públicas e Sementes* foi o marco para a criação da Rede Estadual de Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba (Rede Sementes), ligada à ASA-PB. Três anos depois, como resultado do mesmo seminário, tivemos a elaboração do “Programa Especial de Fortalecimento de Ampliação dos Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba”, com a aprovação em 2002 a Lei Estadual nº 7.298 (Anexo 4) que constituiu um marco referencial para o desenvolvimento as ações em torno dos BSCs no Estado, assim como estabelece diretrizes para o diálogo com o governo.

A referida lei ordena que o governo estadual possa garantir recursos para o resgate e a multiplicação de sementes de variedades locais tanto para o abastecimento do Programa Estadual de Banco de Sementes, nos BSCs já existentes no Estado e gerenciados pela sociedade civil. (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002; CUNHA, 2013).

Essa lei foi relevante para o fortalecimento dos BSCs, porém no âmbito nacional outra lei corroborou com a temática da agrobiodiversidade e o fomento aos BSCs. A lei nº 10.711¹⁶⁹, de 5 de Agosto de 2003 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, que:

Em suma, a nova lei reconhece a existência das sementes crioulas; isenta-as, bem como aos agricultores que as produzem, da obrigatoriedade de registro junto ao Ministério da Agricultura; e proíbe a imposição de restrições às sementes crioulas em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes (CUNHA, 2013, p. 65).

Para Euzébio Cavalcanti, a elaboração dessas leis e políticas públicas voltadas para o fomento dos BSCs só foram possíveis devido à organização em rede. A integração entre os camponeses, as ONGs, os STRs e seus parceiros. Para ele,

Isso aconteceu em rede, isso não aconteceu isolado. Isso não estava sozinho no agricultor pensando com as políticas públicas massacrando. Estávamos juntos. Que a rede é isso, junto todo mundo. Aí foi quando a gente fez a primeira feira estadual das sementes crioulas, num acampamento de conflito de terra, o acampamento 68, hoje assentamento irmã Doroty. Lá, a televisão foi gravar, Seu Joaquim falou a poesia dele em rede nacional. A partir daquele momento a “semente da paixão” virou nossa semente crioula.

¹⁶⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm

(Depoimento de *Euzébio Cavalcanti*, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).

Inspirados em Seu Dôdô, de Teixeira-PB, ao afirmar que “*O governo pode trazer a semente que quiser, mas eu tenho paixão pela minha semente*” ajudando a batizar as sementes crioulas, que na Paraíba recebe o carinhoso nome de “**Sementes da Paixão**”. Em outros estados, as sementes crioulas recebem outros nomes.

Euzébio Cavalcanti informou que a partir dos anos 2000 a trajetória das redes de BSCs passou por uma nova fase. Enquanto a primeira fase dos BSCs foi de *experimentação e descobertas*, a segunda fase foi denominada por ele de: “*Agora nós vamos pra cima deles*”.

*Por volta de 2000, tivemos nossa segunda fase. Que era “Agora nós vamos pra cima deles”. Nós ocupamos a secretaria de agricultura do Estado e demos um grito bem forte no ouvido do governo: GRÃO NÃO, SEMENTES!. Até aí a gente tinha parceria com a universidade, que já testava a semente. Uma vez seu Neco de Solânea, na reunião o técnico da Emater disse: Pra falar de semente, tem que falar com especialista, agricultor só tem grão. Seu Neco disse: não, peraí, a universidade levou minha semente. Quanto é a germinação das sementes que vocês estão trazendo?. Eles responderam: 90%. Seu Neco disse: a minha tem 97%, testada pela universidade. (...) A gente às vezes recebia as sementes do governo e usávamos para outras coisas. A gente teve que dizer ao governo que a gente não queria aquela semente. Com essa pressão, conseguimos criar uma lei do estado sobre banco de sementes. Conseguimos isso com a Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema e com a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB), que tem várias redes como a do Polo da Borborema espalhadas por todo Estado. Juntos fizemos essa pressão, que ajudou numa grande mudança. Realizamos com isso a primeira festa das sementes crioulas do Estado da Paraíba. (Depoimento de *Euzébio Cavalcanti*, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).*

Ainda no campo das leis e incentivos públicos aos BSCs, em 2015 foi lançado o **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Manejo da Agrobiodiversidade – Sementes do Semiárido**¹⁷⁰, que colaborou com a construção de 708 BSCs em todo o semiárido brasileiro. Esse programa conta com a coordenação da Articulação do Semiárido (ASA-Br) e recebeu financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

¹⁷⁰ <http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>

Sementes do Semiárido tem sua concepção assentada no reforço das estratégias de resgate e valorização do patrimônio genético, através do fortalecimento das práticas já existentes de auto-organização comunitárias. Na dinâmica das comunidades do Semiárido, as famílias agricultoras selecionam as melhores sementes e as guardam para os próximos plantios. Nestes bancos de sementes familiares, existe uma verdadeira riqueza alimentar, capaz de assegurar a segurança e soberania alimentar e nutricional das populações do Semiárido. Algumas comunidades têm um nível de organização maior e criaram um banco ou uma casa de sementes comunitária. Estimulando as dinâmicas de autogestão das sementes nas comunidades rurais, **o programa se propõe a apoiar o fortalecimento das casas de sementes comunitárias, bem como a articulação delas em rede (ASA, grifo nosso)**¹⁷¹

Além do programa “Sementes do Semiárido”, foi relevante nos últimos anos o Programa “Ecoforte”¹⁷². O Programa Ecoforte faz parte do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que analisamos no capítulo anterior, e tem como objetivo fortalecer e ampliar as redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.

O investimento social no *Ecoforte* foi possível com o diálogo e articulação com órgãos do governo e movimentos sociais do campo, valorizando conhecimentos tradicionais e as diversas tecnologias sociais que viabilizam a agricultura de base agroecológica em comunidades rurais.(Programa Ecoforte)¹⁷³

Ambos os programas colaboraram com a construção de BSCs (Ver Figuras 85), reforma, ampliação e estruturação de equipamentos (Ver Figura 86) para os BSCs. Além do suporte estrutural, também possibilitaram investimento nas questões de organização e gestão dos BSCs. Ocorreram reuniões, capacitações, intercâmbios, visitas técnicas junto aos camponeses e técnicos ligados aos BSCs. Através do programa Ecoforte alguns BSCs receberam reestruturação e equipamentos.

¹⁷¹ Idem

¹⁷² Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/viva-voluntario/conteudo/ecoforte> Acesso em: 25/02/2019.

¹⁷³ Idem

Figura 85 – Banco de sementes contruído a partir do programa Sementes do Semiárido



Fotografia: Juliana Nascimento S. e Silva, 2018



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018

Figura 86 – Placa e equipamentos que indicam apoio do programa ecoforte aos BSCs



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018

Ao analisar a conjuntura atual e relevância desses programas, Euzébio compreende que:

Atualmente, com os programas sementes do semiárido e o ecoforte, conseguimos construir as casas dos bancos de sementes. Eu sempre digo, quem casa quer casa. Agora os bancos de sementes estão ganhando suas casas. Aí tá se transformando num lugar bonito e aconchegante. Que a gente possa guardar nossa semente e se reunir com as pessoas para trocar as várias experiências que nos temos em nossa comunidade. Nada disso foi de graça, não podemos deixar isso em vão. A gente precisa continuar se reunindo, precisa continuar em rede. Nós estamos vivendo um momento, um golpe muito feroz contra todas essas políticas, mas botar o dedo nas sementes da paixão não. (...) A gente só vai se defender se continuar em rede. Vai ter luta? Vai! Nós temos que chamar os outros companheiros para que ele não contamine nosso milho. E tem que puxar ele para dentro daqui, se não ele vai pra lá. (Depoimento de Euzébio Cavalcanti, durante reunião de inauguração popular do Banco mãe de Sementes do Polo da Borborema, em 2017).

Assim, verificamos que o processo de formação, ampliação e organização dos BSCs passaram ao longo dos anos por uma construção, que vai desde a valorização e avaliações dos BSFs com as CEBs, tem a atuação das ONGs e sindicatos e, após processos de reivindicação, luta e comprovação científica, a atuação do Estado no fomento dessas ações. É uma rede que permanece em movimento, em busca de garantir os direitos já adquiridos e lutar pela ampliação e busca de novas possibilidades.

Percebemos que os BSCs possuem utilidades que não estão restritas apenas ao armazenamento e estoque de sementes. Através dos BSCs ocorrem resgate e multiplicação de sementes, sejam experimentações de sementes de outras áreas ou de variedades com pouca quantidade, assegurando a permanência da determinada semente.

Os bancos funcionam não só como estruturas físicas para o armazenamento seguro das sementes, mas também como espaços de articulação das famílias para a realização de processos de inovação agroecológica e de trocas de conhecimentos e sementes da paixão (ALMEIDA e SILVA, 2007, p. 16).

Como vimos, na Paraíba, há uma Rede de Bancos de Sementes Comunitárias, com organizações ligadas a Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-PB). Segundo dados de 2014, apresentados no Quadro 20, a rede é composta por 161 BSCs, atingindo quase 3 mil famílias. Quanto ao armazenamento e a preservação das sementes, a rede conta com 36 variedades de sementes. Esses dados não são atualizados devido à falta de técnicos para realizarem o monitoramento estatístico de toda a rede.

Quadro 20: Monitoramento dos BSC da ASA-Paraíba - Resumo dos dados coletados até abril de 2014

Região	Nº de BSCs	Nº de Bancos Mãe ¹⁷⁴	Nº de bancos regionais	Nº Total de bancos	Nº total de famílias envolvidas	Nº de variedades conservadas
Alto Sertão	29			29	641	25
Médio Sertão	25			25	545	12
Coletivo Regional do Cariri e Seridó	30		01	31	440	30
Coletivo do Curimataú	07			07	216	14
Polo da Borborema	62	01	04	67	999	36
Coletivo do Folia	01			01	30	04
CASACO – Coletivo Asa Cariri Oriental	04			04	68	16
Brejo	03			03	57	6
Total	161	1	4	168	2996	36¹⁷⁵

Fonte: Londres (2014)

Em cada região apontada no Quadro 20, há comissões ou coletivos com representantes de todos os BSCs que se reúnem, trocam experiências etc. No caso, a ASA-PB faz um papel semelhante ao da ANA. A Rede de sementes da ASA-PB torna-se a rede das redes de BSCs da Paraíba.

Cabe ressaltar que as comissões municipais, os coletivos regionais e a comissão estadual são espaços privilegiados de formação técnica e política, e realizam diversas atividades abordando temas como a conservação dos recursos genéticos e as políticas públicas relacionadas às sementes. A Rede Sementes também protagoniza a organização de festas e feiras de sementes e atividades de intercâmbio de experiências entre agricultores, além de se fazer representar em diferentes espaços políticos como o Conselho e o Fórum Estadual de Segurança Alimentar, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil) e o Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Bio/ANA) (CUNHA, 2013, p. 73-74).

Faz parte da história e de momentos de organização da Rede de Banco de Sementes da Paraíba, a Festa estadual das sementes da Paixão (Figura 87 e 88). Essa

¹⁷⁴ Em muitos municípios foi constituído o chamado “Banco Mãe”, uma estrutura de apoio aos BSCs que funciona como uma central de abastecimento. Na maior parte dos casos, ele funciona na sede do sindicato dos trabalhadores rurais. Em geral, o Banco Mãe recebe e armazena uma cota anual de sementes de cada BSC do município. O Banco Mãe também pode ser de abrangência regional. As sementes nele armazenadas servem tanto para auxiliar, através de empréstimos, bancos que atravessam dificuldades, como para fomentar a criação de novos bancos comunitários. Nas ocasiões em que acontecem doações de sementes através de programas governamentais, é o Banco Mãe que centraliza a recepção e redistribui as sementes, conforme as demandas das comunidades. Dessa forma, trata-se de uma estrutura que, ao mesmo tempo em que funciona como uma reserva estratégica, apoia a gestão dos BSCs (CUNHA, 2013, p. 72-73).

¹⁷⁵ O total de variedades não a soma de todas as variedades, pois eles se repetem.

festa é momento de celebração, de encontro, de oficinas, de troca de sementes, de divulgação e de reafirmação das pautas políticas dos sujeitos envolvidos na organização dos BSCs da Paraíba. Tãmanha é a relevância da festa das sementes, que na última festa, em 2017, esteve presente o governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (Figura 89). A presença do governador se justificou pela formalização de parcerias e promessas de compra de sementes dos BSCs, assim como de compra de sementes para o abastecimento de BSCs.

Figura 87 e 88 – Plenária final da 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão, 2017.



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2017



Fotografia: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2017

Figura 89 – Governador Ricardo Coutinho na 7ª Festa Estadual das Sementes da Paixão



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva (2017)

Sobre os resultados obtidos com a participação do governador Ricardo Coutinho, Emanuel Dias, coordenador do Núcleo Sementes, da AS-PTA, descreve que:

Na Feira Estadual das Sementes da Paixão (Outubro 2017), o Governador da Paraíba – Ricardo Coutinho, assumiu compromisso de destinar R\$500.000,00 dos recursos do FUNCEP (Fundo Nacional de Combate à Pobreza), para aquisição de sementes crioulas e batata sementes para serem distribuídos para as famílias agricultoras sócias dos Bancos Comunitários de Sementes no Território da Borborema. Em 2018, foram enfrentadas muitas dificuldades para concretização dessa compra. Aconteceram pelo menos (04 reuniões) envolvendo diferentes setores (Licitação, Jurídico e Chefia de Gabinete) que compõem a Equipe da SEDAP (Secretaria de Abastecimento Agropecuário e Pesca da Paraíba). Nesses momentos de reuniões foram apresentadas e discutidas diferentes possibilidades para operacionalização (Aquisição via PAA Sementes, Termo de Parceria com AS-PTA/POLO/ECOBorborema, Convênio Aquisição de Sementes direto das famílias e Pregão Eletrônico). Para as sementes de batata foram compradas 30 toneladas, por cerca de 200.000,00, via chamada pública (Pregão Eletrônico), onde a Empresa Atacadão do Criador ganhou o processo de licitação. São 30 toneladas de batata semente da variedade Electra, as quais estão estocadas em contêineres refrigerados na antiga Câmara Frigorífica da Batata, no município de Esperança. Aproximadamente 200 famílias agricultoras no Território da Borborema serão beneficiadas com o estoque de batata sementes no próximo inverno. Já aquisição das sementes crioulas, as primeiras reuniões também iniciaram no mesmo período da aquisição da batata semente e até o presente momento ainda não foi informado de como será realizado o processo de compras e repasse para os Bancos Comunitários de Sementes. (Resposta de Emanuel Dias ao questionário via e-mail, 2019).

As aproximações entre Estado e movimentos ligados à agroecologia geralmente são marcados por promessas, disputas, desconfianças e insistências. Durante encontros e reuniões, presenciamos a insatisfação dos camponeses pelo não cumprimento das promessas, pela morosidade de funcionários do Estado em prosseguir com os processos legais que envolviam a compra e distribuições das sementes.

Sobre princípios relevantes para a organização dos BSCs, com base em debates regionais e nacionais com várias organizações que desenvolvem ações relacionadas com ao uso e conservação de sementes crioulas, e em estudos já realizados sobre o tema, Cunha (2013) elaborou uma síntese dos princípios basilares, comuns a várias experiências da sociedade civil e que fundamenta a organização e suas dinâmicas.

Ela dividiu os princípios em dois grupos. O primeiro grupo de princípios está relacionado com as sementes, sendo eles: a semente é local; a semente é de qualidade e sem agrotóxico; identidade; autonomia; diversidade; resistência; a semente é produto

cultural e a semente é porta de entrada para a agroecologia. O Quadro 21 apresenta cada princípio relacionado com as sementes e descreve sua fundamentação.

Quadro 21 – Princípios relacionados às sementes

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
1 - A semente é local (Semente da paixão”)	A semente crioula, na Paraíba, chamada de “semente da paixão”, é aquela cultivada e conservada localmente, adaptada ao solo, ao clima e às práticas de manejo das comunidades rurais. As sementes são guardadas e compartilhadas por gerações, conservando sua qualidade e o conhecimento local, atendendo às necessidades e aos usos dessas comunidades.
2 - A semente é de qualidade e sem agrotóxicos	Pesquisas desenvolvidas pela Embrapa comprovaram que as sementes crioulas apresentam bom desempenho em comparação com as sementes comerciais registradas. Quando as sementes locais apresentam problemas de baixo desempenho geralmente, isso está mais relacionado com a má conservação e armazenamento das sementes do que com o seu potencial genético. Há também um conjunto de técnicas desenvolvidas ao longo dos anos e compartilhadas pelas redes de bancos de sementes, que possibilitam o armazenamento das sementes crioulas sem utilização de agrotóxicos.
3 - Identidade	Cada região possui suas características edafoclimáticas e, assim, as sementes apresentam-se próprias para determinada região. Além de meio de produção, ao mesmo tempo as sementes são meio de identificação cultural. As ações de desenvolvimento dos Bancos de Sementes Comunitários colaboram para o resgate identidade da família camponesa.
4 - Autonomia	A questão da autonomia se relaciona com acesso a sementes de qualidade e no momento que se julgar necessário, não ter custos para a aquisição das sementes, a possibilidade de trocar e multiplicar sementes etc.
5 - Diversidade	O princípio da diversidade visa manter, alimentar e enriquecer a diversidade, a ideia de diversidade de semente vai de encontro à difusão de uma única variedade de semente distribuída pelos governos.
6 - Resistência	A resistência está baseada em dois sentidos: a <i>resistência política</i> em defesa da agricultura camponesa e da semente como expressão dessa identidade camponesa e também a <i>resistência biológica</i> , pois as sementes crioulas, devido à adaptação desenvolvida ao longo de gerações, possuem resistência às adversidades climáticas, aos solos pobres etc.
7 - Semente como produto cultural	Assim como no princípio da <i>identidade</i> , as sementes carregam uma cultura associada. Mesmo que devido às regulamentações legais que visam o mercado, as sementes ainda que inseridas, contraditoriamente na lógica do mercado, ainda que institucional, ela carrega um produto cultural.
8 – Semente como porta de entrada para a agroecologia	Escolher utilizar a semente crioula ou as sementes “comerciais” também é uma escolha de modelo produtivo. As sementes crioulas possuem grande variabilidade genética e apresenta sintonia com os princípios da agroecologia.

Fonte: Cunha (2013), baseada em (Cordeiro, 2006).

Adaptação: Pablo M. S. Silva

Já o segundo grupo de princípios está relacionado com a gestão e organização dos bancos de sementes, são eles: Gestão eficiente sob controle dos agricultores e Organização e Ação em Rede. O Quadro 22 apresenta cada princípio relacionado com a organização dos grupos e redes de bancos de sementes, assim como descreve sua fundamentação.

Quadro 22 – Princípios relacionados à gestão do trabalho em torno das sementes

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
1 - Gestão eficiente sob controle dos agricultores	Os camponeses e as organizações parceiras demonstram possuir capacidade de gerir os recursos genéticos e produtivos ligados aos bancos de sementes. Assim são importantes os programas e o apoio de políticas públicas voltadas para ações que corroborem a relação camponês e organizações para a promoção e conservação da chama agrobiodiversidade.
2 - Organização e Ação em Rede	A organização em grupos locais, redes estaduais, regionais e nacionais facilita a troca de experiências e permite compartilhar recursos, conhecimentos e ideias. As reuniões, festas, atos públicos e intercâmbios fomentam o fluxo de sementes entre os bancos e valorizam e estimulam os processos de inovação que vão se desenvolvendo os diferentes lugares. E a ação em rede proporciona maior possibilidade para articulação produtiva e política, aumentando a capacidade de propor e pressionar por políticas públicas.

Fonte: Cunha (2013), baseada em (Cordeiro, 2006).

Adaptação: Pablo M. S. Silva

Cunha (2013) ressalta que estes princípios são orientadores das ações desenvolvidas em todos os níveis de organização, desde o familiar até a Rede Estadual nos seus espaços de representação. Esses princípios são fundamentais para a existência da Rede de Bancos de sementes. É baseado nesses princípios que os representantes das Redes podem estabelecer diálogo e negociações com governos em busca de regulamentação e políticas públicas voltadas a sementes crioulas.

4.3.1 Panorama da Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema

Como verificamos no item anterior, o longo processo de formação de BSCs na Paraíba, consolidou uma Rede de Bancos de Sementes Comunitárias da Paraíba, dentro dessa rede existe outra rede, a Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema. Essa rede é assessorada pelo Núcleo de Sementes da AS-PTA e é coordenada pela Comissão de Sementes. Tecemos alguns comentários sobre a rede e a comissão de sementes nos itens anteriores.

A articulação entre esses bancos comunitários através da Comissão de Sementes do Polo da Borborema possibilita uma comunicação continuada em âmbito territorial. Para isso, mantém-se uma dinâmica de reuniões em rede permitindo a articulação dos Municípios, dos representantes dos bancos e das famílias agricultoras. Além das reuniões territoriais, identificamos que outros momentos como as reuniões municipais e comunitárias constroem uma unidade em torno do trabalho de preservação das sementes da paixão e fortalece essa dinâmica dos bancos comunitários de sementes (SILVA *et al*, 2017a, p. 5).

Segundo dados de 2017, a rede conta com 62 BSCs e envolve mais de 1500 famílias. Os BSCs da rede armazenam 27 espécies e 120 variedades diferentes de sementes. Além disso, em 2017, conseguiram estocar quase 20 toneladas de sementes, mesmo que os quatro anos anteriores tenham sido marcados por uma forte estiagem (ASA, 2017)¹⁷⁶.

Do total de BSCs, 48 receberam recursos de projetos como *Sementes do Semiárido e Ecoforte Redes*, ambos apresentados no item anterior. Estes recursos possibilitaram a construção e ampliação dos BSCs, aumentaram a capacidade multiplicação, estoque e distribuição de sementes para as famílias participantes;

O acesso de recursos públicos governamentais, em torno de R\$ 850.000,00, é uma conquista importante na estruturação e fortalecimento do trabalho com as sementes da paixão. A Rede de Bancos Comunitários de Sementes da Borborema é uma das 07 dinâmicas territoriais compõem a Rede de Sementes da Articulação do Semiárido (ASA Paraíba). A Rede Estadual possui uma dinâmica onde busca articular os territórios, desenvolvendo atividades de planejamento, formação técnica e política (ASA, 2017).

Ainda com os dados de 2016 (Ver Quadro 23)¹⁷⁷, a Rede de BSCs do Polo da Borborema contava com 60 BSCs, espalhados em 12 municípios e com 1440 sócios. Os bancos armazenaram 27 espécies e 120 variedades de sementes, entocando mais de 17 toneladas de sementes. Destacamos os números do município de Queimadas que apresenta o maior número de BSCs (12), de sócios (416) e armazenou mais de 3 mil toneladas de sementes. O oposto é o caso do município de São Sebastião de Lagoa de Roça, em que possui apenas um banco de semente, com 7 sócios, e que armazenou apenas 100 toneladas de sementes.

¹⁷⁶ Disponível em: <http://asabrasil.org.br/candeeiros/1506148200.pdf> Acesso em: 23/10/2017

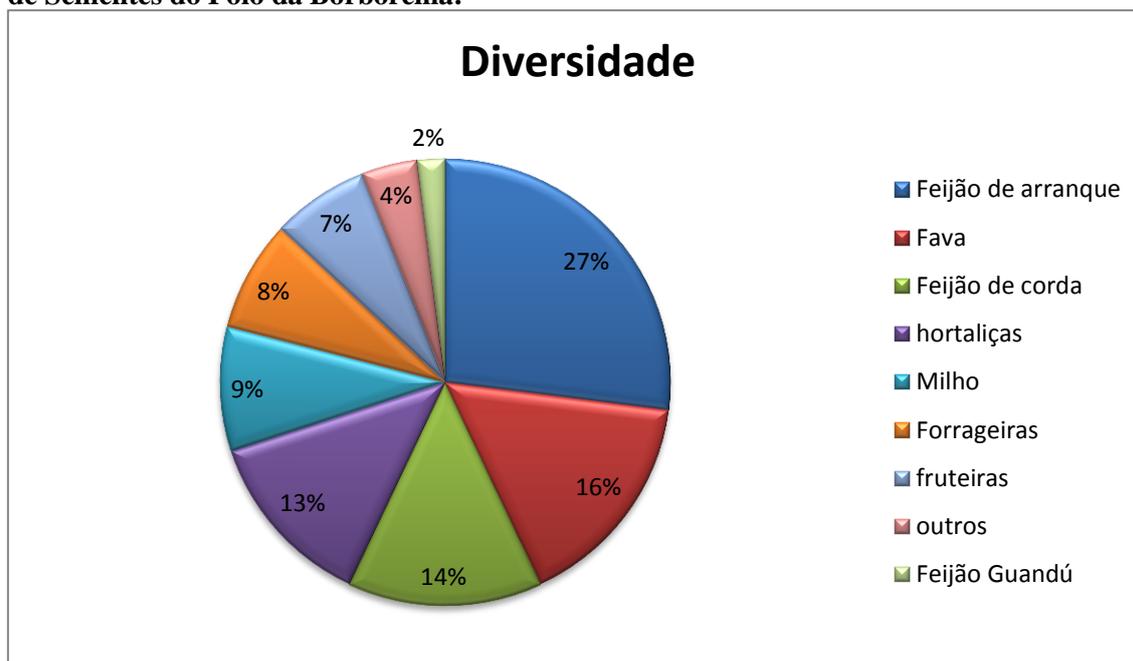
¹⁷⁷ Segundo a AS-PTA, quadros com dados organizados em planilhas e com diversidade de informações demandam tempo e envolve grande número de pessoas e recursos, assim os dados organizados em 2016, só foi viabilizado devido à parceria com pesquisa CNPq.

Quadro 23 – Síntese dos números da rede de BSCs do Polo da Borborema, em 2016

Município	Nº de BSC	Sócios do BSC	Espécie	Variedade	Estoque
Solânea	8	147	5	28	2.577
Massaranduba	6	149	11	46	606
Casserengue	7	119	5	25	1.450
Areial	7	128	6	22	2.804
Arara	3	87	4	21	1.308
Queimadas	12	416	11	45	3.156,50
S.S. Lagoa de Roça	1	7	1	5	110
Alagoa Nova	4	99	6	20	1.694,50
Esperança	2	86	3	6	178
Remígio	6	82	6	29	1.579,50
Montadas	2	42	5	15	384
Lagoa Seca	2	48	3	7	1.536
TOTAL	60	1410	27	120	17.383,5

Fonte: AS-PTA (2017)

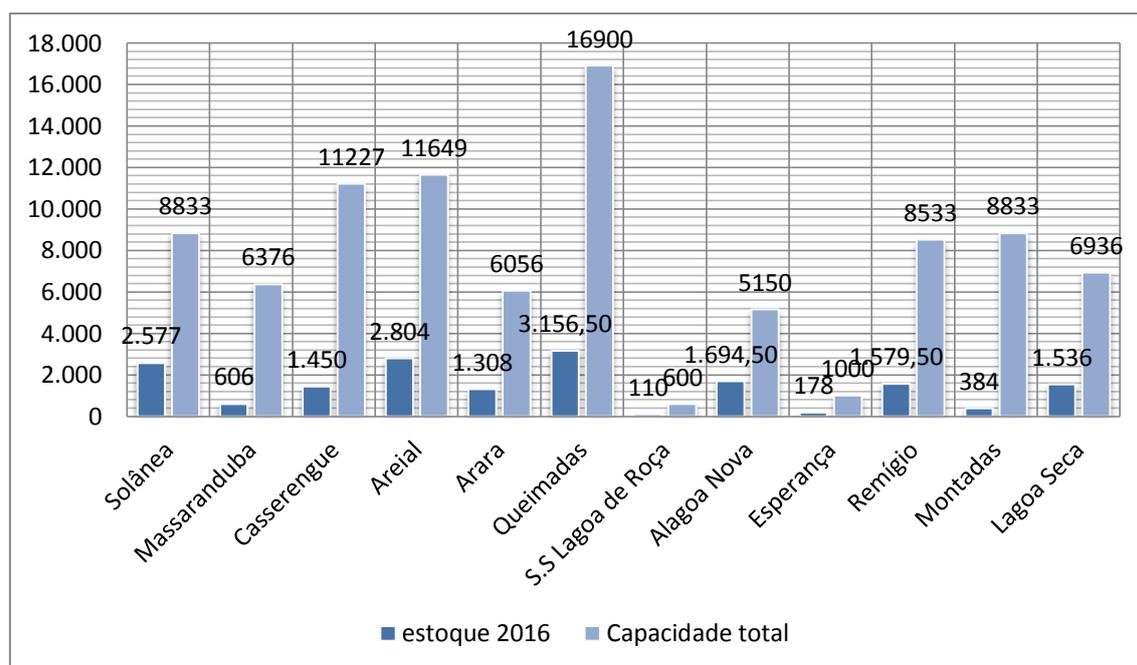
SILVA *et al.* (2017a) apontam a diversidade das sementes armazenadas na rede de BSCs do Polo da Borborema (Gráfico 8). Segundo os autores, as sementes com maior volume de estoque são as sementes de feijão, somadas as espécies e variedades. O feijão representou 43% das sementes estocadas em 2016. As sementes de fava, hortaliças, milho, forrageiras, fruteiras e outros compõem a diversidade das sementes armazenadas nos bancos da referida rede.

Gráfico 8 – Diversidade das sementes da paixão estocadas. Rede de Bancos Comunitários de Sementes do Polo da Borborema.

Fonte: SILVA *et al.*, (2017a)

A ampliação, estruturação e atividades de capacitação e formação em alguns BSCs, a partir de apoio de programas e projetos como *Sementes do Semiárido* e o *Ecoforte redes* proporcionaram o aumento da capacidade de armazenamento de sementes. Segundo Silva *et al.* (2017a) (Ver Gráfico 9), em 2016, os BSCs do Polo da Borborema, juntos teriam a capacidade de estocar cerca de 92 toneladas de sementes, entretanto, armazenaram pouco mais de 17 toneladas.

Gráfico 9 – Estoque de sementes em 2016 e capacidade de estoque da Rede de Bancos Comunitários de Sementes no Território da Borborema, estado da Paraíba.



Fonte: SILVA *et al.* (2017a).

Tendo em vista que o armazenamento é uma das principais atribuições dos BSCs, os dados acima apontam que os bancos possuem maior capacidade do que conseguiram em 2016. Estiagem e falta de devolução de sementes são fatores que influenciam no desempenho de cada banco.

O banco já é uma estrutura coletiva, para o banco ser dinamizado é preciso ter sementes. Quando você pega um ano de seca, que pega uma baixa de estoque, às vezes você tem as pessoas bem organizadas, bem motivadas, mas não tem sementes. E o fato de não ter sementes faz com que a estrutura organizativa em si é viva, mas a estrutura física, que são as sementes para as pessoas, ele acaba reduzindo. A seca é um desafio, a cada ano de seca você tanto perde materiais nativos, adaptados e resistentes, como você acaba perdendo essa questão organizativa. (Depoimento de Emanuel Dias, em entrevista, 2017).

Além da estiagem, estão entre os desafios e problemas enfrentados pelos BSCs as políticas públicas que vão de encontro com as condições ideais para a organização do BSCs, a violência no campo e o avanço dos transgênicos.

Sobre os desafios enfrentados junto a políticas públicas, Emanuel Dias explica que:

Existem políticas públicas que vêm em outro contexto, trazendo sementes exóticas ou que são pouco adaptadas as condições locais. Ou até mesmo com programas que tem pouca diversidade (de sementes) e muito volume. Mas o que as famílias precisam é o contrário, diversidade de semente, necessariamente não precisa que você tenha uma grande quantidade de sementes. (Depoimento de Emanuel Dias, em entrevista, 2017).

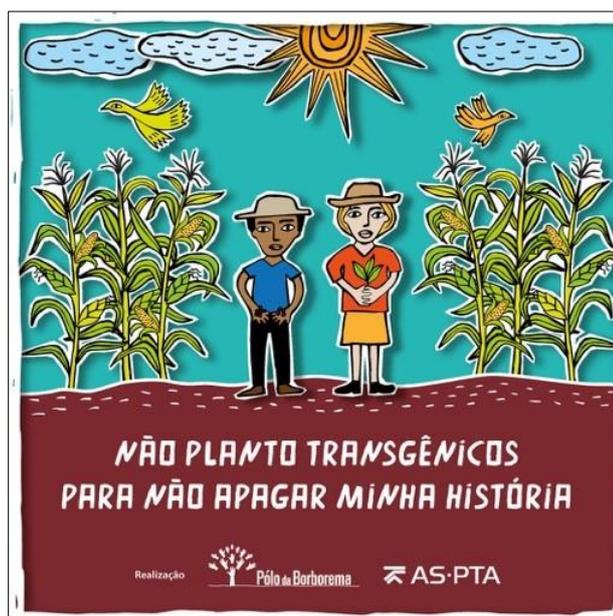
Quanto ao problema da violência no campo, em todos os municípios visitados durante nosso trabalho de campo nos BSCs da rede do Polo da Borborema, escutamos diversos relatos sobre a violência no campo. Durante visita aos bancos, geralmente estávamos acompanhados por alguém do município. E, na informalidade da conversa no carro, foi comum o relato de casos de violência com camponeses.

Dentre os motivos para o aumento da violência no campo o mais recorrente foi o avanço do uso e do tráfico de drogas nos municípios. Assim, tendo em vista a falta de policiamento nas áreas rurais e a previsibilidade dos dias em que os agricultores recebem dinheiro, sobretudo os aposentados, os camponeses são vítimas vulneráveis dos criminosos no campo. Foi comum o relato de que comunidades inteiras deixando de morar no campo, para fugir da violência. Alguns ainda chegam a trabalhar durante o dia em sua terra, mas ao fim da tarde dirigem-se para a cidade. A violência tem contribuído para o abandono da agricultura familiar e, assim, reduzir a produção e o armazenamento das sementes crioulas.

Como forma de combater um dos problemas enfrentados pelos BSCs, o Núcleo de Sementes da AS-PTA e a comissão de sementes do Polo da Borborema lançaram a campanha “*Não Planto Transgênicos para Não Apagar a Minha História*”¹⁷⁸. Foram produzidos banners, cartazes, cordéis e vídeos com o objetivo de alertar as famílias e comunidades guardiãs de sementes sobre a temática (Figura 90)

¹⁷⁸ Disponível em: <http://aspta.org.br/2016/08/campanha-nao-planto-transgenicos-para-nao-apagar-minha-historia/> Acesso em: 12/02/2017

Figura 90 – Campanha Não Planto Transgênicos para Não Apagar a Minha História



Fonte: AS-PTA (2016)

Em 2016, durante o Seminário sobre essa temática, houve debates sobre as ameaças de contaminação de sementes do milho crioulo (SILVA, 2017b). Ainda nesse seminário, as famílias trouxeram amostras de sementes de milho para fazer testes¹⁷⁹ de transgenia.

O teste é aplicado em amostras coletadas ao acaso com o equivalente a mil sementes (200 gramas). O material é moído em liquidificador industrial e misturado a 300 ml de água potável. Com a pipeta retira-se 6 ml da mistura, que vai para a cubeta. Em seguida é mergulhada a fita por cinco minutos, que identifica a proteína gerada pela planta geneticamente modificada. Se não existir a proteína, a fita retorna com apenas uma lista vermelha. Se forem verificadas duas listas, a amostra é positiva (SILVA *et al.*, 2017b, p.3).

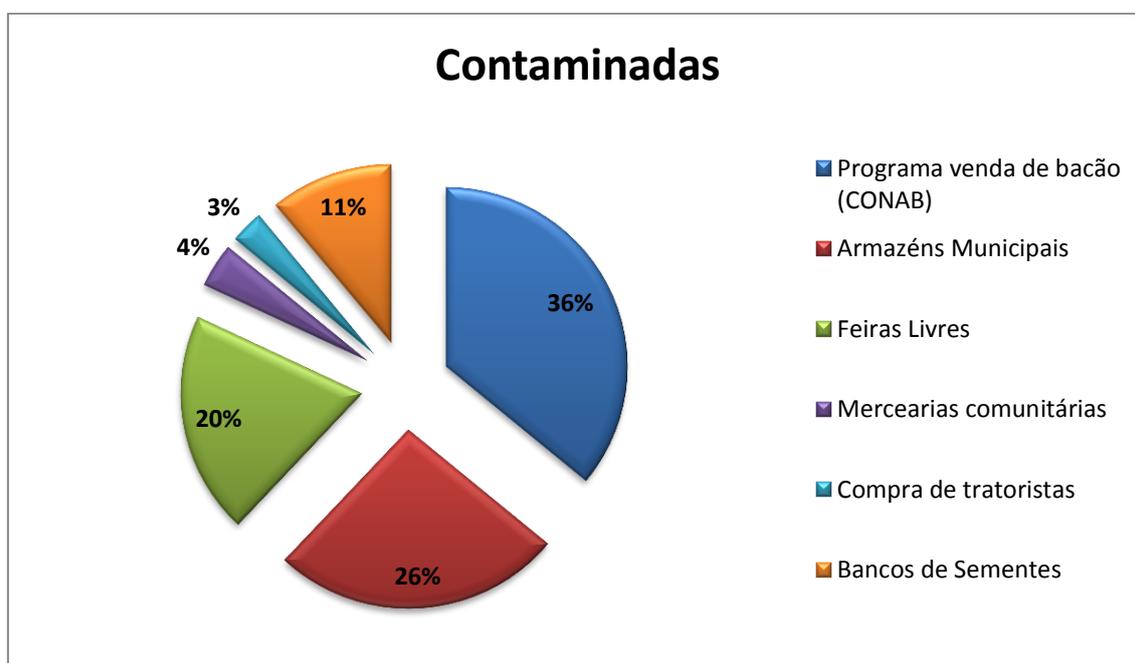
Segundo Silva *et al.* (2017b), durante o período de realização da campanha foram realizados mais de 190 testes. Eles concluíram que “a contaminação transgênica do milho crioulo tem avançado na região. Um dos motivos que explica esse processo é a ocorrência de uma das maiores secas vivenciadas em anos seguidos em toda região semiárida” (p. 4). Tendo em vista que o milho necessita de regularidade na oferta de

¹⁷⁹ Os testes foram realizados nos respectivos locais das reuniões ou na sede da AS-PTA. Esse kit foi desenvolvido e fabricado pela Empresa Norte Americana *Envirologix* e consiste de uma pipeta, uma cubeta e fitas imunocromatográficas com capacidade de identificação de até 09 tipos de proteínas transgênicas (Cry1A, CP4EPPSPS, Cry3Bb, Cry1F, PAT/pat, Cry34, mCry3A, Cry2A, Vip3A). O kit foi adquirido pela AS-PTA com apoio dos Projetos *Sementes do Semiárido* e *Sementes do Saber*. (SILVA, 2017b, p. 3)

água para completar seu ciclo de produção, a estiagem gera diminuição nos estoques de milho, nos BSCs. Além disso, famílias que não participam dos BSCs, geralmente compram e utilizam sementes de origens variadas.

Das amostras coletadas, Silva *et al.* (2017b) informam que 70 apresentaram milho contaminado por transgênicos. O Gráfico 10 distingue a origem dessas sementes contaminadas. Segundo dados da pesquisa, 36% das sementes foram originárias do Programa Venda de Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)¹⁸⁰. Também foram encontradas amostras de milho transgênico de sementes oriundas de armazéns, feiras livres e mercearias. Entretanto, 11% das amostras transgênicas eram de origem dos BSCs. Os transgênicos são ameaças à diversidade e à qualidade das sementes armazenadas nos BSFs e BSCs. Logo, a aquisição de sementes via mercado representa grande risco de contaminação.

Gráfico 10 – Origem das variedades de milho contaminado por transgênicos analisadas durante as atividades no Território da Borborema (2016-2017), Paraíba.



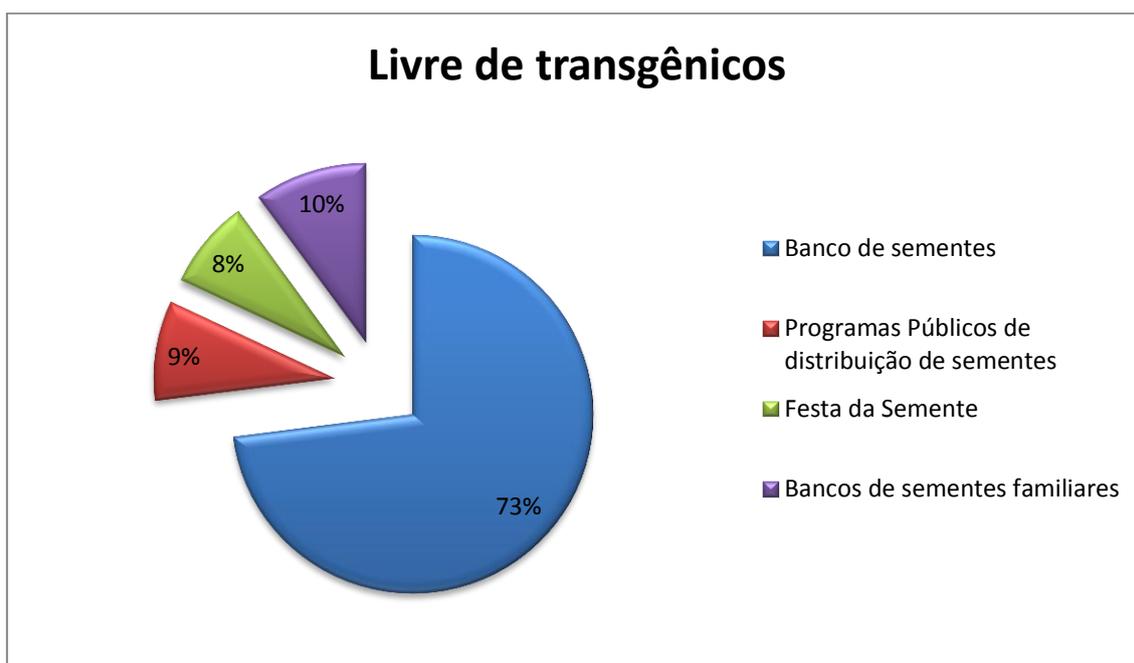
Fonte: SILVA *et al.*, (2017b)

Em contrapartida, na mesma pesquisa, 120 amostras de milho obtiveram resultados negativos para a contaminação por transgênicos (ver Gráfico 11). Sendo que 73% foram oriundas de BSCs, 10% de BSFs, 9% de programas públicos de distribuição

¹⁸⁰ Através de carta o órgão informa quase a totalidade do milho entregue pelo Programa é adquirido no Estado do Mato Grosso, onde o percentual de cultivo de milho geneticamente modificado é de 92,4% (safra 2014/15). (SILVA, 2017b, p. 4)

de sementes e 8% da festa das sementes. Ou seja, o milho transgênico é uma ameaça a qualidade, segurança e autonomia das famílias camponesas guardiãs da agrobiodiversidade. Ainda que sejam encontradas sementes contaminadas em alguns BSCs é possível afirmar que as sementes de origem familiar apresentam maior confiabilidade de sua pureza do que as oriundas do mercado.

Gráfico 11 – Origem das variedades de milho livre da contaminação de proteínas transgênicas analisadas durante as atividades no Território da Borborema (2016-2017), Paraíba.



Fonte: SILVA *et al*, (2017b)

Em novembro de 2018, foi realizado novo levantamento realizado pela estudante de Agronomia Tatiana Schiavon de Albuquerque, da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, no Rio Grande do Sul. Segundo AS-PTA, o resultado da pesquisa é alarmante, pois:

Do total de 171 amostras de milho colhidas de famílias agricultoras de 14 municípios da região, 30 foram descartadas após os testes, pois as famílias declaram que compraram os grãos em feiras e armazéns, sendo portando transgênicos. 67 amostras de milho crioulo deram contaminadas (47%) e 74 livres de transgênicos (53%) (AS-PTA¹⁸¹).

¹⁸¹ Disponível em: <http://aspta.org.br/2019/01/comissao-de-sementes-da-borborema-se-mobiliza-para-conter-o-avanco-dos-transgenicos-na-regiao/> Acesso em: 06/02/2019

Em resposta a questionamentos sobre os resultados dessa pesquisa, Emanuel Dias, coordenador do Núcleo de Sementes, da AS-PTA, compreende que:

As 67 amostras foram contaminadas pela proximidade entre os roçados. Junto com os próprios agricultores e agricultoras, refletimos que o aumento da contaminação é resultado também da estiagem prolongada, da redução dos estoques dos bancos de sementes, da ausência de vegetação que poderia evitar a contaminação pelo vento, até o problema de alguns programas governamentais, a exemplo do “Programa Venda de Balcão”, aonde são comercializados grãos transgênicos para alimentação dos animais, sem nenhum tipo de identificação de que são transgênicos. Apesar dos resultados mostrarem a contaminação, pudemos perceber que os bancos de sementes continuam sendo uma forte estratégia para manter as sementes livres de transgênicos, pois a maioria dos guardiões tem conseguido manter suas sementes a salvo. (Resposta de Emanuel Dias ao questionário via e-mail, 2019)

O conjunto de ações, em rede, com o objetivo de mobilizar e articular as famílias e comunidades guardiãs de sementes apresenta-se como forma fundamental para a resistência das famílias camponesas ao avanço da contaminação, por transgênicos, das sementes crioulas. Seu Paulo, agricultor no Sítio Oziel Pereira, descreve uma de suas ações para proteger sua produção da contaminação de transgênicos. Segundo ele, seu vizinho estava plantando milho transgênico, e como solução para que sua plantação não fosse contaminada, ele resolveu “trocar” as sementes com o vizinho.

Quando foi o ano passado, eu fui levar um gado no cercado e vi o vizinho plantar um roçado de milho. Aí eu conversando com ele, eu disse: “Seu Antônio, que variedade de milho é a que o senhor vai plantar hoje?” Aí ele disse: “Seu Paulo, esse milho eu num sei não. Eu comprei lá na feira. Comprei vinte quilos. Não comprei mais por que não tinha. Eu vou plantar esse vinte quilos e depois vou voltar na rua, em outro armazém e ver se eu encontro mais quarenta quilos. É pra plantar outro campo aí, que leva um saco de milho (60kg)”. Eu pensei: “Agora ele vai plantar aí e eu vou plantar no outro dia”. Eu disse pra ele: “Seu Antônio, vamos fazer um negócio. Lá em casa eu tenho do meu milho pontinha, o senhor sabe que ele é produtivo. Se o senhor quiser eu faço um negócio com o senhor. Eu te arrumo um saco do meu milho, o senhor planta e quando o senhor colher me devolve um saco e meio”. Ele disse: “já tá feito o negócio Seu Paulo. Vou parar aqui, vou dá esse milho para as galinhas e vou plantar do seu”. (...) Ele colheu bem, o inverno foi pouco, mas ele colheu 30 sacos. Aqui eu tenho feito dessa maneira. Tenho trocado com os agricultores, da minha semente. Tenho vendido e tenho doado. Por isso que até hoje meu milho nunca foi contaminado. (Depoimento de Seu Paulo durante entrevista, no assentamento Oziel Pereira, Remígio-PB. 2018)

Silva *et al.* (2017b) concluem que:

Os dados do monitoramento realizado no território da Borborema revelam que a gestão comunitária de sementes possibilita que uma variedade perdida por contaminação possa ser recuperada na mesma região. Isso ocorre porque outras famílias agricultoras daquela região ainda têm variedades guardadas livres da contaminação dos transgênicos, no nível doméstico ou no nível comunitário. A troca de sementes entre as famílias agricultoras guardiãs e articuladas na rede de bancos comunitários de sementes é uma forma importante e eficaz de conservação de variedades crioulas. (SILVA *et al.*, 2017b, p.6)

As famílias camponesas, articuladas em rede, confirmam-se como forma de resistência. Como verificamos no depoimento de seu Paulo. Autonomia, solidariedade e apoio mútuo são características fundamentais nesse processo de resistência à contaminação por transgênicos. E a rede é essencial nesse processo, pois é através dela que ocorrem os encontros, as reuniões, o compartilhamento de ideias, as trocas de sementes, as festas e outros momentos de integração.

4.3.1.1. Perfil dos guardiões de sementes entrevistados.

Como já informamos, em nossa pesquisa sobre a Rede de Banco de Sementes Comunitárias (BSCs) do Polo da Borborema, além de participar de duas reuniões da Comissão de Sementes do Polo da Borborema, visitamos 27 BSCs e entrevistamos 27 guardiões de sementes, em 9 dos 12 municípios onde atua o Polo da Borborema e que tem BSCs. Esta amostra de entrevistas representa 42% dos BSCs em 75% dos municípios. Dessa forma, resolvemos traçar um perfil dos guardiões e dos BSCs que participaram da pesquisa.

Para a compreensão de quem são os sujeitos guardiões das sementes, qual sua produção, como ele interage com outros membros da Rede de BSCs, sua compreensão de agroecologia e obter informações sobre os BSCs do Polo da Borborema resolvemos identificar o perfil do camponês guardião da semente e a dinâmica do BSC, do qual o mesmo participa, a partir das entrevistas feitas em nosso trabalho de campo.

Dos 27 guardiões de sementes que compuseram a amostra, 25 têm filhos, num total de 115 filhos. Ou seja, em média são 4,5 filhos por família. Verificamos que 45,8% dos entrevistados têm filhos que residem em outro estado, enquanto 33,3% dos entrevistados informara que seus filhos moram com ele, ou ela.

Como vimos durante os capítulos anteriores, há uma atribuição para os camponeses que atuam junto às organizações e que possuem experiências agroecológicas, ou têm o hábito de experimentar, trocar ideias ou lançar propostas relacionadas à produção ou às estratégias para o cotidiano. Estes são chamados de agricultores experimentadores.

Em nossa pesquisa, verificamos que 96,2% dos entrevistados são considerados, ou se consideram agricultores experimentadores. Outro fator comum aos agricultores experimentadores é possuírem algum tipo de boletim informativo ou vídeos descrevendo sua trajetória e experiências desenvolvidas. Em nossa amostra, 56% possuem boletins ou vídeos com suas experiências para registrar e compartilhar.

Verificamos que 96,2% dos guardiões de sementes são proprietários da terra em que desenvolve a agricultura. Apenas uma agricultora atua no regime de comodato. Dos 27 entrevistados, 37% adquiriram a terra através da herança, 25,9% compraram a terra com recursos próprios, 18,5% obtiveram a terra através da política fundiária do governo pelo INCRA e 7,3% através do Banco da Terra. Enquanto o restante adquiriu a terra por doação, herança e depois ampliaram a área adquirindo alguns hectares a mais com recursos próprios. (ver Gráfico 12).

Gráfico 12 – Forma de aquisição da propriedade

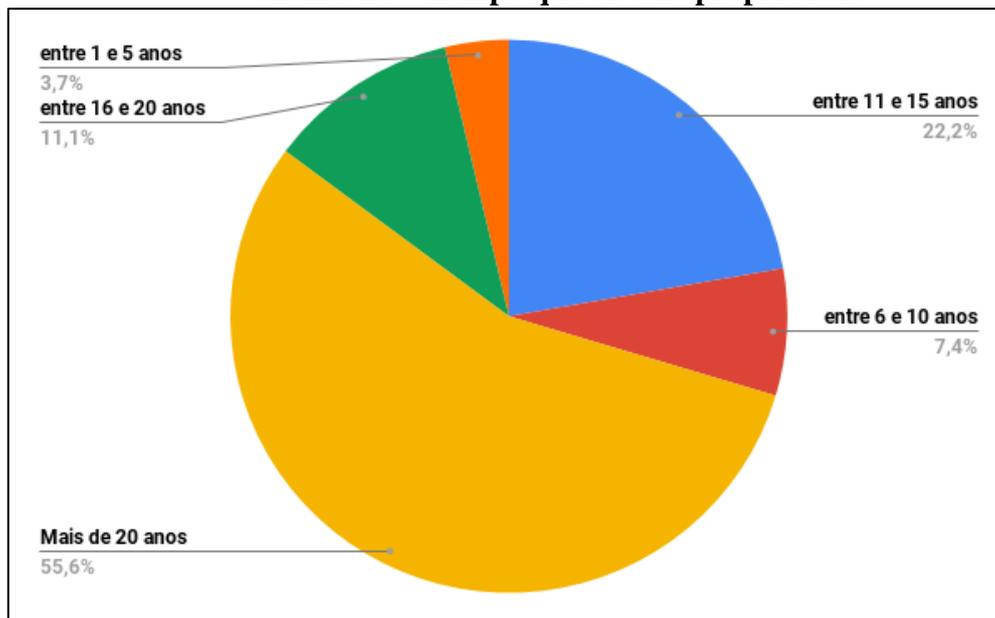


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Quando questionados há quanto tempo vivem na terra, 55,6% dos entrevistados responderam que vivem na terra há mais de 20 anos. No Gráfico 13, observamos que 22,2% dos entrevistados vivem entre 11 e 15 anos, 11,1% entre 16 e 20 anos que vivem

na propriedade. Enquanto apenas 3,7% vivem entre 1 e 5 anos. Notamos assim que há longevidade dos camponeses em suas propriedades, sobretudo as que foram adquiridas por herança. Há, ainda, uma parcela significativa dos que estão na terra a entre 11 e 20 anos. Estes adquiriram sua terra através de projetos de reforma agrária.

Gráfico 13 – Tempo que vive na propriedade

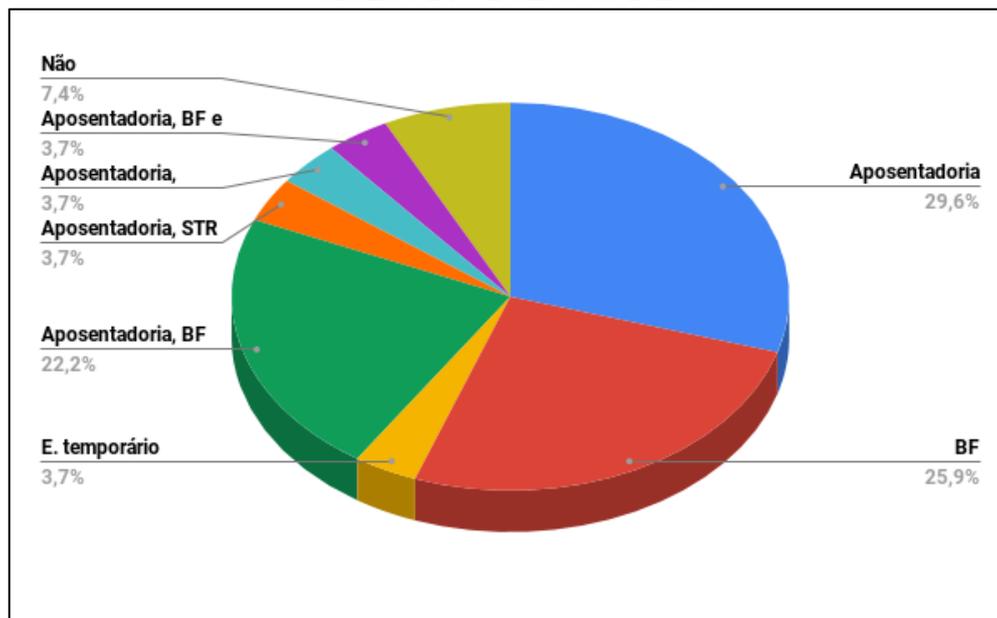


Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Quanto à renda, não levantamos dados monetários sobre os ganhos a que provém da agricultura. Tendo em vista que grande parte da produção, ou ela toda, é destinada ao consumo dos agricultores e suas famílias, os mesmos não determinavam um valor exato para esta renda. Dessa forma, as famílias camponesas, geralmente necessitam de renda não agrícola para a sua reprodução.

Observamos que 92,6% dos entrevistados possuem outra fonte de renda, além da agricultura. Sendo 29,6% recebem aposentadoria, 25,9% Bolsa Família, 22,2%, acumula a aposentadoria e a Bolsa Família. Também há entre os entrevistados aqueles que acumulam Bolsa Família, aposentadoria e gratificação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além de um entrevistado que possui renda, a partir do salário de vereador. (ver Gráfico 14).

Gráfico 14 – Fontes de renda



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Ou seja, a aposentadoria e o Bolsa Família são recursos relevantes para os camponeses entrevistados. Pois 48,1% dos agricultores entrevistados complementam a renda com o auxílio da Bolsa Família e 62,9% com a aposentadoria. Ressaltamos que 25,9% também recebem Bolsa Família e aposentadoria.

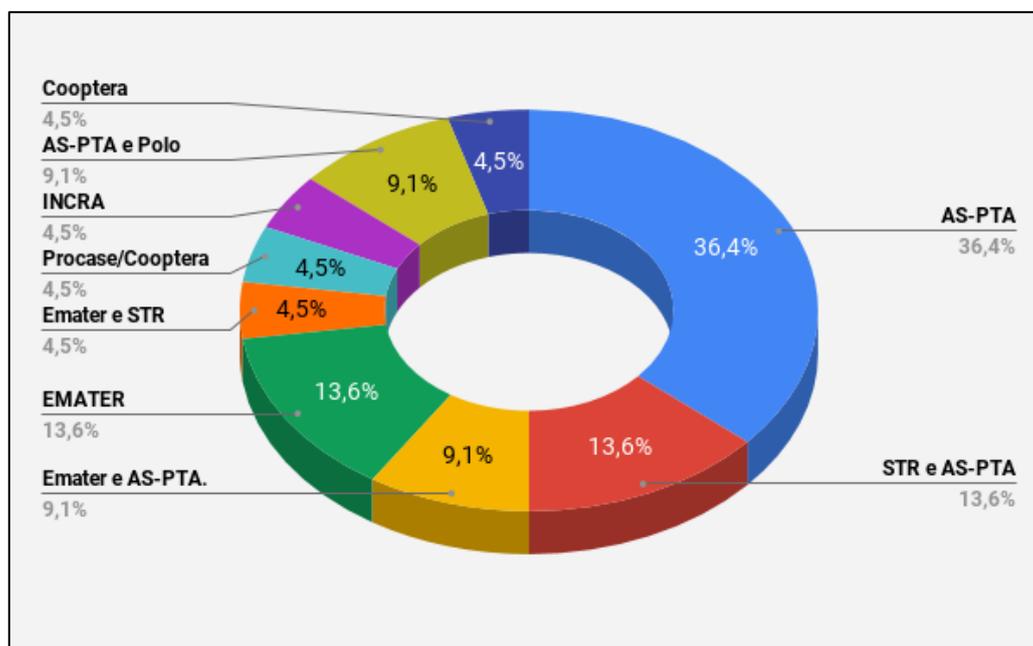
Sobre o uso de sementes crioulas, ainda que seja uma prerrogativa do guardião da agrobiodiversidade, 11,1% afirmaram que usavam sementes sem ser crioula. Apesar de parecer contraditório, alguns pegam sementes sem ser crioula devido à sua participação no “Garantia Safra”. Entretanto, destinam essas sementes para alimentação dos animais. Um dos entrevistados destacou que separa as fezes dos animais que se alimentam de sementes não crioulas, para que o esterco não contamine sua produção. Porém, há os que admitem usar algumas variedades de feijão que não são crioulas.

Quanto ao uso de agrotóxico, 7,4% dos entrevistados afirmaram que usam agrotóxico para o combate de pragas, como formigas. Um dele afirmou que, o *Neem* não surtia o efeito esperado em seu roçado. Lembrando que o extrato do *Neem* é utilizado para o controle de formiga, carrapatos e outros.

Com relação à assistência técnica (ver Gráfico 15), 81,5% dos entrevistados afirmaram que contam com assistência. Destes, 36,4% afirmaram contar com a assistência da AS-PTA. Porém, se somarmos os que afirmaram possuir mais de uma assistência e nela ter incluído a participação da AS-PTA, veremos que sua participação foi mencionada em 68,2% dos entrevistados que contam com assistência técnica rural.

Também foi mencionada a assistência da Emater, do STR, do Polo da Borborema, do Procasa e do Cooptera.

Gráfico 15 – Assistência Técnica prestada aos Guardiões de sementes entrevistados



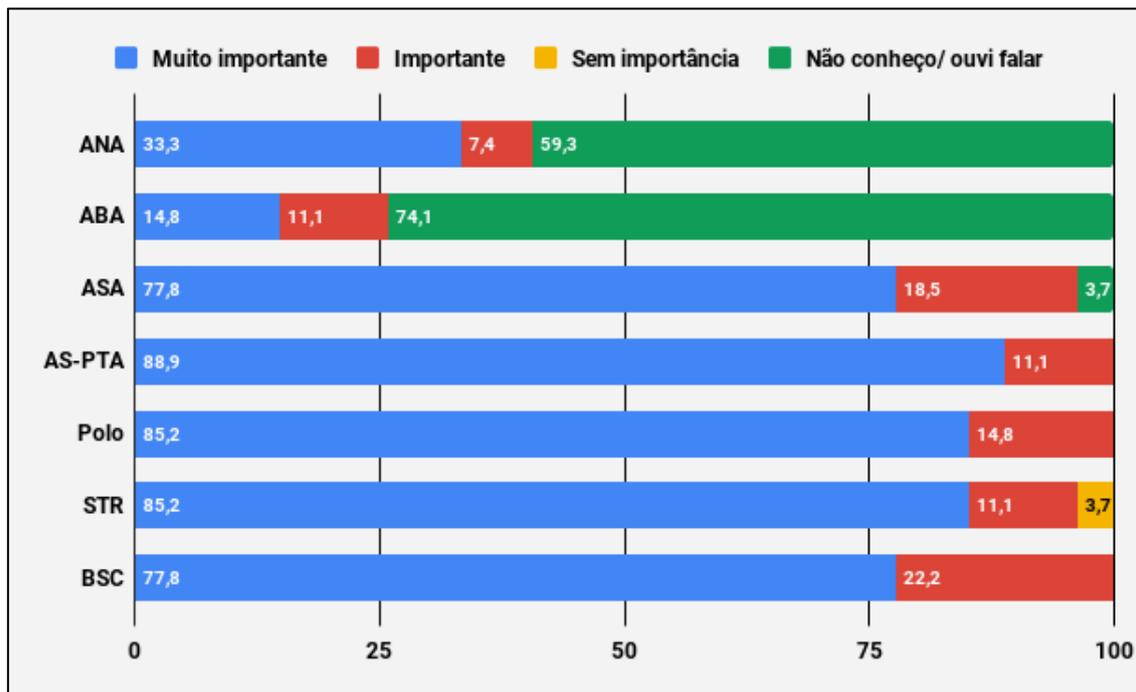
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Com as entrevistas, verificamos que a maioria dos guardiões de sementes se sente assistida pela AS-PTA. Fato que comprova sua atuação e que seu papel tem sido reconhecido, haja vista que, na entrevista, para essa pergunta não havia respostas prontas ou alternativas, os agricultores escolhiam responder de acordo com o que lembrassem.

As parcerias estabelecidas entre as organizações, em qualquer nível de atuação, seja municipal ou nacional, são relevantes para que haja o funcionamento exitoso não só dos BSCs, mas de todas as estratégias camponesas que se apresentam como alternativas ao modelo do agronegócio. Todavia, há diferentes percepções quanto à forma como o camponês pode enxergar quem são seus parceiros. O Gráfico 16 aponta a compreensão dos camponeses entrevistados sobre as redes, grupos e articulações que estão envolvidas com o mesmo para o fomento da agroecologia, dos BSCs e outras ações em benefício dele e sua família. O camponês foi instigado a responder o grau de importância que ele, ou ela, atribuía para a atuação da ABA, da ANA, da ASA, da AS-PTA, do Polo, do STR e dos BSCs. As respostas poderiam variar de “muito importante, importante, pouco importante, sem importância ou não conheço”. Durante as entrevistas alguns

responderam que não conheciam, mas já haviam obtido alguma informação sobre aquela organização questionada.

Gráfico 16 – Grau de importância das organizações que atuam junto aos guardiões de sementes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Por todo o contexto local, AS-PTA e o Polo da Borborema foram avaliadas com maior relevância dentre as organizações questionadas. A AS-PTA foi avaliada como *Muito importante* (88,9%) e *Importante* (11,1%), o Polo da Borborema foi avaliado como *Muito importante* (85,2%) e *Importante* (14,8%). A Rede de Bancos de Sementes também foi avaliada só como *Muito importante* (77,8%) e *Importante* (22,2%).

Segundo Bastos, guardião de sementes, do Sítio Furnas, em Montadas-PB, “*É um bem precioso e de grande importância a gente participar de uma rede de organizações de sementes. Pra mim, foi melhor coisa que eu achei na vida, foi participar dessa organização*”.

Já o STR, mesmo como avaliações positivas quanto à sua importância, recebeu o grau de *sem importância* (3,7%), isso ocorreu devido a discordâncias do entrevistado com as ações do STR local, mesmo que ele tenha reconhecido o papel do STR registrou a insatisfação com o sindicato.

Sobre a ASA, ainda que gestora do programa *Sementes do Semiárido*, 3,7% indicaram não conhecê-la. Todavia, este foi um entrevistado isolado. Os outros 96,3% responderam que a atuação da ASA é *Muito importante* (77,8%) e *Importante* (18,5%).

Os entrevistados justificavam a relevância da ASA remetendo a ações, principalmente, do P1MC e do P1+2.

Entretanto, destacamos o desconhecimento dos guardiões das sementes quanto às organizações, em nível nacional, da agroecologia. 59,3% desconheceram a ANA e 74,1% desconheceram a ABA. Mesmo que alguns tenham conhecimento, as ações efetivas da ANA e ABA passam despercebidas pela maioria dos camponeses. Atribuímos isso ao fato de que poucos chegam a participar de eventos atribuídos a estas organizações, ainda que seja relevante no fomento a políticas públicas, troca de conhecimentos, produção acadêmica e outras ações, a atuação efetiva e em escala local são de organizações Polo e AS-PTA e enraízam e constroem junto aos camponeses a agroecologia no Brasil.

Quanto à relação com as sementes, 69,2% armazenam sementes há mais de 20 anos. Enquanto 26,9% estocam sementes na faixa entre 10 e 19 anos atrás. Fato que corrobora com a premissa já apresentada que a prática de armazenar sementes é antiga, ela apenas passou a ser compartilhada e dinamizada coletivamente. Fortalecendo a resistência das famílias para que se mantenham as sementes já adaptadas à realidade local.

As técnicas de armazenamento foram transmitidas entre gerações. Questionados sobre o processo de aprendizagem para armazenar sementes, 48,1% aprendeu só com o pai. Enquanto 11,1% aprenderam com técnicos, 7,4% com o pai e com o avô, 7,4% com o pai e com técnico. Outros aprenderam com vizinho, com técnicos, com tio e com Zé Pequeno. Destacamos que Zé Pequeno, de Lagoa Seca-PB, foi citado durante as entrevistas como um dos pioneiros na organização de Bancos de Sementes Comunitários. Ele foi mencionado por 11,1 % dos entrevistados como instrutor para o armazenamento de sementes.

As sementes tanto para os BSFs, como para os BSCs são armazenadas em garrafas *pet* (Figura 91), *bombonas* (Figura 92), cabaças (Figura 93), tambor de latão (Figura 94) e silos (Figura 95). Cada banco tem sua especificidade e escolha das técnicas. Por exemplo, há vários relatos afirmando que não é bom armazenar em toneis de latão. Entretanto, apenas nos BSCs do município de Queimadas-PB o armazenamento é feito com essa técnica.

Figura 91 – Armazenamento em garrafa pet



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018

Figura 92 – Armazenamento em Bombonas



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Figura 93– Armazenamento em Cabaça



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018

Figura 94 – Amostra de projetos



Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2013

Figura 95 – Armazenamento em silo de zinco

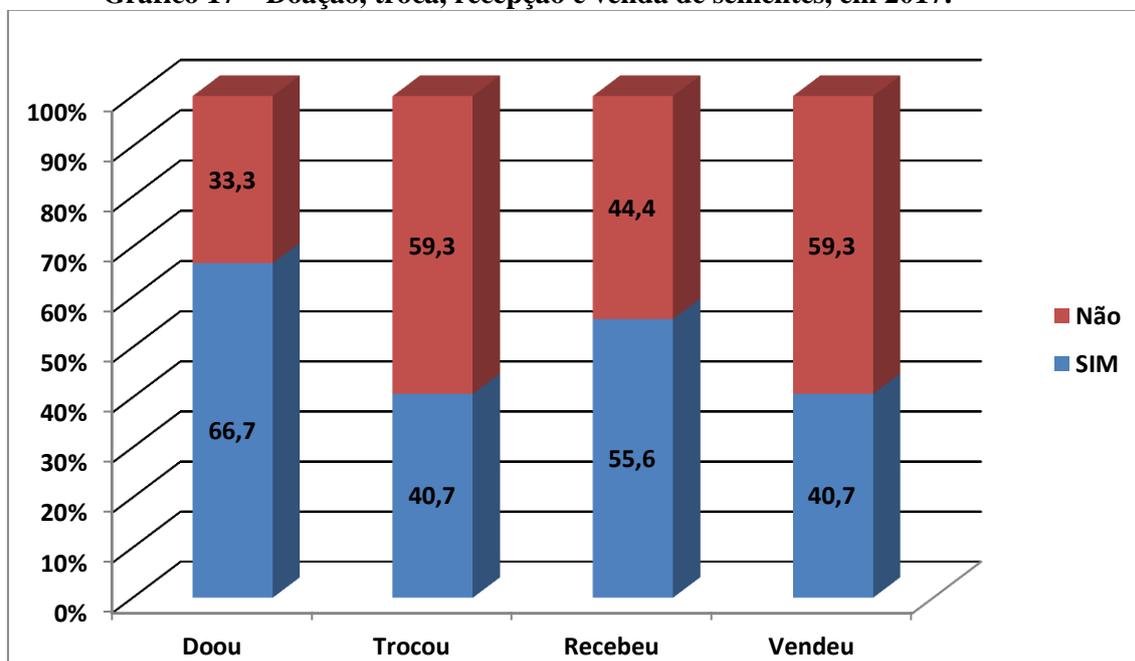


Fonte: Pablo Melquisedeque S. e Silva, 2018

Milho, fava e feijão estão entre as sementes mais estocadas e utilizadas nas plantações. A quantidade de sementes que foram pegas, em 2017, nos BSCs por parte dos guardiões de sementes entrevistados chega próximo a 1 tonelada de sementes. Já a quantidade devolvida foi pouco mais de 1,7 toneladas.

Dentre as características dos guardiões de sementes, além do armazenamento, estão a troca, a venda, a recepção e a doação de sementes (ver Gráfico 17). Perguntados sobre se haviam doado, trocado, recebido e comercializado sementes, em 2017, verificamos que a doação de sementes é a prática mais comum entre eles, 66,7% dos guardiões doaram sementes. Além da doação, os guardiões são abertos a receber sementes. Em 2017, 55,6% dos entrevistados receberam sementes. Já 40,7% realizaram a troca e a venda de sementes.

Gráfico 17 – Doação, troca, recepção e venda de sementes, em 2017.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Cabe ressaltar que 72% das doações foram destinadas para vizinhos, 16,8% para vizinhos e familiares, além de 11,2% destinadas para pessoas de outra cidade e de outros bancos. Quanto à troca, parte dos guardiões não lembrava, mas os que responderam afirmaram que trocavam sementes, nas festas de sementes, com algum vizinho, com outro banco etc. Na recepção de sementes, também há a atuação de vizinhos (35,7%), familiares (14,2%), AS-PTA (7,1%) e outros. Já a venda, foi realizada para o STR, para a AS-PTA, para atravessadores e em feiras.

Os guardiões analisaram o fluxo de sócios nos BSCs que participam. Segundo eles, em 50% dos bancos o número de sócios tem diminuído, porém em 34,6% o número de sócios tem aumentado. Em 11,5% dos bancos, o número de sócios permanece o mesmo e oscila em 3,8%.

Já apontamos algumas dificuldades enfrentadas pelos BSCs da rede do Polo da Borborema. Destacamos, anteriormente, a estiagem, a transgenia, as políticas públicas e a violência no campo. Os guardiões atestam que a estiagem, a transgenia e a falta de devolução são os principais desafios. As políticas públicas que desmobilizam e a violência no campo são problemas que não ficam restritos aos BSCs, mas afetam os mesmos.

Todavia, os guardiões também chamam a atenção para os avanços e pontos positivos dos BSCs. Segundo eles, os BSCs possuem variedade de sementes, proporcionam autonomia aos mercados, garantem semente de qualidade, tem sementes limpas, além de possuir um espaço físico que é um espaço para integração e troca de conhecimento. Alguns citam que os últimos avanços ocorreram principalmente com as ações de construção, reforma e aparelhamento de alguns BSCs, através do programa *Sementes do Semiárido* e do *Ecoforte Redes*, que foi fundamental para melhorar a estruturação e organização dos BSCs. Seu José Francisco, do Sítio Riacho Fundo, em Arara-PB, descreve o que para ele é o principal avanço conquistado com a atuação do BSCs.

O agricultor tem autonomia, tira aquela coisa de que quando chovia você ficava se matando sem ter o dinheiro pra comprar a semente, e ficava às vezes esperando a semente do governo tendo que ir na porta da Emater pra receber dois quilos de feijão com veneno. E hoje não, a gente guarda nossas sementes e tem no banco. Isso é a coisa mais importante que a gente tem. Choveu hoje, amanhã a gente tá com nossas sementes guardadas e amanhã todo mundo pega suas sementes e vai plantar. Não vai esperar por ordem de ninguém. A ordem é nossa mesmo. Junta as pessoas que fazem a gestão do banco e os sócios, se todo mundo chegar aqui “*eu quero minha semente*”, pronto. Abre e todo mundo leva a sua. Isso é a coisa mais importante que a gente tem. (Depoimento de José Francisco, guardião de sementes, do sitio Riacho Fundo, Arara-PB, 2018)

Quanto ao processo comunicativo tanto para notícias externas e internas da Rede de BSCs, verificamos que para a comunicação interna da rede, o telefone é indicado como a principal forma de comunicação (81,4%), seja através de ligações ou pelos grupos de *whatsapp*. Quanto ao meio de comunicação mais importante para os

entrevistados, a televisão foi indicada (63%) como principal meio de comunicação utilizado para saber notícias.

Questionados seu papel como integrante de uma rede de BSCs e sua contribuição para a agricultura em diversas escalas, do sítio ao mundo, 100% dos guardiões afirmaram que de alguma forma colaboram para a agricultura em todas as escalas. Claro que para cada escala, sua relevância é diferente. Alguns depoimentos justificam que estar em rede é fundamental para sua colaboração em diversas escalas e as organizações que integram as redes possuem papel importante nas conexões dessas redes. Destacamos o depoimento de Bastos, guardião da semente no Sítio Furnas. Segundo ele:

É por que faz interligações. Se a ASA-Brasil num é parceira? Aí tem a ASA-Paraíba, Aí tem o Polo da Borborema, a AS-PTA. E tem mais outras organizações. Então é um contexto, tem uma ligação de tudo. Por isso que falei sim nessa questão (de contribuir com a agricultura) no mundo. (Seu Bastos, sítio furnas, Montadas-PB, 2018)

Ao analisar a trajetória do movimento agroecológico no Brasil e verificar a construção de redes de camponeses e organizações camponesas na Paraíba, e mais especificamente, no Agreste Paraibano, compreendemos que a coletividade camponesa é aliada a instrumentos de luta política e produtiva. É a atuação de diversos sujeitos em torno de ações que fomentam a produção agroecológica que propõem políticas públicas que a promovem. A agroecologia organizada em rede integra camponeses e serve como instrumento técnico, político e produtivo para os enfrentamentos do campesinato. É a agroecologia em rede que fortalece as ações locais e tem dado condições de tentar resistir às ações do agronegócio.

4.4 Rede, território e agroecologia: Aspectos para a construção de território de esperança.

Os elementos de composição da rede agroecológica no Brasil e, em especial no Agreste Paraibano, até aqui apresentados, apontam para o engajamento das ações que corroboram o processo de fortalecimento do campesinato, sendo que a agroecologia se constitui como ferramenta norteadora deste processo.

Reforçamos que a agroecologia tem se apresentado como alternativa tanto ideológica, como de produção para o campesinato frente ao agronegócio. O

campesinato em rede agroecológica reforça seus predicados de luta, resistência, reprodução e transformação social camponesa.

No território em que há estas características, notamos a semelhança com o território denominado por Moreira e Targino (2007) de “Território de Esperança”. Eles apontam o termo território como polissêmico e múltiplo. E, buscando dar unidade às várias compreensões sobre o território. Moreira e Targino (2007) o entendem como:

a) como um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) como uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos. Nesse sentido concordamos com Raffestin de que o território é um produto de uma ação social de apropriação do espaço que se dá tanto de forma concreta como abstrata. Cabe também aqui a noção de apropriação de Lefèbvre enquanto processo efetivo de territorialização que assume, também, uma dimensão tanto concreta como simbólica; c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho (MOREIRA; TARGINO, 2007, p. 4-5).

Portanto, compreendemos que o território que é resultado de luta de resistência e de ocupação realizada pelos trabalhadores, com o apoio de movimentos sociais, universidade e ONGs, representa uma “ruptura” com a forma de organização social, econômica e política pré-existente. Torna-se um território novo, gerado com base na utopia e na esperança (MOREIRA, 2007).

Moreira e Targino (2007) reforçam que o Território de Esperança:

Representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semiárido (na Paraíba), desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”. Trata-se, na verdade, de uma forma experimentada de organização social singular, de ordem “da sensibilidade pessoal ou da criação, da invenção de um outro modo de relação social, de uma outra concepção do trabalho social, da cultura etc.” (GUATTARI e ROLNICK 1986, 281). Território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas” (MOREIRA e TARGINO, 2007. p.5).

Ao perceber a atuação das redes compostas por ONGs, movimentos sociais, técnicos e outros agentes sociais, observamos que há a construção de territórios que contêm elementos de ruptura com o modo capitalista dominante, podendo ser caracterizados como territórios de esperança. Ou seja, nossa pesquisa tem indicado que as redes agroecológicas sinalizam para a constituição de territórios de esperança. A Articulação do Semiárido reforça nossa afirmação, pois ao relembrar sua história, a ASA afirma que:

Nosso caminho sempre foi o da resistência e o da luta. Nossa luta não é apenas nas comunidades. É também nacional. Nos alimentamos em nosso encontro para voltar para nossas comunidades para sermos sementes da resistência e da luta popular. Saímos conscientes de que não há outro caminho a ser trilhado exceto esse em que sempre estivemos. **Um caminho iluminado de inventividade, resistência, luta e esperança** (ASA, 2016, p.4, *grifo nosso*).

Sobre o semiárido, Moreira e Targino (2007) constata que os caminhos para a consolidação de Territórios de Esperança ocorrem a partir das “tecnologias alternativas” baseadas na agroecologia.

Nesse sentido, destaca-se, na direção da agroecologia, o reflorestamento, o uso de adubos orgânicos e outros biofertilizantes, além de defensivos alternativos como a manipueira, a urina de vaca, as plantas atrativas de insetos em substituição aos defensivos químicos, difundidos largamente na pequena produção agrícola. Na linha do manejo dos recursos hídricos, distinguem-se as barragens subterrâneas, as cisternas de placa, os poços, os tanques de pedra, as passagens molhadas e, recentemente, a disseminação da mandala (MOREIRA e TARGINO, 2007. p.15).

Ainda sobre o semiárido, Moreira e Targino (2007) elencam outros elementos para a consolidação do Território de Esperança. Dentre eles, destacamos: o Banco Comunitário de Sementes, como forma de valorizar a tradição camponesa e distanciar-se das práticas modernizantes de uso de agrotóxicos e/ou as sementes geneticamente modificadas; as feiras agroecológicas, que se tornam instrumento de autogestão, principalmente da produção.

Autogestão são maneiras de avanços para a autonomia e a liberdade, porém, sob a estrita orientação dos trabalhadores. É um estilo de produção que exige a participação e, sobretudo, o *controle* dos trabalhadores de todo o processo produtivo (MELO NETO, 2005, p.92).

Dessa forma, experiências locais integradas com políticas públicas de convivência com a semiaridez, como as apontadas nesse capítulo, apresentam-se como uma das alternativas para o fortalecimento da agricultura camponesa no Agreste Paraibano. Correia (2018) relaciona a construção de território de esperança com a *resistência versátil*¹⁸² que a agricultura camponesa possui. A autora aponta algumas versatilidades camponesas características do Agreste Paraibano:

a) a organização da produção e do trabalho pautada, predominantemente, no trabalho familiar e na diversificação de culturas agrícolas, inclusive, na avicultura alternativa de frango caipira; b) a autonomia no controle do próprio tempo e do próprio espaço no processo produtivo; c) a produção voltada para o autoconsumo da família e para a comercialização; d) a combinação de diferentes formas de relações de trabalho (que vai desde o trabalho familiar, ao sistema de parceria, ao trabalho assalariado temporário, ao trabalho acessório, e ainda à combinação do trabalho na terra com outras atividades não agrícolas) contra o trabalho assalariado capitalista; e) a produção consorciada e sem o uso de agrotóxico; f) a organização em associações e cooperativas; g) as relações de vizinhanças, as ações comunitárias, a religiosidade e as festas populares; h) **a seleção e o armazenamento de sementes crioulas como forma de resistência ao uso das sementes transgênicas** (CORREIA, 2018, p. 360-361, *grifo nosso*).

Em nossa pesquisa, verificamos que o armazenamento de sementes crioulas é uma estratégia que vai além da resistência às sementes transgênicas. É uma estratégia que envolve autonomia, segurança alimentar e produtiva, organização comunitária, resgate de valores culturais etc. Ou seja, só com uma estratégia camponesa verificamos a versatilidade de suas ações.

Essas ações camponesas possuem, inicialmente, uma dimensão local e são dotadas de caráter político, econômico, social, cultural e ambiental que reforçam a capacidade camponesa de lutar para manter sua identidade e seus instrumentos de reprodução social. Para Correia (2018), a diversidade de características das ações camponesas demonstra a sua versatilidade ante as adversidades impostas tanto pela natureza e assim como pela lógica destrutiva capitalista. Segundo ela,

Enquanto o sistema metabólico do capital não é erradicado, os camponeses do Agreste Paraibano vêm se (re)criando de modo

¹⁸² A etimologia do termo *versátil*, segundo Ferreira (2000), provém do latim *versatilis*, que significa tudo aquilo que se transforma com muita facilidade, ou seja, que tende a mudar ou ser alvo de mudanças. É um adjetivo de dois gêneros que qualifica aquela pessoa que tem habilidades e competências para aprender ou realizar muitas atividades. Em outras palavras, utilizamos esse termo para se referir ao camponês que é propenso a mudar ou é sujeito a mudança para se manter enquanto camponês (CORREIA, 2018, p.360).

contraditório no interior do capitalismo a partir de diferentes formas de resistências versáteis construídas em seus sítios, que tanto pode abrir caminho para a consolidação de territórios de esperança pela via da luta organizada, visando a destruição do capital, como pode se constituir apenas numa forma de resistência capaz de quebrar os grilhões que de formas as mais diversas, (...), subordinam a renda da terra camponesa aos ditames do capital (CORREIA, 2018, p.364).

Reforçamos que essa versatilidade tem sido ampliada e compartilhada sob a difusão e absorção da agroecologia enquanto modo de produzir e de viver. Ou seja, a agroecologia é a representação produtiva, técnica, ideológica, científica e política da resistência versátil do campesinato brasileiro, no caso em foco, do Agreste Paraibano.

A agroecologia é produzida e, ao mesmo tempo, é resultado da resistência camponesa. De igual modo, a resistência camponesa gera esperança. Para Irene Cardoso, a agroecologia trabalha com a esperança.

Não trabalha só com a denúncia, embora a gente denuncie a perda de direitos, a invasão de territórios de povos tradicionais, os projetos de mineração que estão em andamento. Mas a gente também anuncia a esperança. E nossos anúncios não são feitos apenas a partir dos nossos sonhos, e sim a partir das nossas experiências de mais de 30 anos¹⁸³.

Para Altieri e Nicholls (2012), a agroecologia é a “única esperança para a soberania alimentar e resiliência socioecológica”. Eles argumentam que, como ciência aplicada, a agroecologia faz uso de princípios ecológicos para otimizar sistemas camponeses e desenvolver novos agroecossistemas sustentáveis, onde os insumos são substituídos por processos naturais como fertilidade do solo e controle biológico. Além de possuir potencial para produzir alimentos suficientes para toda população mundial com a mesma quantidade de terra agricultável.

Os autores aceditam que algumas ações fortalecem a agroecologia, sendo elas: a) iniciativas lideradas por ONGs; b) colaboração entre organizações; c) desenvolvimento de mercados locais; d) políticas governamentais; e) incidência de política e ação. Inclusive eles exemplificam que:

Talvez el esfuerzo agroecológico más extendido en América Latina promovido por las ONGs y las organizaciones campesinas, es el rescate de variedades de cultivos tradicionales o locales (variedades

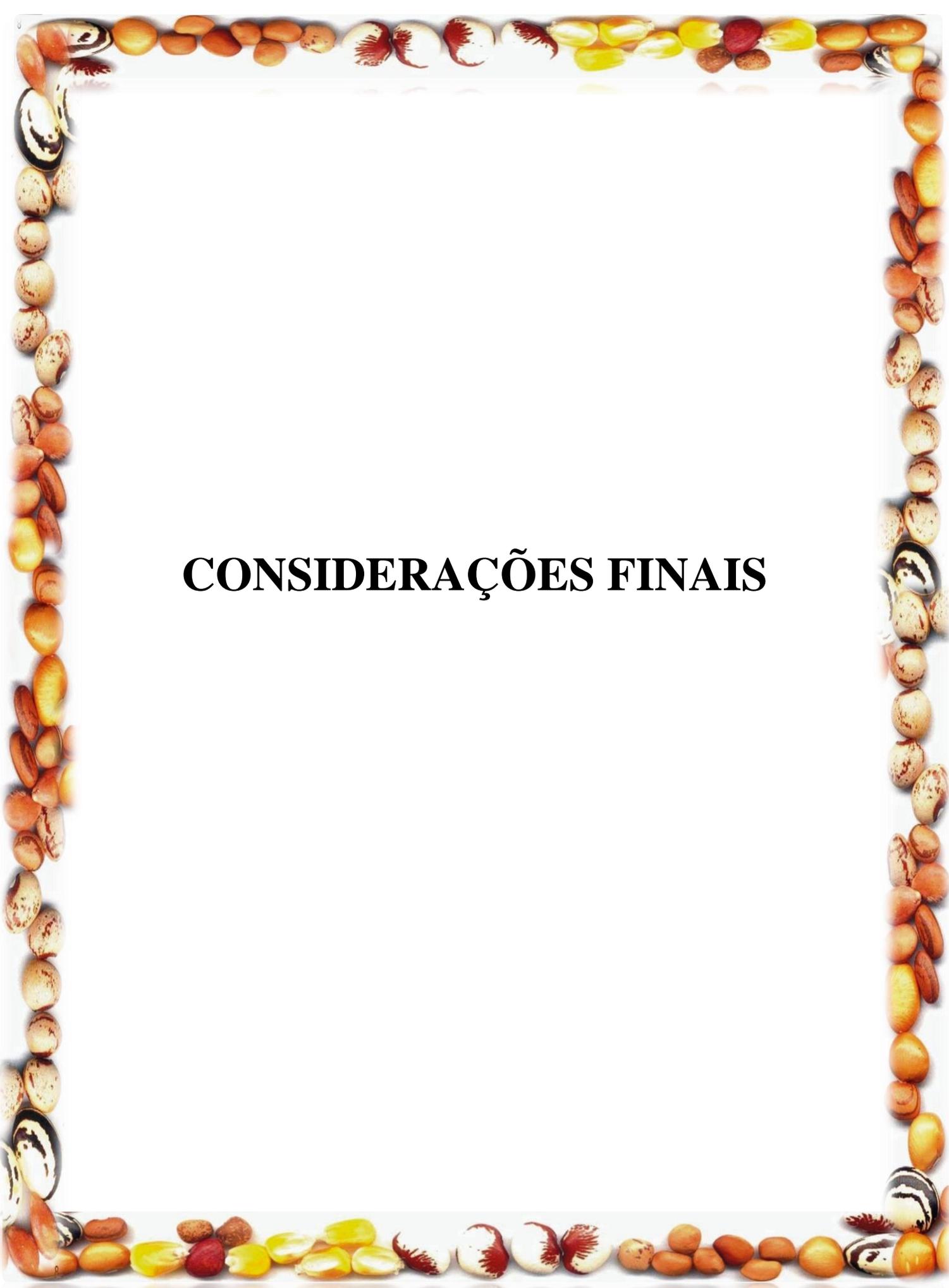
¹⁸³ Depoimento da professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e presidenta da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Irene Maria Cardoso. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/09/agroecologia-e-a-esperanca-construida-em-mais-de-30-anos-de-ciencia-pratica-e-movimento> Acesso em: 07/10/2017.

criollas), su conservación “in situ” a través de bancos comunitarios de semillas y su intercambio a través de cientos de ferias de semillas notoriamente en México, Guatemala, Nicaragua, Perú, Bolivia, Ecuador y Brasil. Por ejemplo, (...). En Brasil, la Red Bionatur de semillas agroecológicas (Bionatur Sementes Agroecológicas)¹⁸⁴, es una de las herramientas estratégicas que el Movimiento de Trabajadores Sin Tierra (MST) ha puesto en marcha para el mejoramiento participativo de semillas adaptadas al manejo agroecológico y su difusión entre cientos de miles de campesinos (ALTIERI E NICHOLLS, 2012, p. 76).

Assim como o exemplo citado por Altieri e Nicholls (2012), existem vários outros no Brasil. A organização em rede reforça os instrumentos científicos, produtivos e ideológicos da agroecologia. E a Rede de Bancos de Sementes do Polo da Borborema, integrada à Rede de Banco de Sementes da Paraíba, faz parte de um conjunto de ações de diversas organizações envolvidas com a temática. São Sementes da Paixão, sementes de esperança, sementes da vida.

Verificamos que as ações em rede do campesinato ancorado na agroecologia têm demonstrado que existe uma possibilidade do campesinato caminhar para que a transição agroecológica possa enfrentar as dificuldades ante ao agronegócio e construir por meio da luta e da ocupação presencial e ideológica de diversas áreas relevantes para a consolidação da agroecologia como produção de alimentos e vidas saudáveis, camponeses livres, com acesso à terra e água. A agroecologia tem apontado que, através do conjunto de ações articuladas, há condições de construir e consolidar territórios de luta, de ganhos, de resistência, de construção, de reconstrução, e, sobretudo, territórios de esperança.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.bionatursementes.bio.br/> Acesso em: 11/12/2017.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações Finais

O percurso desta pesquisa possibilitou estudar a atuação das redes, organizações e sujeitos camponeses que atuam com a agroecologia no Brasil e, em especial, no Agreste Paraibano. Conseguimos analisar algumas experiências concretas e o processo de transformação do campesinato, tendo como ponto de partida a trajetória e consolidação da agroecologia no campo brasileiro.

Destacamos que esse estudo nos permitiu encontrar pessoas de todo Brasil e conhecer parte da diversidade das histórias, da produção, das técnicas e, principalmente, dos sujeitos camponeses que fazem parte da trajetória do campesinato e da agroecologia no Brasil. Um país tão rico, denso em diversidade e problemas. Assim, pude presenciar e conhecer histórias de vida que ensinam para além do rito acadêmico, marcam nossa trajetória e ensinam para a vida.

Verificamos que, apesar de teóricos como Kautsky e Lênin enxergarem a desintegração do campesinato tendo em vista a ampliação e desenvolvimento do capitalismo no campo, o campesinato persiste. Pois, ao analisar as ações das redes de agroecologia no Brasil e o conjunto de características camponesas ressaltadas por elas, e, corroborando com o entendimento dos teóricos narodnistas de que o campesinato está baseado na *produção de pequenas mercadorias, ausência de relação de exploração entre os próprios camponeses e a produção baseada na unidade familiar*, nos faz compreender que a agroecologia colabora para que o campesinato exista e persista.

Se narodnistas perceberam que as *ações solidárias e coletivas dos camponeses* fortaleciam o campesinato, na importante década de 80, neonardnistas enxergaram a perspectiva ecológica para fundamentar cientificamente alternativas para a agricultura camponesa. Encontramos essas características nos guardiões de sementes entrevistados.

Além do panorama da agroecologia a partir da Articulação Nacional de Agroecologia e dos parceiros em torno dela, estabelecemos como foco regional, compreender o papel e as ações do Polo da Borborema e da AS-PTA, no Agreste Paraibano. Tendo em vista a diversidade de ações, escolhemos aprofundar a percepção sobre Rede de Bancos de Sementes Comunitárias do Polo da Borborema.

O Polo da Borborema possui outras redes, formadas por suas sete comissões. Entretanto, os BSCs podem ser especializados e, além de contarem com a estrutura

física, também fazem parte de uma estratégia alternativa técnica, econômica, política e cultural adotada pelos camponeses em comunidade.

Essa palavra, **comunidade**, é a **base** para o fortalecimento do campesinato brasileiro. Ainda na década de 1970, as Comunidades Eclesiais de Base foram fundamentais para o engajamento, para a reflexão e a mobilização camponesa, naquela década (BRITO, 1985; PETERSEN e ALMEIRA, 2002), que reflete nos dias atuais. As CEBs tiveram papel relevante em várias áreas do campesinato, todavia no campo agroecológico colaboraram com a formação política dos camponeses, com a mobilização em torno do tema da água, do armazenamento de sementes, com a nutrição familiar, etc.

Historicamente, para o surgimento do movimento agroecológico nacional, as CEBs foram um ponto de partida, do ponto de vista, da organização campesina local. Já na década de 1980, o processo de redemocratização do Brasil possibilitou a oportunidade para os debates e as articulações dos sindicatos, dos movimentos sociais, ONGs e outros setores da sociedade civil organizada.

Dessa forma, percebemos que a soma entre comunidades e camponeses organizados localmente, organizações locais (STRs, igrejas, ONGs e assessorias técnicas locais) e organizações regionais e nacionais preocupadas com os efeitos sociais e ambientais nocivos gerados pelo desenvolvimento da agricultura moderna no campo. Ou seja, as organizações de estudantes, professores e técnicos somaram ao arranjo organizativo local, o compartilhamento de técnicas e ações que colaboraram para a efetivação de um movimento camponês alternativo ao modelo dominante, propagado pela Revolução Verde.

Hoje, esse movimento tem como seu principal mobilizador a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ela estão integrados 6 associações, redes e fóruns nacionais; 8 conselhos, confederações e uniões nacionais; 7 movimentos sociais nacionais; e 13 redes, associações e fóruns regionais e estaduais. Essas organizações estão espalhadas em todos os estados do Brasil, mobilizam e integram diversos sujeitos de identidades diferentes. E, pelo fato da ANA possuir um papel aglutinador de movimentos e redes, a ela é atribuído o apelido de Rede das redes.

No percurso histórico para a formação dessa Rede de redes estão vários encontros, congressos, seminários etc. Dentre os eventos, destacamos os Encontros Nacionais de Agroecologia. Enquanto o I ENA, em 2002, teve papel de formalização e reconhecimento da necessidade de articulação das organizações ligadas à agroecologia.

Em 2006, o II ENA corrobora com a estruturação e sistematização de várias experiências no campo agroecológico brasileiro. O II ENA foi uma “vitrine”, com função estratégica de autoafirmação e reconhecimento do movimento agroecológico, assim como de registro e comunicação das ações agroecológicas.

Assumindo outra função estratégica, em 2011, a ANA realiza o Encontro de Diálogos e Convergências. Esse encontro amplia o horizonte de parcerias da ANA, pois consegue aglutinar fóruns, redes e movimentos que dialogam com a agroecologia, ainda que esse não seja o tema central da atuação das mesmas. Isso corrobora com o entendimento de que a agroecologia, de modo geral, possui a capacidade de catalisar a diferentes interesses, sendo a agroecologia o fio que costura e amarra o conjunto de arranjos sociais em torno dela mesma.

Como apresentamos no capítulo 1, a agroecologia possui várias dimensões. Machado e Machado Filho (2014) elencaram 11 *dimensões* agroecológicas, enquanto Noder *et al.* (2015) compreendem a agroecologia a partir de quatro *campos*. Consideramos que não há uma agroecologia, há *agroecologias*. Porém, ainda que haja a diversidade de compreensões e áreas de atuação da agroecologia, essa reunir grande variedade.

Já em 2014 e 2018, os ENAs continuam como momento de autoafirmação, de refletir sobre os avanços e os desafios enfrentados. Porém, avançam na perspectiva de comunicar a agroecologia não só como estratégia camponesa, mas apresentando a agroecologia como proposta alternativa de ser elo entre campo e cidade. De fato, a agroecologia possui essa capacidade de estabelecer o diálogo com a cidade. As feiras agroecológicas assumem papel importante na difusão da produção camponesa, na reprodução familiar camponesa, na soberania e segurança nutricional etc.

Além dos ENAs, os CBAs e outros encontros, congressos e seminários são relevantes para o campesinato e a agroecologia em todas as escalas, fortalecendo o entrelaçar das redes que participam dos eventos. Os eventos, por vezes, como no caso da ANA, colaboram com o surgimento e efetivação das redes de agroecologia.

Consideramos que a organização em redes é ferramenta estratégica fundamental para ações coletivas e também individuais dos sujeitos nela inseridos. Dessa forma, a rede é uma maneira de organização que permite cooperação política e produtiva. Assim, a rede coopera para a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum (SCHERER-WARREN, 2006).

Percebemos que a trajetória do movimento agroecológico no Brasil teve como um de seus principais avanços a instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). A PNAPO que não foi fruto da benesse estatal, mas foi gerado ao longo de uma trajetória de lutas, reivindicações e articulação política do conjunto de redes organizadas em torno da agroecologia.

Como verificamos no capítulo 2, a PLANAPO I e II, resultantes da PNAPO conseguiram um volume de recursos destinados para várias áreas do campo agroecológico, “*nunca visto na história desse país*”. Porém, como foi avaliado por membros da CNAPO, apesar dos avanços significativos dos PLANAPOs, ainda há lacunas e desafios. Além da disparidade de recursos investidos no agronegócio e na agricultura camponesa, temas como a redução de uso de agrotóxicos recebem muita resistência, pois contraria o interesse do agronegócio.

Se, com um governo mais sensível à causa campesina, a agroecologia esbarrou em limites do campo político, no atual governo, de Jair Bolsonaro, os desafios são maiores. Diminuição no volume de recursos devido ao teto dos gastos públicos e ao desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciado no governo de Michel Temer.

Porém, cabe lembrar que o movimento agroecológico brasileiro surge inicialmente com o interesse de projetar uma agricultura alternativa ao modelo propagado pela Revolução Verde. Compreendemos que, de igual modo, as organizações do campo agroecológico brasileiro permanecerão buscando alternativas ao modelo dominante. Sendo um dos princípios para ser alternativa a sua organização em rede.

As organizações que analisamos se articulam em rede, integram outras redes e colaboram com o surgimento de novas redes. Dessa forma, expandem a capacidade de atuação dessas redes, em distintas escalas de atuação. As redes possuem a capacidade de conectar espaços em escala mundial, nacional e local (BRAGA, 2010). Ou seja, entre a ANA, na escala nacional, e o Polo da Borborema, numa escala estadual, existem várias redes que constroem a agroecologia.

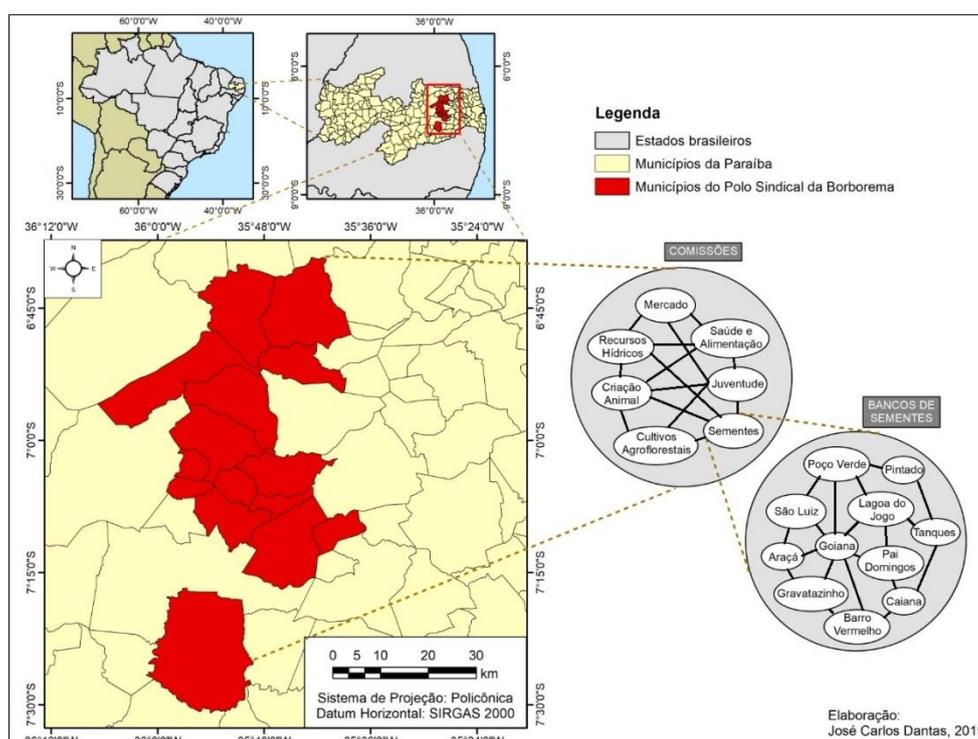
As redes não integram só as organizações, mas os sujeitos que dela participam, não integram só as lideranças e técnicos, mas também os camponeses envolvidos. Foi comum durante nossa pesquisa ouvir relatos sobre a integração e o intercâmbio com outros camponeses, do município e de fora dele, o mais citado pelos guardiões de sementes foi Seu Zé Pequeno, guardião de sementes, do município de Alagoa Nova. Zé Pequeno foi um dos pioneiros na formação de bancos comunitários de sementes.

Rede é descentralizar poder, mas também é descentralizar conhecimento. Construir agroecologia, não se constrói cada um em seu lugar. Construir organizações sociais, fortalecer redes, fortalecer movimentos, sindicatos, comissões é também organizar um trabalho político no processo da agroecologia. No nosso ponto de vista, construir agroecologia não é só o agricultor fazer as experiências, as técnicas e num sei que mais... É também organização social. As redes são os espaços de organização social dos agricultores (Depoimento de Roselita, camponesa e coordenadora do Polo da Borborema).

A rede de BSCs do Polo da Borborema é exemplo da articulação das estratégias camponesas em rede. Tais estratégias confirmam-se como forma de *resistência, autonomia, solidariedade* e *apoio mútuo* são características fundamentais para a reprodução camponesa, e em especial para os BSCs, também colabora com o processo de resistência à contaminação por transgênicos. Sendo a rede, é primordial para a valorização e integração camponesa, pois é através dela que ocorrem os encontros, as reuniões, o compartilhamento de ideias, as trocas de sementes, as festas etc.

Dessa forma, a agroecologia circula em rede, fortalecendo e sendo igualmente fortalecida. A Figura 96 descreve o Polo da Borborema a partir de suas comissões temáticas, compreendo que eles, em si, formam redes. Todavia, como apresentamos no capítulo 4, as comissões estão integradas entre si e corroboram uma com as outras.

Figura 96 - Comissões e redes do Polo da Borborema



Em síntese, o Polo da Borborema está integrado com a AS-PTA e articula os STRs de sua área de atuação. Na metodologia de ação do Polo da Borborema, as comissões temáticas formam redes temáticas. Todavia, o Polo da Borborema integra a ASA-PB e a ASA-BR. Enquanto a AS-PTA também se relaciona com a ASA-PB, integra a Rede Ater-NE. Por sua vez, a ASA-BR está articulada com a ANA. O Polo da Borborema ainda se relaciona com outros fóruns, redes, universidades etc.

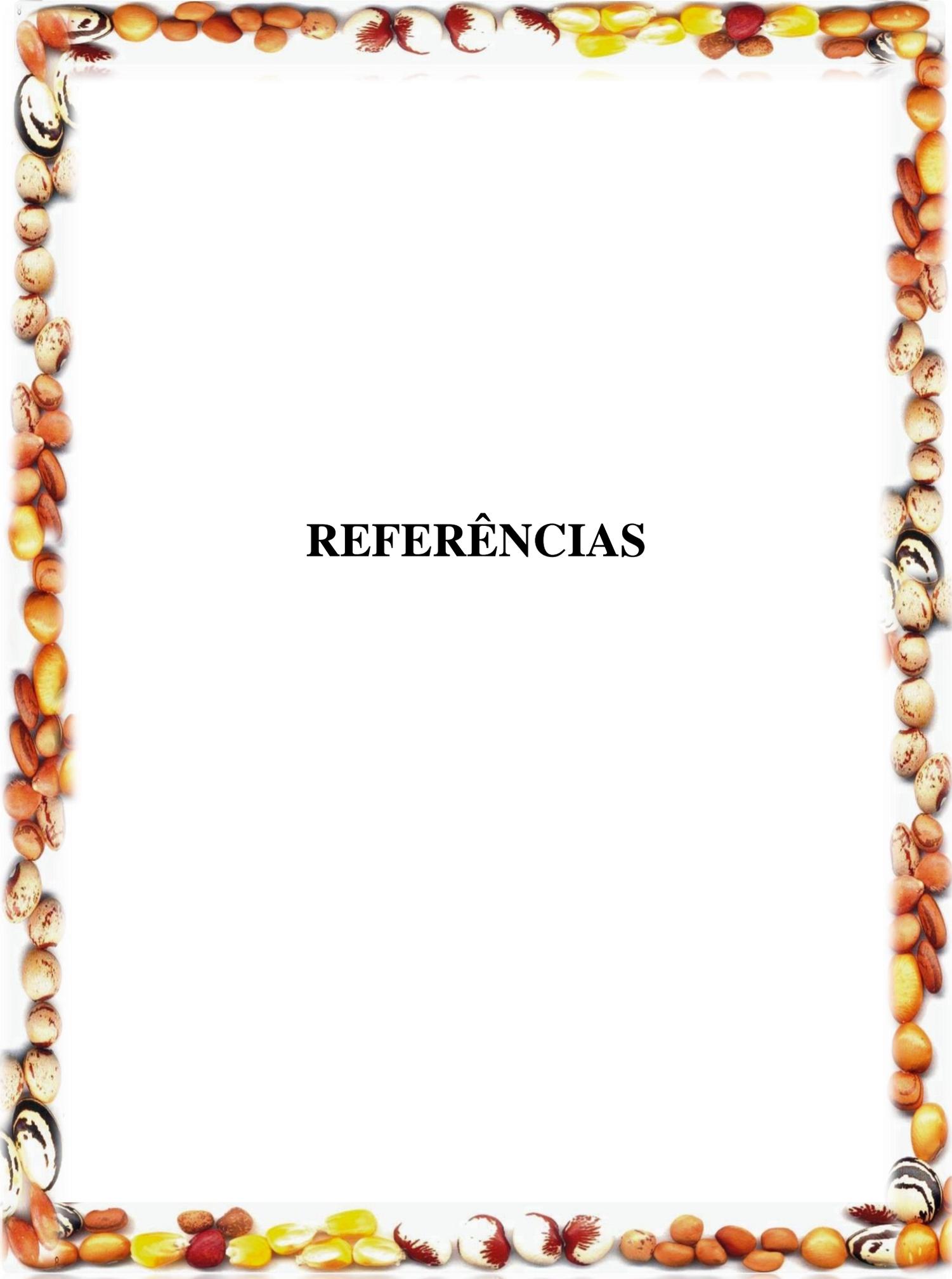
Todo esse emaranhado de conexões estabelecidas pelo Polo da Borborema fortalece suas ações no Agreste Paraibano e proporciona ao campesinato local possibilidades de articulação para enfrentamento das dificuldades produtivas e políticas. Assim como para a efetivação de uma política pública nacional em apoio à agroecologia, na Paraíba, as políticas públicas só atingiram a pauta agroecológica a partir da mobilização articulada em rede pelos movimentos envolvidos com a agroecologia.

O Polo da Borborema é um exemplo exitoso de parceria entre um movimento de base e a assistência técnica para agroecologia, no caso a AS-PTA. Ainda que essa base tenha surgido dos sindicatos, mas um sindicato atuante em prol dos sindicalizados e não dos patrões. Compreendemos que as comissões integram as redes internas do Polo da Borborema, assim como os temas, as redes também se entrelaçam. No entrelaçar de redes internas e externas ao Polo da Borborema é que são construídos os avanços da agroecologia e do campesinato no Agreste Paraibano, mas que também reflete a trajetória do movimento agroecológico no Brasil.

Assim, a agroecologia tem se efetivado como principal ferramenta de luta e resistência do campesinato do Agreste Paraibano, fortalecendo sua conformação no território, pois as manifestações das experiências agroecológicas são práticas sociais em que os camponeses experimentam e produzem alternativas que lhes proporcionem autonomia produtiva e melhores condições de vida (MARIANO NETO, 2006).

Consideramos que as características levantadas por Moreira e Targino (2007) se assemelham aos aspectos encontrados no campesinato articulado em rede. Dessa forma, o campesinato no Agreste Paraibano, ao fazer uso da agroecologia como ferramenta de integração e resistência camponesa, tem trilhado caminhos de luta no território, constituindo territórios de esperança. E, tendo em vista que esse modelo, o da agroecologia articulada em rede, acontece em várias comunidades camponesas no Brasil, constituem-se também enquanto redes na construção de territórios de esperança.

Consideramos que a agroecologia organizada em rede integra camponeses e serve como instrumento técnico, político e produtivo para os enfrentamentos do campesinato, constitui território de esperança pois, é a agroecologia em rede que fortalece as ações locais e tem dado condições de tentar resistir às ações do agronegócio. Portanto, a análise aqui realizada nos permite assegurar que o campesinato, articulado em rede e tendo a agroecologia como elemento integrador dessa rede, possui as ferramentas para que o campesinato exista, resista, sobreviva, se recrie e transforme: a luta, a ação, a convivência, a cooperação, o sonho, a realidade, a utopia, enfim, a esperança.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/Estatuto-ABA.pdf>> Acesso em: 10/06/2013.

AGOSTINHO, C. S. LUCINDA, P. H. F. AKAMA A. Inserção da UHE Peixe Angical na bacia Araguaia-Tocantins e metodologias de amostragem. In: **Reservatório de Peixe Angical: bases ecológicas para o manejo da ictiofauna**. Carlos Sérgio Agostinho, Fernando Mayer Pelicice, Elineide Eugenio Marques. (Orgs.) São Carlos: RiMa,, v. p. 5-13, 2009.

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. Educação em Agroecologia – que formação para a sustentabilidade?. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, p. 4-5, dez. 2010.

AGUIAR, V. V. P. **Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) 521 f. – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ALMEIDA, Paula. CORDEIRO, Ângela. **Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ALMEIDA, Rosemeire A. A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem. In: **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ALMEIDA, Silvio G. **Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro**. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org). - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

_____. Nicholls, C.I., 2012. **Agroecología: unica esperanza para la soberanía alimentari y la resiliencia socioecológica**. Agroecología 7, 65–83.

ALVAREZ, A. R.; MOTA, J. A. (Orgs.) **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. Brasília: IPEA, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, Livro 7).

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife, 2006.

_____. **Pauta da Marcha das Margaridas** 2011. ANA, ago. 2011a. Disponível em: <https://goo.gl/ZF14D5>

_____. **Carta política. Encontro Nacional de Diálogos e Convergências**. Salvador, Bahia, 26 a 29 de setembro de 2011b. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias.pdf>.> Acesso em: 10/10/2018

_____, **Caderno do participante do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Juazeiro-BA, 2014.

_____. **O que é a ANA**. 2015. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> >. Acesso em: 21/05/2015

_____, **Anais do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2015.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Élisée Reclus. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49). São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 49).

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Editora da UNB, 1985.

ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro). **Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semi-Árido**. Recife: ASA, 2001.

ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro); FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos). **ANEXO II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003**: FB-101/2003. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/arquivo/servicos/respsocial/acordo.pdf>> Acesso em: 12/07/16.

ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro). **Carta Política do IV Encontro Nacional de Agricultores e Agricultoras Experimentadores**. Aracajú: ASA, 2016. Disponível em(<http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-DO-ENCONTRO-NACIONAL-DE-AGRICULTORAS-E-AGRICULTORES-EXPERIMENTADORES-2016.pdf>). Acesso: 11/06/2016

ASSIS, William Santos de. Apresentação do IX CBA. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 10, n. 3, may 2016. ISSN 2236-7934. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20733>>. Acesso em: 17/01/2019.

BENSADON, Ligia Scarpa. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações**. Geografias (UFMG) , v. 6, p. 26-36, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de setembro de 2006

_____. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de agosto de 2012

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a PNATER e o PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de Janeiro de 2010.

_____. **Decreto nº 8.735, de 3 de maio de 2016**. Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016

_____. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

_____. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019** / Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. – Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no Semiárido: a experiência da ASA**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAMARGO, Paula. Fundamentos da transição agroecológica: racionalidade ecológica e campesinato. **Revista agrária**, São Paulo, nº 7, p. 156-181, 2007.

CANAVESI, F. C.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/vBB46T>>.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

_____. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Disponível em:<<http://agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia-conceitos%20e%20principios1.pdf>>

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, número 53, maio 2012.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Terra e Paz, 1999.

CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.

_____, A. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In Silva, J. G. da; Stolcke, Verona (org) questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo", *In: Desvendando máscaras sociais*. 2ª edição, Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1980.

CINTRÃO, Rosângela P. **A participação no II ENA – a memória em números**. Secretaria Executiva da ANA, Rio de Janeiro, 2006.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais e territorialidade no semiárido brasileiro. *In: Anais do XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. San José: UMA/UCR, 2011.

_____. **Redes e Territórios**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, mai./ago. 2013.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajétórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. Dissertação (Mestrado) PPGG/UFPB. João Pessoa, 2011.

_____. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste Paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia) PPGG/UFPB. João Pessoa, 2018.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017

CUNHA, F. L. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição De Sementes na Paraíba**. [Dissertação de Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável]. Seropédica: Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. *In: SAQUET, M. Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 07-11.

DIAS, L. C. **Redes: emergência e organização**. *In: Geografia: Conceitos e temas*. CASTRO, I. E. de (Org.) Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. *In: Redes, sociedades e territórios*. DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. da (Orgs.). Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, p. 11-28, 2005.

DIAS, Marcelo M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**. (Tese de Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.

DORNELAS, Rafaela Silva. **Movimento agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na agroecologia**. (Dissertação de mestrado), UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 3., 1987, Cuiabá. **Agricultura alternativa: anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**. Cuiabá: FAEAB/FEAB, 1987. 284p.

FAGUNDES, A. V. W.; LADIERA, I. F. S.; OLVEIRA, L. A. O processo de organização dos grupos de agroecologia no Brasil. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol. 8, N. 2, Nov. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

_____. Sobre a tipologia dos territórios. In: **Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. SAQUET, M. A. SPÓSITO, E.S.(Orgs.). São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009, p. 197-216.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005^a. Disponível em: (http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Revista/Arq_6/Textos%20PDF/Fernandes.pdf). Acesso em: 17 nov. 2015

FIGUEIREDO, Nayana Ruth; MOREIRA, Ivan Targino. **Estado, políticas públicas e territórios rurais**. Okara, João Pessoa. v.17, n.1, 2017.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. Disponível em (http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html). Acesso em: 24/08/16

FREIRE, Adriana Galvão. ALMEIDA, Silvio Gomes de. (2005). Estratégias e práticas de acesso ao mercado das famílias agricultoras. **Agriculturas**, v. 2, n. 2, 2005, pp. 24-28.

FURQUIM, Tatiana Weckeverth. **Encontro nacional de Grupos de Agroecologia (ENGA): dos primórdios à contemporaneidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2014.

GABOARDI, Shaiane Carla. **Territorialidades da agricultura orgânica e da agroecologia na Microrregião de Erechim/RS a partir das ações socioambientais do CAPA e do CETAP**. Francisco Beltrão, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia) 311 f. - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2008.

GUZMAN, Eduardo Servilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, E. S. Origem, Evolução e Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável. In: **Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento**

sustentável. NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1997. p.19-32.

_____. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** In Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.1., 2001. IFB. Tecnologia em Agroecologia. Disponível em:< <http://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/1746-graduacao-de-tecnologia-em-agroecologia>> . Acesso em: 12/03/2010.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; **La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social.** 2006. Disponível em http://www.agroeco.org/brasil/books_port.html. Acesso em 25/03/08 .

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade:** A rede “gaúcha” no Nordeste. Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

_____. **Desterritorialização:** entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia:** conceitos e temas. CASTRO, I. E. *et al.* (orgs.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero:** Prêmio Margarida Alves. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: (http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Colet%C3%A2nea%20sobre%20Estudos%20Rurais%20e%20Gen%C3%A0ro%20WEB.pdf). Acesso em: 02/08/2015

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos – 23. 2003

KROPOTKIN, P. **O apoio mútuo.** Tradução de 2006. Disponível em: <http://www.portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/apoiomutuo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

LÊNIN, Vladimir Ilyich Ulyanov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Aline Barboza de. **Assentamento APASA – PB a Agroecologia na Construção de Novas Territorialidades.** Dissertação de mestrado pela Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

_____. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2017.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais.** FICHER, T. (org.). Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LONDRES, Flavia. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Vol. II. Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1985.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. (Tese de Doutorado), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

_____. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAAs e da experiência do PTA/ FASE. *In: Anais do 32º Encontro da Anpocs*, Caxambu. 2008.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCON, Christian & MOINET, Nicolas. **Estratégia-Rede: ensaio de estratégia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In: Campesinato e território em disputa*. PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, João Edmilson. São Paulo, Ed. Expressão Popular e UNESP, 2008.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano: desenhos, arranjos e relações**. (Tese de doutorado) UFCG. Campina Grande-PB, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo, 1995.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-58**. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. *In* CANDEIAS, C. N. B., MACDONALD, José Brendan, MELO NETO, J. F. **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005.

MENDES, Heitor Nascimento, CHELOTTI Marcelo Cervo. **Tipologias e tendências da incorporação da agroecologia no âmbito do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)**. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 31, p. 553-579, 2017.

MIRANDA, E. E. de.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. de. **Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA**. Campinas. Embrapa, 2014^a. Disponível em: (https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf). Acesso em: 12/07/2016.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. *In: A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. SAMBUICHI, R. H. R. *et al* (Org.). 1ed. BRASÍLIA: IPEA, 2017, v. UNICO, p. 53-83.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

_____; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Emilia. **Territórios de Esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2007.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n.10, p. 72-93, Presidente Prudente, janeiro/junho de 2007.

MOURA, I. F. Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: Sambuichi *et al* (Org.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. 1ed. Brasília: IPEA, 2017, v. 1, p. 25-51.

MST. **Programa agrário do MST**: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo: Secretaria Nacional, 2013.

NORDER, L.A. *et al*. **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias**. Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França, p. 248 p., 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos Caminhos da Geografia**. CARLOS, A. F. A São Paulo: Contexto, 1999.

PACHECO, M. E. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Anais do Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

PADULA, J. *et al*. Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J. C. A.; ASSIS, W. S. (Eds). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 37-72. 245 p.

PALERM, Ángel. **Antropología y marxismo**. México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social : Universidad Autónoma Metropolitana : Universidad Iberoamericana, 2008

PARANHOS, M. G. F.; SILVEIRA, L. M.; NOGUEIRA, F. A Trajetória da Rede ATER NE: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste Brasileiro. In: **Construção do Conhecimento Agroecológico: novos papéis, novas identidades**. 1ªed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2007, v. 1, p. 56-70.

PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. *In: Geografia Agrária: Teoria e Poder.* FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo, Ed. Unesp, 2006.

PETERSEN, Paulo.; SILVEIRA, L. Construção do conhecimento agroecológico: reflexões a partir da experiência da AS-PTA no agreste da Paraíba. *In: SILVEIRA, L.; PETERSEN, P.; SABOURIN, E. (Orgs.). Agricultura familiar e agroecologia no semiárido: avanços a partir do agreste da Paraíba.* Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

_____; ALMEIDA, S.G. de. **Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro—uma perspectiva a partir da Rede PTA.** Rio de Janeiro, 2006.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em rede: fonte de inspirações para a inovação local. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 30-31, jul. 2006.

PETERSEN, Paulo. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, R. Redes estratégicas e de solidariedade e organização territorial: à procura de novas formas territoriais. **Cadernos IPPUR.** Rio de Janeiro, Ano VIII, n. 1, Abr., 1994.

REGA. **Relatoria V Sementário.** Botucatu, São Paulo, 2017.

SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Revistas Estudos Sociedade e Agricultura.** p. 37-61. 2001.

SALLES-FILHO, S.L.M., **A dinâmica tecnológica da agricultura: perspectivas da biotecnologia.** Tese de Doutorado. Instituto de Economia (IE), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo. Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço – técnica e tempo – razão e emoção.** edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SILVA, S.S; MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geo UERJ**. v. 2, n. 18. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>> acessado em: 20/05/2013.

SAUER, Sérgio; TUBINO, N. A. Sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 131-148, 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2005 [1993].

_____. **Cidadania sem fronteiras**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. *In: Redes, Sociedade e Território*. DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.) 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.

_____. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. *In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C.G. **Problems in participant observation**. **American Journal of Sociology**, 60, p. 343-354, 1955.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

_____. **Marx Tardio e a Via Russa: Marx e as Periferias do Capitalismo**. São Paulo. 2017. (Expressão Popular).

SILVA, Pablo Melquisedeque Souza e. **Agroecologia, campesinato e convivência com o semiárido em Solânea-PB**. Dissertação (Mestrado) PPGG/UFPB. João Pessoa, 2013.

SILVA, José Graziano da. (coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O que é questão agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, P. M. S., FREIRE, C. S., TARGINO, I. **A contribuição da ONGIFA na agricultura camponesa do município de Solânea-PB** *In: XVII Encontro Nacional de*

Geógrafos, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, E. D.; SILVA, A. E. O.; MUNIZ, L. E.; SILVA, J. O. Sementes da paixão: uma leitura da Rede de Bancos Comunitário de Sementes no Território da Borborema. In: **Congresso Latinoamericano de Agroecologia**, 2017, Brasília. Anais do X Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2017a.

SILVA, E. D.; FERNANDES, G. B.; SILVA, J. O.; SILVA, A. E. O.; SILVA, D. F. Detecção de Transgenes Em Variedades Crioulas e Comerciais de Milho no Território da Borborema. In: **Congresso Latino Americano de Agroecologia**, 2017, Brasília. Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia 2017b.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; PETERSEN, Paulo; SABOURIN, Eric (Orgs.) **Agricultura familiar e agroecologia no semiárido: avanços a partir do agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, v. 7, n. 1, 2010, pp. 13-19.

SILVEIRA, L.; VICTOR, R.; ANACLETO, N. **Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba**, Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, vol. 4, nº 2, julho, 2007, p. 10-14.

SILVEIRA, S. M. P. **Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável**. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecológica de Agroecologia no período de 2002 a 2012. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013.

SOUZA, Marcelo José L. (2000). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Iná Elias de Castro *et al.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, pp. 77-116.

SOUZA, M. M. O. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Rev. Geo. UEG - Goiânia**, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, C. **Documento técnico descrevendo os principais temas analisados pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica no primeiro trimestre de 2015, incluindo propostas para os limitantes identificados**. Produto 5, Projeto Pnud/SAF BRA 11/009 (Contrato no 2014/266. PO 30661. Linha 71305). Brasília: MDA, 2015b.

TROVATTO, C. M. M.; BIANCHINI, V.; SOUZA, C.; MEDAETS, J. P. ; RUANO, O. A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Uma trajetória de luta pelo**

desenvolvimento rural sustentável. Regina Helena Rosa Sambuichi; Iracema Ferreira de Moura; Luciano Mansor de Mattos; Mário Lúcio de Ávila; Paulo Asafe Campos Spínola; Ana Paula Moreira da Silva. (Orgs.) 1.ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada? Ipea, 2017, v. 1, p. 87-116.

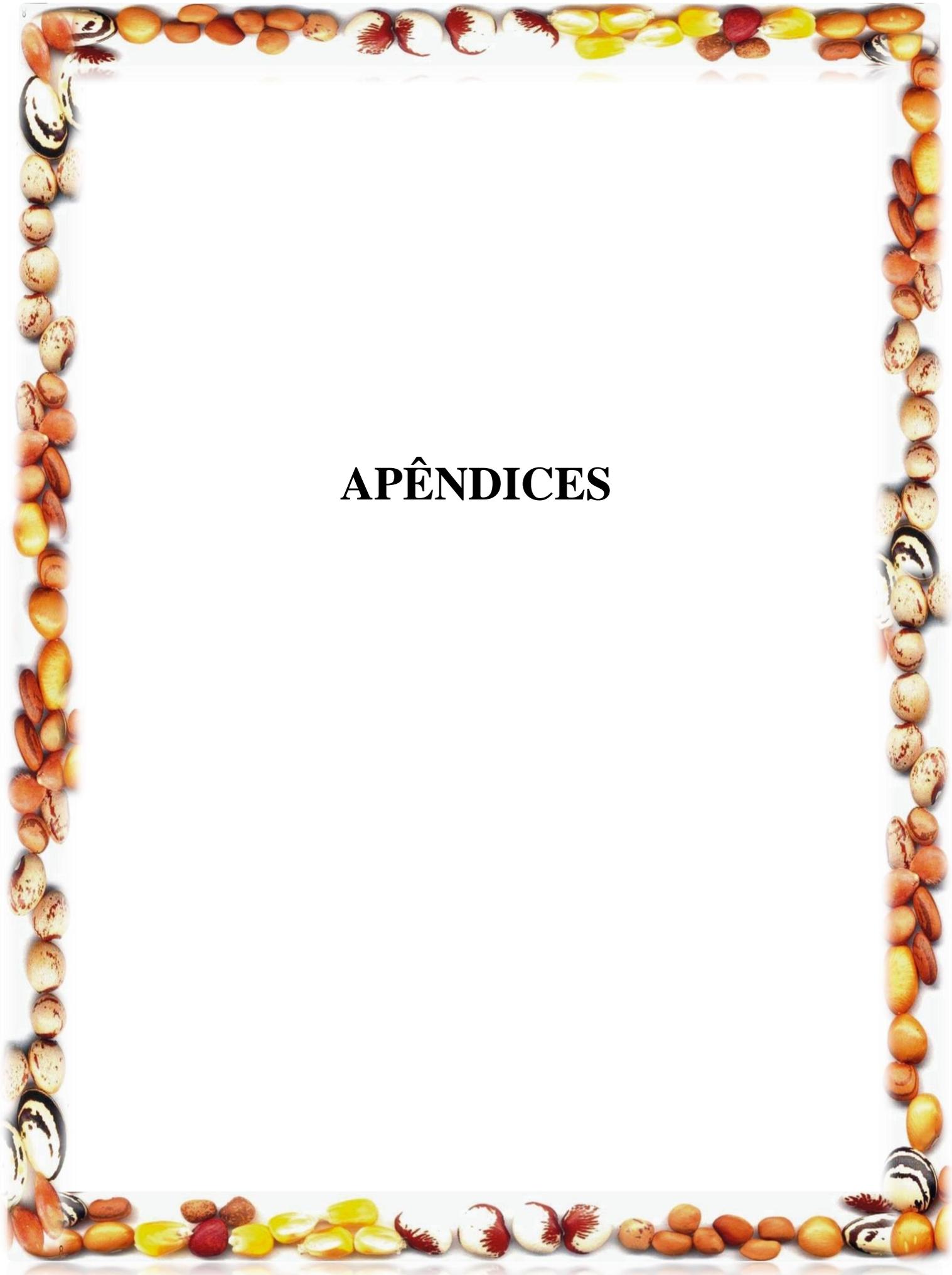
VIA CAMPESINA. **De Maputo a Jacarta: 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina**. Jakarta: Via Campesina, 2013.

WEID, Jean. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil**. (Textos para Debate, 57). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

ZIMMERMAN, Andrea; JACINTHO, Cláudio; RACHID, Fernanda; PADOA, Luiza. **Introdução à Permacultura**. IPOEMA – Instituto de Permacultura: Organização, Ecovilas e Meio Ambiente. Brasília, 2015

APÊNDICES



APÊNDICE 1

ROTEIRO NORTEADOR PARA CONVERSAR COM EMANOEL (AS-PTA)

SOBRE EMANOEL:

- ✓ Histórico (como e por que chegou a AS-PTA? / Qual sua trajetória dentro da AS-PTA?)

SOBRE A FASE – REDE PTA – AS-PTA – REDE Banco de Sementes

- ✓ Como surgiu?
- ✓ Quais os principais desafios que enfrentaram no início do processo?
- ✓ Quais os principais desafios atuais dos Bancos de Sementes (em especial da rede)?
- ✓ Por que chama REDE de banco de sementes?
- ✓ Como um BSC se relaciona com outros BSC do Polo, da ASA, e de outros lugares do Brasil?
- ✓ Nos municípios que tem BSC também tem feira agroecológica? Há alguma relação entre elas?
- ✓ Há um registro histórico da evolução da quantidade de BSC, das Famílias participantes, da quantidade estocada e da variedade das sementes?
- ✓ Qual o BSC mais antigo? E o mais recentes? Algum município já teve BSC e deixou de ter? Por quê?
- ✓ Tem um município que não tem BSC, qual é? Por quê?
- ✓ Todos BSC de vocês são georeferenciados? Outros BSC também são? Tem um mapa Bruto?
- ✓ Qual do papel do Estado (das políticas públicas) que contribuem e que atrapalham os BSC?
- ✓ Como os BSC se relacionam com a Federação, com os Estado da PB e com os municípios?
- ✓ Qual o papel dos sindicatos na estrutura das Redes de BSC?
- ✓ Como será a gestão do Banco Mãe de Sementes?
- ✓ Qual principal fonte de financiamento?
- ✓ Você citou o edital ECOFORTE. O que é e quanto pode ajudar (financeiramente)?
- ✓ Há alguma área da Rede de Banco de Sementes não estuda ou que mereça destaque para ser estudado?
- ✓ Quais as principais registros sobre os BSC do Polo/AS-PTA?

SOBRE POLO/AS-PTA

- ✓ Qual o papel do Polo e da AS-PTA?
- ✓ Qual a principal diferença entre ambos?
- ✓ Qual a importância do Polo para a AS-PTA na Paraíba?
- ✓ Qual a importância do Polo para a AS-PTA no Brasil?

SOBRE ANA/ABA e outros

- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a rede Ater-NE? Se sim, qual?
- ✓
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a ASA (PB e BR)? Se sim, qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a ANA? Se sim qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a ABA? Se sim, qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a ALIANZA? Se sim, qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a SOCLA? Se sim, qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a revista agriculturas? Se sim, qual?
- ✓ A rede BSC tem alguma relação com a Universidade e os NEAs? Se sim, qual?

PLANAPO/CNAPO

- ✓ Como a PLANAPO contribui para os BSC?

AGROECOLOGIA NO NORDESTE

- ✓ Você acredita que podemos mapear a agroecologia no nordeste? Justifique.
- ✓ Qual a melhor maneira de descrever a agroecologia os BSC no Nordeste?
- ✓ Há alguma informação relevante, não perguntada, que queria registrar?

APÊNDICE 2

Roteiro de entrevistas com GUARDIÕES DE SEMENTES da Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema

PARTE I – Identificação do produtor, da propriedade e da produção

A - O Produtor:

1. Nome: _____
2. Descreva um pouco da sua história
3. Tamanho da propriedade: _____
4. Número de filhos: _____
- 4.1. Onde moram? _____
- 4.2. Profissão dos filhos? _____
- 4.3. Grau de escolaridade dos filhos? _____
5. Grau de escolaridade do produtor: _____
6. Você é considerado agricultor-experimentador? _____
7. Há algum boletim ou vídeo informativo sobre sua história ou experiência?

B - Propriedade:

8. Situação do produtor:
 proprietário arrendatário parceiro ocupante
9. De que forma adquiriu a propriedade?
 herança compra concessão de uso
10. Há quanto tempo está na propriedade? _____
11. Possui outra fonte de renda? Qual? _____

C - Produção:

12. Quais os produtos cultivados na propriedade?
-
-

13. Quanto é comercializado e quanto destina-se a consumo próprio (uma média)?
 _____ % é comercializado _____ % é para o consumo da família

14. Quem compra esses produtos?
 consumidores diretos supermercados CEASA
 feiras outros: _____

15. Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?
-
-

D - Força de Trabalho

16. Familiar

Número de pessoas _____

Grau de parentesco filhos irmãos esposa esposo

Idade menos de 10 anos 11 a 20 anos 21 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos mais de 50 anos

Função de cada um no trabalho familiar _____

Há uma distinção do período do ano em que cada um trabalha? _____ Qual? _____

17. Assalariados permanentes

Número de pessoas _____
 Origem _____
 Forma de contratação _____
 Forma de pagamento _____
 Qual o tipo de serviço realizam? _____

18. Assalariados temporários

Número de pessoas _____
 Origem _____
 Forma de contratação _____
 Forma de pagamento _____
 Período do ano em que trabalham _____
 Tipos de serviços que realizam _____

E -Tecnologia , utilização de recursos e assistência técnica**19. Utiliza sementes, sem ser crioula (da paixão)?**

() Sim Quais? _____
 () Não Por que? _____

20. Possui máquinas e equipamentos próprios?

() Sim Quais? _____
 () Não Por que? _____

21. Utiliza agrotóxico?

() Sim Que tipo e para que finalidade? _____
 () Não

22. Utiliza alguma forma de conservação do solo (curva de nível,...) ou de outro recurso natural? _____**23. Conta com assistência técnica:**

() Sim () Não Por que? _____

23.1. Quais órgãos? _____

23.2. Como é feita essa assistência? _____

F – Outros rendimentos da família**24. Formas de renda (Porcentagem da renda total):**

a) Com salário de membros da família:

Emprego permanente _____

Emprego temporário _____

b) Área cedida a terceiros _____

c) Aposentadoria _____

d) Outras fontes (Quais?) _____

25. Trabalha fora da propriedade?

() Não

() Sim Quando? _____

Em qual atividade? _____

Quanto recebe em média? _____

PARTE II – Grupos e Redes:

1. Nós gostaríamos de começar perguntando sobre os grupos, organizações, associações ou sindicatos que você ou algum membro da família participe. Pode ser uma organização formal ou simplesmente um grupo de pessoas que se reúnem regularmente para alguma atividade ou para discutir alguma coisa. Nós vamos ler uma lista de grupos, e, por favor, nos diga se você ou algum membro da família participa de algo parecido:

- a) Grupo de produtores/cooperativa/sindicato
- b) Grupo religioso/Qual? _____
- c) Grupo ou movimento político
- d) Grupo ou associação cultural (música, folclore...)
- e) Grupo educacional (associação de pais e professores, grupos de estudo...)
- f) Grupo de Esportes
- g) ONG (Organização Não Governamental)
- h) Outro _____

1.1. Qual desses grupos você considera mais importante? _____

1.2. Com que frequência participa? _____ vezes na semana, ou _____ vezes no mês

1.3. Como você entrou para o grupo?

- a) A família já participava desse grupo
- b) Você foi convidado a participar
- c) Foi uma escolha voluntária
- d) Outro motivo _____

1.4. Qual o maior benefício que esse grupo traz para você ou para sua família?

- a) Possibilita uma maior aproximação entre os vizinhos/comunidade
- b) Facilita o acesso a serviços (saúde, educação, assistência técnica, comercialização de produtos)
- c) É importante em tempos de emergência, necessidade...
- d) Divertimento, recreação
- e) Espiritual, bem-estar
- f) Outros _____

1.5. Nos últimos anos o número de membros desse grupo tem diminuído, aumentado ou permanece o mesmo?

- a) Diminuído
- b) Aumentado
- c) Permanece o mesmo

1.6. Esse grupo interage com grupos de outras comunidades/regiões?

- a) Não
- b) Sim, raramente
- c) Sim, frequentemente

1.7. Qual a principal fonte de renda desse grupo?

- a) Dos seus próprios membros
- b) Da ajuda de outras pessoas da comunidade

c) De recursos de fora da comunidade

2. Em sua opinião, qual a importância do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) para os agricultores familiares da sua região (na assistência aos agricultores, ajuda na venda da produção, ajuda ao crédito...)?

- A. Muito importante
- B. Importante
- C. Pouco importante
- D. Sem importância
- E. Não conheço

(Justique _____
_____)

3. Em sua opinião, qual a importância da atuação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____)

4. Em sua opinião, qual a importância da atuação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____)

5. Em sua opinião, qual a importância da atuação da Articulação do Semiárido (ASA)?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____)

6. Em sua opinião, qual a importância da atuação do Polo da Borborema?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____)

7. Em sua opinião, qual a importância da atuação da AS-PTA?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante

- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____]

Qual a diferença entre o papel do Polo e da AS-PTA?

8. Em sua opinião, qual a importância DA ATUAÇÃO da Rede de Banco de Sementes?

- a) Muito importante
- b) Importante
- c) Pouco importante
- d) Sem importância
- e) Não conheço

(Justique _____
_____)

REDE DE BANCO DE SEMENTES

1. Comente sua relação com as sementes? (Como começou a armazenar? Com que aprendeu?)

2. Há quanto tempo armazena sementes?

- a) Mais de 20 anos
- b) Entre 19 e 10 anos
- c) Entre 9 e 5 anos
- d) Entre 4 e 1 ano
- e) Menos de 1 ano

3. Quais sementes você armazena em casa?

4. Com quem aprendeu a armazenar?

- a) Bisavô
- b) Avô
- c) Pai
- d) Técnico
- e) Vizinho
- f) Outro: _____

5. Como você armazena?

6. Com que frequência você cede sua semente ao BSC?

7. Quais sementes você doa ao BSC?

8. Quais sementes você pega no BSC?

9. Quantos quilos você pegou no BSC (2017)?

10. Quantos quilos você entregou no BSC (2017)?

11. Você doou sementes (2017)? Sim () Não (). Se sim, a quem doou? _____

12. Você trocou sementes (2017)? Sim () Não (). Se sim, com quem trocou? _____

13. Você recebeu sementes (2017)? Sim () Não () Se sim, de quem recebeu? _____
14. Você vendeu sementes (2017)? Sim () Não () Se sim, onde vendeu? _____
quanto recebeu em média por toda venda? _____
15. Qual semente é mais importante pra sua região?
16. Quais principais dificuldades de armazenar sementes (tanto em casa como no BSC)?
17. Quais os principais benefícios de armazenar sementes?
18. Você costuma frequentar reuniões que pautem as sementes? Sim () Não (). Se sim, quais reuniões? _____
19. Você costuma encontrar outros guardiões de sementes do seu município? Sim () Não (). Se sim, quem? _____
20. Você costuma encontrar outros guardiões de sementes de outros municípios? Sim () Não ()
Se sim, quem ou qual município?
E com que frequência?
21. Você acredita que está integrado a outros agricultores que guardam sementes?
22. Qual a importância de FAZER PARTE da Rede de Banco de Sementes do Polo da Borborema?
a) Muito importante
b) Importante
c) Pouco importante
d) Sem importância
e) Não conheço
(Justique _____
_____)
23. Você acredita que armazenar sementes contribui para a agricultura:
- a) No mundo? Sim () Não () Por que? _____
- b) No Brasil? Sim () Não () Por que? _____
- c) No Nordeste? Sim () Não () Por que? _____
- d) Na Paraíba? Sim () Não () Por que? _____
- e) No município? Sim () Não () Por que? _____
- f) Na comunidade? Sim () Não () Por que? _____
- g) No seu sítio? Sim () Não () Por que? _____
24. Na sua propriedade há alguma outra experiência ou manejo que você faz e que gostaria de comentar?
25. Você já ouviu falar em agroecologia? Se sim, o que você entende por agroecologia?
26. Como você se comunica com os outros membros da Rede de BSC?
27. Como você fica sabendo das notícias ou informações a respeito de política, trabalho, agricultura...
a) Amigos e vizinhos
b) No comércio local
c) Jornal local
d) Rádio
e) Televisão

f) Facebook

g) Whatsapp

Qual é mais importante? _____

BANCO DE SEMENTES

1. Como funciona um banco de sementes comunitário?
2. Nome do Banco: _____
3. Quantos anos de existência?: _____
4. Número de sócios: _____
5. Sempre foi esse número de sócios? Tem aumentado ou diminuído? _____
6. Qual foi a capacidade máxima de armazenamento já atingida? _____
7. Qual foi a capacidade mínima atingida? _____
8. Quais tipos de sementes são armazenados? _____
9. Quantas variedades de sementes? _____
10. Quanto tempo de armazenamento tem a semente mais antiga do Banco? _____
11. Quais as técnicas de armazenamento? _____
12. Quais as principais dificuldades desse banco de sementes? _____
13. Quais as principais qualidades desse bando de sementes? _____
14. Como esse BSC se relaciona com os outros BSCs, do Polo, da ASA e com outros estados? _____
15. Há algum informativo sobre o banco? _____
16. O banco comercializa alguma semente, para não sócios? _____
17. Os sócios do BSC comercializam a produção? Se sim, como? _____

Apêndice 3 – Produção de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em geografia do Brasil entre 1998 e 2017.

Ano	Título	Autor	Nível	Instituição
1998	Zoneamento agroecológico do município de Itapipoca-CE utilizando técnicas de geoprocessamento	Sônia Barreto Perdigão de Oliveira	Mestrado	UECE
2000	Agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: o exemplo da produção agroecológica no município de Praia Grande (SC)	Josane Moreira de Costa	Mestrado	UFSC
2001	A agricultura familiar como <i>locus</i> de desenvolvimento para um “novo” mundo rural: o caso das unidades de produção familiar do distrito, Vila Toroquá – Município De São Francisco De Assis-Rs	Rosane Balsan	Mestrado	Unesp-RC
2002	Educação Ambiental Popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril	Malba Tahan Barbosa	Mestrado	UFMG
	Os desafios da transição agroecológica na agricultura familiar em Antônio Carlos,SC	Maria Jaqueline Elicher	Mestrado	UFSC
	Agroecologia & desenvolvimento: estudo de caso do grupo curupira, Jaboti – PR	Ricardo Cerveira	Doutorado	USP – GF
2005	Alimentação como forma de mediação da relação sociedade natureza – um estudo de caso sobre a agricultura ecológica e o autoconsumo em Turvo – PR	Silvia do Amaral Rigon	Mestrado	UFPR
	Agroecologia e produção do espaço: a experiência dos agricultores da AGRECO.	Ildefonso Cardoso	Mestrado	UFSC
2006	Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas	Carlos Eduardo Mazzetto	Mestrado	UFMG
	Agroecologia e desenvolvimento rural (perspectivas do sistema agroflorestal em Bom Jardim-PE)	Everaldo Batista Rocha	Mestrado	UFPE
	Agricultura orgânica e conservação ambiental: uma alternativa de fortalecimento da produção familiar no assentamento Chico Mendes em Pombos-PE	Robson Soares Brasileiro	Mestrado	UFPE
	A comunidade remanescente de quilombo do engenho Siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana.	Marli Gondim de Araújo	Mestrado	UFPE
	Espaço agrícola, ambiente e agroecologia: incidência de moscas-das-frutas (Diptera, Tephritidae) nos pomares de laranjado município de Caraá, RS	Luciana Fofonka	Mestrado	UFRGS
	Técnicas de geoprocessamento aplicadas na análise do uso da terra no município de Pilar do Sul – SP	Eduardo Reis Rosa	Mestrado	USP – GH
	Assentamento APASA – PB: A agroecologia na construção de novas territorialidades	Aline Barboza de Lima	Mestrado	UFPB
2008	A visão sistêmica e sua contribuição ao estudo do espaço pecuário de Venturosa e Pedra no agreste de Pernambuco	Maria Betânia Amador	Doutorado	UFPE
	Campepinato, resistência e emancipação:O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná	Sérgio Gonçalves	Doutorado	Unesp-PP
2009	Transição Agroecológica: Uma estratégia para a convivência com a realidade semiárida do Ceará	Luciana Rodrigues Ramos Duarte	Mestrado	UFC

	Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS.	Edinho Carlos Kunzler	Mestrado	UFSM
	A Agricultura de base ecológica no COREDE Vale do Café (RS).	Cláudio José Bertazzo	Doutorado	Unesp-PP
	A Agricultura Familiar em Projetos de Assentamentos	Manoel Messias da Silva	Mestrado	UNIR
2010	O papel das escolas família agrícola (efa) no desenvolvimento de alternativas agrícolas em mato grosso do sul: o caso da escola família agrícola de itaquiraí (EFAITAQ)	João Batista Alves de Souza	Mestrado	UFGD
	Parceiros em lavouras comunitárias e agricultores familiares agroecológicos: um estudo comparativo entre agricultura familiar em território de agricultura tradicional de Minas Gerais e agricultura agroecológica do centro de Rondônia	Cristiano Torres do Amaral	Mestrado	UFMG
	Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas	Maura Neves Coutinho	Mestrado	UFMG
	Soberania alimentar e agroecologia: práticas e perspectivas para a transformação no/do campo na região metropolitana de Curitiba – as experiências da AOPA e do Assentamento Contestado	Alessandra Silva de Souza	Mestrado	UFPR
	As transformações no espaço rural e a emergência da agricultura familiar de base agroecológica - Pelotas/RS	Roberto Antônio Finatto	Mestrado	UFSC
	A agricultura familiar com base tecnológica orgânica: Potencial de expansão no Território Sudoeste do Paraná	Antônio Carlos Picinatto	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
	Agroecologia como prática Social: Feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba	Thiago Araújo Santos	Mestrado	USP – GH
2011	A produção agroecológica do município do Rio Grande/RS.	José Francisco Santos de Moura	Mestrado	FURG
	A organização do território a partir do paradigma da agroecologia na comunidade Emílio Zapata – Ponta Grossa – PR	Sandra Andrea Engelmann	Mestrado	UEPG
	Agricultura camponesa, PRONAF e iniciativas agroecológicas no município do Crato-CE	Cicero Erivaldo de Lima	Mestrado	UFC
	A produção territorial e as formas de resistência no Assentamento Rural Sul Bonito em Itaquiraí/MS	Daiane Alencar da Silva	Mestrado	UFGD
	Reinvenção Espacial: Agroecologia e Turismo – Sustentabilidade ou Insustentabilidade?	Carmem Rejane Pacheco Porto	Doutorado	UFRGS
	Luta, Territorialização e Resistência Camponesa no Leste Rondoniense (1970-2010)	Murilo Mendonça Oliveira De Souza	Doutorado	UFU
	Território e Poder: A produção agroecológica como estratégia de desenvolvimento territorial	Elaine Fabiane Gaiovicz	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
	Natureza, terra e trabalho na educação do MST: O caso do assentamento Congonhas – Abelardo Luz/SC	Robson Olivino Paim	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
	Desenvolvimento Rural em Alto Paraíso-Rondônia: Condições, viabilidade e desafios da Agroecologia	Jessé Vale Auzier Neto	Mestrado	UNIR

2012	Diagnóstico de duas trajetórias produtivas distintas – a agroecologia e a agricultura convencional: Suas perspectivas para o desenvolvimento Rural de São Mateus do Sul-PR	Thales Ravel Okonoski	Mestrado	UEPG
	A produção do algodão agroecológico e a reprodução camponesa: novas territorialidades no Assentamento Queimadas, Remígio/PB	Cleityane Sabino Freire	Mestrado	UFGD
	Novas territorialidades no centro de Rondônia. Agricultura e as questões socioeconômico-ambientais (1970 a 2011)	Lussandra Martins da Silva	Doutorado	UFMG
	Certificação Participativa e Agroecologia: Processos de organização e resistência camponesa na Mata Paraibana	Mariana Borba de Oliveira	Mestrado	UFPB
	Constituição de Territórios-Rede através de processos de re-existência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco	Robson Soares Brasileiro	Doutorado	UFPE
	Território Camponês na transição agroecológica em Vitória de Santo Antão – PE	Antionielle Pinheiro da Cunha	Mestrado	UFPE
	Uso de agrotóxicos e impactos no espaço agrário de Brejo da Madre de Deus (PE)	Gina Caécia da Silva	Mestrado	UFPE
	O Ensino Técnico no MST: o caso do curso técnico em agropecuária com habilitação em agroecologia do Instituto Educar, Pontão, RS	Luciele Alves Fagundes	Mestrado	UFSM
	Diferentes modelos, diferentes caminhos: a busca pela sustentabilidade ambiental no município de Piratini, RS	Jaciele Carine Sell	Mestrado	UFSM
2013	Territorialização da agroecologia entre os agricultores familiares do Vale do Ribeira, Estado do Paraná	Juliana Carla Murtelle	Mestrado	UEPG
	Geografia dos Alimentos no Espírito Santo	Pedro Henrique Gomide Lucci	Mestrado	UFES
	Campesinato, Agroecologia e Convivência com o semiárido em Solânea-PB	Pablo Melquisedeque Souza e Silva	Mestrado	UFPB
	O território camponês sob o enfoque de gênero: A divisão sexual do trabalho e a agroecologia	Laiane Rose Souza Santos	Mestrado	UFS
	Consciência e Territorialização Contra-Hegemônica: Uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul	Ândrea Francine Batista	Mestrado	Unesp-PP
	Disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do Estado	Vitor de Moraes	Mestrado	Unesp-PP
	A agroecologia como alternativa frente à modernização da agricultura – um estudo de caso no município de Coronel Vivida – PR	Ana Paula Stasiak	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
	Intensionalidades, Territorialidades e temporalidades da agroecologia e da agricultura orgânica em Itapejara D’oeste, Salto do Lontra e Verê (SO/PR)	Suzana Gotardo Meira	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
2014	Cooperativismo como base de apoio à agricultura familiar no município de Turvo – PR	Tatiane Leal Bastoso	Mestrado	UEM
	Questão agrária e campesinato: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa	Maria Aline da Silva Batista	Mestrado	UFC
	Agroecologia no Recôncavo Baiano: possibilidades e desafios	Daniela Nascimento de Jesus Vieira	Mestrado	UFBA

	Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO	Edson Batista da Silva	Mestrado	UFG
	Potencialidades e limites da territorialidade camponesa agroecológica frente à insustentabilidade do capital	Julio Cesar Pereira Monerat	Mestrado	UFJF
	Interações Agroecológicas A comunidade de São Pedro de Cima em movimento	Nathan Zanzoni Itaborahy	Mestrado	UFMG
	A (re)criação do campesinato em Cáceres/MT e no contexto de expansão territorial do agronegócio em Três Lagoas e Selvíria em Mato Grosso do Sul	Mariele de Oliveira Silva	Mestrado	UFMS
	A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação	Ana Paula Ribeiro	Mestre	UFRGS
	Soberania alimentar e o Assentamento Mulungu no semiárido cearense	Simone Silva Pereira	Mestrado	Unesp-PP
	Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná	Márcio Freitas Eduardo	Doutorado	Unesp-PP
	A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a reprodução camponesa: um estudo de caso da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA)	Tereza Peres de Castro	Mestrado	USP – GH
2015	Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE	Izabela Cristina Gomes da Silva	Mestrado	UFPE
	Fatores Territorializantes na produção agroecológica em Sergipe.	Luciano Ricardio de Santana Souza	Doutorado	UFS
	Campeinato, Território e Assentamentos de Reforma Agrária: Tecendo Redes de Conhecimento Agroecológico.	Jorge Enrique Montalvan Rabanal	Mestrado	UFS
	Redes de agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil: das intencionalidades à materialidade socioespacial.	Roberto Antônio Finatto	Doutorado	UFSC
	Desafios da produção do arroz orgânico nos assentamentos do município de São Gabriel – RS	João Silvano Zanon	Mestrado	UFSM
	Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências.	Djoni Roos	Doutorado	Unesp-PP
2016	Agroecologia no município de Mauriti- Ceará: experiências dos agricultores familiares na implantação do sistema mandala	Tiago Cartaxo de Lucena	Mestrado	UFC
	Território Rural De Identidade Parque Das Emas: Fortalecimento das Famílias Assentadas Em Jataí-GO	Leidiane Cristina Monteiro Silva	Mestrado	UFG – Jataí
	Estratégias territoriais contemporâneas de uma comunidade remanescente de quilombo: análise de um agroecossistema em transição agroecológica - São Pedro de Cima, Divino/MG	Timothy Ongaro Orsi	Mestrado	UFJF
	Arranjo produtivo local rural e agroecologia: uma estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL	Josemar Hipólito da Silva	Mestrado	UFS
	A agroecologia necessita de licitoxo: Contribuições do Método Camponês a Camponês e da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável à resistência camponesa em assentamentos de reforma agrária, Estância - SE	Reuel Machado Leite	Mestrado	UFS

	(Re)configurações territoriais da produção orgânica do agreste central de sergipe à luz das potencialidades ambientais	Clêane Oliveira dos Santos	Doutorado	UFS
	As vivências dos agricultores familiares camponeses em transição agroecológica no município de Agudo/RS	Valquiria Conti	Mestrado	UFSM
	Território e agroecologia: a extensão rural como agente de transformação	Edite Prates Souza	Mestrado	Unesp-SP (territorial)
	A trajetória de luta e as experiências agroecológicas do assentamento 14 de Agosto em Ariquemes, Rondônia	Maria Estévia de Araújo	Mestrado	Unesp-SP (territorial)
	Agroecologia quilombola ou quilombo agroecológico? Dilemas agroflorestais e territorialização no Vale do Ribeira/SP	Laura De Biase	doutorado	USP – GH
2017	Contribuições ao estudo da transição agroecológica no assentamento Santana-CE	Cleano Soares Brito	Mestrado	Ufc
	Agricultura camponesa e a produção do espaço agrário no município de Irará/Ba	Andréia Silva de Alcântara	Mestrado	UFBA
	Na teia do alimento orgânico no Espírito Santo	Kédma de Andrade Nogueira de Gouveia	Mestrado	UFES
	Soberania alimentar na comunidade quilombola de Colônia do Paiol: entre a cultura local e global	Mara Linda da Trindade Faria	Mestrado	UFJF
	Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas/MS: experiências de transição agroecológica e Soberania Alimentar	Juliana Vieira Queiroz	Mestrado	UFMS
	Transformações no espaço agrário do sertão do Pajeú: a participação das mulheres no processo de transição agroecológico em quintais de (re)produção da vida	Bruna Maria da Silva Rapozo	Mestrado	UFPB
	Entre fragmentos e vínculos territoriais: Colônia São Pedro de Alcântara	Adalberto Floriano Greco Martins	Doutorado	UFRGS
	O arroz orgânico como estratégia de produção e reprodução social: o caso do assentamento filhos de Sepé, Viamão/RS	Helena Maria Beling	Mestrado	UFSM
	O São Paulo agrário na era da Globalização	Tiago Egídio Avanço Cubas	Doutorado	Unesp-PP
	Territorialidades da agricultura orgânica e da agroecologia na microrregião de Erechim/RS a partir das ações socioambientais do CAPA e do CETAP	Shaiane Carla Gaboardi	Mestrado	Unioeste – Fco. Beltrão
	Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba	Aline Barboza de Lima	Doutorado	USP – GH
	A apropriação da agrofloresta na afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto – SP	Mônica Hashimoto Iha	Doutorado	USP – GH
	Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo	Angélica Campos Nakamura	Mestrado	USP – GH
	(Contra)Hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense	Rogério Rego Miranda	Doutorado	USP – GH

Fonte: Sites dos Programas ligados à ANPEGE, BDTD e outros

Elaboração: SILVA, Pablo M. S. 2019

Apêndice 4 – Grupos, instituições e redes ligadas à REGA - 2018

Região	Estado	Cidade	Nome	Instituição
Norte	AC	Rio Branco	Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)	Comissão Pró Índio do Acre (CPI/AC)
	RR	Lavrado de Roraima – NE	Iniciativa Wazaka'ye	INPA - Inst. Nacional de Pesquisas da Amazônia e CIR - Conselho Indígena de Roraima
	RO			
	AM	Manaus	Jardim Comunitário Cajueiro da 13	
	AP	Macapá	Grupo Beija-Flor de Permacultura	
	PA	Belém	Associação Agroecológica IARA	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
Bragança		Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés – COOMAC	Caritas Diocesana	
Nordeste	MA	Centro Novo Maranhão	Ka'a usak há	Associação Indígena
		São João dos Patos	AGROECOLOGIA SJP	IFMA São João dos Patos
	PI	Teresina	Ecosítio Cujubeiras	
	CE	Fortaleza	Grupo de Estudos e Práticas em Permacultura da UFC - GEPPe/UFC	Universidade Federal do Ceará
		Vale do Jaguaribe	GEAS - Grupo De Estudos E Extensão Em Agricultura Sustentável	IFCE
	RN	Mossoró	GVAA – Grupo Verde de Agricultura Alternativa	UFERSA
		Ipanaguçu/ Vale do Açú	GAVA – Grupo de Agroecologia Vale do Açú	IFRN
		Mossoró/ Apodi	Numa – Núcleo Macambira de Pesquisa e Extensão em Agroecologia	UFERSA
	PB	Areia	MAE – Movimento Agroecológico	Centro de Ciências Agrárias/UFPB
		Bananeiras	MECA – Movimento de Educação do campo e Agroecologia	UFPB/Campus III
	PE	Petrolina	Grupo Estudantil Agroecológico do Semiárido – GEASA	Universidade Federal do Vale do São Francisco
		Recife	Coletivo Guazuma – Permacultura e Agroecologia	SAF/UFPE
	AL	Maceió	Grupo Agroecológico Craiberas	UFAL
	SE	São Cristóvão	EVA – Espaço de Vivência Agroecologia	UFS
			Camponês a Camponês	Embrapa/MST/UFS
		São Cristóvão	AGROBIO	IFSE
BA	Salvador	Coletivo Organismo		
	Bahia	Teia de Agroecologia dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica	UESC	
	Coronel	GANEb - Grupo	FANEb - Faculdade do Nordeste da	

		João Sá	Agroecológico do Nordeste da Bahia	Bahia
		Arataca	Teia dos Povos	Movimentos de Luta pela Terra, Movimento Indígena, Quilombolas, Pequenos Agricultores
		Cruz das Almas	GAIA – Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia	UFRB
Centro-oeste	DF			
	TO			
	GO	Urutaí	NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisa em agroecologia	Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí
		Goiânia	GEMAS - Grupo de Estudos em Manejo Agroecológico dos Solos	Escola de Agronomia da UFG
		Rio Verde	LESAER - Laboratório de Estudos Agrários e Extensão Rural	Instituto Federal Goiano
	MT	Cuiabá	Movimento Agroecológico Estudantil Terra – M.A.E. Terra	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
		varios municípios	GIAS – Grupo de Intercâmbio de Agricultura Sustentável	
		Cuiabá	Isanete Bieski	UFMT
	MS			
	Sudeste	Minas Gerais	Viçosa	GAO – Grupo de Agroecologia e Agricultura Orgânica
Viçosa			APÊTI – Agrofloresta	Universidade Federal de Viçosa/UFV
Viçosa			SAUIPE – Saúde Integral em Permacultura	Universidade Federal de Viçosa/UFV
Lavras			Grupo Agroecológico Yebá Ervas & Matos Yebá – NEA	UFLA - Universidade Federal de Lavras
Diamantina			Grupo Aranã de Agroecologia	UFVJM
JANUÁRIA			Núcleo de Estudos em Agroecologia Minas D'água (NEA Minas D'água)	(IFNMG) Campus – Januária
Janaúba			NERUDA - Núcleo de Estudos em Extensão Rural e Despertar Agroecológico	UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros Campus Janaúba
Viçosa			Micorrizas	Universidade Federal de Viçosa/UFV
Rio Pomba			CARP - Coletivo Agroecológico de Rio Pomba	IF Sudeste MG
Baependi			Arraial do Arco	
Espírito Santo		Caparaó Capixaba	KAPIXAWA – Grupo de Agricultura Ecológica Kapixawa	UFES
Rio de Janeiro		Ilha do Fundão	Capim Limão	UFRJ
		Rio de Janeiro	Grupo Mutirão de Agroecologia – MUDA	UFRJ
		Niterói	MAE – Mutirão de Agricultura Ecológica	Universidade Federal Fluminense/UFF
		Aldeia Velha/Silva Jardim	Escola da Mata Atlântica – Educação Popular, Agroecologia e Cultura Live	
		Seropédica	GAE – Grupo de Agricultura	UFRRJ

			Ecológica da UFRRJ	
	Rio de Janeiro		GABU – Grupo de Agroecologia Boldinho da Urca/Casa da Bruxa	UNIRIO
	Campos dos Goytacazes		Grupo de Estudos Agroecológicos "AgroCrioulo"	UENF
	Magé		Grupo de Mulheres da Cozinha Colher de Pau	AARJ
	Rio de Janeiro		Hortação	
	Rio de Janeiro		CARPE Projetos Socioambientais	
	São Paulo	São Paulo	Articulação Paulista de Agroecologia (Rede APA)	
		Botucatu	Grupo Timbó de Agroecologia	UNESP - Faculdade de Ciências Agronômicas
		Rio Claro	Grupo Gira-Sol	UNESP
		Araras	Pés Vermelhos	UFScar – Araras
		Jaboticabal	CAJA – Coletivo de Agroecologia de Jaboticabal	UNESP
		Registro	Grupo de Agroecologia Cataia	Unesp - Campus Experimental de Registro
		São Carlos	Veracidade	Próximo a grupos da UFSCar e da USP
		Ilha Solteira	GAISA - Grupo de Agroecologia de Ilha Solteira	UNESP/FEIS
		Ribeirão Preto	Estação Luz	Estação Luz
		São Paulo	MUDA – Movimento Urbano de Agroecologia	
		Rio Claro	ORO ARI – Danças e Ritmos Brasileiros	UNESP
		Piracicaba	Nheengatu	ESALQ
		Sorocaba	NAAC – Núcleo de Agroecologia Apêti-Caapuã	UFSCar
		Piracicaba	Grupo SAF – Grupo de Estudos e Práticas em SAFs	ESALQ
		Ibiúna	Amigos da Mata	
		Mogi das Cruzes		Sítio Olho d'água
			Coletivo Cará – Coletivo Autônomo de Resistência Agroecológica	
Sul	SC, RS, PR		Rede Ecovida de Agroecologia	Centro Ecológico, Centro Vianei, Ecoserra, Ecoterra, CAPA Erexim, Ecosol, Aopa, Assesoar, CAPA Rondon, CooperaFloresta, entre outros.
	Paraná	Maringá	GAAMA - Grupo de Agroecologia de Maringá	UEM - Universidade Estadual de Maringá
		Matinhos	Motirõ Sociedade Cooperativa	
		Curitiba	GEAE – Grupo de Estudos de Agricultura Ecológica	Universidade Federal do Paraná/UFPR
	Santa Catarina	Papanduva	Agrofer- Agrupamento Orgânico de Floresta e Região	
		Joinville	Coletivo Permacultura Joinville	
	Rio Grande	Porto Alegre	Rede RODA – Rede Orientada ao	UFRGS

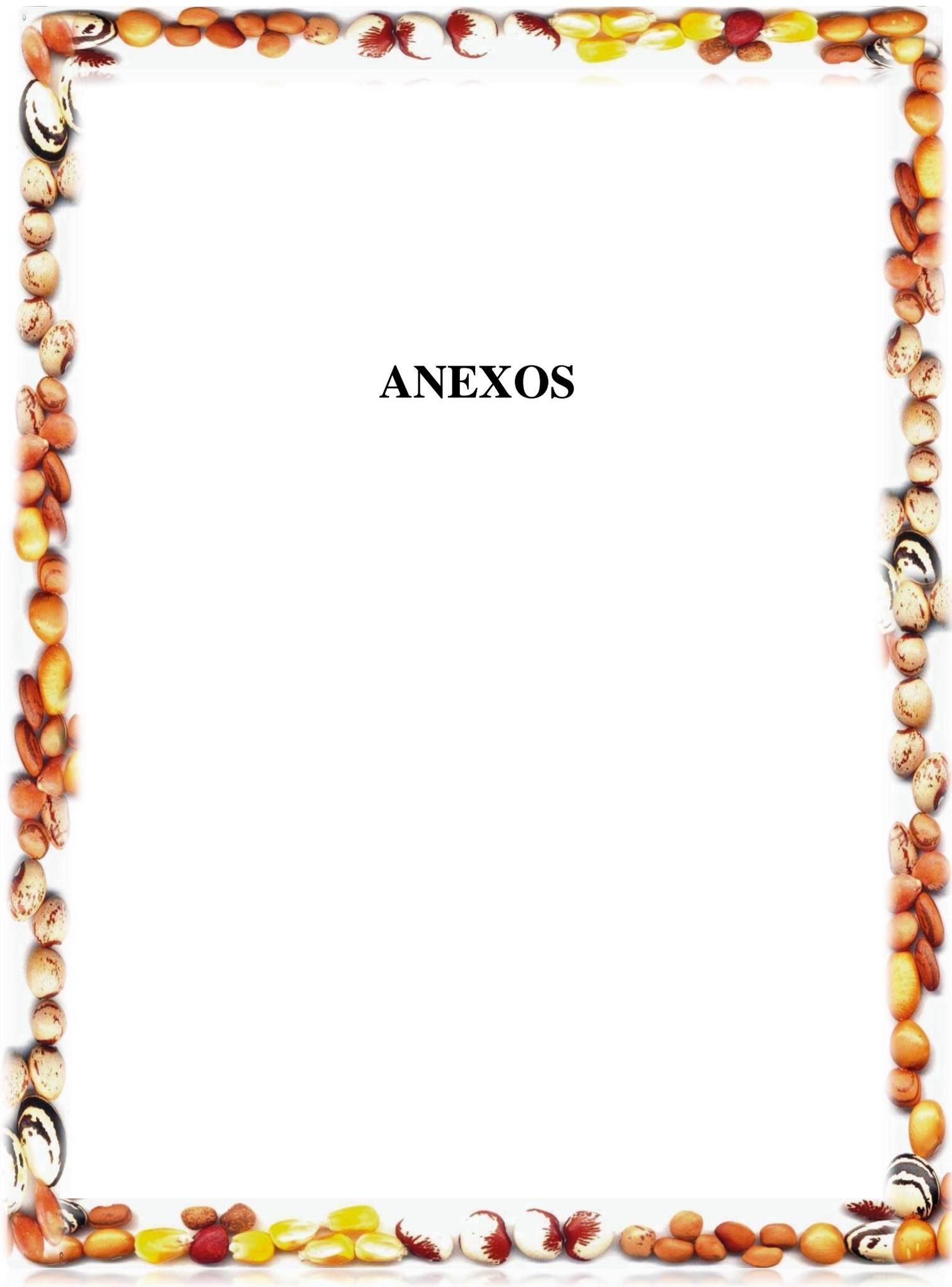
do Sul		Desenvolvimento da Agroecologia	
	Porto Alegre	Grupo Viveiros Comunitários – GVC	UFRGS
	Porto Alegre	UVAIA – Uma Visão Agrônômica Com Ideal Agroecológico	UFRGS
	Santa Maria	GATS – Grupo de Agroecologia Terra Sul	Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
	Pelotas	GAE – Grupo de Agroecologia	Universidade Federal de Pelotas/UFPel
	Frederico Westphalen	GAExt – Grupo de Agroecologia e Extensão Kaiowá	UFSM, CESNORS e CAFW
	Cerro Largo	GANOM – Grupo de Agroecologia Noroeste Missões	UFFS - Campus Cerro Largo
	Ibirubá	GEA - Grupo de Estudos em Agroecologia	IFRS - Campus Ibirubá
	São Francisco de Paula	Grupo Gralha Azul de Cultivadores de Agroflorestas	Instituto Arca Verde
	Estância Velha	Instituto Ambiental DATERRA de Permacultura e Sustentabilidade	Instituto ambiental Daterra de Permacultura e Sustentabilidade
	Morro Redondo	Sítio Amoreza	

Fonte: REGA (2018)¹⁸⁵

Elaboração: Silva, P.M.S

¹⁸⁵ Os dados referentes ao Apêndice 4 foram colhidos no site da REGA.

ANEXOS



ANEXO 1**Órgãos do governo representados na Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e/ou Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)**

ÓRGÃO DO GOVERNO	INSTÂNCIA
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil)	Ciapo e Cnapo
Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR) (Secretaria de Governo – SeGov)	Ciapo e Cnapo
Ministério da Fazenda (MF)	Ciapo
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	Ciapo e Cnapo
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Ciapo e Cnapo
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA)	Ciapo e Cnapo
Ministério da Educação (MEC)	Ciapo e Cnapo
Ministério da Saúde (MS)	Ciapo e Cnapo
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC)	Ciapo e Cnapo
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) (Secretaria de Aquicultura de Pesca – vinculada ao Mapa)	Ciapo e Cnapo
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	Cnapo
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	Cnapo
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Cnapo
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	Cnapo
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE)	Cnapo

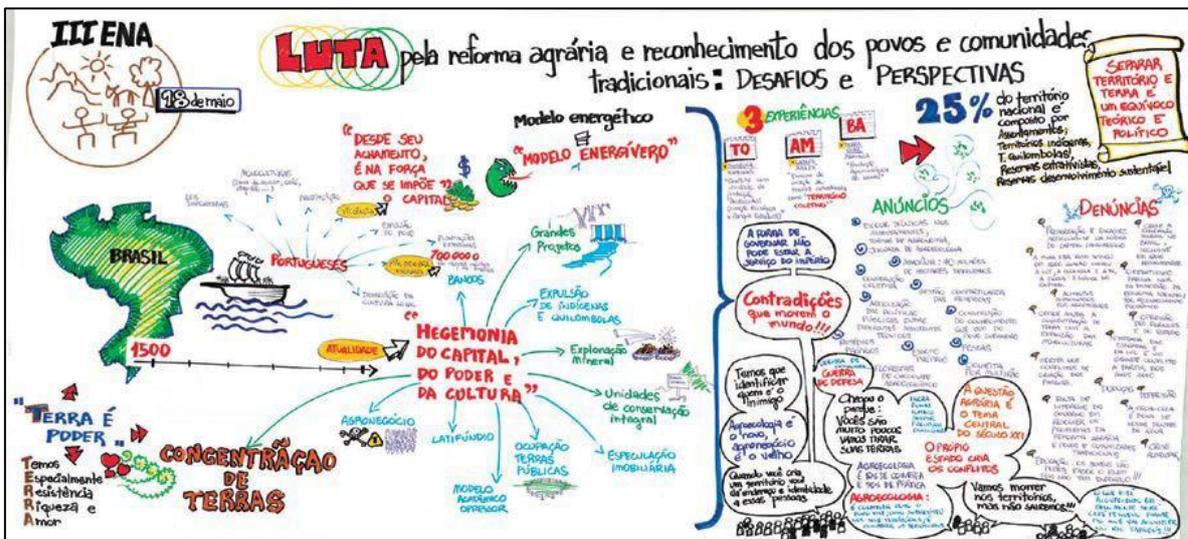
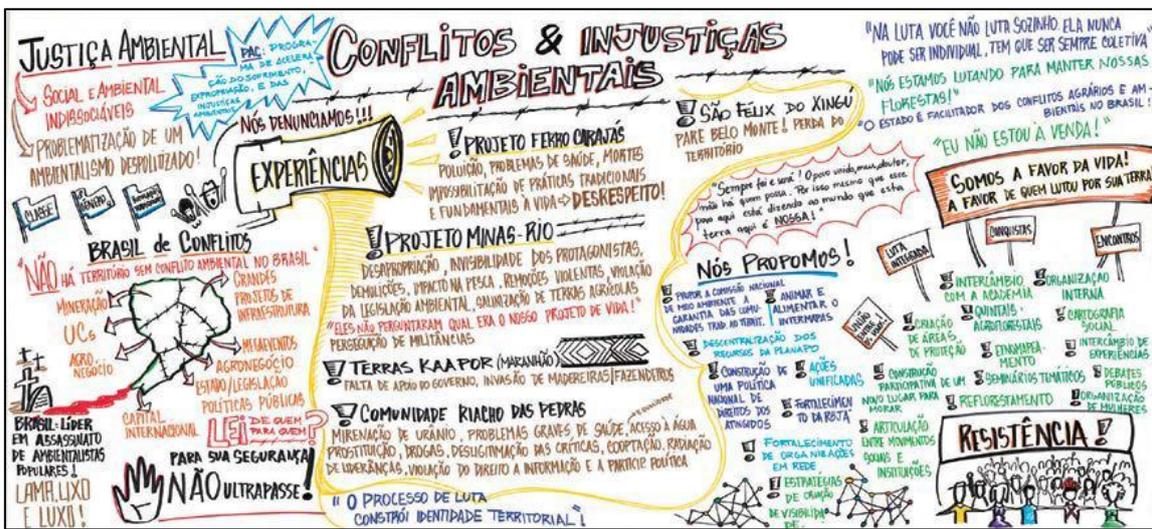
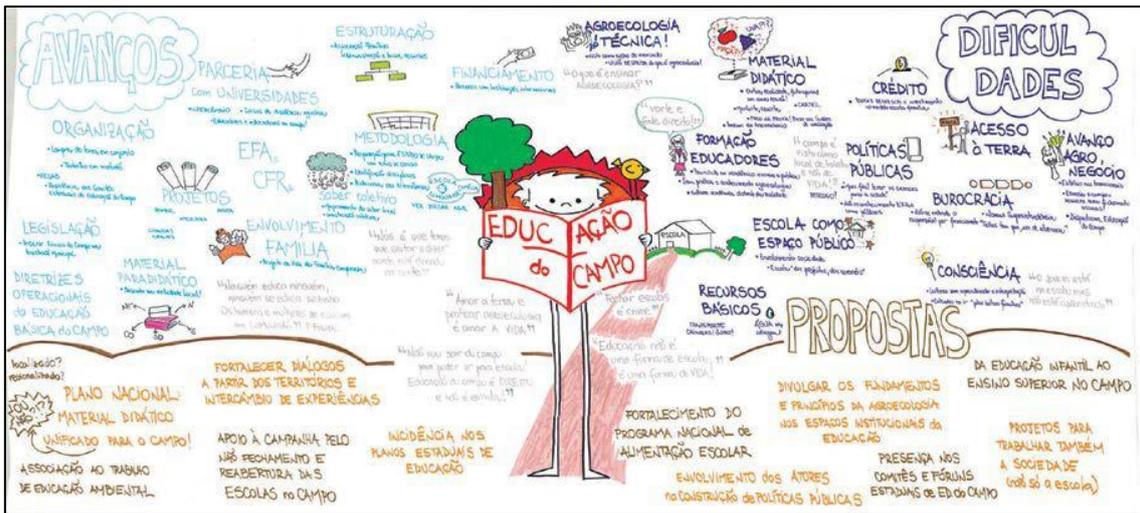
Fonte: MDA (2017)

Anexo 2

Quadro - Organizações que representam a sociedade civil na Cnapo

Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)
Rede de Assistência Técnica Rural das Organizações não Governamentais do Nordeste (Rede Ater Nordeste)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA)
Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
Rede Ecovida de Agroecologia
Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG)
Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO)
Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg)
Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC)
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS)
Rede Cerrado
Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Associação Brasileira de Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista (Abrabio)
Associação Brasileira de Orgânicos (Brasilbio)

Fonte: MDA (2017)



Anexo 4 – Lei nº 7.298 de 27 de dezembro de 2002, sobre a criação do Programa Estadual de Banco de Sementes.

PUBLICADO DIÁRIO OFICIAL

NESTA DATA

Em, 29.12.02

[Handwritten mark]



ESTADO DA PARAÍBA

LEI Nº 7.298 , DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002

Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art 1º - Fica criado o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários do Estado da Paraíba, no âmbito das ações da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento.

Parágrafo único O Programa de que trata o *caput* deste artigo buscará garantir a sustentabilidade da pequena produção agrícola do Estado através da oferta de sementes para o plantio, da organização e da capacitação para o gerenciamento nas comunidades de pequenos agricultores.

Art. 2º - O Programa Estadual de Bancos Comunitários deverá garantir, com recursos oriundos da Secretaria da Agricultura, o resgate, multiplicação e Abastecimento de sementes de variedades locais do Programa Estadual de Sementes e dos Bancos de Sementes já existente no Estado, que são gerenciados pela sociedade civil.

§ 1º - Os recursos destinados à manutenção do Programa Bancos de Sementes Comunitários, bem como, para o abastecimento dos bancos gerenciados pelas organizações da sociedade civil, deverão constar de programação específica no orçamento público estadual;

§ 2º - Da programação orçamentária deverá constar os objetivos e metas físicas do programa para atendimento da demanda de cada ano.

Art. 3º - Para implantação do Programa Estadual de Bancos de Sementes, o poder público estadual deverá buscar:

[Handwritten signature]



ESTADO DA PARAÍBA

I – a parceria com a sociedade civil organizada através das entidades que já desenvolvem a experiência de Bancos de Sementes Comunitários e trabalham na elaboração de programas de convivência com o semi-árido paraibano, celebrando convênios para capacitação da mão – de – obra, bem como para o desenvolvimento das etapas seguintes de implantação dos Bancos de Sementes;

II – a participação popular, através do desenvolvimento de atividades de organização comunitária, objetivando a capacitação e a interação das comunidades interessadas em implantar Bancos de Sementes Comunitários;

III – a sustentabilidade do programa, através da implementação de um sistema de reposição das sementes e do uso de variedades locais.

IV – a melhoria das sementes produzidas e armazenadas através do monitoramento da qualidade física das sementes.

V – a descentralização do programa através de levantamento de demanda de cada banco de sementes.

Art. 4º - Para gerenciamento do Programa de Bancos de Sementes Comunitários, a Secretaria Estadual de Agricultura, Irrigação e Abastecimento, implantará uma comissão de gerenciamento que contará com a participação da organização de agricultores que já desenvolvem a experiência de Bancos de Sementes junto à articulação do Semi-Árido Paraibano e dos órgãos estaduais de extensão, pesquisa e abastecimento.

Art. 5º - A Comissão de Gerenciamento do Programa Estadual de Banco de Sementes terá às seguintes atribuições:

I – implantar o programa de Bancos de Sementes Comunitários;

II – incluir os Bancos já existentes no Estado no programa e ampliar o número de Bancos;

III – planejar as ações de abastecimento, capacitação e funcionamento dos Bancos de Sementes;

IV – manter o controle dos estoques de sementes existentes em cada Banco.

V – definir a política de uso de sementes a serem utilizados nos bancos, quanto à determinação das quantidades, qualidade e variedade das sementes.

VI – organizar um sistema de informações e de articulação entre o programa e as comunidades assistidas por ele.



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 27 de dezembro de 2002; 113º da Proclamação da República.


ROBERTO PAULINO
GOVERNADOR